



CENTRO DE MEMÓRIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

Flávio Benjamin Corrêa de Andrade

Luiz Sérgio Chame

Luiz Antônio Bueno Xavier

Paulo César de Siqueira Castro

Hélio Silva da Costa

Péricles Aurélio Lima de Queiroz

Marcelo Melo Barreto de Araújo

Lucia Beatriz de Mattos Cone

Mário Sérgio Marques Soares

Maria Luiza Monteiro de Melo

Ione de Souza Cruz

Jorge Cesar de Assis



HISTÓRIAS DE VIDA

VOLUME II

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR



VOLUME II



CENTRO DE MEMÓRIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

HISTÓRIAS DE VIDA

organizador **MPM**



HISTÓRIAS DE VIDA

VOLUME II



Brasília | DF
2022



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

Procurador-Geral da República:

Antônio Augusto Brandão de Aras

Procurador-Geral de Justiça Militar:

Antônio Pereira Duarte

Vice-Procurador-Geral de Justiça Militar:

Clauro Roberto de Bortolli

Coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão:

Edmar Jorge de Almeida

Corregedor-Geral do Ministério Público Militar:

Samuel Pereira

Ouvidor do Ministério Público Militar:

Ailton José da Silva

Secretaria de Direitos Humanos,

Direito Humanitário e Relações Internacionais:

Najla Nassif Palma

Diretor-Geral:

Alexander Jorge Pires



CENTRO DE MEMÓRIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

Ana Carolina Scultori da Silva

Antônio Pereira Duarte

Jorge Luiz Dodaro

Mário Sérgio Marques Soares

Organização

Eliane Alves Alípio

Hebert Vilson França

Pesquisa

Adelson José Pereira

Andrea Dutra Marreco

Cláudio Divino Pereira Diniz

Gustavo Fonseca de Araújo

Marina Scardovelli de Souza

Apoio à pesquisa

Eliane Alves Alípio

Redação de biografias

Andrea Dutra Marreco

Cláudio Divino Pereira Diniz

Gustavo Fonseca de Araújo

Marina Scardovelli de Souza

Entrevistas

Hebert Vilson França

Apoio às entrevistas

Cláudio Divino Pereira Diniz

Eliane Alves Alípio

Leila Rosa Garcia

Edição de entrevistas

Andrea Dutra Marreco

Cláudio Divino Pereira Diniz

Eliane Alves Alípio

Gustavo Fonseca de Araújo

Marina Scardovelli de Souza

Transcrição de entrevistas

Andrea Dutra Marreco

Cláudio Divino Pereira Diniz

Gustavo Fonseca de Araújo

Revisão

Romana de Castro

Hebert Vilson França

Cleber do Nascimento

Fotografias

Hebert Vilson França e acervo
pessoal dos entrevistados.

Projeto gráfico e editoração

Alessandra Duarte

Capa

Alessandra Duarte

Impressão

Impressão Gráfica CS

Tiragem

1500 exemplares

Catalogação na Publicação

B823h Brasil. Ministério Pùblico Militar. Centro de Memória.

Histórias de vida / Coordenação: Centro de Memória do MPM; organização:
Ministério Pùblico Militar. — Brasília, 2022.

479 p. : il. (Histórias de vida, v. 2)

ISBN 978-85-5595-005-6

1. Brasil. Ministério Pùblico Militar - história. 2. Entrevista - história oral.
I.Título. II. Ministério Pùblico Militar, org.

CDU: 347.963:930

Catalogação na publicação por: Kallyta Cristina da Silva Gomes (CRB-1/3132)





SUMÁRIO

9	<i>Apresentação</i>
13	<i>Prefácio</i>
15	<i>Metodologia</i>
23	<i>Entrevistas</i>
25	<i>Flávio Benjamim Corrêa de Andrade</i>
61	<i>Luiz Sérgio Chame</i>
83	<i>Luiz Antônio Bueno Xavier</i>
107	<i>Paulo César de Siqueira Castro</i>
143	<i>Hélio Silva da Costa</i>
169	<i>Péricles Aurélio Lima de Queiroz</i>
223	<i>Marcelo Melo Barreto de Araújo</i>
239	<i>Lucia Beatriz de Mattos Cone</i>
263	<i>Mário Sérgio Marques Soares</i>
355	<i>Maria Luiza Monteiro de Melo</i>
387	<i>Ione de Souza Cruz</i>
417	<i>Jorge Cesar de Assis</i>



APRESENTAÇÃO

O Tempo não para, como alerta Cazuza em uma de suas mais emblemáticas composições musicais, nos exortando a perceber a fluidez com que os fatos se sucedem na vida.

As pessoas e as instituições a que servem, no correr dos anos, vão promovendo uma multiplicidade de ações e interações que moldam projetos, estratégias, decisões, os quais firmam imagens, simbologias e referências, tornando-se, por assim dizer, um mosaico de acontecimentos que tingem, à feição de uma aquarela, o quadro existencial de um conjunto de integrantes a que se pode, sociológica e antropologicamente falando, designar como comunidade. Isso mais se evidencia quando se trata de uma Instituição com longevidade trajetória, onde pessoas – membros, servidores e colaboradores, no contexto da construção evolutiva, lançam as bases que alicerçam o modelo de convivência institucional através dos inumeráveis marcos cronológicos que permeiam toda e qualquer história.

Neste sentido, com recém-completados 100 anos de existência, certamente que se pode apreciar um substancial acúmulo de fatos históricos no âmbito do Ministério Público Militar, em vínculos perenes e marcantes, os quais precisam se disseminar para o amplo conhecimento da sociedade, por meio dos relatos e/ou depoimentos daqueles que, literalmente, forjaram diversas páginas desta história intérmina, fazendo eclodir fatos que devem constar dos

anais e reverberar para as gerações pósteras, como se consubstanciassem um redil de preciosas reminiscências.

Como concebido poeticamente pelo gênio de Thiago de Melo, nos versos de seu “Memória da esperança”:

Na fogueira do que faço
por amor me queimo inteiro.
Mas simultâneo renasço
para ser barro do sonho
e artesão do que serei.
Do tempo que me devora
me nasce a fome de ser.
Minha força vem da frágil
flor ferida que se entreabre
resgatada pelo orvalho
da vida que já vivi.
Qual a flama que darei
para acender o caminho
da criança que vai chegar?
Não sei. Mas sei que já dança,
canção de luz e de sombra,
na memória da esperança.

Tais os encantos que se produzem com a revivescência dos fatos, alguns acrisolados no âmago de nossas memórias afetivas e profissionais mais caras, prontos para emergir em momentos de fulgor e de transbordamento, em que

contamos e recontamos passagens vividas ou presenciadas, as quais deixaram suas marcas intangíveis. Na preciosa inferência atemporal de Pessoa, “Tudo vale a pena se a alma não é pequena”.

Neste volume II do projeto de resgate oral do Centro de Memória do Ministério Público Militar, a que se intitulou Histórias de Vida, são reunidos Depoimentos de 12 membros da Instituição, que prestam seu inestimável contributo retratando uma série de eventos dos quais participaram direta ou indiretamente, ajudando a (re)construir e (re)memorar todas as ingentes atuações transcorridas na esteira dos tempos, antenados com o escopo de se firmar a identidade institucional deste Parquet secular.

Na sempre eloquente poesia de Manuel Bandeira, é possível apreender com a simplicidade do rio que deflui silencioso dentro da noite, que é preciso seguir adiante, evoluindo sempre e de tal forma que se houver estrelas nos céus, refleti-las.

E se os céus se pejam de nuvens,
Como o rio as nuvens são água,
Refleti-las também sem mágoa
Nas profundidades tranquilas.

Eis, pois, o estuário natural de todas as vivências, neste braço de mar formado pela desembocadura do rio de cada existência que afinal se revela pujante e multifacetada, consoante se capta destas valiosas Histórias de Vida.

Parabenizo, portanto, aos colegas que nos brindaram com suas notáveis experiências, em imersões retrospectivas que nos fizeram situar, no tempo e no

espaço, um Ministério Público Militar que se reinventa a cada dia, vencendo óbices, valorizando vocações e se alteando na constelação dos Parquet's que fazem a diferença para o Brasil.

Por derradeiro, registro os agradecimentos a todos que se envolveram nesta grata tarefa de resgate histórico, realizando as entrevistas, fazendo a revisão do texto, consolidando-o e editorando-o, a fim de garantir uma primorosa publicação. Neste sentido, destaco o envolvimento competente e sério de Hebert França, Eliane Alípio, Romana de Castro, Alessandra Pereira, Adelson Pereira, Andrea Marreco, Cláudio Divino, Gustavo de Araújo, Marina Scardovelli, todos servidores da Instituição, que aceitaram o desafio de dar continuidade ao projeto de História Oral, e sem cujo denodo e aplicação não se lograria a concretização de mais um produto literário de altíssimo nível em homenagem ao I Centenário do Ministério Público Militar.

Também não poderia deixar de louvar o contributo da promotora de Justiça Militar Ana Carolina Scultori da Silva Teles, representante do Ministério Público Militar no Comitê Gestor do Plano Nacional de Gestão de Documentos e Memória do Ministério Público (COPLANAME) do Conselho Nacional do Ministério Público, na produção desse Histórias de Vida – volume II.

Que todos possamos ser recompensados nesta incursão memorialista, revendo acontecimentos e melhor compreendendo a relevância que cada um possui na grande e contínua edificação institucional.

Antônio Pereira Duarte

Procurador-Geral de Justiça Militar

PREFÁCIO

Com enorme satisfação que escrevo estas linhas a você leitor. A satisfação de poder compartilhar um pouco da história do Ministério Público Militar, sob a ótica de seus atores principais, quais sejam, Promotores, Procuradores, Subprocuradores-Gerais.

Uma história que não se limita a relatos bibliográficos, pois, em sua riqueza de depoimentos, encontra-se também com ela relacionada muito da história recente deste país.

Uma construção do Ministério Público que foi e é obra de muitos, e como não poderia deixar de ser, relacionada aos nossos períodos históricos com suas peculiaridades, avanços, mudanças de pensamento e legislação.

Alguns, ao ler histórias recentes, serão tentados a reclamar de entendimentos e exposições políticas que talvez não se deram na forma narrada, mas não sejam rigorosos, são apenas visões de uma época e de pessoas, visões individuais a contribuírem com o mosaico que é a história do Ministério Público em geral e do Ministério Público Militar em especial.

Participem com os entrevistados das particularidades e curiosidades citadas, com as dificuldades em uma promoção na carreira sem qualquer critério, a

depender das bênçãos de alguns; da “participação” no filme referente ao “Bom Burguês”; de uma época, sem “blogs”, redes sociais, mas do compartilhamento da atuação do então jovem jornalista Merval Pereira; daquele colega que quase foi dentista; da divergência em quando se teria sido o primeiro condenado à morte quando do regime civil/militar; do caso Rubens Paiva; daqueles que enfrentaram o então denominado “Esquadrão da Morte”; da correria para entrarem em exercício nas localidades, pois isso implicava em colocações na antiguidade perante a carreira; dos conflitos em Francisco Beltrão; do cerco da prefeitura de Apucarana; dos temores e circunstâncias que cercaram algumas provas orais; do colega que deixou a engenharia civil para nos engrandecer com suas atuações; do tiro de canhão que alcançou o palácio do governador; daqueles que sofreram ameaças ou atentados; das atuações por parte dos membros do MPM em comunidades, muito antes de virarem moda com as missões de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), que o diga a “favela do Muquiço”; do acidente da Gol, o Inquérito Civil ainda embrionário no âmbito do MPM; do projeto de Memória Institucional; entre tantos, vastos e densos assuntos tratados, cuja a importância e o valor deverão ser dados não por este que vos escreve agora, mas pelo leitor e o rico material que terá a seu dispor.

Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Subprocurador-Geral de Justiça Militar
Corregedor Nacional do Ministério Público
Presidente do Comitê Gestor do Plano Nacional de Gestão de Documentos
e Memória do Ministério Público – COPLANAME

METODOLOGIA

O livro “*Histórias de vida, volume 2: Edição Especial do Centenário do Ministério Público Militar*” marca a continuação do Programa de História Oral do Ministério Público Militar, primeiramente estabelecido pelo seu volume predecessor, seguindo as linhas básicas metodológicas apontadas no folheto “Manual de História Oral”, lançado pelo Centro de Memória do Ministério Público Militar, em 2016. Apesar da existência desse acúmulo prévio, faz-se necessário demarcar algumas considerações em relação à estrutura que moldou a produção deste livro, que sofreu alterações em relação ao que foi publicado há quatro anos.

Primeiramente devemos compreender que o Programa de História Oral faz parte de uma ação mais ampla, é uma ferramenta usada na construção da Memória Institucional do Ministério Público Militar. A Memória Institucional vem ganhando importância a nível nacional pela cada vez mais candente necessidade de se preservar a história das instituições, que ajudaram a formar o Brasil republicano. Essa preocupação é expressa em farta legislação¹,

¹ A principal norma que podemos destacar é o art. 23, inciso III da Constituição Federal, que diz que é dever da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos. Também podemos mencionar a Lei no 8.159/91 (Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados), no seu art. 10, no qual se definem como inalienáveis e imprescritíveis os documentos considerados de valor permanente, a Lei no 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e a Lei Complementar no 75/93 (Organização, atribuições e estatuto do Ministério Público da União), que disciplinam os instrumentos de atuação do Ministério Público, especialmente na defesa do

sendo estabelecida ao Ministério Público, por meio do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), instituída pela Resolução nº 138/16² e pela Resolução nº 158/17³. Essas diretrizes só puderam vir à luz pela iniciativa da organização do Encontro Nacional de Memoriais do Ministério Público, que tinha o propósito de incentivar a criação de projetos de Memória Institucional em todos os ramos do Ministério Público, por meio do compartilhamento de experiências dos ramos do MP que já haviam constituído esses programas de preservação da Memória Institucional. A primeira reunião ocorreu em Natal/RN, no ano de 2010.

Em novembro de 2012, foi realizado o III Encontro Nacional de Memoriais do Ministério Público, em Brasília, na Procuradoria-Geral de Justiça Militar (PGJM). Os trabalhos desenvolvidos nesse encontro inspiraram a Administração Superior do MPM a criar a Comissão Temporária do Projeto Memória⁴, organizando os esforços da preservação da Memória Institucional, cujo principal objetivo era a criação do Centro de Memória do Ministério Público Militar (CMMPM) e de plataformas para a disseminação desse conteúdo. Os trabalhos da comissão temporária resultaram na criação da Coordenadoria de Gestão de Acervos e Memória Institucional (CGAMI), posteriormente nominada Coordenadoria de Gestão Documental (CGD) e

patrimônio cultural brasileiro, entre outros dispositivos.

² Determina diretrizes gerais para a preservação, promoção e difusão da memória do Ministério Público Brasileiro.

³ Institui o Plano Nacional de Gestão de Documentos e Memória do Ministério Público – PLANAME.

⁴ Portaria no 471/PGJM, de 12 de novembro de 2012, que designa a organização básica da Comissão Temporária do Projeto Memória.

do Setor de Memória Institucional (SMI)⁵, ulteriormente transformada em Seção de Memória Institucional.⁶

Um grande feito para o projeto de Memória Institucional do MPM foi a inauguração do CMMMPM, assentado na PGJM, no dia 30 de março de 2016, contando com a exposição “*1º Concurso público para promotores de Justiça Militar: Um marco histórico e institucional*”; e com o lançamento, além de outras obras, do “*Histórias de vida: volume 1*”. Apesar dessa importante data, os primeiros empreendimentos para a organização e publicação de exemplares relacionados à história do MPM se deram em 1994, com a obra “*Resumo histórico do Ministério Público Militar & Síntese biográfica dos procuradores-gerais da Justiça Militar*”; e em 2012, com a publicação “*Memória histórica do Ministério Público Militar*”.⁷ Mas é a partir de 2016 que se consolida uma estrutura interna ao MPM, que tem como objetivo principal a preservação, organização e apresentação da Memória Institucional.

Desde a inauguração do CMMMPM, a SMI age na produção de escritos e exposições sobre o histórico de atuação do MPM⁸, e é nessa conjuntura que o “*Histórias de vida: volume 2*” se insere, produzido tendo-se em mente a

⁵ Portaria no 29/PGJM, de 22 de março de 2016, que dispõe sobre a criação da Coordenadoria de Gestão de Acervos e Memória Institucional.

⁶ Portaria no 386/DG/SEC/MPM, de 30 de julho de 2019, que altera a estrutura organizacional do Ministério Público Militar.

⁷ Todo o material produzido pela Seção de Memória Institucional, e anterior a ela, está disponível na internet por meio do endereço eletrônico memoria.mpm.mp.br.

⁸ O artigo 158 do Regimento Interno do MPM regula as atribuições do SMI, incluindo a coordenação e execução de atividades relacionadas à História Oral.

comemoração do centenário do Ministério Público Militar,⁹ no ano de 2020. Entretanto, o lançamento do livro ocorre em 2021, em virtude do cenário ocasionado pela pandemia de Covid-19. Mas como o Programa de História Oral pode contribuir para a preservação e disseminação da Memória Institucional?

A História Oral é um método, ou recurso, de pesquisa multidisciplinar que produz fontes de consulta, por meio de entrevistas. Historicamente o método de se entrevistar pessoas que participaram ou presenciaram determinados acontecimentos é um dos mais antigos na construção da ciência histórica, utilizado inclusive por Heródoto, considerado por muitos acadêmicos ocidentais como o “pai da História”, e que possuía duas principais regras em relação ao método: ver com seus próprios olhos e confiar no depoimento oral.¹⁰ Metodologicamente, Heródoto foi fundamental, pois é um dos primeiros estudiosos que entendeu a necessidade de se separar a história dos homens do mito ou da lenda, influenciando gerações de estudiosos na aplicação dessa separação. Mas a partir do século XIX, uma boa parte dos historiadores europeus passaram a avaliar que a História deveria basear-se em documentos que exprimissem a “verdade”, considerando apenas que os documentos oficiais de Estados poderiam servir para a construção de uma História Nacional, fundamental para os processos de estabelecimento da forma de Estados Nacionais, emergentes à época, e que, apesar de suas limitações quanto metodologia, foi muito útil ao estabelecimento da História quanto ciência.¹¹ Seguindo-se a década de 1920, é gestado, por meio da Escola dos Annales, um forte movimento historiográfico de contestação da noção que

⁹ O Ministério Público Militar foi instituído no dia 30 de outubro de 1920, mediante o Decreto no 14.450.

¹⁰ FLORES, Macyr. Heródoto e a construção da História. *Historia*, v. 1, n. 3, p. 9-16, 2010.

¹¹ BARROS, José D.'assunção. Historicismo: notas sobre um paradigma. *Antíteses*, v. 5, n. 9, p. 391-419, 2012.

se tinha sobre o que era e como se produzia a História, tentando aproximá-la das outras ciências humanas, na tentativa de superação das limitações do uso exclusivo de documentos “oficiais” escritos para a construção da História,¹² abrindo os caminhos para a História Oral. Era comum que longos períodos da história ocupassem pequenos espaços nos livros, com a desculpa de que não havia documentação, portanto não havia história a ser escrita. A Escola dos Annales ganhou fama dentro da academia e influenciou inúmeros cientistas no Ocidente. Assim se trilhava o caminho para a História Oral, que teve o ano de 1948 como marca do surgimento (ou reaparecimento), principalmente por conta da invenção do gravador portátil, permitindo a gravação de uma entrevista e o seu armazenamento para posterior consulta, e a subsequente fundação do Programa de História Oral da Universidade de Columbia, nos EUA.

Assim como qualquer novo método, a História Oral deveria provar seu valor. Décadas de discussões entre os historiadores se seguiram sobre a validade do testemunho oral, e muitos o consideraram detentor de uma subjetividade tal que o tornaria inválido enquanto fonte confiável, pois repousa na memória do indivíduo, que, como sabemos, é falha e sofre alterações, não representa fielmente o fato em si. O reconhecimento da História Oral só foi possível, após amplos movimentos de transformação dentro das ciências humanas, que deixaram de pensar em termos de uma única história oficial ou uma única identidade nacional e passaram a reconhecer a existência de diversas histórias, memórias e identidades, que formam o conjunto da sociedade. Na maioria das vezes, esse conjunto existe de maneira contraditória. A História Oral venceu esse embate, e sua metodologia está muito bem consolidada, marcando presença em diversas universidades pelo globo e com diversos encontros internacionais entre os estudiosos da área, inclusive no Brasil. Chegou-se à conclusão de que ela é um método que nos permite observar a “história dentro

¹² BOURDE, Guy; MARTIN, Herve. Cap. VII: A escola dos Annales. As escolas históricas.

da história”¹³, que, na grande maioria das vezes, não é captada por nenhum tipo de documento escrito, e que, justamente por ser formada de subjetividade e por depender da memória, pode ampliar nossas possibilidades de interpretação do passado, pois revela os grandes embates e paradoxos travados durante o processo de construção e estabelecimento dessa memória. O que realmente interessa em um depoimento oral não é a exatidão dos fatos mencionados, mas é a representação que as pessoas fazem desses eventos, suas percepções subjetivas e seus relacionamentos com os seus arredores sociais, suas opiniões, suas impressões, suas vivências.¹⁴

É nesse sentido que o Programa de História Oral do MPM se caracteriza, sendo um recurso que permite a preservação da memória de seus membros e, consequentemente, a memória da própria instituição, de uma maneira interessante para o leitor e para os futuros pesquisadores, que se debruçarão em relação ao tema, caro não apenas ao próprio MPM, mas a toda a sociedade brasileira, já que nesses 100 anos de existência, o MPM teve papel fundamental em diversos momentos marcantes de nossa história recente.

¹³ ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. *Fontes históricas*, v. 2, p. 155-202, 2005.

¹⁴ Para mais considerações metodológicas sobre a História Oral, podemos indicar as seguintes obras: ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Editora FGV, 2018; FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena. *História oral: desafios para o século XXI*. Editora Fiocruz, 2000; MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. Editora Contexto, 2007.

Se o leitor tem interesse em obras que utilizam a História Oral como método, podemos sugerir: DOS SANTOS, Andrea Paula; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado; MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Vozes da marcha pela terra*. Edicoes Loyola, 1998; D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso Ernesto Geisel. Fundação Getúlio Vargas, 1997; BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. TA, 1979.

Depois de expor as bases em que está assentado o nosso Programa de História Oral, podemos partir para a descrição das etapas do desenvolvimento desse projeto, que levaram à elaboração da presente obra. A determinação dos entrevistados foi feita considerando a disponibilidade para a realização da entrevista, a partir de um levantamento feito sobre todos os membros aposentados do MPM. Seguiu-se a etapa na qual foram preparados os roteiros, contendo informações e perguntas direcionadas a esses entrevistados. Para a preparação desses roteiros foram utilizados os dossiês funcionais do MPM, que continham dados básicos sobre os membros, principalmente em relação à sua trajetória profissional e informações básicas. Para o roteiro também foram feitas pesquisas em jornais antigos¹⁵, sobre os casos em que os membros atuaram e que acabaram chamando a atenção da mídia. As linhas que guiaram a execução dos roteiros diziam respeito à vida pessoal dos entrevistados, sua juventude e escolha pela profissão, a sua efetiva atuação profissional, a evolução do MPM e as perspectivas para o futuro da instituição. Desse modo foi empreendida uma tentativa de capturar a importância do Ministério Público Militar, utilizando-se o ponto de vista de quem ajudou a construir a entidade, tendo como contexto a história de vida dessas pessoas, em uma intersecção entre a vida pessoal e o Ministério Público Militar.

Após a construção do roteiro, foram realizados os agendamentos das entrevistas. Nos contatos com os depoentes, foi explicado todo o projeto e feito o convite. Tendo resposta positiva, marcou-se o dia e o horário das entrevistas. No caso dos membros aposentados que residem em Brasília, eles foram ao encontro da equipe, sendo a entrevista realizada na PGJM. É válido dizer que todos os encontros presenciais ocorreram antes da pandemia de Covid-19. Houve ainda a realização de entrevistas, também de forma presencial, em outros Estados (Paraná e Rio de Janeiro), tendo ocorrido o deslocamento de servidores para efetivar as gravações.

¹⁵ Para esse propósito foi essencial o uso da Hemeroteca Digital: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Em outro momento, foi considerado o uso das novas tecnologias de comunicação, que permitem chamadas de vídeo pela internet, ampliando a possibilidade de realizações de entrevistas, com pessoas que moram em outros países e também pela necessidade de se manter o distanciamento social, na etapa do projeto realizada durante a pandemia. Desse modo, as entrevistas foram realizadas por um jornalista de formação, acompanhado por uma pessoa que o assistia. Apesar de ter-se evitado apresentar previamente o roteiro aos entrevistados, um dos entrevistados solicitou que as perguntas lhe fossem encaminhadas para serem respondidas por escrito. Outro depoente aceitou realizar a gravação de forma tradicional, porém solicitou conhecer o questionário previamente. Na maior parte das entrevistas, o tempo médio de duração foi de 1 hora e 30 minutos a 2 horas de duração, em uma única sessão. A única exceção foi uma entrevista realizada em duas sessões de 3 horas.

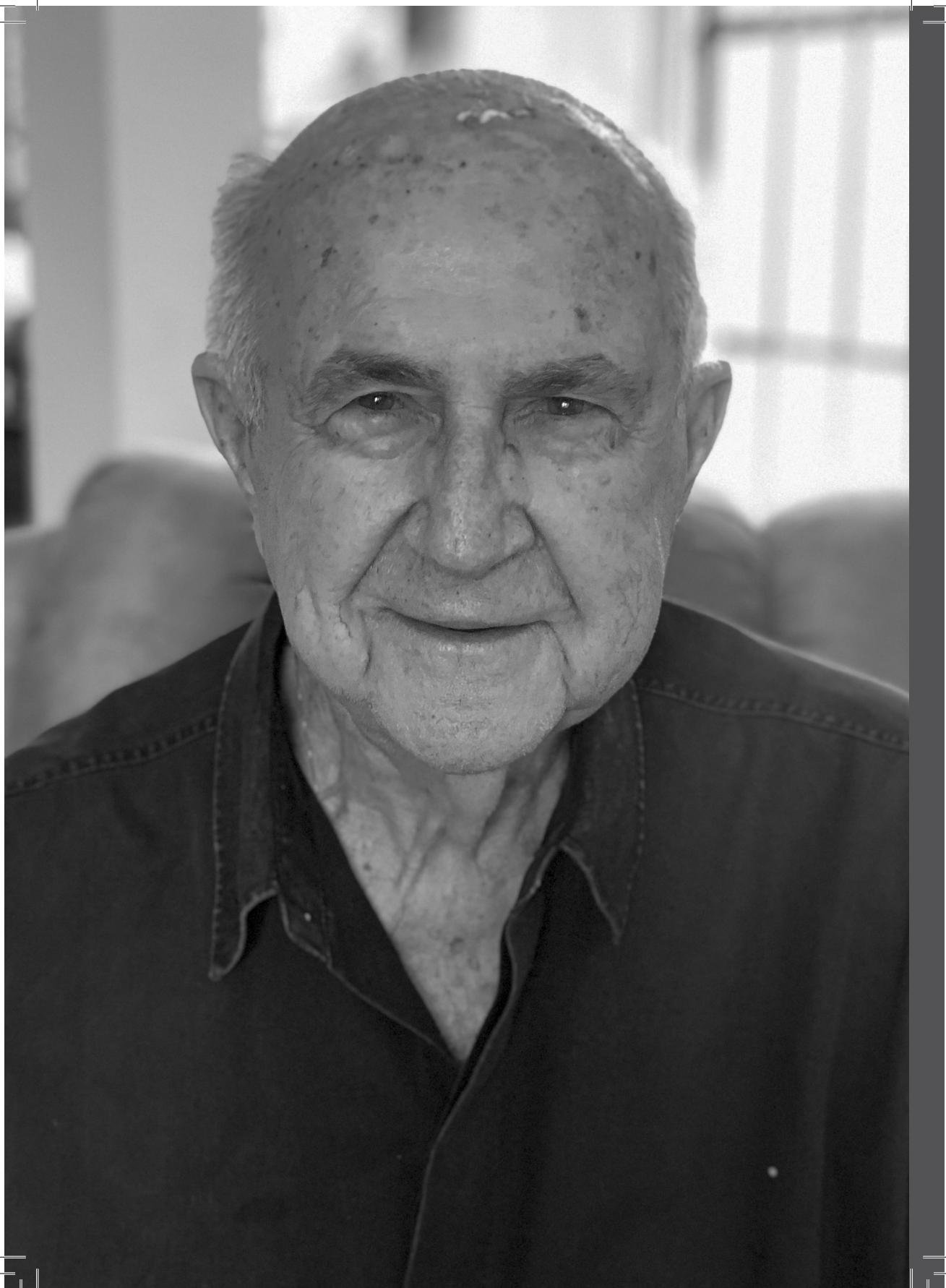
Feitas as entrevistas, registradas em um gravador de som, partiu-se para o processo de transcrição. Nesta fase, foi fundamental que se mantivesse intacto o sentido das falas dos entrevistados, recorrendo-se a edições mínimas para transpor a linguagem falada para a escrita, eliminando os vícios de linguagem e tornando a leitura mais fluida. Após este procedimento, a entrevista foi encaminhada aos depoentes, para que pudessem sugerir correções e aprovar as entrevistas, dando forma final aos textos. Cabe informar que uma das entrevistas presentes nesta edição foi realizada tendo em vista o “*Histórias de Vida: volume 1*”, mas como carecia da aprovação do entrevistado, não pode ser publicada à época, sendo posteriormente consentida a sua veiculação no atual volume. Por fim, as doze entrevistas foram reunidas para dar forma à obra, que determina mais um marco no avanço pela preservação da memória do Ministério Público Militar.

Gustavo Fonseca de Araújo

Seção de Memória Institucional

Ministério Público Militar

ENTREVISTAS



FLÁVIO BENJAMIN CORRÊA DE ANDRADE

Entrevista realizada na residência do depoente,
no dia de 7 de agosto de 2015, por Gunter Axt.

Flávio Benjamin Corrêa de Andrade nasceu em 31 de agosto de 1928, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Filho de Dolor Ferreira de Andrade, deputado federal, e Avelina Corrêa de Andrade. Casou-se com Ana Concepcion de Andrade.

Estudou no Barão de Melgaço, em 1939; e no Ginásio Municipal Dom Bosco, de 1939 a 1943. Concluiu o ensino secundário científico Anglo-Latino, em 1947, na cidade de São Paulo, capital. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 1952. Participou do Curso de Aperfeiçoamento em Criminologia, do Conselho Nacional de Política Penitenciária, no período de 15 de agosto de 1980 a 11 de abril de 1981; e do Curso de Especialização em Criminologia e Ciência Penitenciária, no período de 15 de agosto de 1980 a 24 de julho de 1981.

Ingressou no Ministério Público Militar (MPM), após ser designado por Decreto, assinado em 26 de julho de 1954, pelo então presidente da República Getúlio Vargas, para assumir o cargo de primeiro substituto da Justiça Militar, com exercício na Auditoria da 9^a Região Militar, em Mato Grosso. Tomou posse em 1º de setembro de 1954, perante o então procurador-geral de Justiça Militar Fernando Moreira Guimarães. Permaneceu no posto até a publicação de sua dispensa, em 17 de dezembro de 1975, em virtude de nomeação para outro cargo público.

Em 21 de dezembro de 1959, foi aprovado no primeiro concurso público do MPM, no cargo de promotor de terceira categoria da Justiça Militar. Entretanto, somente pelo Decreto de 4 de dezembro de 1975, Flávio Benjamin Corrêa de

Andrade foi aproveitado no cargo de procurador de terceira categoria. Tomou posse em 17 de dezembro desse ano, perante a presença à época do procurador-geral de Justiça Militar Ruy de Lima Pêssoa. Em 4 de setembro de 1979, foi designado por Decreto, assinado pelo governador do Estado de Mato Grosso do Sul, no período, Marcelo Miranda, para exercer o cargo em comissão de secretário-adjunto, na Secretaria de Justiça.

Pediu exoneração do cargo comissionado no ano seguinte, em 7 de novembro de 1980. Nesse ano, foi agraciado com a medalha de Mérito Criminológico, da Sociedade Brasileira de Criminologia e Ciência Penitenciária, pelos relevantes serviços prestados à ciência penitenciária e criminológica.

Removido, ex officio, em 3 de novembro de 1987, para a Procuradoria-Geral de Justiça Militar, em razão de sua promoção ao cargo de procurador militar de primeira categoria, ocorrido em 22 de outubro de 1987.

Em sessão de 23 de novembro de 1989, o Conselho da Ordem do Mérito Judiciário Militar admitiu Flávio Andrade no grau de Alta Distinção da aludida Ordem. A entrega ocorreu no Edifício-Sede do Superior Tribunal Militar, em Brasília, na data de 5 de abril de 1990.

Em agosto de 1990, foi designado a atuar no Conselho de Assuntos Especiais, de caráter consultivo. Nesse período, o então procurador-geral de Justiça Militar, Milton Menezes da Costa Filho, determinou que o procurador militar de primeira categoria Flávio Andrade tivesse exercício provisório e em caráter excepcional para atuar na Auditoria da 9^a Circunscrição Judiciária Militar (CJM).

Em 31 de outubro de 1991, foi designado para coordenar regionalmente o VI concurso público para provimento na carreira do MPM, para atuação na 7ª CJM, em Recife, Pernambuco, incumbindo-lhe os encargos de planejamento, coordenação e controle. No ano seguinte, 1992, ele foi promovido, por merecimento, ao cargo de subprocurador-geral Militar, em 1º de abril; e se aposentou em 3 de dezembro.

O subprocurador-geral de Justiça Militar aposentado Flávio Benjamin Corrêa de Andrade faleceu em 29 de dezembro de 2020, em Campo Grande/MS.

Memória MPM – De onde o senhor é natural?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – De Campo Grande.

Memória MPM – Como foi a opção pelo Direito? Estudou aqui em Campo Grande?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Sim, antigamente o ginásio se fazia em sete anos, dois dos quais eram chamados de pré-universitários. Quando eu cursava o 3º ano, veio a reforma que extinguiu o 5º ano ginasial e os dois anos pré-universitários, incluindo o científico e o clássico. Eu terminei o ginásio, mas, como em Campo Grande as opções de continuidade nos estudos se restringiam a Contabilidade, meu pai resolveu me enviar, em 1945, para São Paulo, onde me matriculei no Colégio Marista Arquidiocesano. Porém, não me adaptei ao sistema, porque as aulas eram das 9h às 11h, retomando às 14h para terminar às 17h; e como eu morava distante, na Vila Mariana, passava mais tempo no bonde do que em sala de aula. Para não perder o ano, me matriculei em um curso para o Colégio Militar, o Preparatório de Campinas. Quando veio o resultado dos exames, dos alunos que estavam no Preparatório eu fui o único que passou. Porém, no exame físico eu reprovei, pois era muito magro e não alcancei o peso mínimo exigido. Então, perdi o ano porque não consegui ir para o Colégio Militar. Assim, ingressei em um colégio chamado Anglo-Latino, em São Paulo, e cursei o 2º ano do científico.

Nas eleições gerais de dezembro de 1945, meu pai, Dolor Ferreira de Andrade, se elegeu deputado federal, por Mato Grosso, pela União Democrática

Nacional (UDN): foi o deputado mais votado do estado. Ele havia sido constituinte de 1935 e se tornava novamente constituinte, em 1946. Assim, no começo de 1946, nos mudamos para o Rio de Janeiro e acabei me transferindo para o Anglo-American. Mas sofri um baque porque o Anglo-Latino se direcionava para o vestibular, ou seja, se você fosse tentar engenharia, faria matérias dessa área, e assim por diante; e não havia foco em idiomas. No Anglo-American, ensinava-se inglês desde o primário. Todo mundo falava o inglês, e eu não entendia uma palavra naquela época: acabei ficando deslocado. Mesmo assim, consegui terminar o científico. Um amigo, Carlos, mas que chamávamos de Pintinho, cujo pai era o maior oftalmologista do Rio de Janeiro, me incentivou a fazer Medicina. Eu cheguei até a frequentar um curso chamado São Salvador, voltado para o vestibular de Medicina. Mas, eu nunca me achei com jeito para médico.

Morávamos na Avenida Atlântica, junto à praia, e um dia o menino que entregava roupa da tinturaria foi atropelado e morreu em frente ao nosso prédio. Colocaram-no no banco do calçadão, eu desci e vi. Conhecia-o e fiquei muito chateado. Foi quando decidi que não faria Medicina, eu não tinha vocação para isso.

Decidi então ir para o Direito, apesar de ser a última coisa que eu pensava em fazer. Estudei intensamente, principalmente latim. Como eu tinha feito científico, não tinha estudado latim, assim eu decorava letra por letra dos textos que caíam na prova. Passei na Faculdade do Distrito Federal. Quando entrei ainda era particular e se chamava Faculdade do Catete. Pagávamos mensalidade. Eu entrei em 1948 e saí em 1952. Quando eu já estava no 5º ano, passou a se chamar Faculdade de Direito do Distrito Federal; e, com a federalização, foi

devolvido todo o dinheiro que nós havíamos pago. Entregamos tudo para a festa de formatura, que foi assim uma grande celebração.

Depois de formado, voltei para Campo Grande e fiquei lecionando no Colégio Oswaldo Cruz. Um dia recebi um telegrama do meu pai dizendo algo assim: “Assuma a Procuradoria da 9^a Região da Justiça Militar”. Entrei em contato com ele e perguntei o que isso significava. Ele disse que era só por seis meses. Meu pai havia sido juiz-auditor da Justiça Militar e era muito conceituado. Como ele estava no Rio de Janeiro, o procurador-geral, dr. Fernando Moreira Guimarães, telefonou-lhe dizendo que estava com uma dificuldade, pois o promotor daquela região havia sido eleito deputado estadual. Como não havia mais ninguém em Campo Grande, ele pediu uma indicação ao meu pai, que lhe disse que eu havia me formado há dois anos e que estava em Campo Grande. Foi assim que assumi, com a promessa de que em seis meses eles resolveriam a vacância. Nunca resolveram. E fui gostando.... Me dei bem com o auditor, uma pessoa inteligente, com quem aprendi muito.

Eu entrei em julho de 1954. Em dezembro de 1959, aconteceu um concurso para promotor da Justiça Militar. Me inscrevi. Quando eu cheguei ao Rio para fazer o exame, falaram que, como eu já tinha mais de cinco anos, não precisava fazer o concurso, já estaria garantido. Conversei com meu pai, que insistiu que eu prestasse o concurso, porque assim provaria ter condições de exercer a função, mesmo que não precisasse disso. Porém, era um concurso muito difícil, havia apenas duas vagas. Eu fui aprovado, mas não entre os primeiros colocados. Quem ficou em 1º lugar foi o Ruy [de Lima] Pessôa e em 2º o Milton [Menezes da Costa]. Os dois foram nomeados. O 3º veio para Campo Grande. Eu saí para ele assumir o cargo, mas ele me disse que não

ficaria muito tempo, pois havia passado no concurso para juiz federal no Rio de Janeiro.

Como eu tinha direito a uma licença-prêmio, pedi-a, com o consentimento do procurador-geral, para não ser desconvocado. Quando o colega foi nomeado juiz, quem assumiu foi um mineiro, também concursado, que depois até foi cassado. Nesse ínterim, assumi um período e depois voltei para completar a licença-prêmio. Nessa época, estava para vencer o prazo do concurso, e a Marly [Gueiros Leite] entrou com um mandado de segurança: o Tribunal deu ganho de causa para ela assumir, mesmo expirando a validade. O rapaz de Minas Gerais voltou para seu estado, e eu reassumi porque não havia mais candidatos aprovados do concurso.

Quando veio a Revolução de 1964, eu já havia reassumido. Campo Grande era uma cidade pequena, e foi aquele bafafá. Prenderam algumas pessoas de posse, gradas na sociedade, como um médico famoso, doutor Alberto Neder, tido como presidente local do Partido Comunista, que estava na ilegalidade. O governador Fernando Correa da Costa, da UDN, companheiro de partido do meu pai, estava em Cuiabá sem saber o que fazer. O general já queria prender o Fernando porque ele estava indeciso diante da Revolução, mas como eu tinha contato diário com o general, consegui acalmá-lo. O Fernando acabou apoiando a Revolução, e foi tudo resolvido.

Graças a Deus, os militares em Campo Grande acabaram sendo até condescendentes. Prenderam alguns, mas não foi uma coisa, assim, abrupta. Isto é, algumas coisas não precisavam ter acontecido, mas podia também ter sido bem pior.

Para os que foram presos e enviados à cadeia, foi aberto um Inquérito Policial Militar (IPM). Eu de fora, sem saber de muita coisa. Mas o general me chamou e entregou-me os processos. Levei para casa e os li. Voltei lá e lhe disse que não tinha como apresentar denúncia, pois a Lei de Segurança Nacional, ainda a do período do governo Getúlio Vargas, não classificava como crime aquilo que estava ocorrendo em 1964. Disse, então, para ele remeter ao juiz da comarca, que deveria decidir. Ele achou um absurdo! Recomendei-lhe consultar o marechal [Estevão] Taurino [de Rezende Netto], que então presidia a Comissão Geral de Investigações (CGI), pois eu não me sentia em condições de denunciar aquelas pessoas, até porque não havia provas das possíveis acusações, como o financiamento das atividades políticas com dinheiro estrangeiro vindo da URSS.

Ele afinal se acalmou e pediu-me então para entregar os processos em mãos para o juiz. Não me neguei. Fui lá, eu lembro bem, era um juiz magrinho, e lhe disse: “Aqui está o abacaxi, você resolve o que vai fazer!”. Isso ocorreu antes do Ato Institucional II (AI-2), ainda em 1964. A solução que ele deu foi segurar os processos por mais de um ano até chegar o AI-2, quando os reencaminhou para a Auditoria. Quando lá chegaram, já haviam nomeado um novo 2º substituto, o doutor Oclécio Barbosa Martins, vereador da Câmara de Campo Grande. Eu lhe disse que estava em licença, e que ele teria de resolver aquele negócio.

Entrementes, um coronel – sujeito gentil e ponderado – abriu outro IPM, especificamente para Campo Grande (o primeiro, do general, era para todo o Estado), e solicitou que eu o acompanhasse durante os interrogatórios. Mas, ele só fazia interrogatório depois das 23h. Telefonava-me à noite para me chamar.

Assim, interrogamos os presos, todos meus conhecidos, como o doutor Alberto Neder, cuja mãe era muito amiga da minha avó, um laço familiar. Apesar de ser um novo IPM, os réus eram os mesmos. O doutor Alberto chegara a fugir durante uma confusão e fora morar em uma fazenda em Rio Brilhante, mas descobriram e o prenderam novamente. Até houve um boato de que o teriam algemado, mas eu perguntei ao próprio Alberto se o tinham maltratado, e ele me garantiu que não, estariam só querendo se gabar por meio da prisão dele. O dr. Marcondes, de uma ala radical, garganteava sobre a prisão do Alberto e de como ele teria sido humilhado. “Não tem nada disso...!”, me disse o próprio Alberto, “me prenderam sim, mas ninguém me amarrou”. Durante o interrogatório, ele afirmou ser comunista, ter acesso à literatura marxista, porém jamais havia praticado qualquer ato revolucionário. Quando o depoimento acabou e foram datilografar, o coronel perguntou se ele tinha uma caneta para assinar, e ele disse que não, pois ali consideravam a caneta dele como uma arma...[risos]

Para você ver qual era o ambiente aqui em Campo Grande, mandaram prender o vice-prefeito, membro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Nelson Trad, que foi deputado federal durante muitos anos e era uma pessoa nacionalmente conhecida. O Nelson era meu conterrâneo, contemporâneo de ginásio, tínhamos amizade um pelo outro. Ele não tinha nada de comunista, nunca foi! Então, eu ficava pensando: por que o tinham prendido?... Aquilo ficou na cabeça. Em uma oportunidade, no quartel-general, eu perguntei por qual motivo ele havia sido preso, e a resposta foi a seguinte: “Prender o doutor Alberto Neder não dava repercussão nacional, pois ninguém sabia quem ele era. Agora, prender o vice-prefeito de Campo Grande dava manchete nacional.” Então, ele foi preso só por ser vice-prefeito.

Esse general, quando foi transferido, reuniu o Estado Maior: fomos convidados para a despedida. Uma das frases dele nesse momento, dita com tom de ironia, naturalmente, foi que sentiria saudades do dr. Flávio. Porque ele falava que ia fazer algo de um modo, eu dizia que não dava, mesmo assim ele fazia. Quando chegava à Procuradoria, eu anulava. Ele brincou em seu discurso: “Vamos dançar um samba?” Porque eu dizia: “Essa música não danço.” E não dançava mesmo! Ele fazia e eu anulava.

Uma vez ele me chamara para acompanhar a prisão do comandante de Porto Murtinho, lembro-me bem disso. Coisa interna deles lá. Queria que eu fosse junto. Pegamos o avião. Eu continuei contestando o motivo da prisão. Tinha que ter um motivo, isto é, se ele desobedeceu a uma ordem, era uma questão interna, administrativa, e não envolveria Justiça, logo a Auditoria não deveria participar. Quando nós já estávamos voltando, mencionou que faria tal coisa, eu disse que não era para fazer, porque estava errado. Ele insistiu que faria, logo eu disse: “Então faça, mas antes deveria consultar o marechal Taurino.” Passado uns dias ele me procurou, perguntei se estava tudo bem, mas ele disse que não, de jeito algum: “precisamos fazer uma outra Revolução! O marechal deu razão a você. Está anulando a Revolução!”. Depois fiquei sabendo que ele já estava de olho numa promoção, para ser adido militar no Uruguai. Queria efetuar prisões para aparecer. Assim foi a Revolução... Podia ter sido bem pior. Graças a Deus, aqui em Campo Grande, não houve quase nada. Esse processo, afinal, correu normalmente. Terminou tudo em paz.

Memória MPM – Esses foram os processos relativos à Lei de Segurança Nacional da época?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Em Campo Grande, basicamente foram esses. Eu assoreei no segundo, e o Oclécio se manifestou no primeiro.

Memória MPM– E assaltos a bancos? Ou algum resquício de guerrilha rural?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Não, nada! Se bem que, já em meados dos anos 1970, apareceu um sujeito de origem paraguaia, dono de um restaurante em Dourados, que armazenou armas e munição para uma guerrilha no Paraguai. A prisão ocorreu na localidade de Ponte do Grego. O chefe do Estado Maior do Exército era o [Sílvio] Frota, que quis ser presidente depois, mas não conseguiu. Foi aquele alvoroço! O procurador-geral nessa época era o Ruy [de Lima] Pessoa e ficou bravo comigo, pois queria que eu enviasse fotografias do armamento, para fazer repercussão, que eu o alertasse dos fatos. Mas, eu sou contra badalação. O irmão desse paraguaio de Dourados era muito meu amigo aqui em Campo Grande, Frederico Mandelique. Fizeram o inquérito em Dourados, mas não arrolaram só o irmão e a cunhada, que realmente eram metidos na guerrilha visando atingir o Paraguai: indiciaram também o Frederico Mandelique, que era engenheiro e dono da chácara onde morava o irmão. Também indiciaram um médico de Dourados, só porque tratava do paraguaio, e o advogado que o defendia. Um absurdo! Quando o processo chegou para mim, eu disse que apresentaria denúncia somente para os paraguaios envolvidos na guerrilha e retiraria o Frederico, o médico e o advogado. Mas, como eu era muito amigo do Frederico, achei que precisava me colocar em suspeição, de forma que nomearam outro procurador para o caso. Demoraram um ano e tanto para efetuar essa nomeação.

Memória MPM – Enquanto isso ficaram todos presos?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Não, apenas o casal.

Durante esse ano, aconteceu outro caso interessante: uma fábrica de armamentos de São Paulo enviou uma carga de munição para Mato Grosso. Quando o caminhão chegou à ponte do Paraná, a munição foi apreendida, porque a nota fiscal não conferia com a carga. Prenderam o motorista. O general, do qual não me recordo o nome e nem quero me lembrar, me chamou para verificar o caso. Tentei entender o que realmente acontecera. Bem, havia duas cargas saindo ao mesmo tempo da fábrica, uma para o Norte e outra para o Mato Grosso, e um funcionário se equivocou, trocando-as. Uma besteira! Não havia má fé em nada. Imediatamente mandei soltar o motorista! O juiz- auditor, dr. Paulo [Jorge] Simões Correia, concordou comigo, já que se provara ter sido apenas um descuido, sem indícios de crime. Mas, por causa desse episódio, o general implicou comigo e com o Paulo, principalmente com o Paulo. Escreveu um ofício para o ministro do Superior Tribunal Militar dizendo que não podia continuar com os dois aqui, eu e o Paulo.

O Paulo era uma pessoa íntegra. Quando foi chamado explicou a situação, e o ministro viu que o general estava criando um caso besta e sugeriu transferir o Paulo para o Rio de Janeiro, mas o Paulo disse que não aceitava. O general que fosse transferido, porque ele não sairia do Mato Grosso.

Sabe o que essa situação rendeu para mim? Eu era 1º substituto da 9ª Região Militar, ou seja, não era do quadro de efetivos. Veio o aproveitamento de

vários que estavam na mesma situação que eu, mas eu não fui aproveitado: não me puseram no quadro efetivo.

Eu fui a Brasília conversar com o procurador-geral, e ele me disse que tinha estranhado, pois eles haviam vetado um na Aeronáutica, sabidamente uma pessoa inidônea; outro na Marinha, que também tinha certo histórico...; e no Exército, tinham-me marcado, apesar de não haver nada contra mim lá. Somente se fosse algo no Serviço Nacional de Informações, avaliou o procurador-geral. Mas, o que o SNI teria contra mim?

Perguntei a um conhecido meu, Afrânio de Figueiredo, então chefe do SNI no Mato Grosso, se havia alguma coisa contra mim, pois eu não sabia o que estava acontecendo. Ele disse que pelo que sabia não constava nada. Então decidi ficar quieto. E continuei assim, sempre como suplente, mas funcionando, pois não havia quem ocupasse a vaga em Mato Grosso.

Meu pai comentou com um general muito amigo, chamado Cezar Back, que eu estaria sendo injustiçado, pois não havia nada contra mim, mas ao mesmo tempo não me incluíam no quadro. O Cezar era muito amigo do vice-presidente, que havia sido ministro do Superior Tribunal Militar [Adalberto Pereira dos Santos], e falou com ele sobre o caso. Disse que achava estranho, pois conhecia pessoas bastante simpáticas em relação mim e não sabia o que existia contra a minha indicação. Afirmou, porém, que, se chegasse o pedido à Presidência da República, ele me efetivaria... Mas não saía da Procuradoria-Geral.

Por essa época, chegou um auditor novo em Campo Grande, que se tornou meu amigo. Um dia me perguntou o que havia contra mim, e eu respondi

que não sabia. Ele garantiu que descobriria. Ele tinha um primo na Marinha, capitão de fragata, que estava no SNI. Um dia me recomendou ir a Brasília, que o primo me receberia. Fui. Já na sala ele me perguntou se eu era casado no Paraguai, e confirmei, pois minha esposa, Ana Concepción de Andrade, é de origem paraguaia. Ele me perguntou então se eu havia dado por suspeição num processo; confirmei, explicando que o outro procurador que me substituíra dera a denúncia exatamente como eu imaginava, excluindo o Frederico, o médico e o advogado; e indiciando somente o irmão e a cunhada do Frederico. O procurador então me perguntara se eu podia continuar, e eu concordei, já que eu não tinha nenhuma relação com os dois: acusara-os, e eles foram condenados. Ele então fez uma ligação telefônica. Não prestei muita atenção, mas quando desligou disse que deveria ir ao Ministério da Justiça, pois o Armando [Ribeiro Severo] Falcão estava me esperando. Fui a pé até lá. No caminho fiquei pensando o que o Ministro da Justiça me diria. Quando cheguei lá o chefe de gabinete disse que já tinham localizado meu caso e que não era necessário falar com mais ninguém, pois a minha ficha já tinha sido limpa no SNI!

Então, voltei para Campo Grande. Eu estava em Ponta Porã quando recebi um telefonema do meu pai, falando para eu voltar depressa para Campo Grande porque o presidente da República já tinha assinado a minha nomeação para o quadro. Fui chamado a Brasília pelo Ruy de Lima Pessôa para assinar minha nomeação para procurador de terceira categoria, em 1975.

O juiz-auditor de Campo Grande, um sujeito muito conhecido, afirmou que havia um mistério qualquer ali, pois uma procuradora queria ser nomeada para Campo Grande, e eu estava atrapalhando a nomeação dela, então eles me passaram para o quadro para poderem nomeá-la. Foi dito e feito: quando

cheguei a Brasília para assinar minha nomeação, essa procuradora veio-me dizer que iria para Campo Grande. Para você ver, lá em Campo Grande já sabiam de toda a trama [risos]...

Memória MPM – E depois disso o senhor foi para Brasília?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Isso é outro fato interessante. Eu estava aqui em Campo Grande, e tudo andava bem. De vez em quando, ligavam-me dizendo que, como eu era o mais antigo do quadro, iriam me promover. Mas eu sempre dizia que não aceitava promoção, pois, com o ordenado que nós ganhávamos, não tinha como eu sustentar minha família na Capital, ou numa cidade maior. Até que um dia, eu comecei a receber telefonemas de colegas de fora pedindo para trocar de lugar. Eram dois do Nordeste, pois como eu já seria nomeado para Brasília, um conseguiria vir para Campo Grande. Mas, eu não estava sabendo de nada e não trocaria com ninguém. Eles insistiam porque já era para sair o decreto. Porém, quando saiu a promoção, em 1986, o nomeado foi o Kleber [de Carvalho Coêlho]. Tudo bem, continuei em Campo Grande, e o Kleber foi para Brasília. Por antiguidade, depois, não teve jeito: eles tiveram que me nomear. Aí já estávamos em 1990. Porém, eu não me desloquei para Brasília. Até que recebi um rádio do subprocurador Antônio Brandão de Andrade, que estava exercendo interinamente o cargo de procurador-geral, confirmando a promoção. Depois do telegrama eu resolvi atender o dr. Brandão e ir para Brasília. Quis saber o que iria acontecer, onde eu moraria e como seriam as coisas. A sugestão dele foi morar no hotel ou alugar o apartamento vago de uma colega, pois a diferença de salário que receberia daria justamente para cobrir essa despesa.

Fui a Brasília com o plano de ficar apenas seis meses, pois já tinha o direito de me aposentar com mais de 35 anos. O Milton [Menezes da Costa] também estava lá, mas tinha deixado o cargo de procurador-geral em 1985, para reassumi-lo em 1990. Nesse momento, o procurador-geral era o Dudu [Eduardo Victor Pires Gonçalves], que insistiu para eu ficar, porque não tinha mais ninguém para nomear. Tanto é que eu, já como procurador de primeira, fui para Bagé, Recife, Belém do Pará, em substituição.

Anos mais tarde, o dr. Paulo Fontes se desentendeu com Kleber [de Carvalho Coêlho] e me confidenciou que tinha um arrependimento, pois fora ele quem fizera as gestões para me tirar da lista de promoção, substituindo meu nome pelo do Kleber. Ele me disse que ficava se perguntando onde que estaria então com a cabeça para fazer aquilo [risos].

A minha estada em Brasília se fez menos árida graças ao Antônio Brandão de Andrade, já falecido, em casa de quem eu almoçava e jantava, quase todos os dias. Ele era uma pessoa adorável, muito simples, viajava o mundo e mandava carta para a gente de toda a parte. Ele tinha um problema no coração, tinha sofrido um infarto no aeroporto de Cancun. Estavam insistindo para colocar uma ponte de safena. Mas não queria operar, porque afirmava que já o havia sido espiritualmente. Quando foi se aposentar, me perguntou: “eu tenho esse problema cardíaco que você sabe, se eu o apresentar na aposentadoria fico isento do imposto de renda, o que você acha?” Eu disse que ele deveria fazer, pois era um direito, todo mundo sabia que ele estava doente. Mas, ele insistia que tinha dúvida. Ele era todo cuidadoso com essas coisas e não gostava de pedir nada que não fosse efetivamente de direito. Era, além disso, um administrador muito previdente. Era uma pessoa fantástica. Para comemorar

os 80 anos, ele reuniu os amigos em Salvador. Chegando lá, encontrei o Paulo Fontes, o Kleber, que faleceu logo depois.

Memória MPM – Como foi a aposentadoria?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Me aposentei em dezembro de 1992, quando o Milton [Menezes da Costa] se encaminhava para o segundo biênio – o Milton fora procurador-geral nomeado entre 1977 e 1985 e retornou em 1990, já eleito pela classe e nomeado pelo procurador-geral da República a partir da lista tríplice. Eu era muito amigo do [Marco Antônio Pinto] Bittar e pedi ao Milton que nomeasse o Bittar para o meu lugar, pois embora eu já tivesse 35 anos de serviço, poderia ficar mais um tempo, então apenas me aposentaria se o Bittar fosse o contemplado. E assim foi.

Memória MPM – O senhor comentou que um colega foi cassado em Campo Grande...

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Não foi aqui, mas em Minas Gerais. Ele tinha um irmão auditor, acho que o nome era Nelson. Ele prestara o mesmo concurso que eu, alcançando a quarta posição, antes da Marly. Houve cinco aproveitados, mas havia inicialmente somente duas vagas: uma, para Bagé ou Santa Maria; e outra para Campo Grande.

Memória MPM – Houve também um auditor em Mato Grosso que foi cassado em Juiz de Fora...

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Esse era o Antônio de Arruda: foi uma tremenda injustiça! Éramos muito amigos. Ele foi cassado porque brigou com um general lá em Juiz de Fora. Um absurdo! Era uma pessoa boníssima. Magro, alto, natural de Cuiabá. Eu até me assustei quando recebi a notícia, pois o Arruda saiu daqui para abrir lugar para o Paulo [Jorge] Simões Correia vir para Campo Grande. Porque o Paulo era de Campo Grande.

Memória MPM – E quanto aos crimes propriamente militares?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Lembro-me de alguns. Em Cáceres, o coronel comandante da unidade tinha recebido uma verba para construir um muro em torno do quartel. Um vigarista o convenceu a aplicar o dinheiro numa olariazinha, que chamávamos muamba. Assim, ele faria os tijolos para o muro e para outras eventuais construções para o quartel. O coronel caiu nessa. O sujeito sumiu com o dinheiro do coronel e com a olaria. Instaurou-se um processo. O coronel era antigo e, para formar o Conselho, só havia um general. Convocamos o comandante de Dourados e o coronel do 10º Regimento de Cavalaria de Bela Vista, coronel Sapucaia, muito conhecido lá na região... Atualmente, há uma cidade com o nome dele, sujeito interessante, vivia com um charuto na boca [risos]. Conversando com ele na Auditoria, perguntei-lhe se a estrada estava boa (asfalto era uma coisa rara), e ele respondeu que estava mais ou menos: “Quando está boa, de lá até aqui, eu fumo dois charutos; mas, quando está ruim, como agora, eu fumo quatro.”

Ele media a estrada pelos charutos que fumava [risos]. Bem, o coronel de Cáceres acabou sendo condenado.

O problema de formar o Conselho era recorrente especialmente no que respeitava à Marinha. Quando apresentávamos denúncia contra alguém da Marinha, o processo era enviado para ser julgado na Auditoria do Rio de Janeiro, porque não havia oficiais graduados para formar o Conselho em Campo Grande. Até que o Dr. Holanda resolveu organizar o nosso deslocamento até Ladário, pois eram poucos processos lá. Assim, reunindo numa espécie de mutirão: o juiz-auditor, o escrivão, o escriturário, o advogado de ofício e um promotor.

Memória MPM – E conseguiam formar o Conselho lá?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Sim, lá havia oficiais, mas era muito mais difícil para eles se deslocarem para Campo Grande do que a gente para lá. Eu não sei se ainda funciona assim, mas procedíamos dessa forma.

Memória MPM – Há Capitania dos Portos?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Há o 6º Distrito Naval em Ladário que fica ao lado de Corumbá. Então nós julgávamos lá, onde ficávamos dois ou três dias.

Memória MPM – Quais os casos propriamente militares que aconteciam?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Aqui, o que mais nos dava trabalho era o 11º Regimento de Cavalaria, em função das deserções.

Memória MPM – E o problema do contrabando de fronteira?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Sim! Naquela época não havia Polícia Federal, então cabia ao Exército a fiscalização. O contrabando não era do Paraguai para o Brasil, mas o contrário, do Brasil para o Paraguai, de café. O Paraguai era um dos maiores exportadores de café do mundo, sem praticamente plantar um pé. Tinha um posto do Exército, chefiado por um sargento com quatro ou cinco soldados. O que acontecia? Suborno, ou seja, o contrabandista dava dinheiro para os soldados liberarem a carga. Mas às vezes aparecia um soldado sério que acusava. Um dia perguntei ao comandante por que eles colocavam no posto sargentos sabidamente corruptos. Ele disse que não poderia colocar soldados bons lá, pois era um castigo ficar uma semana longe da família, então se destacar só os corretos, eles se corromperiam, só para não irem para lá, por isso a mescla.

A esse propósito, acontecia uma coisa interessante, também. Os contrabandistas iam às concessionárias, no interior de São Paulo, geralmente, cidades como Presidente Prudente, Araçatuba, Bauru, e compravam um caminhão em prestações, dando uma pequena entrada em dinheiro. Enchiam e veículo de café e rumavam para o Paraguai. Quando chegavam ao posto e acontecia de serem apanhados pela fiscalização séria, a carga era apreendida, e o Exército

retinha o veículo. Apreendidos por terem sido utilizados em contravenção, o Exército passava a utilizá-los, pois a lei assim o autorizava. Mas era injusto com as agências de São Paulo (havia algumas de Campo Grande, também), pois perdiam um veículo pelo qual tinham recebido apenas uns 10% do valor. E o Exército fazia questão de acabar com o caminhão! Depois de muita conversa, consegui convencer o general a devolver os caminhões para as concessionárias, afinal, elas não tinham culpa.

Memória MPM – Algum outro caso propriamente militar que lhe tenha chamado atenção?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Sim. O vencimento dos militares era envelopado, pois não tinha esse negócio de depositar no banco. A missão de envelopar era a seguinte: ia um oficial ao Banco do Brasil com uma escolta e sacava a verba, depois eram conferidos os valores e envelopados individualmente. No fim não deveria sobrar nada, pois o dinheiro que era pego deveria ser a soma dos contracheques, isto é, a folha de pagamentos na íntegra. Um dia, todo mundo lá envelopando, um soldado pegou um pacote de dinheiro e ficou jogando para cima, brincando, distraído. Assim foi saindo da sala e ninguém viu. Quando ele percebeu, estava fora da sala com um pacote de dinheiro! Ficou apavorado! Sabe o que ele fez? Foi no banheiro, jogou o dinheiro no vaso sanitário e deu a descarga. Ao final da tarde, deram falta do dinheiro. Fecharam todo mundo e afirmaram que alguém ali de dentro o tinha roubado, não havia outra explicação. Apertaram até que o soldado confessou. Perguntaram onde estava o dinheiro e ele contou a história. Tiveram que abrir todo o banheiro, o encanamento do esgoto, entupiu tudo. Ele foi processado,

mas o coitado não tinha a menor intenção de roubar. Assim como não tinha o coronel de Cáceres. Os casos eram assim... Não havia muitas ocorrências, salvo as que envolviam sargentos e soldados ao contrabando de café. Em Bela Vista não tinha muito contrabando, mas em Ponta Porã era demais! Todo mês aparecia um sargento, um cabo, um soldado, que deixava passar o contrabando e acabava sendo pego.

Memória MPM – Esse contrabando de café era mesmo complicado. Acho que só se conseguiu coibi-lo depois que a Polícia Federal desencadeou uma ampla operação, já nos anos 1980. Aí a natureza do contrabando foi-se alterando. Começaram a levar carros furtados para o Paraguai...

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Sim, bem depois. Essa facilidade veio com o asfalto, mas antigamente as estradas de terra eram terríveis. Se o sujeito furtasse em São Paulo, até chegar aqui, já estava com o carro estragado. Mas, vou-lhe dizer, eu gostei muito de lidar com os militares. Sempre, é claro, há exceções, mesmo entre a gente, do Ministério Público, podia acontecer. Eu soube de um procurador nosso que deixava passar contrabando no Paraná. Era uma pessoa muito metida. Veio aqui, nem sei o motivo, e me procurou. Ficou hospedado no hotel de passagem da Aeronáutica, dentro da base. Eu, prontamente, me ofereci para levá-lo ao aeroporto. Cheguei à base, me identifiquei para o sargento e apresentei-o. Ele imediatamente mandou formar a guarda. Eu e o sargento ficamos nos olhando. Ele mandou de novo. O sargento foi lá e mandou formar a guarda. Daí eu passei com o carro, deixei-o no hotel. Quando voltei, o sargento, que me conhecia perguntou: “Doutor Flávio, o que é isso?” Respondi que também não sabia: “Se ele mandou formar

a guarda, de certo tinha direto, mas eu não tenho, e se tivesse, não o faria”. Depois ele foi afastado.

Memória MPM – Houve casos de conflitos no campo que tenham repercutido na Auditoria?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Sim, houve um do qual me recordo. Bastante rumoroso, até. No norte do Mato Grosso, uma companhia colonizadora estava fundando uma cidade, Santa Terezinha. Planejou tudo direitinho e previu uma avenida que passaria no local onde uma igreja havia sido erguida alguns anos antes. A companhia procurou o padre responsável, um francês chamado François Jentel, para acordar a derrubada da igreja, construindo-a em outro local, mas não se estabeleceu consenso. Como estavam para chegar uns operários que iam fazer as obras na cidade, o padre armou uns colonos que bloquearam a estrada por onde passariam. A companhia já sabia da emboscada e levou soldados do Exército para liberar o acesso. Houve um confronto, por sorte ninguém se feriu. Instalou-se um IPM e eu tive que denunciar o padre e a companhia.

Feito o processo, foi para julgamento em Campo Grande. Eu sabia que o juiz-auditor, que havia sido prefeito da cidade e deputado federal, o dr. Plínio Barbosa Martins, seria pela absolvição do padre Jentel, mas sabia também que havia uma pressão do Exército sobre os integrantes do Conselho, para a condenação. O padre foi defendido pelo Hélio Fragoso. Comentaram para ele que o juiz seria favorável à absolvição, mas que havia muita pressão para que o Conselho o condenasse. O Hélio Fragoso disse, então, querer conversar

comigo. Logo percebi o que era. Por sorte o oficial de Justiça entrou na sala nesse momento e disse que o doutor Plínio estava me esperando. Me desculpei com o Heleno para ir atender ao chamado. Assim, ele não teve como me falar que já sabia da instrução para que os quatro oficiais do Conselho condenassem o padre.

Eu sustentei a acusação. O advogado de ofício foi o desembargador do Estado. Fez uma defesa brilhante de um dos acusados. O Fragoso, ao contrário, fez uma defesa fraquíssima. Deceptionante, para um advogado tão famoso... Já o advogado da companhia, que veio de Goiás, em vez de defender os funcionários, atacou o padre Jentel ao extremo. Fez uma acusação bárbara! O chamou de tudo que era nome. O Fragoso ficou doente com aquilo – a gente percebia que ele estava se remexendo. Quando o Plínio perguntou se eu usaria a réplica, disse que não. Replicar o quê se o sujeito estava sendo mais duro na acusação do que eu? Eu não podia passar a defendê-lo, não era o meu papel como membro do Ministério Público Militar. Foi uma situação inusitada. O Fragoso ficou inconformado, pois esperava que eu replicasse de alguma forma. No final, foram quatro votos a um, pela condenação.

Memória MPM – Condenaram todos?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Todos, até os funcionários da empresa, a Companhia de Desenvolvimento do Araguaia – Codeara.

Memória MPM – Quando foi o julgamento?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Em junho de 1973, salvo engano.

Memória MPM – E o padre?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Foi condenado a dez anos de prisão. Cumpriu cerca de um ano da pena e acabou sendo expulso do país, em 1975. O caso teve muita repercussão. Lembro que alguém me identificou num jornal de Paris, porque publicaram uma foto do julgamento.

O procurador-geral na época era o Ruy de Lima Pessoa. O Milton [Menezes], que o substituiria em 1977, veio para Campo Grande para conversar sobre esse processo. Ele estava preocupado principalmente com o bispo de São Félix do Araguaia, o espanhol Dom Pedro Casaldáliga, que estava na região desde 1970 e era um adepto declarado da chamada teologia da libertação. De fato, insisti com o Milton que o foco não deveria ser o padre Jentel, mas sim o bispo, que era quem fomentava toda essa efervescência na região. Eu não gostava dele. Acabou sendo aberto posteriormente um IPM contra o bispo, mas eu já havia sido promovido e o caso não veio para as minhas mãos. Até hoje esse bispo Casaldáliga é um fomentador.

Memória MPM – O senhor mencionou antes o coronel que fazia os interrogatórios à noite, em Campo Grande. Como foi isso?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Ele me telefonava à noite, marcando para a meia-noite, e informava a senha de acesso. Até hoje tem o sistema de

senha e contrassenha. Eu chegava ao portão e dizia: “A bandeira verde”. O guardinha respondia: “E amarela e azul.” Uma conclusão até meio óbvia... Áí abriam o portão, e a gente passava. Uma noite, esqueci a senha, porque até já estava dormindo quando ele me ligou para me convocar para o interrogatório. Quando eu parei o carro em frente ao portão, escutei as armas sendo engatilhadas, perguntaram a senha, mas eu tinha esquecido. Expliquei para o sargento que o coronel estava me esperando, pedi para me deixar entrar, mesmo sem a senha. Acabou me liberando... [risos].

Memória MPM – Mas, por que os interrogatórios ocorriam nesse horário?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – O coronel era gozado, ele tinha mania de fazer assim. Afirmava que era mais calmo, que não tinha muita preocupação, ele gostava disso. Mas ele era uma pessoa correta, não apertava muito os presos... Mas nem tinha muito que apertar, viu? No Mato Grosso do Sul nunca teve comunista, nunca teve subversão ou terrorismo... Nem tínhamos entre nós motivo para isso, graças a Deus!

Memória MPM – Basicamente foi o médico, o vice-prefeito e depois o padre que foram presos?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Sim, praticamente só isso. O Nelson Trad jamais admitiu ser comunista. Era do PTB, nos anos 1960, mesmo partido do presidente João Goulart. Só isso. E mesmo o padre Jentel, que, aliás, era do Norte, e não do Mato Grosso do Sul, não podia ser classificado

como agitador subversivo. Sim, envolvera-se num incidente e precisava ser denunciado, considerando a dura legislação da época, mas nem era ele o grande fomentador da região.

A propósito do médico, passados alguns anos, um general comandante da Região Militar foi acometido de um problema cardíaco. Na hora do aperto, qual o médico que foi lhe atender? O doutor Alberto Neder! Prescreveu os remédios, bateu papo com ele e prometeu voltar no dia seguinte. Tudo muito cordial e profissional. Isto é, ele estava colocando a ética da profissão acima das questões pessoais e ideológicas. No dia seguinte foi lá, atendeu-o novamente, mediou a pressão. Aí o general se exclamou: “Doutor, você é tão atencioso, prestativo, é realmente inacreditável que seja irmão de um chefe comunista!” Aí o doutor Alberto retrucou: “Não, general, o irmão é o outro: eu que sou o chefe comunista!” [risos]. Então, para ironia do destino, o “chefe comunista”, que fora preso, estava agora salvando a vida do general comandante da Região.

Memória MPM – [risos] E quanto ao processo divisionista? O senhor chegou a acompanhá-lo?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Muito! Havia consenso, há décadas, na intelectualidade de Campo Grande, em torno da pertinência da proposta divisionista. Pessoas que estariam em polos opostos em questões ideológicas, como o doutor Alberto Neder e o procurador Oclécio Barbosa Martins, que denunciou os réus naquele primeiro IPM que incluía o estado todo, convergiam na condição de grandes doutrinadores e militantes em prol da causa divisionista, já desde os anos 1930.

Nos anos 1960, o Sul do Mato Grosso tornava-se um dos polos mais dinâmicos do mundo na criação do gado nelore, que fora importado por pecuaristas empreendedores da Índia, nos anos 1930. A economia do Sul era mais dinâmica do que a do Norte. A comunicação entre Norte e Sul era difícil. O Sul estava mais integrado a São Paulo, a Minas Gerais e ao Paraná. Aliás, tinha sido eminentemente colonizado por gente vinda dessas regiões; e por gaúchos, que subiram década após década, pelo Oeste. Então, havia também uma identidade cultural diferente entre as duas partes. Politicamente, o movimento sentira-se legitimado com a candidatura de Jânio Quadros à Presidência da República, porque o Jânio era natural de Campo Grande. Mas o mesmo Jânio jogou logo de saída água fria na fervura. O assunto ainda foi publicamente debatido nos anos seguintes, mas, com a Revolução, foi substituído por outros temas. Mas, se os políticos não tratavam mais do assunto em seus discursos e a intelectualidade não publicava mais artigos na imprensa, não significa que o movimento não estivesse vivo. Estava ativo, por exemplo, no âmbito da Justiça Militar, onde auditores e procuradores tinham identificação com a causa. Aí entrou o Governo Geisel; e, confesso, tive uma participação nesse processo, de certa forma até proporcionada pelo acaso.

Havia uma exposição de gado muito forte em Campo Grande, que já chamava a atenção do mundo. Como nutríamos laços próximos com o Paraguai, cujo presidente era o Alfredo Stroessner, delegações de lá vinham nos visitar, assim como nós frequentávamos a exposição deles. Numa dessas visitas ao Paraguai, o Stroessner comentou com o doutor Paulo [Simões Correia] que gostaria de participar de uma exposição em Campo Grande. O Paulo era então o secretário da Agricultura. Formulou um convite para o Presidente do Paraguai

tão logo começaram os preparativos para a [37^a] Exposição [Agropecuária e Industrial de Campo Grande, cuja abertura seria no dia 9 de março de 1975]. O Stroessner aceitou. O Itamaraty não acreditou.

Uma semana antes da vinda do presidente, foi aquele rolo todo para montar o ceremonial, para saber quem seria o ministro que o acompanharia, como seria a vinda do presidente Geisel para receber o Stroessner. Sim, porque ninguém tinha pensado em nada disso na Capital Federal, pois o convite tinha sido feito pelo secretário da Agricultura de Mato Grosso. Quando o Itamaraty finalmente entrou na jogada, todas essas questões afloraram.

Não havia hotel confortável na cidade. De forma que o Geisel precisaria se hospedar na casa de alguém. Escolheram a melhor residência, justamente a do doutor Alberto Neder! [risos]. O doutor Paulo pedira para eu fazer a intermediação com os militares, para saber o que eles queriam e assim ir atendendo às demandas. Quando eu percebi que a casa escolhida era a do doutor Alberto, alertei-os da incongruência: como o presidente da República se hospedaria na casa do grande “chefe comunista” que os militares haviam prendido anos antes? E coitado também do dr. Neder: depois de preso e processado, tratou o general Comandante da Região e agora teria de ceder a casa para abrigar o general Presidente da República? [risos]. No final, escolheram a casa vizinha. Foi algo muito rigoroso: 48 horas antes do presidente chegar, ninguém mais poderia entrar na casa, nem os empregados, nem os proprietários...

Memória MPM – [risos] E onde o Stroessner se hospedou?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Na casa do fazendeiro Renato Ribeiro, que está vivo, com mais de 90 anos.

Bem, a programação da manhã era sair da casa onde estava o Stroessner, de carro, pegar o Geisel e ir para o local do almoço, que seria na mesma quadra da casa onde o Geisel tinha-se hospedado. Chegando ali, o presidente Ernesto Geisel convidou o Stroessner para irem a pé: a distância a ser percorrida não era nem uma quadra! Falou para o chefe do ceremonial, que se chamava Aroldo Sampaio, que eles caminhariam de um ponto ao outro. O coronel chefe da segurança falou que não podia! Que os presidentes ficariam vulneráveis, expostos, que isso estava fora da programação. Daí começou um bate-boca entre o Sampaio e o coronel. No final das contas, eles foram andando e deu certo. Mas, em função dessa briga, aconteceu algo interessante comigo.

Na véspera da exposição, veio esse Aroldo Sampaio para ver com quem o Geisel iria conversar. Chamou o Eduardo Machado, coordenador da exposição, lá na base. O Eduardo pediu para eu ir junto. Começaram a discutir com quem o presidente falaria: com o Governador José Fragelli, com os deputados, com o prefeito de Campo Grande..., Mas como nós somos gente do interior, eu perguntei se ele iria falar com o bispo. Aí o Aroldo vira para mim e diz que nessa hierarquia o bispo não era nem equivalente a um sargento. Daí ele perguntou se eu queria falar com ele! Fiquei surpreso, claro! Ponderei a respeito e disse que só falaria se fosse para tratar da divisão do Estado. Afinal, seria o único assunto de interesse público que eu poderia abordar com o presidente. Ele respondeu categoricamente que sobre esse assunto não poderia, que sobre esse tema ninguém falaria. Sendo assim, eu não queria me entrevistar com o presidente.

A gente tinha recebido antes disso um questionamento do Itamaraty, que, dentre outras coisas, perguntava quais ministros viriam junto com o Stroessner, pois cada um deveria ser recebido pelo seu equivalente brasileiro, segundo o protocolo deles lá. Daí o Eduardo me pedira para eu ir a Assunção, descobrir quem viria junto com o presidente paraguaio. Deram-me um avião, chamei o Luiz Carlos Back, vice-presidente da Acrissul, diretamente envolvido na organização da Exposição, e saímos de manhã cedo, tanto que lá chegamos às 6hs da manhã. Fui atrás do chefe de cerimonial do Stroessner para tentar resolver a missão. Ele me respondeu que não sabia quem iria junto, pois normalmente o Stroessner acordava, fazia ligações e convidava quem ele queria, ou seja, era de acordo com o humor presidencial, com o clima político do dia, algo assim [risos]. Voltei para Campo Grande e relatei o problema: nem eles sabiam quem viria junto! O pessoal do Itamaraty ficou nervoso...

Foi organizado, então, o almoço no Rádio Clube: para umas 200 pessoas. Não era muito grande. Só que o Stroessner trouxe 250 fazendeiros junto com ele! Aí transferiram na última hora para o parque de exposição, deixando um punhado de gente mais chegada aos presidentes para o almoço no Rádio Clube. Todos os demais foram transferidos para um almoço no parque de exposições. Com isso, muitos brasileiros que tinham sido convidados ficaram de fora também. E eu que tinha distribuído os convites... A pessoa chegava ao Rádio Clube, e diziam que não podia entrar porque não estava na lista. Mas ela tinha convite em mãos. Só que a lista tinha sido toda modificada depois da chegada do Stroessner com 250 fazendeiros!

Então, no meio dessa confusão da caminhada, eu acabei esbarrando no Aroldo, que, para ser simpático, me cumprimentou: “E aí Flávio, tudo bem?” Eu disse:

“Tudo bem para você que pega um avião e volta para Brasília; eu vou ter que enfrentar essa turma de Campo Grande, para quem eu distribuí os convites e a quem vocês barraram: com que cara que eu fico?” Ele percebeu a minha chateação, disse para eu não ficar assim e perguntou de novo se eu não queria mesmo falar com o Geisel. Toda a história de novo: eu disse que, se fosse para falar com o presidente, eu faria a pergunta sobre a divisão do Estado. Ele questionou então se eu me incomodaria se ele não me respondesse e pedisse para eu me retirar da sala. Eu disse “tudo bem”: preferiria arriscar. Então ele me encaixou entre duas audiências.

Eu entrei na sala e lá estava o Geisel, olhando pela janela. Ele se virou e me perguntou qual era o assunto. Respondi que tinha somente uma pergunta: como ele encararia a divisão do Estado (já esperando que ele me mandasse sair em seguida). Mas, não! Falou para eu sentar e me deu uma aula sobre geopolítica. Ele era muito mais divisionista do que eu, isto é, tinha uma compreensão nacional do problema, não apenas regional, como a gente.

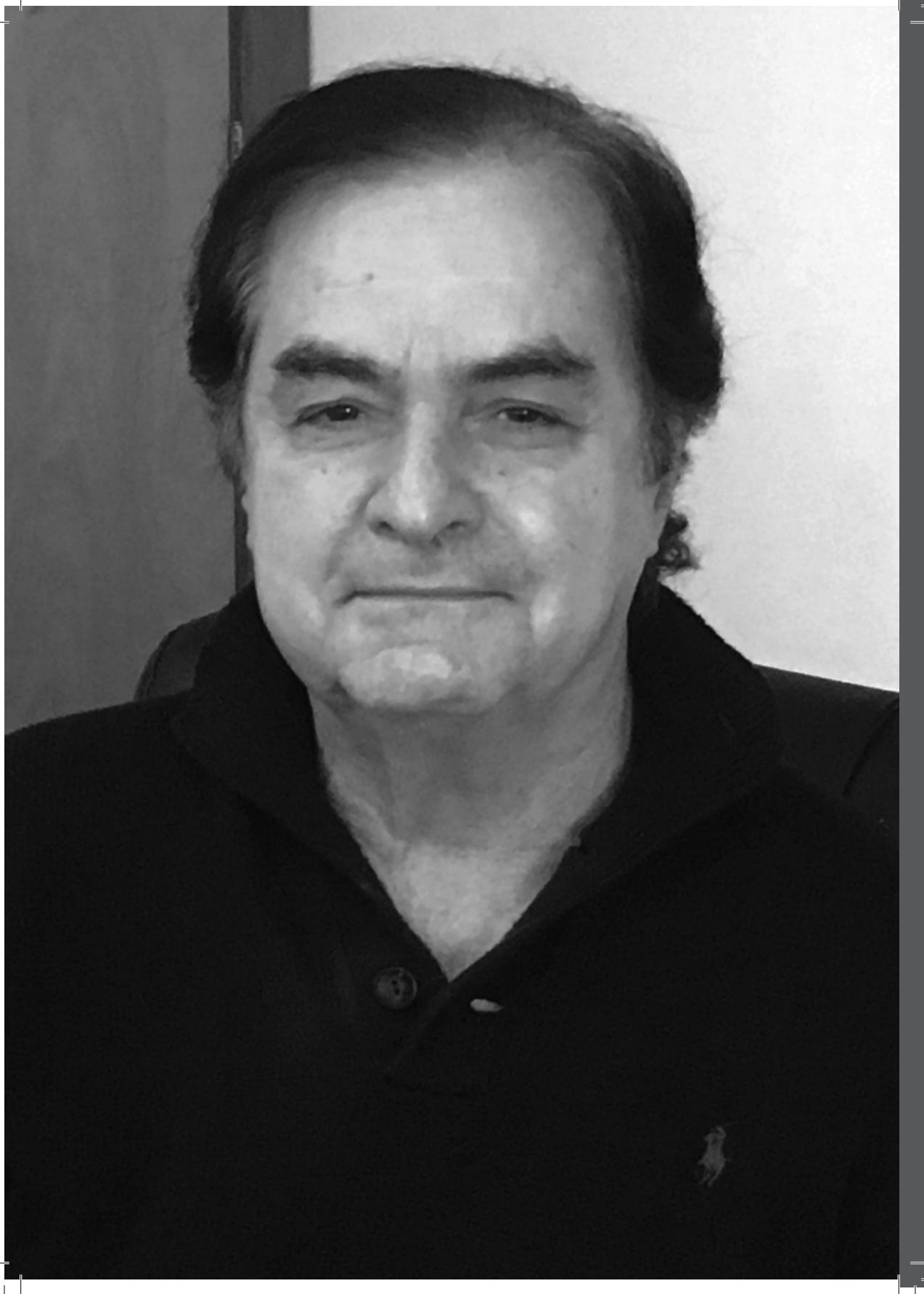
Garantiu que iria dividir o Estado, mas não porque nós, de Campo Grande, não gostássemos dos cuiabanos; ou porque achássemos que tínhamos outra identidade, uma economia mais forte, um modelo de empreendedorismo mais moderno; ou porque as comunicações com o Norte fossem precárias. Aliás, naquele tempo, as comunicações estavam até melhorando um pouco, porque o governo investia em estradas, em telefonia, como nunca se fizera. Mas dividiria porque temia estados com enorme extensão territorial cuja economia era enérgica. Ele tinha a São Paulo de 1932 em mente, isto é, o dramático momento em que o Estado mais desenvolvido da Federação se revoltara e pegara em armas contra a Nação, com uma proposta autonomista. Disse que,

se deixasse Mato Grosso inteiro, mais cedo ou mais tarde, poderia aparecer um governador que perceberia as condições para se tornar um país independente. Então ele queria acabar com isso, antes que essas condições se criassem. Falou mais: que mexeria no mapa de outras partes do país, precisamente para neutralizar, de saída, chances de secessões territoriais. A fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro se consumaria em uma semana, tendo já sido definida por lei no ano anterior.

Na saída, o presidente Geisel alertou-me que, se soubesse ter eu contado para alguém o conteúdo da nossa conversa, ele iria me desmentir, pois a imprensa já estava em cima, e ele não queria alvoroço. Ele me comentou algo mais, que depois me permitiu constatar como era difícil a vida de um presidente: se eu pudesse sugerir alguém, quem eu gostaria de ver como governador do futuro Estado? Não mencionei nome algum e procurei tranquilizá-lo, pois havia muitas pessoas qualificadas para assumir o cargo no Sul. Ele disse que estava preocupado, sim, pois o governador do Acre [Francisco Wanderley Dantas] estaria lhe dando um enorme trabalho. Na semana seguinte, encerrava-se o mandato do governador do Acre, e ele não foi reconduzido. Ainda perguntei mais uma vez: “e a divisão?” Ele me disse que, assim que sentasse o pó na Guanabara, ele concretizaria a divisão. Foi exatamente o que aconteceu. Em outubro de 1977, se consumou a divisão. Era uma pessoa sincera.

Quando chegou a hora, fizemos algumas reuniões para discutir qual seria o nome do novo Estado. Eu sugeri Campo Grande. Foi o primeiro nome aventado, inclusive divulgado nos jornais em 12 de outubro, no dia seguinte à lei ser sancionada pelo presidente. Mas acabou prevalecendo Mato Grosso do Sul. Tudo bem, afinal.

Memória MPM – Dr. Flávio, muito obrigado pelo depoimento!



LUIZ SÉRGIO CHAME

Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2019,
por Hebert Vilson França, no Rio de Janeiro.

Luiz Sérgio Chame nasceu em 29 de setembro de 1947, natural do Estado da Guanabara, hoje Rio de Janeiro, capital. É filho de Edmundo Jorge Chame e Carime Gauí Chame. Casou-se com Maria Lucia Alves de Almeida Chame e é pai de dois filhos: André Alves de Almeida Chame e Rodrigo Alves de Almeida Chame.

Cursou o ginásio, no Colégio Santo Inácio, no período de 1962 a 1965. Em 1970, concluiu o curso de Direito pela Pontifícia Universidade Católica.

Ingressou no Ministério Público Militar em 1973, após ser designado pelo então presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, para exercer a função de substituto de procurador de segunda categoria da Justiça Militar junto à Procuradoria da 11ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM), em Brasília.

Em seguida, foi convocado para funcionar em conjunto na Procuradoria junto à 1ª Auditoria da 1ª CJM, no Rio de Janeiro. Em 6 de junho de 1980, foi declarado substituto de procurador militar de segunda categoria pelo procurador-geral de Justiça Militar à época, Milton Menezes da Costa Filho, constituindo o quadro suplementar do MPM.

Nesse mesmo ano, em 15 de outubro, foi removido a pedido, da 2ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM para a 1ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, os integrantes do quadro suplementar que tinham adquirido estabilidade nas funções passaram a integrar o quadro da carreira do MPM, consoante art. 29, § 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

No período de 19 de novembro a 18 de dezembro de 1991, atuou perante a 2^a Auditoria do Exército da 1^a CJM.

Com o advento da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, houve nova alteração nas designações dos cargos, e Luiz Sérgio Chame foi enquadrado como promotor de Justiça Militar.

Em 7 de março de 1997, foi promovido, por antiguidade, ao cargo de procurador de Justiça Militar, aposentando-se no cargo em seguida, em 3 de junho desse mesmo ano.

Memória MPM – O senhor é do Rio de Janeiro?

Luiz Sérgio Chame – Eu sou natural do Rio de Janeiro. Nascido e criado no Rio de Janeiro e, num primeiro momento, quando entrei para a Procuradoria, entrei nomeado pra exercer a função em Brasília, mas, por uma coincidência enorme e inesperada, antes mesmo que eu assumisse o cargo em Brasília, eu estava no meu antigo escritório, e apareceu uma pessoa que eu não conhecia. Era um colega meu, que eu ainda não conhecia, me cumprimentando porque eu tinha sido nomeado pra a Auditoria de Brasília e perguntando se era do meu interesse, porque ele morava em Brasília, permitar comigo. Aí eu disse: sim, é de meu interesse! E então eu não cheguei a assumir a Auditoria em Brasília e iniciei já no Rio de Janeiro, sempre na Auditoria de Marinha, sempre.

Memória MPM – Então o senhor, na trajetória de MPM, esteve sempre lotado na Procuradoria de Justiça Militar do Rio de Janeiro?

Luiz Sérgio Chame – Sempre aqui no Rio de Janeiro, sempre na Marinha. Atuei perante as duas Auditorias de Marinha, ocasionalmente, cobrindo as férias de alguém, eu tenha atuado no Exército. Na Aeronáutica eu não lembro de ter atuado. Mas naquela ocasião eram totalmente seccionadas as Auditorias, bem diferente do que é hoje.

Memória MPM – Mas essa atuação só na Auditoria de Marinha tinha alguma justificativa?

Luiz Sérgio Chame – Foi uma coincidência. Não tinha nenhuma particularidade, eu não tinha nenhuma relação especial com alguma das três forças, mas eu, francamente, sempre gostei muito de atuar perante as Auditorias de Marinha, me agradou muito, sempre. Enfim, o ambiente era muito bom, o ambiente de trabalho era muito bom, então eu nunca fiz questão de mudar de lá. Por circunstâncias, quando eu estava prestes a me aposentar, faltando, talvez, três meses para me aposentar, surgiu a possibilidade de ser promovido a subprocurador, e aí eu fui promovido para um cargo que havia em Juiz de Fora, se a minha memória não me falha. Mas acontece que eu tinha um período de trânsito e por alguma circunstância me pediram pra ficar mais um pouquinho na Marinha. O fato é que, antes de eu chegar a ir para Juiz de Fora, completou o tempo de aposentadoria e eu acabei não indo para Juiz de Fora. Eu não me lembro exatamente por que, mas acho que me pediram pra ficar mais um pouco, que eu iria depois, e tinha um período de mudança, e eu não cheguei a assumir. Então a minha carreira foi bastante simples, porque o tempo todo atuei perante as Auditorias de Marinha.

Memória MPM – Voltando um pouco mais, o senhor estudou no Colégio Santo Inácio?

Luiz Sérgio Chame – Eu estudei no Santo Inácio, que era o colégio de referência, naquela época. Eu não sei se ainda hoje é uma referência, mas ainda é um bom colégio, mas na época era um colégio de referência.

Memória MPM – E sempre o objetivo era o Direito?

Luiz Sérgio Chame – Eu estudei no Santo Inácio e depois fiz a faculdade Católica de Direito. Passou pela minha cabeça em determinado momento que eu deveria tentar, tinha certo encantamento com a profissão de diplomata, que era uma coisa muito requintada na época. Aí passou pela minha cabeça e cheguei a fazer um cursinho, mas depois desisti e fiquei no Direito; e não me arrependo.

Memória MPM – Teve alguma influência familiar?

Luiz Sérgio Chame – Não. Se a gente pode falar de certas coisas que não dizem respeito especificamente à profissão, foi uma grande coincidência, na verdade, que me levou a ficar em definitivo com o Direito, porque eu, na ocasião, para aumentar minha mesada, ainda muito moço, dava aulas particulares. Era na altura dos 19, 20 anos, dando aula particular para a garotada de 11, 12 anos, então eu dava aulas particulares de inglês e de português, que eu conhecia bem. E numa dessas aulas particulares, um dos alunos era o filho do... não diria do fundador, porque esse escritório já veio do avô dele, mas do titular desse escritório na época: 1967, 1968, mais ou menos. Por isso digo que estou perto dos 100 anos [risos]. Então eu dei aula para esse rapaz e ele estava muito ruim nas notas e com perspectiva de não passar de ano e, enfim, não sei se exatamente por causa das aulas, mas o fato é que ele se esforçou e acabou sendo aprovado. E aí o pai dele que já faleceu, era na época o titular desse escritório, me convidou para jantar na casa dele para agradecer o fato de que o filho tinha sido aprovado. Ele não tinha perdido o ano e tal, por causa das aulas que eu tinha dado para ele. E durante o jantar ele me disse: você não tá estudando Direito? Eu disse: estou, mas estou ainda pouco inclinado se vou para a Diplomacia ou se não vou. O pai dele disse: enquanto você não decide,

vai trabalhar comigo lá no meu escritório. Essa que é a coincidência. Destino mesmo. E então eu fui trabalhar com ele. Na ocasião o escritório tinha 35 a 40 m² no máximo, enfim, era uma sala pequena lá na Travessa do Paço. E aí eu gostei tanto que desisti da ideia da Diplomacia, e depois, muito no começo da carreira, porque eu tinha 23 anos de idade, me surgiu a oportunidade de entrar para a Justiça Militar.

Memória MPM – Só uma dúvida: durante o curso o senhor permanecia nesse escritório?

Luiz Sérgio Chame – Durante toda a vida, desde 1967. Porque eu estagiei aqui. Naquele período, estava estagiando ainda. Depois me formei e continuei. O titular, então, faleceu. Eu fiquei aqui com mais um outro sócio, que ainda é o mesmo. Essa sociedade aqui tem 50 e tantos anos de absoluta calma, o que não é muito fácil nos dias de hoje. Então eu fiquei sócio da outra pessoa que tinha entrado pouco antes de mim, que é o Eduardo Kalache, que ainda é, até hoje, sócio. E o filho do advogado, que me chamou para o escritório, veio a se formar em Direito, e por uma questão moral a gente convidou ele para trabalhar conosco. Então hoje ele é o terceiro sócio aqui. Então são três sócios principais, o Eduardo, o próprio Manoel Costa Braga, que é o filho da pessoa que me abriu a advocacia, e eu. E são as mesmas três pessoas desde que nos formamos. Ou seja, está todo mundo aí desde que a gente se formou. Nunca houve nenhuma cisão, isso hoje em dia é bem difícil. E então a gente conviveu esse período todo em harmonia, felizmente, e hoje cada um tem um filho trabalhando aqui e é uma história de camaradagem, isso que é o mais importante para mim. Às vezes aconteciam algumas desavenças, mas nada que pudesse levar a um rompimento.

Memória MPM – E a Justiça Militar, quando ela passou a fazer parte do seu dia a dia?

Luiz Sérgio Chame – Com 23 anos me apareceu a oportunidade de entrar na Justiça Militar e eu fiquei um pouquinho preocupado porque, sinceramente, não sabia se eu tinha condições de exercer corretamente a função. Mas eu logo verifiquei que os códigos penais militares, processo penal, são relativamente pequenos, não são muito extensos, eu pude me familiarizar rápido com a legislação e tive, ao entrar na profissão, uma pessoa inesquecível, como mestre. Eu não sei, provavelmente ele não está vivo hoje, que ele já tinha muita idade, e eu nunca mais tive contato com ele, que foi o doutor Walter Wigderowitz, que era um procurador de uma sensatez extraordinária, um equilíbrio extraordinário e que certamente, no início de minha função, me ajudou bastante, porque além de ser um sábio por natureza, era alguém muito colaborador, muito próximo das pessoas com quem ele trabalhava. Ele me ensinou logo de saída uma coisa que nunca mais esqueci. Ele disse: Chame, a pior justiça é a justiça lenta. Certo ou errado, nós temos que fazer a justiça ser rápida. Então o nosso trabalho aqui é fazer. Errar todo mundo erra, acontece de errar sem intenção. Agora, se nós tivermos uma justiça lenta nós prejudicaremos as pessoas, que são levadas a serem julgadas, ou apreciadas pela nossa Justiça. Então nós temos que ter uma justiça rápida. Isso é muito importante. E isso me pautou porque ele sempre dizia “nada de ficar um mês, dois meses para tal pronunciamento, isso não nos serve”. Faz um pronunciamento. Releia o pronunciamento, veja se está ok. Tá ok? Entrega, porque nós não vamos retardar o andamento da justiça.

Memória MPM – E como foi essa chegada na Justiça Militar? Como era a estrutura, o Ministério Público, o vínculo com a Auditoria?

Luiz Sérgio Chame – A estrutura era bastante simples, comparando com a que existe hoje. Como não tínhamos uma boa estrutura para atuar, a gente se socorria totalmente às Forças... cada uma delas podia oferecer algo. Então atuávamos dentro do Arsenal de Marinha; e, no Exército, dentro de uma comunidade do Exército, que eu não me recordo bem; e, na Aeronáutica, dentro do Ministério da Aeronáutica.

Nossa estrutura era muito singela, porque a gente tinha que se socorrer para tudo e quase tudo do que as próprias Forças Armadas nos disponibilizavam na época. Isso gerava uma certa facilidade na medida que você, atuando o tempo todo, numa mesma força e, muito próximo do dia a dia deles, você compreendia melhor os casos que vinham para a sua mão. Você podia avaliar com bastante eficiência as coisas que chegavam, porque você vivia um pouquinho daquele dia a dia, pois você estava todo dia no arsenal, todo dia no Ministério da Aeronáutica e todo dia no Ministério do Exército.

Memória MPM – Nessa Auditoria de Marinha eram quantos membros?

Luiz Sérgio Chame – Nós tínhamos dois ou três procuradores (durante muito tempo tivemos três). Eram duas Auditorias de Marinha... o primeiro andar era a primeira, a segunda era no segundo. Mesmo prédio, mesmo lugar. E a gente tinha um procurador titular e dois substitutos; e um juiz titular e dois substitutos em cada Auditoria.

Memória MPM – Dispunha de alguma equipe de apoio? Servidores?

Luiz Sérgio Chame – Que eu me lembre a gente não tinha nem secretária. Mais à frente, passamos a ter uma pessoa para nos ajudar a datilografar. Não tinha computador. Mas no começo éramos nós mesmos quem fazíamos os despachos. Sentávamos na máquina e datilografávamos os despachos e tínhamos que fazer isso sempre rápido. Pelo menos onde eu estava a ordem era esta: Justiça lenta é Justiça prejudicial para todo mundo, então temos que fazer ela funcionar rápido.

Memória MPM – Lembra-se quanto tempo trabalhou com Doutor Walter Wigderowitz?

Luiz Sérgio Chame – Muito tempo. Eu tive 27 anos de carreira lá, porque eu nunca me beneficiei de nenhuma licença prêmio, então eu concluí o tempo com 27 anos. Eu diria que trabalhamos juntos por 20 anos. Acho que foi isso mesmo, porque ele também ficou lá o tempo todo, na mesma Auditoria que eu.

Memória MPM – E como a relação com Brasília, com a Procuradoria-Geral de Justiça Militar?

Luiz Sérgio Chame – Era muito distante. Não dispúnhamos de um canal tão aberto como é hoje.

Não tinha computador, celular, essas coisas todas. Não tinha a facilidade de estar indo para lá toda hora, voltar para cá toda hora. Eu me lembro que durante uma boa parte do meu exercício, o procurador-geral era o Milton Menezes da Costa Filho, que era uma pessoa extremamente bem preparada para a função que exercia. Ele vinha ao Rio constantemente, a gente não ia lá quase nunca. Ele vinha ao Rio constantemente e visitava as Auditorias, mas as dificuldades eram bem maiores do que as de hoje. Na verdade, a gente se comunicava muito com um escritório que havia aqui no Rio. Era uma coisa muito seccionada, mas a ligação com Brasília era realmente pequena.

Memória MPM – Tinha então uma Procuradoria?

Luiz Sérgio Chame – Tinha um escritório aqui no Rio com alguns funcionários e a gente resolia os nossos problemas todos através dessa Procuradoria aqui no Rio de Janeiro. As questões administrativas eram tratadas com esse escritório, coisa pequena. Às vezes a gente passava a carreira inteira sem conhecer os procuradores que atuavam em Brasília, porque não tinha a mesma facilidade de estar indo para lá, voltando para cá, tudo era mais difícil. Então quando havia um evento qualquer é que a gente acabava conhecendo as pessoas, porque às vezes passávamos muito tempo sem contato.

Memória MPM – Sofreu algum tipo de interferência de Brasília em sua atuação?

Luiz Sérgio Chame – Nenhuma... Não tinha a menor hipótese disso, nenhuma! Até porque eu não conhecia ninguém. Eu, por uma questão de temperamento,

isso talvez seja um defeito meu ou uma virtude, mas o fato é que durante o meu exercício na Procuradoria fiz algumas amizades com os procuradores que trabalhavam comigo, e com mais ninguém. Eu trabalhei na Auditoria de Marinha durante quase toda a carreira, eu nunca soube o nome de nenhum oficial de Marinha. Meu estilo é um pouquinho retraído, até hoje ainda é, então, me convidavam para cerimônias e nunca fui. Não por desatenção, é porque, enfim, não tinha motivo para ir. Isso não é nenhuma virtude, talvez seja até um defeito, pois pode ser interpretado como pouca gentileza ou como uma falta de educação. Mas era uma característica minha, então durante esse período todo eu não sei o nome de, talvez... acho que nenhum oficial de Marinha, embora eu tenha convivido com alguns que se repetiam nos conselhos, às vezes, os quais eu cumprimentava, sempre, com muita cortesia, mas eu não passava disso, pelo meu jeito pessoal. Simplesmente por isso. Nunca ninguém estimulou isso, nem para um lado nem para outro, mas o meu jeito era esse. Então minha convivência era com os dois procuradores. Eram os dois Walter. Walter Moutinho Montenegro e Walter Wigderowitz. Trabalharam comigo lá na Procuradoria durante um bom tempo. Então era o meu meio ali e não muito mais do que isso.

Memória MPM – O senhor lembra de alguma atuação que tenha marcado? Algun caso pitoresco?

Luiz Sérgio Chame – Me lembro de um que até virou filme, o Bom Burguês, que faz parte de uma época de tempos muito turbulentos. Um grande assalto ao Banco do Brasil. Não lembro que cifra era, porque não dá pra lembrar com as mudanças de moeda, mas era uma soma razoável. Em uma ocasião,

o condenado solicitou que alguém fossevê-lo... Estava preso, mas não era em num presídio, acho que era uma unidade militar, se não me engano, e ele solicitou que nós fossemos visitá-lo porque ele achava que tinha direito a uma progressão de pena, etc. O curioso é que estive com ele, sujeito até muito calmo, muito tranquilo, eu disse: porque você acha que tem direito à progressão? Ele disse: Porque tenho as minhas razões. eu disse: olha, uma das condições de atenuação de pena é reparar o prejuízo, mas no seu caso não há um centavo reparado. Ele, como estava, ficou, e ficou quieto. Quer dizer, na minha cabeça eu entendi que ele preferia não reparar o prejuízo e cumprir o restante da pena. Então aquilo foi muito interessante porque ele não respondeu nada. Depois disso virou filme, pois havia certo glamour nessa história, que eles tentaram misturar com ideologia política. A gente não sabe até hoje se era ideologia política ou se eram meros assaltantes, não temos certezas.

Memória MPM – Algum outro fato marcante?

Luiz Sérgio Chame – E outro fato interessante foi que uma vez chegou em minhas mãos uma carta de um indivíduo que estava preso, que fazia parte, também, de uma situação desse tipo, porque as pessoas que assaltavam bancos eram muito violentas. Se elas faziam aquilo em nome de ideologia ou não, eu não sei, mas elas eram muito violentas, na época. Enfim, chegou uma carta de uma dessas pessoas reclamando que não deixavam ele ouvir Chopin e Bach no presídio, e que ele não via nenhum inconveniente nisso. Esse é um fato jocoso, que eu tô contando, porque é interessante. Aí eu falei: bom, é natural, vou pedir informações ao diretor do presídio por que o moço não pode ouvir Chopin e Bach lá? Não vejo por que não! Eu nunca me esqueci da resposta

do diretor do presídio, pois foi formidável. Ele disse: doutor promotor, o seu atento ouvinte de Chopin e Bach assassinou com garfo e faca de cozinha um colega, semana passada, aqui no presídio. [risos] Aí eu falei: pô, já sei porque que ele tá assim. Mas enfim, quer dizer, o indivíduo, de ouvinte de Chopin tinha muito pouca coisa. O diretor me ironizou até um pouquinho, porque ele falou: seu atento ouvinte de Chopin e Bach. Falei: tá bem então, tá explicado, mas foi um outro fato curioso que eu não me esqueci. Teve alguns casos assim, que de engraçado não tem nada, mas que são curiosos. Tive problemas, porque morava em Copacabana, e num determinado dia me ligaram dizendo: eu estou aqui em baixo, se o senhor descer, o senhor vai ver o que vai acontecer. Era claramente uma ameaça. Mas eu era muito jovem e francamente eu não me impressionava muito com essas coisas. Aí eu falei para minha esposa: "olha, para ficar aqui e não descer não faz o menor sentido". Quer dizer, eu não vou descer mais? Que negócio é esse? Aí eu peguei o elevador e desci, fiquei andando pela rua e nada aconteceu, felizmente. Talvez hoje eu não fizesse isso, mas, quando você é jovem, você têm os ímpetos um pouquinho diferentes, né? E eu acabei descendo e nada aconteceu, mas eu recebi uns telefonemas brabos: sabemos onde o senhor mora e quando o senhor descer o senhor vai ver não sei o quê e tal. Falei: vou descer para ver o que acontece lá embaixo, porque não vou ficar sem descer mais, então tem que descer, e nada aconteceu. Era um blefe, felizmente, mas talvez eu não devesse ter feito isso. E hoje talvez eu não o fizesse, porque com a idade ficamos um pouco mais prudentes. Quando a gente é jovem, a gente é um pouquinho ousado demais. Lembro bem desses dois casos, mas foi um período muito bom, o melhor período em que eu trabalhei lá. Os advogados que militavam na Justiça Militar faziam questão que os assuntos fossem decididos na Justiça Militar. Eles nunca quiseram tirar o processo da Justiça Militar para excepcionar outro juízo, porque eles

confiavam muito na Justiça Militar. Os criminalistas todos com quem eu convivi confiavam na Justiça Militar. Nesse período, havia o problema da Segurança Nacional, gravíssimo. Quer dizer, processos de muita relevância, como processos de Segurança Nacional, naquela época histórica, por questões políticas. Mas os advogados que atuavam lá, nesse período, tenho certeza que só atuavam lá. Não digo que hoje seja a mesma coisa, não sei, porque estou afastado há 20 anos de lá, não sei como está, mas havia criminalistas de muito peso atuando lá o tempo todo e eles não excepcionavam o juízo, eles queriam que o processo fosse decidido lá por crer que a Justiça Militar era rápida e eficiente. Eles preferiam expor a situação lá e resolver lá mesmo. Eles simplesmente batalhavam lá, e os julgamentos eram feitos lá; e eram talvez os melhores criminalistas da época.

Memória MPM – Localizamos muitas matérias sobre o senhor no jornal Tribuna de Imprensa. Algum motivo?

Luiz Sérgio Chame – Era por uma razão muito simples. Isso era uma mera gentileza porque o Siqueira Jr., colunista do jornal, foi juiz auditor substituto da minha Auditoria. Trabalhou junto comigo. Ele era uma pessoa muito gentil, muito afável, e ele tinha uma coluna na Tribuna da Imprensa. Ele, por uma característica pessoal, gostava de homenagear as pessoas nos aniversários, nos aniversários de casamento, aniversário da esposa, coisa que o valha. Aí ele colocava notinhas o tempo todo na coluna dele, certamente escrevia muito a meu respeito, porque eu trabalhava na mesma Auditoria que ele. Eu até brincava com ele dizendo: “Siqueira, você às vezes lembra o meu aniversário de casamento, acho melhor você agora sempre lembrar, pois senão, acabo esquecendo e vou

levar uma bronca quando chegar em casa” [risos]. Pois eu, chegava na Auditoria e ele dizia: “Parabéns!” Eu dizia: “Por que Siqueira?” Ele respondia: “Seu aniversário de casamento é hoje.” Eu dizia: “Caramba, se você não fala... [risos]. Ainda bem que você falou, já levo umas flores na volta porque senão...” [risos]

Memória MPM – O senhor sempre exerceu a advocacia em paralelo à Justiça Militar?

Luiz Sérgio Chame – É, eu tive esse privilégio de poder exercer a advocacia. Eu nunca exercei a advocacia contra a União, isso não. Nem tenho muita certeza se era permitido ou não que fizesse isso. Acho até que era, mas por uma questão de critério nunca exercei a advocacia contra a União, mas advocacia cível e geral exercei sempre, esse tempo todo. Até porque se é uma coisa que a gente pode ou deve reconhecer é que o volume de processos na Justiça Militar é bem menor que na Justiça comum ou na Justiça Federal.

Memória MPM – Ainda bem que é assim.

Luiz Sérgio Chame – Ainda bem! Nós tínhamos uma certa facilidade, porque não era uma coisa exaustiva em termos de tempo devido ao número de processos que corriam por lá. Se bem que, repito: a gente pegou uma fase muito turbulenta, porque era difícil distinguir quando você estava lidando com uma ideologia política ou com um marginal. Era muito difícil distinguir isso. Todos se intitulavam defensores de uma ideologia política. Todos se intitulavam assim, mas certamente alguns deles não se comportavam dessa

forma, se comportavam como marginais e aproveitaram a situação para cometer crimes. Isso fez com que a gente tivesse processos bastante delicados e bastante nervosos, naquela época, porque às vezes envolvia, de fato, ideologia política e às vezes envolvia marginais que se escondiam atrás do nome de ideologia política. Como eu digo, essas pessoas que cometiam assaltos a banco dificilmente ficavam só na ideologia política, pois era uma coisa muito violenta, no geral. Talvez tenha sido a época mais difícil da Justiça Militar, nos últimos anos, que a gente passou lá. Eu me lembro que em diversos julgamentos os acusados ficavam o todo o tempo me encarando. O Conselho estava de frente a eles e eu sentava do lado. Eles me encaravam para tentar me intimidar. Em vez de olharem para o Conselho, que seria uma coisa natural, ficavam me encarando para intimidar, evidentemente. Enfim, do andamento, em geral, da Justiça Militar esse foi um período muito difícil.

Memória MPM – O senhor presenciou esse momento de transição, tanto do fim do período militar quanto também da Constituição Federal, de 88, da aprovação da Lei Complementar nº 75/93. Como tudo isso impactou a instituição? Como foi esse momento?

Luiz Sérgio Chame – Bom, o problema é que eu me aposentei no ano de 97. Só consigo me lembrar do lado prático da coisa. O lado prático é que nós fomos parando de ter aqueles processos muito delicados, muito difíceis. Foram parando de acontecer, pois eram julgados e terminavam. As coisas pararam de acontecer nesse período da mudança. Não me lembro, assim, de uma mudança enorme ou de uma coisa que pudesse sentir. Não me lembro, a não ser pela redução dos casos de processos contra a Lei de Segurança Nacional. Fora

isso eu não me recordo de nada que tivesse mudado assim. Durante todo o tempo em que atuei nesse período da turbulência política foi na Marinha. Mas eu não me lembro, francamente se houve uma mudança grave que tenha sentido. Simplesmente os casos foram mudando, só isso. Passamos a ter mais casos tipicamente militares e menos casos de Segurança Nacional, que foram acabando. Para mim, a mudança foi essa.

Memória MPM – E após aposentar-se no MPM, continuou atuando na advocacia?

Luiz Sérgio Chame – Depois que eu me aposentei, infelizmente ou felizmente, passei a trabalhar mais [risos]. Passei a trabalhar bem mais que eu trabalhava antes. Porque estava aposentado e aí então só tinha essa atividade. E tinha um filho que estava caminhando na advocacia, então eu resolvi mergulhar de cabeça na advocacia até para abrir espaço para ele, que está comigo hoje aqui, inclusive. Tinha mais tempo e tinha que recomeçar para estimular e para, enfim, poder caminhar na advocacia, de que eu também sempre gostei demais. Nem por um minuto me imagino diplomata, como pensei em ser um dia na vida. Nem por um minuto. Nem sei por que isso passou pela minha cabeça, mas eu recomendo a todo mundo que adote essa profissão. Adoro minha profissão! Tenho um filho que já está comigo aqui, o outro não quer ser advogado; e também estou fazendo força para o meu neto ser advogado, mas ele não está querendo, então não sei como é que vai ser. Mas enfim, eu sempre gostei dessa profissão, sempre fui um apaixonado pela profissão, sempre gostei.

Memória MPM – Não pensa em aposentadoria da advocacia?

Luiz Sérgio Chame – Não. Eu posso fazer uma brincadeira?

Memória MPM – Claro!

Luiz Sérgio Chame – Eu me lembro que, quando eu tinha 20 anos de idade, eu dizia para as pessoas: olha, vou fazer uma proposta para o INSS, vou propor ao INSS que eu me aposente dos 25 aos 50, depois eu trabalho o resto da vida. Mas infelizmente o INSS não aceitou essa proposta. Então agora eu não penso em jamais me aposentar, de jeito nenhum, pelo contrário, só saio daqui o dia que eu cair aqui dentro, aí eu saio! Antes de cair aqui dentro, eu não saio. Eu vou ficar aqui direto, eu acho que chega uma fase da vida em que o trabalho se torna uma coisa indispensável para você, mais do que o descanso. Eu não sei como as pessoas convivem com aposentadoria. Eu não conviveria bem com isso não. Então eu vou ficar aqui até o dia em que eu tomar um tombo aqui dentro e não conseguir me levantar. Aí não tem jeito...

Memória MPM – Há alguma coisa em relação ao Ministério Público Militar que o senhor queira destacar?

Luiz Sérgio Chame – Eu tenho um carinho imenso pela instituição. Não tô falando da boca pra fora. Tenho um carinho imenso pela instituição. Às vezes me recrimino de não estar numa ou outra ocasião em que tem alguma comemoração, mas eu vou cuidar para que isso não aconteça mais daqui pra

frente. Eu só me relacionei com gente de primeiro naipe lá o tempo todo. Eu não tenho nenhum ressentimento contra ninguém da Procuradoria. Nenhum, nenhum, nunca tive. E tenho certeza, porque eu sempre fui muito bem-aceito por todo mundo. Não sei se querido, porque não tô na cabeça dos outros, mas creio que sempre fui muito bem-aceito. Então quando alguém me telefona de lá eu fico felicíssimo, porque foi um período muito bom da minha vida. Muito bom mesmo. Se eu não tivesse a necessidade de caminhar na advocacia para encaminhar meus filhos, eu teria ficado lá, mas como tinha essa outra porta e já tinha o tempo cumprido, de aposentadoria, optei por parar para poder investir aqui, na profissão, e deixar o caminho aberto para os meus filhos. Mas eu tenho o maior carinho pela instituição, tenho o maior orgulho de ter feito parte. Eu sei, hoje em dia, o que é a Justiça comum e geral, e comparo ela com a Justiça Militar na qual eu funcionei vários anos e não dá pra comparar. Tenho um carinho imenso, tenho um orgulho imenso. Eu só fiz amigos, não me lembro de ninguém com quem tinha tido o mais leve estresse, ninguém. E acho que as pessoas pensam assim de mim mesmo porque ninguém nunca teve nenhum estresse comigo também. Eu não conheço como está o órgão hoje em dia porque não tô lá há muito tempo, mas todas as vezes que vou gosto demais. É uma enorme honra quando lembram de mim. Porque lembro de uma época muito boa, muito boa mesmo! Serviu pra me afirmar como profissional, serviu pra me afirmar como advogado também, atuando na parte criminal. E o ambiente que eu encontrei lá dentro, durante os anos em que estive lá, foi irretocável, e nisso eu exalto muito porque só conheço esse lado, os militares da Marinha com quem convivi foram sempre de uma elegância extraordinária, de uma tranquilidade, de um equilíbrio fora do comum. Tanto que aqui, em frente do meu escritório, temos a Escola Naval, e volta e meia, quando eles têm uma festividade, me dá um certo saudosismo..., e

aí eu fico pensando: ninguém me conhece mais aqui, não é possível, então tenho lembranças muito boas. Gostaria muito de continuar sendo lembrado, gostaria muito de continuar convivendo com os amigos que eu deixei lá e com as novas pessoas que estão chegando, que ainda não conheço, e gostaria de conhecer melhor. No aniversário de 40 anos da Associação Nacional do Ministério Público Militar, em 2018, eu não pude ir. Perdi a oportunidade de ser apresentado a uma boa parte dos novos procuradores que estavam lá. Queria ter sido apresentado a esses colegas, para enfim, trocar uma ideia com eles, de como está situação hoje etc. É uma lembrança muito positiva na minha vida. Sinceramente, pode estar certo disso.

Memória MPM – Muito obrigado, doutor Luiz Sérgio Chame, agradeço pela entrevista concedida.



LUIZ ANTÔNIO BUENO XAVIER

Entrevista realizada na Procuradoria-Geral de Justiça Militar, em Brasília, no dia 3 de setembro de 2019, por Hebert Vilson França e Leila Rosa Garcia.

Luiz Antônio Bueno Xavier nasceu em 6 de dezembro de 1945, na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. É filho de Romeu Xavier e Iracema Bueno Xavier. Casou-se com Irene Schlottfeldt Xavier, com quem teve duas filhas, Ana Luiza Schlottfeldt Xavier e Tais Schlottfeldt Xavier, e um filho, Luiz Antonio Schlottfeldt Filho.

Prestou serviço ao Exército, após ser convocado pela 9^a Circunscrição de Serviço Militar da 3^a Região Militar, em 1965, onde passou o ano como soldado. Após quitar suas obrigações para com o serviço militar, foi contratado pelo Departamento dos Correios e Telégrafos, do então Ministério da Viação e Obras Públicas, onde exerceu a função de Pessoal Temporário e de Obras, nos anos de 1966 a 1968. Em 1970, prestou serviços à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, como aluno bolsista do Curso Secundário de Formação de Inspetor e Escrivão da Academia de Polícia Civil. Entre março de 1972 e março de 1973, foi acadêmico do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Antes de ingressar nos quadros do Ministério Público Militar (MPM), atuou ainda como oficial administrativo concursado da Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, nos anos de 1973 a 1976. Nomeado por Decreto de 4 de outubro de 1976, para exercer o cargo de substituto de procurador de terceira categoria junto à Auditoria da 5^a Circunscrição Judiciária Militar, em Curitiba, Paraná.

Em 13 de setembro de 1979, foi designado para atuar perante a 3^a Auditoria da 3^a Circunscrição Judiciária Militar, em Santa Maria/RS. Em 6 de junho de 1980, foi declarado substituto de procurador militar de segunda categoria

pelo procurador-geral de Justiça Militar à época, Milton Menezes da Costa Filho, constituindo o quadro suplementar do MPM. Foi agraciado, em 1º de abril de 1987, com a Ordem do Mérito Judiciário Militar, no grau Distinção. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, os integrantes do quadro suplementar que tinham adquirido estabilidade nas funções passaram a integrar o quadro da carreira do MPM, consoante art. 29, § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Em 3 de maio de 1990, realiza permuta, a pedido, retornando à 3ª Auditoria da 3ª Circunscrição Judiciária Militar, em Santa Maria/RS. Com o advento da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, houve nova alteração nas designações dos cargos, e Luiz Antônio Bueno Xavier foi enquadrado como promotor de Justiça Militar. Em 2 de outubro de 1995, foi promovido, por critério de antiguidade, ao cargo de procurador de Justiça Militar. No ano seguinte, 1996, em 18 de novembro, nova promoção na carreira, agora por merecimento, ao cargo de subprocurador-geral de Justiça Militar, sendo removido, *ex officio*, da Procuradoria de Justiça Militar em Santa Maria/RS, para a sede da Procuradoria-Geral de Justiça Militar, em Brasília/DF. Durante sua trajetória no Parquet Militar, exerceu as funções de: coordenador regional do 8º Concurso Público para Promotor de Justiça Militar (8º CPJM), em 1997; suplente de corregedor-geral, nos anos de 1997, 1999 e 2002; suplente da Comissão Geral Eleitoral, em 1998; corregedor-geral do MPM, de 1999 a 2000; membro da Câmara de Coordenação e Revisão (CCR), nos anos de 1998 e de 2002 a 2003; suplente da CCR, em 2000; e conselheiro da Ordem do Mérito MPM, em 2000. Em 9 de maio de 2003, aposentou-se, voluntariamente, no cargo de subprocurador-geral de Justiça Militar.

O subprocurador-geral de Justiça Militar aposentado Luiz Antônio Bueno Xavier faleceu em 12 de junho de 2021, em Balneário Camboriú/SC.

Memória MPM – Como foi sua infância? O senhor falou que é de Santa Maria?

Luiz Antônio Bueno Xavier – A minha infância foi a melhor do mundo, a minha juventude foi a melhor do mundo! Porque eu era daquele tempo, cidade interiorana. Ia ao colégio, botava um calção. Minha mãe e meu pai trabalhavam, eram funcionários públicos; a gente ficava livre à tarde. A gente podia sair depois do almoço e voltava antes das seis. O pai chegava às seis. Então, era brincando o dia inteiro. Como jovem também, foi uma vida tranquila. Eu aproveitei todas as etapas da minha vida vibrando, faceiro, tranquilo.

Memória MPM – O senhor também serviu o Exército.

Luiz Antônio Bueno Xavier – Eu servi o Exército com 18 anos, na 9^a CR, já extinta. Agora é Circunscrição de Serviço Militar. Faz o serviço militar, convoca o pessoal, vê quem não chegou, quem não se apresentou.

Memória MPM – O senhor serviu e depois começou o curso de Direito?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Não, não. Servi e tentei fazer Odontologia. Meu pai queria que eu fosse dentista. Fiz vestibular, mas não passei para Odontologia. Fiz um concurso público para a Polícia Estadual do Rio Grande do Sul. O curso era em Porto Alegre. Eram seis meses de curso. Então eu fiz o concurso, passei e fui assistir às aulas. Seis meses eu assisti a aulas e ganhei uma ajuda de custo. O último exame era o de psicotécnico. Fui nomeado para uma cidadezinha do interior, mas faltava esse exame. Uma pessoa disse

que eu não podia fazer esse exame, que eu não podia ser policial, que eu não apresentava a tranquilidade de um policial, não sei! Que não tinha vocação pra ser policial. Aí não me nomearam. Então eu voltei para Santa Maria sem “eira nem beira”, sem emprego, sem nada. Mas, quando eu estava estudando nesse curso, vi as matérias de Direito e me agradei. Fiz o vestibular de Direito e passei. No mesmo ano, fiz concurso para a Caixa, passei e cursei toda a faculdade trabalhando na Caixa. Trabalhava na Caixa de tarde e indo de manhã quando não tinha aula. De manhã as aulas eram das 8 às 11h30min.

Memória MPM – Tudo em Santa Maria?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Tudo em Santa Maria. Universidade Federal de Santa Maria.

Memória MPM – E como foi parar no MPM?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Eu me formei. Convidei todos os meus parentes, meus amigos para a minha formatura. Eu tinha um cunhado que era deputado federal aqui em Brasília, o Aldo Fagundes. Foi ministro do Superior Tribunal Militar, mais tarde. E ele veio na minha formatura. Eu o coloquei sentado à mesa, para ele me entregar o diploma. Então ele foi meu padrinho. Ele voltou para Brasília e falou com o irmão dele, que era o João Fagundes, um assessor que conhecia o Dr. Milton Menezes da Costa Filho, então procurador-geral de Justiça Militar. Ele me indicou e o Dr. Milton me nomeou. Naquele tempo não tinha concurso. Só se entrava assim. Então eu entrei, em outubro de 1976.

Memória MPM – O ingresso no MPM foi em Curitiba, conte-nos como foram esses primeiros anos?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Eu fiquei em Curitiba de 1976 até 1981 ou 1982... Minha primeira filha nasceu lá. Aí a vida apertou. A gente ganhava muito pouco. Quando eu cheguei lá em Curitiba, o diretor de secretaria da Auditoria veio tirar sarro da minha cara: “Pô tu vem para essa miséria de dinheiro, como é que tu vai viver aqui com esse troço?”. Tirava sarro da minha cara. Os caras ganhavam bem. E nós trabalhávamos junto ao auditor, na 5^a Auditoria.

Eles cederam uma sala para nós, não tínhamos nem papel. As máquinas de datilografia também eram deles, da Auditoria. Eles cediam as máquinas para nós e nós mandamos fazer, os colegas e eu mandamos fazer um papel com timbrezinho. Não tinha timbre, era um troço “Procuradoria da Justiça Militar”. E usava aquele papel. Então eu vim a Brasília e falei com o doutor Milton Menezes: “Olha doutor Milton, não dá para ficar lá mais, eu não tenho condições de viver lá. Vou voltar para o Sul. Vou tomar outro rumo. Assim não dá!” Ele respondeu: “É, mas eu vou resolver. Você vai para Santa Maria, não tem problema”. Eu sou de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Nasci, me formei e me criei lá. Ele disse: “Não tem problema, você vai para lá. Mas você vai me prometer que quando o teu colega tirar férias lá, você irá substituí-lo em Curitiba. Sem ajuda de custos, sem passagem, sem nada. Pegar ou largar. Fui para Santa Maria. Esse colega, Bertino Ramos, sequer me recebeu quando cheguei a Curitiba. Era uma pessoa muito difícil. Brigava com todo mundo. A minha filha nasceu lá e ele não foi me visitar, não conheceu a minha filha.

Memória MPM – Só eram os dois na Procuradoria?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Só nós dois. Então eu fui para Santa Maria com minha família. Logo ele tirou férias, de noventa dias, e eu tive que voltar para Curitiba. Foram noventa dias sem diária, sem passagem, sem nada. Como eu tinha uns conhecidos lá, me deixaram passar um tempo no Hotel de Trânsito. Passei três meses lá, no “beijo”. Sem pagar nada. Depois retornei para Santa Maria e fui ficando, ficando... aí se acomodaram. Até que a Doutora Rita Laport foi designada para Santa Maria, mas nós trocamos. Eu fiquei em Santa Maria e ela assumiria em Curitiba. Mas por alguma razão que agora não lembro, ela não foi para Curitiba. Quem apareceu foi o Doutor Péricles Aurélio Lima de Queiroz. Ele passou no concurso e foi nomeado para Curitiba.

Havia dois processos grandes em Curitiba quando eu cheguei. Duas subversões, uma com vinte e poucos réus e a outra com trinta. A curia metropolitana de São Paulo tinha uma equipe de advogados que defendia o pessoal. Onde tinha Auditoria, essa equipe ia para defender. Dividiam os acusados entre eles: um pegava um, outro pegava quatro, outro cinco, e todos falavam, acusavam. O doutor Bertino me disse: “Marcaram um julgamento para uma semana, e o outro julgamento para outra semana”. Como ele não sentava com o juiz, tinham brigado não sei quando, ele pediu férias. Então caíram no meu colo esses dois processos. Complicado. Fiquei apavorado. Pensei: “Tenho que arrumar uma coisa para derrubar esses caras no dia da audiência”.

Fui para o julgamento. Estava a televisão, estava todo mundo lá. Fiz a análise de atuação de cada um, explicando como ele agia, as reuniões em que eles participavam e fechei assim: “Eu vou deixar para os advogados, para eu replicar

o que eles disserem". Aí eles vieram todos "suavezinhos". Quando deram a palavra para mim, de novo, eu não repliquei. Selei, não ia arregar. Vieram me entrevistar. Eu disse: "Não, o que eu tinha para falar, eu falei nos autos." Eu sempre fui assim, nunca dei entrevista para ninguém, em lugar nenhum. O promotor, na minha opinião, fala nos autos. Promotores e procuradores que dão entrevista por aí, para mim, não estão com nada, porque não somos feitos para isso. A nossa função é um pouco mais sublime que isso. Ficar nessa "lambança de que disse-me-disse" não existe. Eu dizia: "Mas eu, o que eu falei, falei para o público, o senhor podia ter gravado. Minha opinião é essa, entendeu? Não tem problema."

Memória MPM – Em Curitiba, o senhor atuou num caso de assalto ao Banco Bamerindus?

Luiz Antônio Bueno Xavier – O primeiro a ser condenado à pena de morte foi um cara desses assaltos. Ele ganhou na loteria e ficou rico, arrumou uma noiva e gastou o dinheiro da loteria. Mas ele queria manter essa noiva, fez um assalto e matou, dentro de um Volkswagen, um policial. Encheu de tiros o policial. Os outros policiais encheram ele de bala, mas ele não morreu. Deixaram ele no chão. Aí vieram outros, recolheram ele e levaram pro hospital. Ele se curou. Esse cara foi o primeiro a ser condenado à pena de morte. Eu atuei nesse processo.

Memória MPM – Ele foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Sim, a Lei de Segurança Nacional, porque tinha a pena de morte. Assalto a banco com morte, a pena era essa. E assalto a banco comum, a pena começava com 10 anos. Então os bandidos comuns começaram a parar de fazer assalto a banco porque a condenação deles era rápida e era no mínimo 10 anos. Só quem continuou assaltando banco foi a subversão, para manter aquele pessoal todo.

Memória MPM – Como era a estrutura da PJM Curitiba?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Tinha muito serviço. Eu estava sempre atrás da máquina. Não tinha sequer linha telefônica para telefonar para o doutor Milton. Eu tinha que usar um orelhão. Você acredita?

Memória MPM – Os senhores ocupavam espaços cedidos pela Auditoria mas não podiam usar os telefones?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Não. Mas de repente, se o auditor era seu amigo, ele emprestava, se ele não era seu amigo, não te emprestava. Então tu dependias do auditor, entendeste? Mas o juiz que atuava lá ficou meu amigo; até foi meu avalista na compra de um carro. Eu fiz amizade com ele. Depois o outro juiz, de lá, o Djalma Goss, um sujeito fabuloso, formidável, me deu muita mão lá. Esse troço do pessoal falar que juiz não fala com promotor..., eu sentava do lado da cadeira dele e ele me dizia: “Que que tu acha daquele...”. Respondia: “acho que isso aqui...” Ele: “Então, acho que é isso aí... tá! isso aí, cara, leia no Código aí”. Ele foi como um pai para mim, era um sujeito

de idade. Depois eu pude retribuir isso em Santa Maria, quando ele foi promovido para lá. Arrumei um apartamento para ele alugar. Fiz uma festa para ele, um churrasco. Mas ele teve um problema de saúde, não tomou posse. Ficou doente e morreu logo depois.

E por lá passaram diversos colegas. Em Santa Maria, eu procurei dar aquela recepção que eu não tive em Curitiba. Todos os procuradores que passaram por lá, na minha época, foram bem atendidos. Eu procurava arrumar casa para eles. Se eles pudessem comprar, arrumava para comprar, cuidava da estadia. Conseguí uma vaga para a filha da doutora Adriana Lorandi, que foi procuradora-geral de Justiça Militar, num colégio de americanos.

Memória MPM – Desse período da primeira instância, o senhor se lembra de algum caso interessante em que tenha atuado, que tenha repercutido?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Uma coisa que notei é que nunca consegui condenar um médico. Eu tive diversos processos com médicos, e nunca consegui condenar. Porque nós dependemos de laudo emitido por outro colega dele, atestando que ele foi negligente. E o colega dele vai dizer sempre que ele usou as normas.

Memória MPM – O senhor, na primeira instância, só atuou em Curitiba e em Santa Maria?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Sim, Curitiba e Santa Maria.

Memória MPM – E, então, a promoção a subprocurador-geral? Como foi a saída de Santa Maria e a vinda para Brasília?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Ah! Foi uma beleza, uma festa. Eu dei uma festa para uns colegas lá e vim para cá. Arrumei a casa para alugar, aluguei a casa, minha esposa veio depois com a minha família, todo mundo veio para cá e ficamos aqui. Eu demorei muito em concorrer. Já era promotor e achava que estava bom, acomodei, coisa e tal. Então eu digo: “Esses caras sendo promovidos antes de mim, me passando na cara, não vou ficar aqui todo o tempo, vou pra lá”. Então me inscrevi e fui promovido por merecimento, quando eu vim para cá. Não foi por antiguidade, foi por merecimento, que eu ganhei a promoção.

Memória MPM – E, já em Brasília, o senhor foi corregedor?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Fui corregedor. E essa parte da correição tem um fato estranho, na época do doutor Kleber. No segundo mandato dele, o pessoal desligou dele, os subprocuradores, porque ele era muito autoritário: gritava com todo mundo, com os pequenos, com os funcionários, era na ponta do pé. Era na nossa sede antiga, ali no Setor de Autarquias Sul. Fazia horrores com as pessoas. O pessoal foi-se enchendo dele, e ninguém que ele nomeou para corregedor quis tomar posse. Então ele me disse: “Tu vais?”. Respondi: “Eu vou. Eu acho que a instituição é bem maior do que eu. Eu vou no sacrifício, mas eu vou”. Aí eu fui, fiquei até o fim do mandato dele e fui reconduzido pela Adriana. Fiz um plano de correição, mas a Adriana resolveu refazer o meu plano, sem falar comigo. Então quando ela me apresentou o plano, fui

ao Conselho Superior e pedi demissão. Eu disse: “Não quero mais, pois não tiveram consideração comigo.” Aí a doutora Adriana rompeu comigo. Eu já estava quase indo embora e não quis mais brigar.

Memória MPM – E como era trabalhar com o doutor Kleber?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Era violento. Mas eu dei uma corrida nele. Ele me respeitava. Foi pedir meu voto, corri com ele do meu gabinete. Agora, o Kleber, com toda essa loucura dele, fez o Ministério Público sair de uma Kombi. Nós cabíamos dentro de uma Kombi. Então ele nos fez sair da Kombi e aparecer.

Memória MPM – O senhor concorreu a procurador-geral?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Concorri quando a doutora Marisa Cauduro foi a escolhida. Mas não fui para a lista tríplice. Então apoiei a Marisa, que era a segunda da lista. Fizemos campanha para o presidente da República tirar o primeiro nome e votar nela, nomear a Marisa para procuradora-geral. Foi o que aconteceu. Nós derrubamos a Adriana Lorandi.

Memória MPM – Em 1997, o senhor integrou a comitiva do MPM em visita a Angola?.

Luiz Antônio Bueno Xavier – Fui. Na primeira comitiva, por sorteio. Essa

viagem foi muito boa. Angola é um país rico, mas é pobre ao mesmo tempo, porque o povo não tem vez. É dividido lá. Tem o cara que manda nas pedras preciosas e o cara que manda no petróleo. Então eles fazem aquela guerra entre eles. No passado, em toda Angola, o transporte era feito por via férrea, havia uma rede ferroviária muito grande. Eles destruíram a via férrea. E tinha muito cubano lá, soldado cubano. E russo. Então você via cidades destruídas. Aviões russos, tanques de guerra. Estavam querendo iniciar uma democracia e nós fomos para organizar o Ministério Público de lá, tentar organizar as leis, criar os órgãos.

E outra coisa, você não encontrava cachorro na rua. Eles comiam os cachorros. Uma das coisas mais difíceis era encontrar um cachorro. Eles tinham lá uma feira de produtos deles. Roque Santeiro era o nome da feira. Eles viam muita televisão brasileira lá. Então tinham tudo, carne, coisas, tudo eles vendiam ali. Uma feira grande. Era uma terra. Então ficava aquele monte de terra com cheiro de carne. Era uma esculhambação. Nós íamos lá só pra comprar as coisas, ver as coisas. Fomos no interior também, visitar uma cidade.

Memória MPM – A estrutura do país estava comprometida?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Totalmente. Os russos e cubanos arrasaram aquele país. Não deixaram pedra sobre pedra. Não tinha nada lá. E outra coisa: eles detonaram toda a estrutura que havia lá, ferroviária, não tinham ônibus. Então o pessoal se locomovia dentro da cidade em caminhões caçamba. Havia muitas pessoas aleijadas, porque os cubanos haviam espalhado muitas minas por lá. Era grande a quantidade de pessoas sem perna, sem braço.

Memória MPM – E o governo de Angola os recebeu bem?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Ah! Recebeu muito bem. Paramos num hotel bom lá. Nos levaram nos locais para conhecermos, explicaram o que aconteceu, o que não aconteceu. E outra coisa que eu admirei lá... as mulheres! Elas se vestiam com cores. As roupas delas eram muito coloridas. Elas não perderam aquele frescor de mulher, elas tinham alegria. Elas sorriam, cantavam. Mesmo naquela pobreza ali. Banheiro não existia. A pessoa passava ali no canto e fazia as necessidades. Não tinha problema.

Memória MPM – Como o senhor avalia essa interação entre a Justiça Militar da União do Brasil e de Angola?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Naquela época, para nós, era uma aventura. Nós estávamos em país alheio e fomos lá, pra ver como aquele negócio funcionava. Para mim é muito interessante a participação do Ministério Público nessa abertura constitucional que a gente viveu, e com essa importância do Ministério Público em ter que estender, ir além, da legislação, ajudar as pessoas e contribuir com nações.

Memória MPM – É, em 2003 o senhor se aposentou. Na gestão da doutora Marisa.

Luiz Antônio Bueno Xavier – Doutora Marisa pediu para eu ficar. Mas eu disse: “Não vou ficar mais, eu já recolhi os meus anos...” Tomei nota dos anos

que trabalhei no banco, de todos os empregos que tive e ainda somei a licença prêmio. Eu tinha duas não gozadas e deu os 35 anos. E eu “cloc”, me desliguei.

Memória MPM – Algo mais a destacar em sua atuação, em sua carreira?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Quando estava em Santa Maria foi inaugurada a Base Aérea e lá. Então um sujeito, um mendigo, entrou na Base Aérea e entrou em um avião. Os militares prenderam o mendigo e mandaram para a justiça comum. Mas a justiça comum mandou para nós. Eu determinei que a Base Aérea abrisse inquérito, mas o comandante disse que não abriria.

Memória MPM – Qual a justificativa?

Luiz Antônio Bueno Xavier – A justificativa é que quando um avião cai, eles não abrem inquérito. Quem defendeu essa tese foi o procurador-geral de Justiça Militar Jaime de Cassio Miranda, então integrante da Força Aérea Brasileira. Na época, ele fez uma palestra dizendo que para a Aeronáutica o que interessa não é achar um culpado, o importante é que aquele fato não aconteça mais. Se ele derrubou um avião? Derrubou um avião. Por que ele derrubou esse avião? Então, é algo averiguatório e não tem nenhuma providência? O sujeito derruba um avião, sai vivo e não acontece nada. Então eu comecei a denunciar o pessoal da Aeronáutica. Mas como? O cara derruba um avião desses, um jato de quantos milhões, dinheiro do povo e nem há inquérito!

Memória MPM – E o IPM do caso do mendigo que invadiu a Base Aérea de Santa Maria?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Foi instaurado. Mas eles pediram para o Milton me tirar. Os caras estavam me perseguinto. Perguntavam: “Quem é aquele guri?” Ele dizia: “Não, aquele guri é promotor. Então faz o que ele mandou. Se ele mandou fazer inquérito, faz inquérito”. Fiz a Aeronáutica entrar para o Ministério Público. Naquele tempo, a Aeronáutica não fazia nada. Derrubava avião, caía avião, matava fulano. Não acontecia nada. Aí eu fiquei malquisto na Aeronáutica. Não me convidaram para nada mais. Quem segurou essa barra para mim foi o doutor Milton. Eu estava fazendo o que minha função permitia. Como é que o sujeito, paisano, entra numa base aérea e vai para dentro de um helicóptero. Como é que isso acontece e você não faz nada? Eu disse: “Espera um pouquinho. A Polícia Civil teve que fazer o serviço para vocês?”. Eles falavam: “Quem é esse guri que quer abrir inquérito? Ele é um pau mandado, eu sou o dono da base, sou o comandante da base”.

Com esse tipo de militar eu tive diversos atritos. Uma vez eu disse a um general: “Se eu tivesse medo de estrelas, eu não olhava pro céu”. Ele falou: “O quê?”. Continuei: “É o que você tá ouvindo: se eu tivesse medo de estrela, eu não olhava para o céu, eu andava sempre de cabeça baixa. Mas eu não tenho medo de estrela”. Ficamos assim.

Memória MPM – E a trajetória da Instituição, desde sua posse até hoje, como avalia?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Eu venho aqui na PGJM de vez em quando, aqui no Plan-Assiste, e aquele montinho de gente virou monte de gente. Eu não sei o que esses caras fazem aqui dentro, se tem serviço para todo mundo. A quantidade de gente é enorme. Você abre essa sala, tem um monte de gente sentada, não tem nem lugar para sentar. Esse monstro desse troço, que parece um navio. Eu fico pensando assim: “Pá!, mas, será que antes dava menos problemas que hoje ou eles têm mais problemas para resolver?” Aí criaram um monte de coisa que na minha época não tinha. Esse negócio de verificar presídio, essas coisas, não eram conosco.

Inspeção carcerária, não tem nada a ver. Ministério Público não cuida disso. Quem cuida é o juiz. Já viu algum Ministério Público cuidar de preso em algum lugar do mundo? Só aqui. Porque não tem o que fazer. Enfiaram um monte de gente, e tinham que criar função para essa gente. Então tem esse povo aí. Eu não conheço mais ninguém, não sei quem é quem, não sei mais nada.

Memória MPM – Mas o número de membros permanece, não aumentou o número de promotores e procuradores, é o mesmo.

Luiz Antônio Bueno Xavier – É, mas a estrutura está grande. Saiu de uma estrutura que não tinha nada, e hoje está assim. Compara essa estrutura aqui com a estrutura de Curitiba, que era uma sala escura.

Memória MPM – Na época, por exemplo, quando eram basicamente só o senhor e o doutor Bertino, em Curitiba, vocês dependiam muito da estrutura da Auditoria para poder funcionar minimamente...

Luiz Antônio Bueno Xavier – Claro, para bater a máquina. Não tinha secretário nem nada. Você batia, fazia o rascunho da coisa, batia a máquina e entregava. Dava o visto, via o que era, batia a máquina e entregava o processo de volta, fazia alegações finais. Era tudo assim, à máquina. Não precisava fazer nem o quanto deu naquele mês inteiro, um relatório do mês. Não existia isso. Fazia o serviço e ia fazendo, e não tinha relatório mensal, anual, não tinha nada.

Memória MPM – Não se mensurava produtividade, metas de desempenho, indicadores...

Luiz Antônio Bueno Xavier – Não, não existia isso de produtividade. Agora eu tenho orgulho de dizer que eu nunca tive, na minha vida, no Ministério Público, uma denúncia rejeitada. Eu nunca tive. Perdia muitos casos. A minha função terminava nas alegações finais orais. Ali eu encerrava minha função. O resto é com o juiz. Cabeça de juiz é cabeça de juiz. Não era minha função. E nunca, também, dei entrevista à imprensa. Nunca.

Em Santa Maria, uma vez, processei um sujeito que era muito conhecido lá, Adelmo Simas Genro, que era um comunista do “Clube dos 11”. Meu colega lá, o Nei da Rosa Goulart, disse que era amigo dele e não podia. Deu-se por impedido. Em Santa Maria, aconteceram muitos casos de impedimento. Esse Nei era um professor universitário antigo, bem antigo. Foi meu professor na

faculdade, até. Mas ele tinha umas coisas gozadas. Qualquer pessoa de Santa Maria que tinha projeção ele não denunciava. Ele se dava por impedido. Aí o Milton mandou um recado para ele: “Ô seu Nei, o senhor tá muito impedido. O senhor conhece muitas pessoas aí e eu acho que vou lhe transferir para Bagé. Lá o senhor não conhece ninguém”. Esse cara, esse Nei, ele fez uma jogada, uma vez. Ele era professor universitário. Eu como fui cedido pra Santa Maria, não tava locado lá.

Memória MPM – A lotação original ainda era Curitiba?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Sim, em Curitiba. Aí chegou a época do verão, e ele tirou as férias dele em janeiro e fevereiro. Mas como? Lá no Sul o verão é janeiro e fevereiro, o resto é inverno. Mas como vai tirar janeiro e fevereiro? Aí eu marquei: fevereiro. Ele disse: “Ué, vem cá, como é que tu marcou fevereiro?” Respondi: “Tenho direito a férias, né?” Ele falou: “Mas eu sou professor universitário, eu tenho que ter as férias em janeiro e fevereiro”. Respondi: “Mas que eu tenho a ver que tu é professor universitário? O que minha família tem a ver que tu é professor universitário? Tu não ganha para isso? Pirou, né?” Aí veio o Milton: “Não, um tira um mês e o outro tira o outro mês”. Depois, ele queria ir para Roraima, tinha um negócio da universidade lá. Ficou dois meses fora, sem ninguém saber, eu cobri o trabalho dele, entendeu? Para dar uma mão, para ele poder ir para lá. Professor universitário. Essas coisas eu fiz, ele não. Logo depois ele teve um problema de coração e se aposentou.

Outro colega muito bom que eu tive era um que era advogado de ofício em Curitiba. Depois, ele foi promotor em Santa Maria, Amilton Padilha. Era

um colega muito bom, morreu moço. Também teve um promotor em Curitiba que foi ser juiz em Santa Maria, quando eu estava lá. Quando cheguei em Curitiba, tinha um arquivo dele lá, com as denúncias, como ele fazia todo o recurso, como ele colocava no papel. Eu copiei aquelas fórmulas dele. Depois encontrei com ele lá em Santa Maria. Ficamos amigos. Ele até foi corregedor da Justiça Militar Federal, e era negro. Acho que foi o único negro que conseguiu ser corregedor. O único negro que esteve na Justiça Militar foi esse juiz que eu conheci. Ele estava no meu lugar em Curitiba. Depois passou no concurso de juiz.

Memória MPM – Se o senhor quiser colocar alguma coisa a mais, fique à vontade.

Luiz Antônio Bueno Xavier – Eu só tenho a agradecer o Ministério Público Militar. Eu só acho que o órgão é bem maior que as pessoas. O órgão é maior. Quando fiquei de corregedor, fiquei no sacrifício. O pessoal falava: “É, trabalhando pra esse sem vergonha, com esse nojento...”. Tudo bem. Aguentei a advertência dos colegas. Eu sabia que eu passaria, mas o Ministério Público não. A instituição continuaria.

Memória MPM – Nós estamos perto de um Centenário no próximo ano, vamos comemorar 100 anos de Ministério Público Militar. O que o senhor falaria sobre isso?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Falaria que apesar de tudo; apesar do pessoal não conhecer a função do Ministério Público, apesar disso tudo, a gente

ainda tem valor, porque a hierarquia e a disciplina foram mantidas dentro do Exército. No Exército, não existe uma função maior do que a disciplina e a hierarquia. Porque, se você fosse para uma guerra, tu dizia: “Atira!” e o cara: “Não vou atirar, eu vou lá p’ra frente.” Por que ele iria? Pela disciplina e pela hierarquia. Um sargento é um sujeito que é superior a ele, está mandando nele. Então o Exército só existe, na minha opinião, por estas funções: a disciplina e a subordinação; se tira essa parte do Exército, acabou. É uma junção de pessoas. E o pessoal de fora não sente isso. O povo brasileiro não sente que o militar realmente é preparado para dar a vida à pátria. O amor à pátria, deles, é superior a tudo. Então eles, quando falam, quando cantam que dão a vida, eles dão realmente. Então tu não vê um civil falar isso. “Arrebenta esse órgão aí, não quero nem saber. Chegou minha hora de ir embora, tchau!” Eles não têm isso. Se chegar na hora de ir embora e houver uma prontidão, ele vai ficar no quartel. Agora ainda pode telefonar para a mulher: “Vou ficar no quartel.” Tem o celular, que no meu tempo não tinha; nem avisava em casa.

Outra coisa, por exemplo, que eu senti foi a evolução da parte administrativa. O computador revolucionou tudo. Agora, trouxe também um monte de gente que só sabe colar. Entra no Google, faz uma petição. Aquela parte que a gente estudava, fontes do Direito, a doutrina, aquela coisa toda, não existe mais. O sujeito hoje é preparado pra passar na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Só isso. Ele quer pegar carteira da OAB. Depois que ele pegou o troço da OAB ele sai pra copiar do Google. Só muda o nome do cara ali, a qualificação dele. O resto é igual. Tem um monte de advogado formado que não sabe fazer nem uma petição. Não sabe dizer o que quer. Ele não estudou a Hermenêutica, não sabe o que é. Não sabe o que as palavras significam, qual é o valor da palavra, o que aquela palavra representa. Por isso que eu

digo, as pessoas não podem usar a palavra em vão. Você vai ser sempre mal interpretado. Você tem que usar a palavra certa! Eu, inclusive, quando fazia as minhas denúncias, eu usava as palavras do Código, do artigo do Código, para aquilo ficar bem lúcido.

Memória MPM – O senhor continua morando aqui em Brasília?

Luiz Antônio Bueno Xavier - Eu voltei para cá. Em 2003, fui para o Sul. Tinha uma filha que morava em Bagé. Mas depois voltamos para Brasília. Minha filha e o esposo vieram para fazer concurso, passaram e ficaram por aqui. Depois que meu filho terminou o ensino médio e foi morar fora, nós ficamos sozinhos lá, minha esposa e eu. Então eles disseram: “Vem para cá, ficar com a gente, vocês já estão velhinhos; vai que acontece alguma coisa com vocês”, aquele troço de filho, neto. Aí nós viemos para cá, de forma definitiva agora, no ano retrasado. Mas eu sinto muita saudade do Sul. Eu gosto muito daquela terra lá.

A gente, quando era guri, saía naquelas noites de inverno com um blusãozinho, uma camisa, e naquele tempo a gente ia a pé para os bailes, para o centro, voltava, andava a pé por toda a cidade, não tinha assalto, não tinha nada, não tinha coisa nenhuma. Então eu digo: a minha infância, a minha juventude foram maravilhosas. Aproveitei bastante, casei com 28 anos. O pessoal casava com 21, 22. Casei depois que eu fiz todas as minhas farras. Foi muito bom. Eu não tenho arrependimento nenhum da minha vida, dos atos que eu tomei, das coisas que eu fiz. Eu sempre gostei muito de trabalhar no Ministério Público Militar. Eu nunca, nos meus melhores sonhos, quando era moço, quando

era recém-casado, nunca cheguei a sonhar que eu estaria nessa posição hoje, depois de velho. Melhor sonho que eu tivesse não chegaria aos pés de onde eu cheguei. Então eu fico feliz. Realizado.

Memória MPM – Agradecemos pela entrevista, doutor Luiz Antônio.



PAULO CÉSAR DE SIQUEIRA CASTRO

Entrevista realizada na Procuradoria de Justiça Militar em Curitiba,
no dia 24 de setembro de 2019, por Hebert Vilson França e Eliane Alves Alípio.

Paulo César de Siqueira Castro nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 6 de julho de 1949, filho de Paulo de Siqueira Castro e Maria Magdalena Morgado Horta de Siqueira Castro. É pai de três filhos: Bianca de Siqueira Castro, Juliana de Siqueira Castro e Luiz Felipe Barros de Siqueira Castro.

Concluiu o primário no Colégio São Bento, em 1961; o ginásio no Pedro II, em 1966; e o colegial no Andrews, em 1969.

Foi escrivário e datilógrafo da Coordenação de Desenvolvimento de Brasília (CODEBRÁS), no período de 6 de dezembro de 1967 a 15 de maio de 1970.

Em 1969, quando iniciou o curso de Direito, trabalhou no escritório de advocacia de seu pai. Bacharelou-se pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1973. Participou dos seguintes cursos de extensão: Introdução ao Sistema Legal dos Estados Unidos da América, em maio de 1970; Falência e Concordata, em 1971; Código de Processo Civil, em abril e maio de 1973; Alienação Fiduciária, em maio de 1973; Responsabilidade Civil, em junho de 1973; Advocacia de Empresa, de setembro a dezembro de 1973; e Advocacia Empresarial, em 1976.

Em 7 de maio de 1980, foi nomeado pelo então ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, para exercer o cargo de segundo substituto de procurador de terceira categoria junto à Auditoria da 8^a Circunscrição Judiciária Militar (CJM), em Belém, Pará.

Em 6 de junho do mesmo ano, foi declarado substituto de procurador militar de segunda categoria, pelo procurador-geral de Justiça Militar à época, Milton Menezes da Costa Filho, constituindo o quadro suplementar do MPM.

Foi designado para atuar na Auditoria da 4^a CJM, em Juiz de Fora, Minas Gerais, a partir de 16 de fevereiro de 1981, removendo-se para essa Auditoria, a pedido, em 28 de janeiro de 1982. Em 6 de abril desse ano, 1982, foi designado para ter exercício, em caráter provisório, na 1^a Auditoria do Exército da 1^a CJM, Rio de Janeiro.

Entre os dias 12 de setembro e 11 de outubro de 1983, foi designado para atuar perante a 2^a Auditoria do Exército da 1^a CJM. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, os integrantes do quadro suplementar que tinham adquirido estabilidade nas funções passaram a integrar o quadro da carreira do MPM, consoante art. 29, § 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Com o advento da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, houve nova alteração nas designações dos cargos, e Paulo César Siqueira de Castro foi enquadrado como promotor de Justiça Militar.

Em 23 de janeiro de 1995, reassumiu as funções perante a Procuradoria de Justiça Militar da 5^a CJM, em Curitiba, Paraná. Promovido, por antiguidade, ao cargo de procurador de Justiça Militar, em 29 de junho de 1997.

Foi removido para a Procuradoria de Justiça Militar em Bagé, Rio Grande do Sul, em razão de sua promoção, em 2 de setembro do mesmo ano. Aposentou-se em 1º de julho de 1998.

Memória MPM – Vamos conversar sobre a formação do senhor, sua vida e a atuação no Ministério Público Militar e como que tudo isso se deu. O senhor é natural...

Paulo César de Siqueira Castro – Rio de Janeiro. Graças a Deus.

Memória MPM – E como foi a infância, a formação?

Paulo César de Siqueira Castro – Me formei no Rio de Janeiro. Estudei em praticamente dois colégios: o São Bento, que era um colégio do Rio de Janeiro; e um outro. Depois fiz a Federal [Universidade Federal do Rio de Janeiro], fiz Direito, fui trabalhar, e depois entrei para o Ministério Público. Eu tive uma educação meio rígida, com meu pai, que era um cara muito severo, principalmente com educação. Então a gente entrava na linha querendo ou não querendo.

Memória MPM – E o Direito foi uma imposição?

Paulo César de Siqueira Castro – Foi nessa linha e eu vou dizer por que foi nessa linha. Meu avô era o que antigamente se chamava “dono de cartório”. Ele tinha cartório em Cruzeiro, município de São Paulo, logo ali na divisa com São Paulo [divisa do Rio de Janeiro com São Paulo]. Então as nossas férias, quando garoto, a gente ia para a casa deles em Cruzeiro, e aí o meu avô falava assim: “Vamos lá para o cartório ajudar e fazer aquelas coisas todas”, que eram escrever, colar selo. Antigamente era tudo no selo. A gente perguntava: “Ah,

onde eu vou colar?” Ele dizia: “Passa na língua, taca lá e carimba”. A gente saía com a língua grudada de tanta goma. E ali, querendo ou não querendo, bem ou mal, nem era essa a intenção, mas a gente, meu irmão e eu, já estávamos ligados diretamente com o Direito, e até participando indiretamente do cartório, porque meu avô nos colocava para ajudar. Ele dizia: “Pega um livro aí e vai pegar assinatura do não sei quem, não sei onde”. E ele botava aqueles livros desse tamanho, que eram uns livros enormes, escritos à mão, para a gente pegar assinatura. E lá íamos nós pegar. Ele: “Se vocês fizerem tudo isso, vocês depois vão ganhar um dinheiro para o cinema, a matinê”. Não era nem cinema, falava-se matinê. E foi indo. Meu pai, advogado também, era da Advocacia da União. E meu irmão é do Ministério Público também. Nós somos gêmeos, meu irmão e eu. Querendo ou não, ficamos sempre no Direito.

Memória MPM – Foi natural.

Paulo César de Siqueira Castro – Foi natural. Não vou dizer que foi de família, mas foi uma linha quase que direcionada ao Direito. Porque, se você me perguntar qual seria outra profissão que eu gostaria de ter feito, ou se gostaria de exercer outra, eu diria que não. Nunca passou pela minha cabeça. Eu detestava matemática quando garoto, então nunca poderia fazer um curso de engenharia, senão eu estaria fazendo vestibular até hoje. Eu tenho horror à matemática, física, química, essas coisas todas. Então, naquela época era clássico, clássico e científico. Então a gente partiu para o clássico. Sempre gostei muito de história, de línguas. E aí fui direcionado para o Direito e não tinha por onde sair...

Memória MPM – E na faculdade, teve alguma inspiração, colegas?

Paulo César de Siqueira Castro – Eu tive bons colegas, porque minha turma foi muito profícua. Eu tinha amigos. O Marco Aurélio [Mello], por exemplo, ministro do Supremo [Tribunal Federal]. A mulher dele era colega minha de turma, a Sandra [de Santis]. Geralmente têm turmas que são meio direcionadas. Tem a turma da bagunça, tem o pessoal que estuda, aquele negócio todo, e aí você fica lá, no meio termo. O Emílio Santiago, cantor, era da minha turma da Federal, então, evidentemente a gente saía da faculdade e ia tocar violão num bar, lá na frente. Não tinha como escapar. Estudava à noite. Então a gente saía, ia tomar umas cervejas, alguma coisa e tome cantoria. Mas é o lado bom da faculdade. Por outro lado, também tive grandes professores de Direito. Eu tinha Heleno Fragoso, do Direito Penal; tinha a Regina, no Direito Civil; tinha o [Hélio] Tornaghi, com o Direito do Processo. Era uma turma, na verdade, excepcional na matéria, não só de colegas, mas pelo lado de ensinamento. E professores excepcionais. E vários amigos meus, colegas meus de turma foram juízes, fizeram concurso para juiz, tem desembargador na minha turma, tem embaixadora, que saiu da faculdade, fez o instituto Rio Branco. Então isso é muito bom, e você vê que está todo mundo... vou falar uma verdade, está todo mundo vivo ainda! E a gente desfruta. E volta e meia eu estou no Rio. Minhas filhas são de lá, minha família toda é do Rio, e volta e meia, pelo menos a gente se fala pelo telefone. Então é gostoso rever os amigos.

Memória MPM – O senhor se formou, e seu pai tinha escritório, certo?

Paulo César de Siqueira Castro – Meu pai sempre teve escritório. Hoje é do meu irmão. Eu participei, uma época, do escritório, que era muito grande. Meu irmão entrou nessa sociedade, nós entramos, a família toda entrou, Siqueira Castro Advogados. Tem escritório em Brasília, tem no Brasil inteiro, em Lisboa, Paris, parceria na China, então, é um escritório muito grande. Só atende pessoa jurídica. Noventa e nove por cento do público é de pessoas jurídicas. Então sempre foi no Direito.

Memória MPM – O senhor ainda está no escritório?

Paulo César de Siqueira Castro – Não, hoje eu não estou mais. Eu já tirei o pé do acelerador. Meu irmão é maluco, ele continua. Mas ele também já está devagar. Chega uma hora em que você tem que dar uma desacelerada. O meu sobrinho é o CEO [Diretor Executivo] do escritório. Ele administra. E o escritório é muito grande. É o segundo maior escritório da América Latina. Deve ter em torno de 500, 600 advogados no Brasil todo. Tem em 24 estados, mais ou menos, ou mais. Não sei. E entre funcionários e estagiários, deve ter entre 1500 e 2000 pessoas.

Então a gente viveu dentro do Direito o tempo todo. Meu irmão foi também do Ministério Público, o Federal. Então todo mundo se aposentou para, exatamente, advogar. Porque quando veio a Constituição de 1988 e a nossa Lei Complementar nº 75/93, nós tínhamos a opção de advogar ou não.

Memória MPM – Como o MPM surgiu para o senhor, em que momento?

Paulo César de Siqueira Castro – Eu vou contar uma história para vocês, que eu sou um cara meio... Eu era, hoje não. Fui. Então, na verdade quando eu era garoto, estudante, eu era muito revolucionário, sabe? Eu detestava as coisas. E eu fui, na Federal, chefe de turma e presidente do centro acadêmico. Exatamente naquela época braba. Não sei se vocês conhecem bem o Rio de Janeiro. Havia a Praça da República, bem no centro, a Faculdade de Direito, o Superior Tribunal Militar, o Ministério do Exército, a Casa da Moeda e a Central do Brasil eram locais próximos. Se desse um espirro, lotava de polícia ali. Era um inferno. E eu era muito de calma, muito tranquilo, mas as coisas acontecem, e eu estudava à noite. Aí teve um comício relâmpago do Vladimir Palmeira, ali na Praça da República. Bom, não precisa nem perguntar que coalhou de polícia, o Exército... E o que aconteceu? Eu estava saindo. Eu não tenho nada a ver com isso, trabalhava durante o dia e ia para a faculdade à noite. Começava às 19 horas a faculdade. Saía a pé, atravessava a Praça da República, no centro da cidade; e depois da faculdade ia embora. Até que um negócio arrebentou lá. Um comício daqueles e eu levei uma cacetada. Sem mais. Eu estava de terno. Eu falei: “Meu Deus, eu não tenho nada a ver com essa história”. Estava eu andando assim, pelo canto da parede para ir à Central do Brasil, porque naquela época, garoto, não tinha carro, tinha que pegar um ônibus para chegar em casa. Então levei uma cacetada. Eu falei: “Ô, meu amigo, qual é a tua?” No bom sentido: “Estou aqui, estudando na faculdade, não está vendo que eu estou de terno, e estou por acaso aqui...” Respondeu: “Não, não quero saber”. Aí o sangue ferveu, eu era meio estourado. Então o cara me respondeu. Foi um Deus nos acuda. Apanhei mais que boi ladrão. Falei: “Ah, deixa disso”. Mas os caras insistiam: “Não, não, vamos levar, vamos levar”. Falei: “Eu quero ir para casa, para com isso”. Aí chegou um funcionário da faculdade e disse: “Não, não é nada disso, o cara é boa gente”.

Disseram: “Boa gente é pau”. Eu tinha esse lado. Depois eu falei: “Sabe um negócio? Não dá, não”. Os colegas diziam para eu continuar. Mas eu falei: “Não quero mais centro acadêmico, nunca. Não sei que hora vai acabar essa porcaria, quando é que vai acabar isso”. E aí fecham todos os centros acadêmicos, aquela coisa. E era o CACO, era um centro acadêmico muito forte na época: Centro Acadêmico Cândido de Oliveira. Era um dos grandes, do pessoal que idealizava essas coisas todas. E eu falei: “Eu não tenho nada a ver com isso, eu quero trabalhar, quero no final de semana ir para a praia, quero curtir meu final de semana. Vou ficar aqui me chateando com esses troços?” Então fui embora. E o CACO, na época, era um centro acadêmico muito participativo. Era junto com o pessoal de Engenharia, de Medicina, eu me lembro disso. Era uma época conturbada. Inclusive quando eu trabalhava na CODEBRÁS [Coordenação do Desenvolvimento de Brasília], nessa época o escritório, a administração da CODEBRÁS, era uma autarquia do Ministério do Planejamento. Ficava no Ministério da Fazenda, bem no centro da cidade. De um lado você quase via a Cinelândia. E naquela época “o pau comia solto” ali. Você chegava à janela para olhar aquele “corre-corre”, sirene para tudo quanto é lado.

Memória MPM – Quando foi o ingresso no MPM?

Paulo César de Siqueira Castro – O ingresso no MPM foi em 1980. O procurador era o Milton Menezes [da Costa Filho]. Ele tinha falado comigo: “Ah, está precisando em Belém...” Pensei: “Mas para Belém? Vou para Belém?” Então, enfim, fui para Belém. Fiquei lá um tempo. Depois, quem era muito amigo meu na época era o Olympio [Pereira da Silva Júnior], um outro

procurador, excepcional, que foi ministro do STM. Fiquei um tempo em Belém. O pessoal lá em Belém, Manaus... Cobria um, cobria outro, aquela coisa toda. E depois fui transferido...

Memória MPM – Com quem trabalhou na PJM Belém?

Paulo César de Siqueira Castro – Tinha um rapaz, que era muito bom. Era o Rendeiro; Demócrito Rendeiro [de Noronha]. Nós fazíamos uma dupla muito boa. Depois fui para Juiz de Fora. Eu morava no Rio de Janeiro e ficava na ponte, uma hora e meia, duas horas de viagem. O Olympio estava no Rio. De vez em quando a gente saía junto. Um dia ele falou: “Paulinho, me quebra o galho!” Falei: “Qual é?” E ele: “Vamos fazer uma permuta?” Falei: “Permuta de quê?” Continuou: “Eu vou para Juiz de Fora, você vem para o Rio”. Eu falei: “Não! Mas eu acabei de chegar aqui...” Tinha um cara, um procurador que era o diabo! Era o Simeão [Joaquim Simeão de Faria Filho]. Só faltava jogar ele pela janela, de tão chato! Era pior que o Nelson Senra [Nelson Luiz Arruda Senra]. Eu falei: “Então tá bom. Vamos pedir. Vamos fazer uma troca aqui”. Aí fizemos a troca. O Olympio se deu muito bem. Gosto muito do Olympio, me comunico com ele pelo whatsapp, pelo facebook, essas coisas. É um cara muito dado, muito simpático, não há quem não goste do Olympio. Então ele era, vamos dizer, ele era pau para toda obra. Ali ele fazia o trabalho dele, dentro da Procuradoria, e depois, no final da tarde: “Ah, Olympio, vamos jogar vôlei, vamos jogar tênis, vamos fazer isso, vamos jogar sinuca, vamos...” Ele respondia: “Não tem problema, vamos jogar, vamos fazer.” E ele foi, é um cara muito simpático, ele foi-se entrosando. E aquele pessoal da política mineira, ele foi galgando aquelas coisas todas e o que aconteceu? Aí veio o

Itamar [Franco], que era de Juiz de Fora. E ele (Olympio) colado no homem, fazia sombra nele. Então o Itamar chegou a presidente e por acaso havia duas vagas nos tribunais superiores: uma no Supremo [Tribunal Federal] e outra no STM. E o Olympio, com aquele jeito dele, disse: “Eu quero os dois! Eu quero os dois, porque eu fico ali na praça. Eu vou para um tribunal e depois passo no outro”. Era uma brincadeira que ele fazia. Aí o Itamar falou: “Olha! Escolhe.” Era ele e o Maurício [José Corrêa], que foi ministro do Supremo [Tribunal Federal]. Mineiro também. Itamar falou: “Vocês escolhem”. E o Maurício falou: “Eu quero ir para o Supremo [Tribunal Federal]”. E o Olympio foi para o STM. O Maurício Corrêa foi para o STF. Foi uma época boa. Também foi meio conturbada, porque tinha uns procuradores mais antigos, que eram muito bitolados. Depois tiveram casos rumorosos, não só como o do Rubens Paiva, mas do Walter Pires, que foi ministro do Exército na época. Casos assim, absurdos, como o do jornalista Fernandes...

Memória MPM – O Hélio Fernandes.

Paulo César de Siqueira Castro – Hélio Fernandes. Tinha feito uma entrevista para a revista Playboy, e aí tinha metido o pau. Mas o Hélio Fernandes, para meter o pau em alguém, não precisava muito. E aí ele meteu o pau no Exército. Na época tinha o processo do [Alexandre Von] Baumgarten, lembra? Aquela confusão... E o processo veio parar na minha mão. Os advogados do Hélio Fernandes eram Sobral Pinto, Heleno Fragoso, a nata do Direito Penal. E eu lá, só vendo aquela turma. E eu tinha uns colegas antigos que diziam “Tem que denunciar...” E eu: “Gente, não é por aí, tem que ver se é Lei de Imprensa, se não é...”. E eu disse: “Vamos analisar essa coisa toda, porque isso aqui não

é crime militar. Se muito, Lei de Imprensa". E aí nós fomos para a audiência. O juiz era o Oswaldo Lima Rodrigues.

Estava na fase de inquérito, audição de testemunhas, aquelas coisas todas. E depois veio para mim, encerrada a parte de instrução, veio para mim para apresentar ou não a denúncia. E eu, com meu conhecimento já dos dois lados, falei: "Não! Isso aqui não é crime militar, não é da alçada da Justiça Militar, não é nada. Isso aqui não tem nada, nada! Isso aqui é um comentário pessoal que não fere a ninguém." É como hoje, que qualquer um mete pau no governo, faz isso, fala aquilo. São opiniões diversas, manifestações políticas. Só que o Hélio Fernandes tinha um passado de cara encrenqueiro, um jornalista de primeira ordem, que não tinha papa na língua e descia o verbo mesmo, então... E foi parar nesse caso. Eu não denunciei. Achei que não era crime. E foi um Deus nos acuda! O Última Hora, que era o jornal dele, teceu comentários. O Oswaldo Lima Rodrigues, um juiz meio polêmico, acatou a minha promoção e deu por encerrado o caso. E aquilo foi, no dia seguinte, para o jornal O Globo, Tribuna, enfim, falando bem da Justiça Militar. E naquele processo todo, entrou o Walter Pires exigindo: "Ah, tem que transferir esse procurador". Como transferir? Como? Vai me transferir como? Por quê? Com que objetivo? Qual é a razão de me transferir? Primeiro que há a inamovibilidade. Então, não posso ser transferido, só se tiver um processo administrativo sério, alguma coisa assim... E na época era o George [Francisco] Tavares o procurador-geral, que também era advogado, um bom advogado. E eu falei assim: "Olha, George, você vai me desculpar, eu te conheço há muito tempo, você é advogado do Rio, mas agora você não é jurista, você é "murista", você ficou em cima do muro!" Eu detesto gente que fica em cima do muro. E aí o cara fez uma denúncia, o Walter Pires, fez uma denúncia para tirar...

Memória MPM – Representou contra o senhor.

Paulo César de Siqueira Castro – É, não teve dúvida! Eu entrei no mérito da questão: não denuncio por isso, por isso, por isso... O cara só faltou, como diz o ditado, tirar as calças pela cabeça. E assino embaixo. Foi um auê, aquele negócio todo. E na época o Olympio: “Paulo, você está certo. Continue assim!”. Falei: “Olympio, agora que acabou o tiroteio você vem falar? Não, tinha que falar antes!” Mas foi uma época meio conturbada.

Memória MPM – Não teve nenhum recurso, nenhum corregedor...

Paulo César de Siqueira Castro – Não, nada! Teve nada. E nem teria o porquê, na Lei de Segurança Nacional, nada cabia, nada! Sabe, a gente estudava muito, ainda mais com pessoas assim, desse nível, jornalistas, políticos, militares de alta patente. Aí você tinha que tomar mais cuidado. Não só para não falar besteira, mas para não sair da linha processual. Então você batia naquela tecla e ia até o final. Mas não tive problemas a partir dali, tanto que depois, no caso do Rubens Paiva, o processo veio direto para a minha mão. E eu sempre fui um procurador que tentei ir ao final, esclarecer os fatos, correr atrás de testemunha, enfim, para levantar todo tipo de questionamento, dúvidas processuais. Mandava baixar diligência toda hora, se não estivesse satisfeito com alguma coisa.

Memória MPM – Outro caso que repercutiu, e envolvia jornalistas também, foi um Belo Horizonte, em que eles divulgaram o manifesto do Partido Comunista... O que o senhor recorda desse caso?

Paulo César de Siqueira Castro – Esse negócio de manifesto é muito relativo. Porque, como falei, eu conheci os dois lados. Eu digo de faculdade...vi os dois lados, o de gente batendo e o de gente apanhando; então eu falei assim: “Não! Espera, não é bem por aí.” Eu não vou dizer para você se sou a favor do manifesto ou se sou contra. Eu sempre fui favorável a qualquer tipo de pronunciamento, de manifestação que não atente de tal forma, não a forma de governo ou forma política de pensar, porque eu sempre fui de pensar, nesse sentido de: Deixa falar! Sabe?

A Constituição reza isso. Você tem o livre arbítrio de falar, essa coisa toda. Então eu sempre deixei. Não é deixar correr frouxo. Eu nunca levei a ferro e fogo, ainda mais na Justiça Militar daquela época, vocês sabem disso muito bem. Tudo era: pão, pão, queijo, queijo. Não é bem assim. E por isso eu não me esqueço do Olympio, que era o procurador mais chegado, nós éramos amigos, quase fraternos, e ele me falou assim: “Paulo, você é o cara mais mal visto dentro da Justiça Militar. É um perseguido”. Eu falei: “Mas deixa assim que eu gosto”. Porque eu não mandava dizer, eu mesmo dizia. Trabalhei anos com Oswaldo Lima Rodrigues. Era um cara chato, profissionalmente falando, era um cara muito rígido, muito certinho, aquela coisa toda, e de vez em quando ele, nesse ditado hoje, bem popular, de vez em quando ele pisava na bola. Eu falava: “Oswaldo, espera aí, não é bem assim, para com isso...”. E numa época, teve lá uma situação em que ele pisou na bola comigo. Ele era um sujeito rígido no trabalho, com funcionário, com essas coisas todas. Mas botou o pé fora da Auditoria, era capaz de sentar no meio fio para tomar uma cerveja com a gente. Eram dois polos completamente diferentes. Era um cara afável, gostava de conversar. Era um amor de pessoa. Mas lá dentro, de vez em quando, ele subia no salto, e aí nós batemos de frente num caso que teve lá, e

eu falei: “Eu vou jogar pesado contra você. Eu gosto muito de você, mas isso aqui eu não posso admitir.”

Memória MPM – Mas por que o senhor acha que incomodava? Em quê o senhor incomodava?

Paulo César de Siqueira Castro – Incomodava porque eu era muito sincero. Eu incomodava. Fiz uma representação contra ele para o corregedor. E todo mundo: “Não, não vai fazer isso.” E eu dizia: “Vou! Isso eu não admito. Eu vou”. Por exemplo, se você errar, digo: “Eliane, você está pisando na bola, abre o olho que vai pegar pra você”. Aí você faz uma, duas, três, quatro, cinco. Na quinta: “Não. Não falei nada, agora vou falar com o procurador-geral”. Estou dando um exemplo. Eu dava essa chance. Mas chega uma hora que você precisa agir. Anos depois o encontrei no Rio de Janeiro, já aposentado, e ele me falou assim: “Oi Paulo, você por aqui!” Fiquei meio cabreiro depois daquele arranca rabo todo, como se diz. Aí ele me apresentou a mulher dele e disse: “Ah, esse é um procurador maravilhoso! Um excelente procurador. Tivemos algumas desavenças...”, falou para a mulher. Então eu disse: “Ah, eu nem lembro mais...”, e ele: “Ah, alguns erros de percurso.” Então eu respondi: “Exatamente, é bem por aí, uns erros de percurso.” Ele falou: “Vamos sair para jantar um dia.” E eu: “É só você me ligar”. Nunca fomos jantar juntos, mas de qualquer maneira... eu tinha esse lado, entendeu? Com o Olympio não, ele era um cara mais contornável. E eu não. Jogava pesado em cima do Simeão [Joaquim Simeão de Faria Filho], que era um chato. Era daqueles caras antiquados, só faltava usar farda! Então era um negócio horroroso e eu detestava esse tipo de pessoa. Detestava não, detesto! Se você está num órgão

para defender, mesmo na Justiça Militar, seja em qualquer Ministério Público, você tem que fazer a sua função dentro daquilo. Ah, é crime contra a União? É crime contra isso? Houve aqui, houve ali? Você vai, se tem indício de crime, denuncia; se não tem, passa, vai embora. Então, tinha isso muito, naquela época em que a gente discutia muito isso e eu era um franco defensor. Tem o Alexandre Concesi [Alexandre Carlos Umberto Concesi], grande garoto! Ele falou assim: “Paulo, você é um cara que eu nunca vi bater de frente como você bate”. Eu falei: “Mas eu bato com razão, eu não bato sem razão”. Se é preto, é preto; se é branco, é branco. Comigo não passa, pode passar com outro, comigo não.

Memória MPM – Acha que esse perfil interferiu de alguma forma na carreira do senhor na instituição?

Paulo César de Siqueira Castro – É o seguinte, Hebert, eu sempre fui muito independente tanto na minha vida particular como no trabalho. Eu sempre brincava nas reuniões (achei que eu ia ser vice-presidente da associação), quando me diziam assim: “Olha, tem que falar com o chefe...” E eu: Olha, quem tem chefe é índio. Eu não tenho chefe. Se é para decidir, vamos decidir agora. Vamos resolver, chegar a um denominador comum.” E eles colocavam obstáculos, falavam que tinha de seguir um protocolo, uma formalidade... E eu falava: “Então não serve. Para mim não funciona.” Eu sigo a minha linha, claro que já errei, errei e assumi: “Desculpa tal coisa...”. Se errei, admito. Todo mundo erra, mas tem gente que não admite: “Ah, não errei... Não foi bem assim, foi mal entendido”, dizem. Não! Errou, errou e está acabado. Então, por conta disso falavam que eu era radical, mas eu dizia, não sou radical.

Eu procuro ter bom senso, tudo na vida tem que ter o bom senso. Não só na sua vida particular, mas no trabalho também, ainda mais dentro de uma instituição em que você tem que construir o seu caminho, fazer a sua trilha sem criar arestas de A, B ou C. Então eu sempre segui muito nessa linha, e aquele caso do manifesto para mim não quer dizer nada.

Memória MPM – Como seus colegas reagiam a essa posicionamento?

Paulo César de Siqueira Castro – Com o Simeão eu batia de frente. Ele tinha um medo! De vez em quando, eu pegava os processos dele; e uma vez eu falei: “Eu vou dar uma analisada nos teus processos. Acho que vou arquivar tudo.” E ele: “Não, não faça isso, olha o procurador-geral...” E eu: “O procurador-geral não tem nada a ver com isso, com a primeira instância, ele está lá em cima. Se você cometer um erro ele vai puxar a tua orelha, ou te chamar para uma conversa. Aqui não, aqui mandamos nós. Primeira instância manda a gente. Então não venha com essa.” E o Simeão: “Ah! Mas tem um processo rumoroso.” Ele falava baixo assim: “...rumoroso.” E eu: “Simeão! Fala como homem! Qual é o processo que tem?” E ele respondeu: “Ah, não, tem aqui um pessoal de esquerda...” E eu: “Quê de esquerda? É porque ele está sentado do teu lado esquerdo, só pode ser isso. Só pode ser um negócio desse. Quê de esquerda...”

Memória MPM – Esse contato que o senhor teve com ele foi na época de Juiz de Fora?

Paulo César de Siqueira Castro – Sim só nos dois, depois entrou o Olympio no meu lugar. O Simeão fazia aqueles processos enormes, oito, dez volumes. E eu falava: “Vou limpar esse armário, quem é que consegue ler isso aqui, Simeão? Essa porcaria desse processo que não vai dar em nada!” E ele: “Não, mas temos que tentar. São as minúcias...” E eu: “Que minúcia, rapaz? Você está maluco? Me mostra a minúcia!” E ele dizia que o pessoal estava de olho, que o general estava de olho naquele processo. Pois ali em Juiz de Fora tinha um exército, vamos dizer assim, bem forte; tanto assim que na revolução o pessoal de Juiz de Fora desceu para o Rio, em 1964, aquela coisa toda. E eu questionava: “Está de olho por quê? Ele é parte? Ele é réu? Ele é indiciado? Ele é o que aqui dentro desse processo?” E o Simeão: “Ah, ele convidou a gente para almoçar lá”. E eu disse: “Vai você porque eu não vou”. O pessoal ficava maluco, pois eu era o chefe da procuradoria, mas eu não tinha interesse nessas festividades, nesse tipo de aproximação. E aí o pessoal ficava uma arara comigo. Uma vez eu estava com o Kleber [de Carvalho Coêlho] no Sul, acho que Porto Alegre. Estava chefiando lá e teve um evento em Bagé ou Santa Maria, aquele negócio da antiga. E eu me recusei a ir, disse a ele para ir no meu lugar. Então eu tinha esse meu lado, vamos dizer assim, de independência.

Memória MPM – Evitava manter relações próximas com integrantes das Forças Armadas?

Paulo César de Siqueira Castro – É que, veja bem. Eu convido você, você é ministro do STM. Eu passo a te convidar toda hora: “Ah, vamos jantar lá em casa? Leva teu marido, teus filhos”. “Vamos fazer um churrasco lá em casa...”. Cria intimidade. Não vai me dizer que não cria. Pode não haver nada,

absolutamente nada, mas você cria intimidade. Então, eu jamais quis isso, eu sempre uso um ditado carioca: “É parachoque de caminhão, mantenha distância comigo.” Nunca dei abertura para isso. Nem para pedirem, nem para eu pedir. Então, nunca ninguém me pediu nada. Olha, não tive filho homem, só tive filha mulher, mas se tivesse eu nunca pediria, como muitos fazem, favor para que liberassem meu filho do serviço militar. Jamais! Jamais pediria um negócio desses. Se tivesse que servir, serviria. Enfim, eu não era de pedir e ninguém chegava me pedindo coisas, entendeu? De usar o carro oficial para levar para o hotel, por exemplo, não, eu pegava um taxi. Nessas coisas que eu não dava abertura, ainda mais naquele período, e depois também, com todo o jogo de interesses...

Como eu falei pra você, não pega no meu braço, pelo amor de Deus, não sou mala para ninguém pegar na minha alça, sabe? Então eu tinha isso. E tiveram outros processos, nem me lembro mais, que também eram dessa época, sobre a Lei de Segurança Nacional. Eu adorava porque eu arquivava tudo. Sabe, não era nada. Eu não tenho nada contra, mas a investigação... O inquérito policial, antigamente era muito primário. Para denunciar era a mesma coisa, se o sujeito estava usando óculos vermelho então era esquerda, já estava enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Como? Me diga como? Por quê? Era tudo muito forçado. E o Simeão ficava uma arara.

Memória MPM – Então vamos voltar ao caso Rubens Paiva.

Paulo César de Siqueira Castro – Eu fiz todo o processo. Eu não fiz mais porque tinha interferências e essa coisa toda... No inquérito, quando começou...

como falei para vocês, eu sempre procurei que tudo fosse muito bem apurado. Então eu só ia apresentar denúncia se fosse muito bem fundamentada. Era muito enrolado o caso Rubens Paiva porque tinha o exército... eu vou falar claro agora, já passou, já acabou. Ainda está rolando esse processo, não é? Foi reaberto, essa coisa toda. Mas então, o que acontecia? A gente sabia que estava sendo vigiado, por exemplo, numa entrevista você via um cara com uma boa máquina, uma Canon, outro com uma máquina maravilhosa também, uma teleobjetiva, já outro estava com um equipamento deste tamaninho... Uma vez eu parei uma entrevista e perguntei assim: "Você é de onde? E você? E você?" E eles responderam que eram do jornal tal e do jornal tal... Então cheguei num cara e perguntei: "Qual é a tua patente? Quem te mandou aqui?" E ele respondeu que era sargento, todo mundo olhando para ele, e ele foi embora. Eram umas coisas primárias. Teve também um cara que era um alcaguetê [informante] do exército. Era um cara metido a jornalista que na verdade ficava dedurando os outros, falando que fulano não gostava de sicrano e tal. E eu aprendi como funcionava aquele negócio, então eu selecionava com quem eu iria falar, então só tinha dois jornalistas que conversavam comigo. Uma era do Globo, que é uma jornalista muito inteligente; e o outro, que foi colega meu de turma de sair, que hoje é um grande jornalista da Globo e membro da Academia Brasileira de Letras, que é o Merval Pereira, que, na época, era da Veja ou Istoé. Uma vez eu tinha que ir para São Paulo, ouvir um daqueles coronéis da antiga, que se metiam em tortura, aquela coisa toda, e eu comentei com o Merval, que perguntou se podia ir comigo. E eu disse que sim, desde que ele não interferisse e ficasse na dele. E aí fomos, quando eu queria escutar uma pessoa eu dava um jeito. Uma vez, não sei se foi no caso Rubens Paiva, mas foi também um caso rumoroso, eu queria falar com a pessoa, e ela sempre fugia, sempre fugia; então pedi para a secretaria o

endereço, para o encarregado do inquérito. O cara morava, sei lá, no subúrbio do Rio, mas não tive dúvida! Fui de táxi, toquei a campainha na casa dele, 5:30, 6 horas da manhã: “Cadê o fulano de tal?” E ele estava acordando. “Eu quero falar com ele.” E aí: “Quem quer falar com ele?” E eu: “Doutor fulano de tal”. Era uma testemunha importante, mas não consegui pegar o cara. Ele pulou o muro para o vizinho, aquele negócio todo, para não encontrar comigo. Então falei assim: “Traz o cara debaixo de vara”. Vara quer dizer: vai lá, pega o cara. E esse coronel também, era um dos bambambam da época, de tortura, essa coisa toda. Eu era assim, bati na porta do condomínio: “Qual é o apartamento de fulano de tal?” E então: “Mora no terceiro andar”. E eu: “Pode interfonar para ele e pedir para dar uma descidinha aqui? Queria falar com ele”. E ele tinha saído, ido ao supermercado ali perto, então ficamos aguardando no hall, Merval e eu. Aí o cara chegou, eu me identifiquei e disse que queria falar extra-autos, conversar. Pois ele não era testemunha, por enquanto não era nada. Eu só queria conversar. E ele perguntou quem estava comigo, eu respondi e ele aceitou conversar comigo apenas. Então o Merval ficou aguardando, e eu subi com ele.

Ele demorou um pouquinho, tinha um outro coronel, aí que eu gostei mesmo, pensei: eu vou deitar e rolar. Comecei. Perguntei se ele se lembrava daquela época. Como não? Disse que faziam isso, e eu tranqilo: “O senhor que está falando, eu não disse nada. Só vim para colher elementos porque eu estou com esse processo e quero ter o conhecimento disso e disso.” E ele falou que o Rubens Paiva era um comunista, e eu disse que até onde eu sabia ele era um deputado, que morava no meu bairro, no Leblon, e naquela época ajudava as mães que iam atrás dele, que queriam saber do filho, preso político. Que ele só fez isso, só ajudava. Ele só fazia isso, por isso ficou mal visto, e naquela época se cassava todo mundo, enfim.

Teve um escritório em que eu trabalhei no Rio, que antes foi do meu pai, era Advogados Associados, que teve o Evandro Lins Silva, que foi Ministro do Supremo, e teve mais um outro ministro do Supremo, que tinham sido cassados. Eu fui assistente do Evandro Lins nesse escritório por um bom tempo, que era o escritório do Cândido Motta Filho, que foi Ministro do Supremo. O filho dele era um grande advogado no Rio, Nelson Motta, que era pai do Nelsinho Motta, compositor. Era uma família tradicional de São Paulo, o velho Cândido Motta Filho foi ministro do Supremo durante muitos anos, então, como eu disse, eu conhecia bem o outro lado. Eu jamais poderia... abrindo um parênteses, eu não me esqueço de uma vez, eu era estudante; e o Cândido Motta Filho, ministro, morava no mesmo prédio nosso, no Rio; e eu tinha que fazer um trabalho da faculdade, e o meu pai, que era muito amigo dele, falou para eu ir na casa dele para achar alguma coisa para o trabalho da faculdade. Isso no final de semana, para entregar o trabalho na segunda ou terça-feira, e aí eu cheguei lá, eu morava no oitavo e ele no sexto andar, e pedi para ele um livro, nem lembro qual era a matéria, e ele me apresentou para os amigos dele, disse que eu era filho de um grande advogado, e os amigos dele eram o Antônio Houaiss, o Carlos Drummond de Andrade e mais um outro. Pensei: “Eu estou perdido aqui. O que eu vim fazer aqui?” Era um apartamento muito bom, uns 400 m², ele era ligado a literatura e ao Direito. O apartamento dele era uma biblioteca, tinha os sofás no meio e as paredes cheias de livro. Eu falei: “Doutor Motta, eu estou precisando de um livro, meu pai pediu aqui porque certamente o senhor ia ter...” Aí ele disse: “Ah, tenho sim, você quer em que língua?” E eu respondi: Puxa, doutor Motta, pelo amor de Deus, num português claro, rápido e limpo!” [risos] Voltando agora para o caso Rubens Paiva, você vê que tinha uma base de educação, de cultura, de sociabilidade com outras pessoas que

não é aquilo que você está vendendo ali. E o Merval, eu adoro o Merval Pereira, era um rapaz que fez Direito e depois foi fazer jornalismo, tornando-se um excelente jornalista. E ele falou assim: “Paulo, você vai perguntar o que?” E eu: “Isso aí é problema meu, Merval. Não entra nessa celeuma. Eu vou te relatar o que eu conversei. E mais nada, sem fotografia”. O cara quase quebrou a máquina dele, era um cara grosso, daqueles coronelão da antiga. E aí, quando o cara entrou no hall do elevador, o Merval rapidamente tirou uma fotografia dele. Pensei que ia dar confusão, mas acho que ele nem viu a fotografia, pois o Merval foi muito rápido, e daí a capa da ISTOÉ foi a foto do cara. Então melou, o pessoal caiu de pau em mim, dizendo que não podia fazer, que era uma investigação paralela. Mas o processo era meu! O dono da ação era o Ministério Público, então, se amanhã eu quisesse escutar alguma pessoa às cinco horas da manhã dentro da gafieira, eu ia escutar! Ninguém me impediria!

Memória MPM – Esse coronel admitiu alguma coisa?

Paulo César de Siqueira Castro – Ah sim. Ele admitiu as torturas, aquelas coisas todas.

Memória MPM – Inclusive ao deputado?

Paulo César de Siqueira Castro – Inclusive a do Rubens Paiva. Porque ele era de um QG [quartel-general] forte ali na Tijuca [refere-se ao quartel do Exército na Rua Barão de Mesquita, onde funcionava também o DOI-CODI], onde

o Rubens Paiva ficou preso na Rua Barão de Mesquita. Tinha uma sala de tortura, onde o pessoal ficava preso, era ali que acontecia.

Memória MPM – Era a Cecília Meireles?

Paulo César de Siqueira Castro – É, a sala Cecília Meireles. Puxa, coitada da Cecília Meireles, não é? Pessoa tão boa, escritora maravilhosa... Que referência desgraçada essa! E realmente eu sofria ameaças, eu tinha filho pequeno, essa coisa toda. Claro que eu, dentro da lei, pedi apoio ao procurador-geral, pedi proteção da polícia federal. O procurador-geral ofereceu um porte de arma, que eu recusei, afinal, eu não acerto nem com estilingue, quanto mais com uma pistola. Queria é a segurança. Aí minhas filhas iam para o colégio com segurança.

Memória MPM – O senhor chegou a ter esse apoio?

Paulo César de Siqueira Castro – Esse apoio eu tive. Muito bom por sinal, o tempo todo. Pegava no colégio, deixava no colégio para trabalhar, aquelas coisas, enfim. Foram épocas conturbadas. O telefone tocava de madrugada e me falavam: “Ah, eu sei onde estuda a sua filha...” Então você ficava preocupado. Quando passa para esse lado pessoal... Quanto ao trabalho eu não ligo, mas quando eu saía de casa tinha um carro parado, me vigiando, sabe? Essas coisas. Eu estava perdendo a minha liberdade e isso eu não admito.

Memória MPM – Ainda nesse caso do Rubens Paiva, a questão do psicanalista Amílcar [Lobo]... Como chegou nele?

Paulo César de Siqueira Castro – Eu até entendia o Amílcar, porque ele era um oficial médico que era meio perturbado. Ele era médico militar na Barão de Mesquita, onde tudo acontecia. Cobriam você de pau lá dentro e no exame de corpo e delito dizia: “Tem um arranhãozinho aqui no braço, tem uma esfoliação, caiu da cadeira aqui, esfolou o joelho e mais nada...” Eu falei para ele: “Vamos jogar sério? Você tem duas alternativas: ou mentir mais, ou falar a verdade. Não tem meio termo. Você já está mais sujo do que pau de galinheiro, então sujar mais ou sujar menos...” Aquele negócio da casa de Petrópolis [conhecida como Casa da Morte, era um centro clandestino onde ocorreram torturas e assassinatos durante o regime militar], foi ele que me indicou, senão eu não ia saber. Ele dizia que era ali que enterrava os caras, que muitas vezes veio de noite.

O pessoal começou a perseguir muito ele, os próprios militares, essa coisa toda. E ele começou a ver que eu tinha segurança, acho que no fundo ele pensou assim: “Esse cara está certo, está querendo trabalhar direito, já o meu lado não me dá respaldo, enquanto esse aqui está me dando, está sendo sincero, está falando a verdade.” Então ele começou a falar e é claro que falou do Rubens Paiva, que realmente quebraram ele lá dentro, que morreu de hemorragia interna, de tanto que apanhou, e ele era um cara pesado, meio cheinho, gordinho. Então quer dizer, sofreu muito. Aí teve uma consequência, o que fazer com um cara que era deputado, vai sumir com ele? Aquela velha história: “Ah não, ele estava dentro dum fusquinha.” O cara para entrar em um fusquinha tinha que fazer outra porta, tinha que ter quatro portas no

fusquinha porque senão ele não entrava, entendeu? “Ah, mataram ele no Alto da Boa Vista...”. Tudo balela. Mataram mesmo...

Memória MPM – Ele sabia o destino do corpo?

Paulo César de Siqueira Castro – O destino não. O destino era muito difícil porque tinha vários lugares. Tinha “n” lugares para enterrar, queimar. Hoje tem, naquela época não tinha, hoje tem o tal do micro-ondas. Enche de pneu, coloca fogo, acabou. Queima tudo e depois pulveriza na horta do vizinho e acabou. Antigamente não, você tinha que matar, tinha que sumir com o cadáver, tinha que fazer isso, tinha que fazer aquilo. Mas tinha... Nossa Senhora, o que não faltava era lugar. Naquela época era mais fácil ainda. No Recreio. O Amilcar Lôbo que me falou que também enterraram na praia, no Recreio.

Memória MPM – Disseram que os ossos foram encontrados lá, depois negaram...

Paulo César de Siqueira Castro – É... Você vai fazer o quê? É difícil para você, eu vou ser muito sincero, quando você tem absoluta consciência de que o fato existiu. O difícil, na época, era você brigar contra a máquina. É a mesma coisa o caso do Riocentro. Quase que fui eu, entrou o Dodaro porque eu estava com o Rubens Paiva, mas o caso do Riocentro, quem ia pegar aquele processo era eu. A mesma coisa, todo mundo sabe. Botaram aquela granada lá dentro, morreram os dois, naquele show, naquele comício, comício não, comício show,

aquela coisa. Está mais que provado. Punido? Naquela época, mexer com a máquina era difícil, porque você briga contra uma máquina, montada não só administrativa, mas politicamente. E você só é você. O Dodaro sabe disso. O Dodaro é daquela época. O Dodaro sabia disso.

Para você ver a que ponto chegaram as coisas no Rubens Paiva. Nós fomos lá, o Oswaldo Lima Rodrigues era o juiz e nesse ponto ele concordava comigo, claro, dentro do processo. O Ministério Público tem que ter uma parceria com o juiz do caso. O Ministério Público é o dono da ação penal, mas é preciso colaboração, assim, se eu falo para o juiz: “O que você acha de a gente escutar essa testemunha ou bloquear a conta bancária dele só para ver até que ponto vão as coisas?” Aí ele dá a sua opinião: “Olha, podia aguardar mais um pouco, ouve primeiro para depois fazer isso”. Esse é o entrosamento que existe há anos. Os caras estão dia e noite juntos, no caso da Lava Jato, e com o Oswaldo e comigo era exatamente isso. Aí nós fomos ao quartel na Barão de Mesquita, sem aviso prévio. Como era hora de expediente, duas horas da tarde, estaria todo mundo lá. Mas fomos barrados no baile, não nos deixaram entrar. E tinha um jornalista que nos seguiu e dia seguinte publicou o Oswaldo e eu na porta do quartel sem poder entrar. Era assim. Quer dizer, a máquina era difícil, você para tentar alguma coisa era quase que no saca-rolha, tinha que puxar aquela coisa para sair alguma coisa, porque o outro lado puxava muito mais. Ainda tinha o lado de subordinação de patentes, essas coisas todas. Então: “Não fala, não vai, não faz...”. E você tentava uma, duas, três, dez vezes e era problemático, e depois você desiste. E depois ainda entrou o Mário e o Mário era um cara que era mais quieto. Também durou pouco tempo. Que assumiu o processo e ele também não quis muito papo com o negócio não, pediu o arquivamento. Não precisa nem entrar no mérito. Não queria sarna pra se coçar.

Memória MPM – E como foi a sequência de sua carreira no MPM?

Paulo César de Siqueira Castro – É isso, eu acho que incomodava. Aliás, eu tenho certeza. Incomodava e muito. Não foi nem um, nem dois procuradores que me falaram. O Jorge [Luiz Dodaro]: — “Ô, Paulo, nem me fale em processo”. O Milton [Menezes da Costa Filho] também: “Olhe bem...” Falei: “Milton, teu problema é ir para o STM, não é o meu. Eu não vou e não quero. Não vou chegar lá e não quero, que não me interessa. Eu gosto é de advogar, estudei para isso. Não vou nunca chegar. Primeiro que não vou ser nem indicado, começa por aí”. Então, como se diz no futebol, eu vou estar sempre no banco, não vou chegar a titular nunca. E vou ser o último a entrar em campo, entrar por cima. Quando não tiver nenhuma opção melhor aí eu vou. Eu sempre falava isso, é uma coisa meio que interessante, aí tinham as promoções do Ministério Público, merecimento ou antiguidade, e eu entrava sempre no critério da antiguidade. Merecimento eu não entrava não. “Não, esse aí, não!”. [risos]

Memória MPM – Em quais Procuradorias atuou?

Paulo César de Siqueira Castro – Depois do Rio, fui para Curitiba, depois Bagé. Eu fazia muita substituição. Gozado, eu pensava: Por que eu vou substituir? Tem tanta gente para substituir; pega um cara do Ceará, alguém próximo, um cara de Belém para substituir em Manaus... É, até por uma questão de custo. Por que tirar um cara do Rio para mandar para Manaus, para Pernambuco? Falei: “Não, se vou para passar o carnaval lá está ótimo, está bom demais”. Quando cheguei lá, não esqueço isso de Pernambuco, teve

aquele “Escândalo da mandioca”, em que o pessoal matou um procurador da República, fuzilaram o cara. Mataram o cara na padaria. Garoto novo. E foi até cogitado se seria crime Federal. Tinha militar envolvido, mas militar do Estado. Até pensei na época: “Puxa, só falta botar para a Justiça Militar; e eu, que estou aqui, vou ser o próximo. Vou virar cadáver já, já, defunto já, já aqui nesse troço”. E eu ficava em Olinda, num hotel lá. Não tive dúvida, eu falei: “Opa, Polícia Federal aqui na minha porta, não quero saber de confusão para o meu lado”. E foi um caso rumoroso porque envolvia o pessoal da terra, político que tinha um financiamento do Banco do Brasil para o plantio de mandioca. Não plantavam nada, ficavam com o dinheiro, e aí descobriram aquelas falcatruas todas, e esse menino, Pedro Jorge de Melo e Silva, procurador da República, foi assassinado. O cara começou a cavoucar, descobriu tudo. Não teve dúvida. Um dia de manhã... chumbo nele. Mataram o cara na rua, na porta da padaria.

Memória MPM – Essa investigação não chegou então à Justiça Militar?

Paulo César de Siqueira Castro – Não, ela foi para a Procuradoria da República, para o Ministério Público... Eu sei que os caras foram presos. Todos eles foram presos, porque era um caso muito notório, não é? Os militares envolvidos, polícia civil não sei de onde, sei que foi todo mundo preso. Não sobrou um lá para contar a história. Mas eram uns troços assim... Eu falei: “Puxa, só falta isso. Se mandarem esse negócio aqui para mim eu nem volto, minha passagem de volta está comprada, mas vai ter que suspender”. (risos) Eram períodos complicados.

Memória MPM – Outro fato que consta de sua biografia foi um questionamento feito acerca de uma lista de antiguidade do Ministério Público Militar. Qual a motivação?

Paulo César de Siqueira Castro – Como é que eu posso ser passado para trás numa lista de antiguidade? Uma coisa é merecimento, não vou discutir quem, sei lá, tem mais tarimba, tem trabalho publicado, enfim, aqueles requisitos todos que a gente já sabe. Agora, antiguidade? Como eu sempre fui promovido por antiguidade, fui questionar: “Por quê?”. Eu não sei se eu tinha saído ou tinha entrado alguém. Eu fui questionar o Milton, e o Milton, daquele jeito dele.

Eu não vou falar mal aqui de colega, não é? É uma coisa muito chata. Quando eu falei dos antigos e tal, quem era chato, até brinquei que o Nelson Senra é uma flor de pessoa, mas é um cara chato! O cara é metódico! Ele me disse que guardava todos os diários oficiais. Perguntei para ele: “Você bota onde?” Para você guardar diário oficial, antigamente, seria... Ele falou que guardava na garagem dele, e um dia fui à casa dele em Curitiba e era só jornal. E eu falei: “Você deve estar maluco. Você devia vender esse troço para açougue, para embrulhar carne.” Antigamente embrulhava carne naquele negócio. Eu: “O que você vai fazer com isso, Nelson?” e ele: “Pode ser que tenha coisa interessante, que eu tenha que...” Falei: “Você deve estar de brincadeira comigo, não é? Você deve estar de brincadeira...” Eu falo na brincadeira, mas ele é um cara metódico, uma excelente pessoa, gosto muito dele. Agora, como tinha o Simeão, não. O Simeão eu batia de frente com ele, não gostava dele, e ele não gostava de mim. É bem diferente. Ele só se deu bem com o Olympio, porque o Olympio é um cara que não briga com ninguém, não bate de frente com

ninguém. Se você falar: "Olympio, você está gordo demais, você vai morrer de infarto", ele vai dizer: ah, não faz mal, deixa morrer mesmo". O Olympio é desse jeito. Ele não brigava com ninguém, estava tudo ótimo para ele, aquela coisa toda. O Simeão, ele falava que tinha umas reuniões no quartel, eu tinha horror àquilo do Simeão. Não sei como o Olympio aguentava aquele cara. Eu já teria jogado pela janela. Uma vez eu peguei ele pelo pescoço, encheu tanto a minha paciência que eu o peguei pelos colarinhos. Eu falei: "Olha, é bom parar..." E ele: "Ah não, porque eu vou comunicar o doutor Milton". E eu: "O senhor pode comunicar o papa!" Ele ia sempre de calça de tecido, aquela coisa de antigamente e camisa assim, para fora, camisa branca para fora. Com revólver na cintura. E botava em cima da mesa. E um dia eu falei: "Olha, a partir de hoje não quero ver esse revólver aqui em cima da mesa. Aliás, se entrar aqui com revólver, eu vou jogar pela janela". E ele: "Ah, duvido que você faça isso." Aí, peguei o revólver e joguei lá embaixo. Ele ameaçou comunicar ao procurador-geral, mas não fez nada. Havia essas coisas. Para isso eu não tenho paciência. É o único, realmente, que me tirou do sério. O resto você pode divergir normalmente, é um ponto de vista, é um trabalho. O [Nelson] Senra, a gente trabalhava aqui do lado, nesse prédio que era da auditoria. Ele ficava até mais tarde, depois do expediente, para estudar e não sei mais o quê. E eu dizia para ele: "Deixa para amanhã, rapaz! Se precisar, pede mais prazo que o juiz vai dar". Nunca tive problema com ninguém. Bagé era um lugar gostoso, apesar da distância. Entrou uma garotada nova lá, na época em que eu era procurador. E era uma cidade meio difícil... A gente fazia um rodízio, cada dia ia um, sabe? Cada dia ia um. Nunca deu errado. Nunca deu errado porque tinha uma estrutura muito boa, é o que eu sempre falo, se você tem bons funcionários, que acreditam em você, o negócio anda. Por exemplo, aqui em Curitiba tinha uma funcionária, quando eu fui procurador

aqui. Saiu o Nelson [Arruda Senra], o Péricles [Aurélio Lima de Queiroz]; e eu fiquei aqui. E aí entraram funcionários novos. E eu sempre fui maleável. Se você tivesse um problema de família, doença ou sei lá o quê, não tinha problema comigo. Teve uma menina, excelente funcionária, transferiu-se depois para a procuradoria em Porto Alegre. Ela queria ir para a Procuradoria da República e ela conseguiu, foi para o Sul, ser assessora da Ellen Gracie. Menina muito estudiosa, ela fez concurso para a defensoria pública, passou, ficou um tempo; fez concurso para juíza federal; e hoje ela é juíza federal, aqui em Curitiba. De vez em quando nos encontramos na Justiça Federal, pois eu tenho processos lá, e a gente não se esquece. São coisas assim, lá no Sul, eu me lembro em Bagé, foi uma maravilha, uma integração. O Kleber, não me esqueço do Kleber, era uma figura. Como ele já morreu e eu estou aposentado eu posso te contar...

Memória MPM – Quem não tem história do doutor Kleber?

Paulo César de Siqueira Castro – O Kleber era uma figuraça, não é? Ele falava assim: “Paulo, vamos comprar uns uísques.” E eu: “Vamos”. E ele disse para pegarmos o carro da auditoria, mas ali era na fronteira... enfim, era você atravessar a rua que estava do outro lado. E aí ele comprou um uísque, aquele assessor dele também era uma figura. Kleber dava cada espinhafrada que ele não sabia nem onde se metia. E eu perguntei: “Comprou tudo, Kleber?” Ali tinha uma aduanazinha meio mequetrefe, e só de brincadeira eu falei para ele que se fosse parado era só dar uma carteirada, mas ele disse que não, que não podia fazer isso. Claro que não iam parar nunca na aduana, nem formiga nem nada. Aí trouxemos aquele uísque, e ele perguntou: “Ah, como é que eu vou

levar isso para Brasília?” E eu: “Malote! Mete no malote! E ele: “No malote? E se quebrar a garrafa de uísque?” E eu: “Aí o único problema de quebrar é que você não bebe!” (risos). Tinha uma juíza lá que era, coitada, uma flor de pessoa. Excelente juíza, baiana, nova em Bagé, já morreu, coitada. Fumava uns 5 maços por dia, era uma chaminé. Como é o nome dela? Já, já eu me lembro. E ela via a gente fechando as coisas, botando o uísque nas caixinhas. Não tinha nada de mais. Comprou, passou, faz o que quiser, não é? Ela: “Não vou me meter nisso.” Aí eu falei: “Vem cá, faz um favor para mim? Eu estou amarrando aqui, dando um nó, bota o dedo aqui para segurar?” Aquele negócio, você bota o dedo aqui pra eu dar um nó, aí ela botou o dedo e falou: “Por que você está me olhando assim?” Aí eu falei: “Agora você está na coautoria, deixou a digital aqui, você está na coautoria.” E ela: “Ah Paulo, você é maluco” (risos). Então o clima era muito gostoso, sabe? Tudo funcionava, mas nós precisávamos de uma sede em Bagé, porque a gente funcionava numa salinha desse tamaninho assim dentro da Auditoria, por isso que a gente fazia o rodízio, porque não cabia todo mundo lá dentro. E o Kleber: “Puxa, não tem...” E eu falei: “Não tem porque essa anta do seu assessor, eu mando para ele as casas, os troços...”. E ele chamou o cara: “Fulano de tal! Por que você não me mandou esse contrato que o Paulo pediu? Quando chegar, aluga logo essa porcaria dessa casa” (risos). Era cada espinafrada que esse cara levava. O Kleber dizia que gostava muito de sair de Brasília, que onde eu estivesse era para ligar para ele que ele ia me visitar. E eu: “Não, eu não quero visita de homem baiano, ainda por cima, sei lá o que você é” (risos). Ele era uma figura, o Kleber. Todo agitado. Foi uma época boa. Que mais?

Memória MPM – Alguma outra questão gostaria de comentar?

Paulo César de Siqueira Castro – Não sei como estão os concursos atualmente, mas na minha época e um pouco depois, um pouco antes também, os membros do Ministério Público Militar e os juízes auditores vinham de carreira militar, ou vem ainda de carreira militar. Os caras deixavam a força, faziam concurso. Não é discriminação, muito pelo contrário, eu até acho que é bom porque eles trazem o conhecimento de caserna, que nós não tínhamos, e a fundo a gente ainda não tem, não é verdade? Então esse é o lado bom. Entretanto, tem um outro lado também. É como o [Jair] Bolsonaro: tem o ranço do milico. Tenho nada contra o governo dele, votei nele porque não teve jeito. Mas tem esse lado, tem aquele ranço. Às vezes é normal bater de frente, ter opiniões diferentes, eu acho isso muito salutar, pois cada um tem visão das nuances todas do caso em discussão, não é? Eu acho salutar. Eu não tenho o que me queixar quando atuava porque sempre fiz bons amigos, tenho bons amigos no Ministério Público.

Memória MPM – Na oportunidade de celebração do Centenário, como avalia o MPM atual?

Paulo César de Siqueira Castro – Eu acho que é essencial. Hoje mudou muito. Teve algumas modificações dentro da lei. A estrutura eu acho muito boa. Houve a unificação de algumas Auditorias, umas Procuradorias, na verdade, hoje é a mesma coisa que um Ministério Público Estadual, Federal. As questões aumentam, os processos se avolumam, não da mesma forma que numa justiça federal, estadual, em processos normais. Mas, na verdade é necessário. Eu vejo [o MPM] como uma parte integrante do Ministério Público Federal. Acho que sempre houve e tem que continuar porque ela esclarece, define muitas

situações, que eu vejo em crimes militares, não só envolvendo militares, mas também de civis e essas coisas todas. Antigamente era meio dúvida, hoje está bem sacramentado nesse ponto, esse lado está bem fundamentado, quer dizer, está bem claro. Umas coisas que antigamente ficava: é daqui? Problema de competência, se é daqui ou se é dali. Então eu acho fundamental essa renovação. Como eu digo, a fila anda, deu o meu tempo eu saio fora. Agora temos ideias novas... Aqui, por exemplo, a Rejane [Batista de Souza Barbosa]. Rejane é uma excelente procuradora, e o pai dela também foi procurador, já faleceu. São gerações completamente distintas. Quer dizer, ele era mais conservador, gostava muito dele. Trabalhou aqui um tempo e depois ela entrou. Estava havendo um novo concurso. Então entraram cabeças novas, como o André [Luiz de Sá Santos] e a própria Rejane, mais arejadas,....

Oxigenar o Ministério Público. Esse é o fator que eu acho que é mais preponderante, essa oxigenação e novas ideias, novos pensamentos. Antigamente tinha aquele ranço, não estou falando mal, mas é o ranço daquela Justiça Militar bem pragmática, certinha, essa coisa toda. Hoje não, através da associação hoje temos congressos nacionais, internacionais, tem o estudo das Justiças Militares de vários países, essa integração, essa troca de ideias que eu acho importantíssimo para o Ministério Público. Eu acho isso fundamental. Só tenho que parabenizar e cada mudança para melhor tem o meu apoio, apesar de eu não votar, tem meio apoio. (risos)

Memória MPM – Doutor Paulo, agradecemos pela entrevista.



HÉLIO SILVA DA COSTA

Entrevista realizada na Procuradoria-Geral de Justiça Militar, em Brasília, no dia 5 de setembro de 2019, por Hebert Vilson França e Leila Rosa Garcia.

Hélio Silva da Costa nasceu em Itaocara, Rio de Janeiro, em 18 de janeiro de 1949. É filho de Jurandyr Corrêa da Costa e Esther Gonçalves da Costa. Contraiu matrimônio com Dilsa de Almeida Oliveira, de cujo enlace vieram, pela ordem, os filhos Marcio Hedil Oliveira da Costa e Juliane Cristina Oliveira da Costa.

Cursou o 1º grau no Ginásio Cruzeiro do Sul e o 2º grau na Escola Técnica de Ciências Eletrônicas do “Ibratel”. Bacharel em Direito, concluiu os estudos na Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas (da SUESC), entre os anos de 1972 e 1976.

Em 10 de julho de 1970, ingressou no serviço público estadual, quando foi nomeado ao cargo de oficial de justiça de 3ª entrância do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, onde exerceu suas atribuições até 10 de outubro de 1975, em Duque de Caxias.

Em 11 de outubro de 1975, tomou posse no cargo de Inspetor de Polícia da Secretaria de Segurança do Estado do Rio, onde permaneceu até 02 de abril de 1978. No dia seguinte, a 03, assumiu o cargo de Oficial de Justiça Avaliador Federal, Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, ali permanecendo até 19 de agosto de 1981.

A 20 de agosto de 1981, ingressou no Ministério Público Militar, assumindo o cargo de Procurador Militar de segunda categoria, após aprovação no concurso público realizado em 1981, tomando posse e entrando em exercício na mesma data.

Atuou na 2^a Circunscrição Judiciária Militar em São Paulo (1^a Auditoria), e na 1^a Circunscrição Judiciária Militar no Rio de Janeiro (3^a Auditoria do Exército e 2^a Auditoria da Aeronáutica). Em 21 de fevereiro de 1991, foi promovido, por merecimento, ao cargo de Procurador Militar de primeira categoria, cargo que passou a ser denominado Procurador de Justiça Militar, a partir da vigência da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993. Em razão de sua promoção, foi removido, *ex officio*, para a Procuradoria-Geral de Justiça Militar, em Brasília.

Em maio de 1992, foi designado para supervisionar a aplicação das provas escritas subjetivas do concurso para o cargo inicial da carreira do Ministério Público Militar e, a partir de 23 de setembro do mesmo ano, foi designado para a Comissão de Estágio Probatório.

No dia 21 de março de 1994, foi promovido, por merecimento, ao cargo de subprocurador-geral de Justiça Militar. No Parquet Militar exerceu, interinamente, as atribuições de vice-procurador-geral de Justiça Militar, no período de 6 de maio a 14 de junho de 1994; e as atribuições de corregedor-geral, entre 1994 e 1995. Aposentou-se em 28 de setembro de 1995.

Memória MPM – Dr. Hélio, o senhor é natural de Itaocara, município situado no noroeste do estado do Rio de Janeiro. Como foi a infância?

Hélio Silva da Costa – Então, com certeza, natural de Itaocara. Acrescento, porém, um detalhe interessante. Trata-se, apenas e puramente, de uma naturalidade geográfica. Não fui criado e nem vivenciei a infância na bela Itaocara de então, cortada pelo Rio Paraíba do Sul, de algumas enchentes, algumas traumáticas para a população ribeirinha. E falei de uma “naturalidade apenas geográfica”, exatamente porque naquela época, e estamos tratando do ano de 1949, era comum as grávidas procurarem a casa materna apenas para ganhar o bebê dos sonhos dela; depois, vencido o período do que, à época era chamado de “resguardo” ou “quarentena”, voltavam para a base domiciliar. Assim aconteceu com a minha mãe. Retornou ao pequeno povoado, chamado Vila São João, São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro. Quanto à infância, lá, na distante Vila São João, há que ser verdadeira a narrativa de muitas dificuldades em bairro periférico, sem nenhuma estrutura de apoio social, seja de saúde pública, seja de educação. Acrescente-se ainda, por necessidade de enquadramento conjuntural, dentro de um contexto de família de pouquíssimos recursos materiais.

Memória MPM – Estudou Direito na Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas (da SUESC), correto? Como era naquela época? Recorda-se dos professores ou colegas de faculdade?

Hélio Silva da Costa – Agora, já nos idos dos anos 70, morando em Duque de Caxias, RJ, meu curso de Direito, entre 1972 e 1976, foi no período

matutino, com aulas a partir de 7 horas. Professores, alguns, ou quase todos, muito importantes no meu ingresso na carreira do Ministério Público Militar da União. Nesse passo, vale acentuar a marcante participação da então Defensora Pública e minha Mestra em Direito Penal, Dra. Nilza Bitar, depois, Juíza e, hoje, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. A propósito dessa importância, gostaria de destacar um trabalho que a Professora de Direito Penal Nilza Bitar determinou que a turma fizesse e que procurava instigar o corpo discente a aprofundar o conhecimento sobre o tema “A Embriaguez no Código Penal”. A exigência de que o trabalho fosse manuscrito desagradou alguns, principalmente aos que já estavam na faixa dos 40/60 anos, não poucos bem realizados no campo econômico, profissional (tínhamos até um deputado estadual na turma), o que não era o meu caso, aos 23 anos e ocupante de cargo público de pouca expressão salarial. Bem, o certo é que, não sei se pelo respeito e admiração à Mestra, ou pelo grande interesse no Direito Penal, ou ainda por esses requisitos reunidos, o certo é que ofereci o melhor trabalho manuscrito da minha vida, sem emendas, sem rasuras e sem falsa modéstia. E, há que se ressaltar: em todo o trabalho com um redobrado interesse no conhecimento teórico e doutrinário do tema, diga-se de passagem. Tudo isso dito só para declarar a importância desse trabalho no meu concurso para Procurador Militar, já que a dissertação da prova de Direito Penal Militar, sorte minha, foi “A Embriaguez no Código Penal Militar”, causa, me parece, da boa aprovação da Banca Examinadora. Aos demais professores, e não são poucos, um pedido de compreensão, afinal, uma memória associada a fatos de quase 5 décadas, pode dificultar o alinhamento de situações pretéritas. Quantos aos colegas de faculdade, tive alguns, amizades bastante duradouras, uma delas, até hoje, como a do Alberto de Oliveira; muito forte também, a do Nelsi,

quase irmão; Carvalho, Joel, Gilberto e alguns outros mais, todos do círculo da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

Memória MPM – Alguém da sua família já tinha cursado Direito?

Hélio Silva da Costa – Não, ninguém. O fato histórico é que eu fui o primeiro do grupo familiar, aí incluídos os seguimentos maternos e paternos, a concluir um curso de 3º grau. Nem tenho conhecimento, retrocedendo aos anos seguintes à minha formatura, de que um outro parente próximo tenha concluído algum curso superior, posteriormente.

Memória MPM – Antes de ingressar no MPM, o senhor foi oficial de justiça de 3ª Entrância do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. O senhor se recorda desse período, da carreira, das atribuições exercidas, entre outros?

Hélio Silva da Costa – Tenho recordações, sim.

Muitas eu classificaria como ótimas; poucas, péssimas, como a da perda de dois colegas no exercício da função de oficial de justiça, vítimas de assassinato, um deles, acompanhado de tortura. Ressalto que a função era exercida numa cidade tida, à época, como uma das mais violentas da Baixada Fluminense e do Brasil. Terra de esquadrões da morte, de muitos assaltos, já nos distantes anos da década de 70. Oficial de Justiça, exercia funções como prisões, citações, intimações, porteiro de auditórios (o Oficial de Justiça que apregoava as partes nas audiências). Também datilografava depoimentos

(função de Escrevente), por ser muito ágil e veloz na arte, hoje, “jurássica”, já extinta no século passado; a “datilografia” entra como uma peça de museu para futuras visitas. Ainda como Oficial de Justiça, registro o ineditismo do ato de ofício de intimação mais demorado na minha carreira. Cerca de quatro horas, isso mesmo! Para uma única intimação em um procedimento de queixa-crime contra a honra intentada por uma vítima que se julgava ofendida por matéria veiculada no jornal Luta Democrática, de propriedade do intimando; muita tensão, espera, estresse.

Ao cabo e ao final, já por volta de 12 horas, intimação feita e certificada, com a assinatura do querelado, em diligência iniciada por volta de 08 horas. Desse meu intimando, tenho um registro jornalístico. “Em Caxias reinava Tenório Cavalcanti, um político que andava de capa preta, colete de aço e submetralhadora à mão. (Chamava-a Lurdinha.)” (Folha de São Paulo, quarta-feira, 10 de julho de 2002, Elio Gaspari). Recordações felizes, as tenho também, como as das confraternizações de eventos, dos amigos, e, claro, de um elogio por exercício funcional competente por parte de um magistrado.

Memória MPM – Como surgiu o interesse pelo Ministério Público Militar, como isso aconteceu?

Hélio Silva da Costa – O Ministério Público Militar surge mais como um “acidente de percurso” do que como uma joia buscada e perseguida. De repente, uma notícia jornalística (esse “o acidente”) sobre o concurso público do MPM. Afora isso, poderia acrescentar, acessoriamente, uma opção de progresso na questão salarial. Nesse particular, vinha de uma sequência lógica, iniciada, lá,

em 1970, aos 21 anos, como Oficial de Justiça/RJ, Inspetor de Polícia, SSP/RJ, em 1975, Oficial de Justiça Avaliador Federal, em 1978. Antes do primeiro cargo público, ainda criança, a partir do 12 anos, nos idos de 1961, fui auxiliar de serviços em fábrica de fogos, fábrica de móveis, aprendiz, balconista em loja de venda de fogos de artifício, datilógrafo em Cartório de Notas, enfim, uma infinidade de funções precedentes ao primeiro cargo público. Casado em 1976, buscava também um progresso nas condições econômicas, agora, focado na família recém-construída. No âmbito do serviço público, como se percebe, desde muito jovem, minha vida sempre se desenvolveu na área criminal. O contato com profissionais do campo jurídico (juízes, defensores públicos, promotores, delegados de polícia, advogados, colegas), acabou indicando o norte do Ministério Público, e, aqui, repito, com aquele “acidente” da notícia jornalística. Claro, o ramo castrense foi um instigante projeto de avanço num terreno até então desconhecido. Ouvia quase nada sobre Justiça Militar e menos ainda de Ministério Público Militar. O interesse e a paixão pelo Direito Penal foram as alavancas que determinaram a opção pela carreira exitosa. A paixão referida tem início, lá, na 2^a. Vara Criminal e nos processos orientados pelo gabinete da Dra. Nilza Bitar, então Defensora Pública. A partir daí, com os ensinamentos da Mestra, pude perceber a importância amazônica dos operadores do direito ante os direitos e garantias constitucionais. Tive dificuldade, sim, num determinado momento, ainda na fase inicial, junto à Defensoria, em verdade no meu primeiro processo, e fui falar com a minha orientadora e professora de Direito Penal: Doutora Nilza, como é que eu vou fazer o processo? Como é que eu vou fazer a defesa desse réu? Esse indivíduo está sendo acusado de uma barbaridade, de estupro de uma criança, um crime violento, eu não estou conseguindo! Ela disse: Não, Hélio, você não tem que ver o delito cometido. Você deve examinar a situação do processo do ponto de

vista formal e técnico; o que você pode fazer dentro do processo para pedir a absolvição e, de modo acessório, postular a aplicação das atenuantes penais, enfim, reduzir a pena, se tiver condições técnicas, evidentemente.

Memória MPM – O senhor foi aprovado no concurso de 1981. Como foi a sua preparação?

Hélio Silva da Costa – Dias e noites de intensos estudos, até altas horas; visitas às auditorias para acesso às cópias de denúncias e de alegações finais; pesquisa de jurisprudência do Superior Tribunal Militar (STM), à época, em pesados volumes de Diário de Justiça. Vivíamos tempos “sombrios” sem Internet, sem sites de pesquisas, sem Google, sem Whatsapp. Como se percebe, hoje, tempos verdadeiramente sombrios. Registro que não participei de grupos de estudos; à época, já exercendo a função de Oficial de Justiça Avaliador Federal, na Seção Judiciária do Rio de Janeiro, tinha um tempo razoável para a “caça ao tesouro”. Como parte da minha preparação, não poderia deixar de agradecer à então esposa e companheira Dilsa, cuja participação foi de importância relevantíssima no sucesso final do nosso projeto. Cansada dos afazeres do cotidiano, cuidando de dois filhos, ainda era solicitada, à noite, por volta de 22 horas a fazer perguntas e a arguir o esposo em questionários previamente preparados; o objetivo era ter um bom desempenho na prova oral.

Memória MPM – O senhor conhecia alguém da Auditoria, da Procuradoria, algum membro?

Hélio Silva da Costa – Não, não. À época não conhecia ninguém da máquina judiciária castrense. Chegava junto ao balcão, identificando-me como candidato no concurso do MPM, e pedia acesso a processos e cópias de denúncias, de alegações finais, recursos etc. Aquela coisa toda... Então não existia essa quantidade enorme de fontes de pesquisa. Hoje temos acesso ao inteiro teor de processos por meio eletrônico. Comodidade inimaginável àquela época.

Memória MPM – E depois que o senhor já voltou como membro, o senhor teve contato com essas pessoas que cederam os materiais para o senhor?

Hélio Silva da Costa – Sim! Depois da minha primeira investidura em São Paulo, onde não conhecia nem a cidade e nem qualquer pessoa, ao ser transferido para o Rio de Janeiro, tive oportunidade de conhecer os funcionários que foram muito gentis no atendimento ao então candidato. A 3^a Auditoria do Exército da 1^a. CJM foi a minha primeira fonte de consulta.

Memória MPM – Houve essa disponibilidade de informação?

Hélio Silva da Costa – Sim, houve essa disponibilidade de informação. Quando havia algum tipo de dificuldade nesse sentido, o que restava era a busca de uma biblioteca onde houvesse diários de justiça. Aquelas páginas enormes, um livrão, onde as pesquisas exigiam muito esforço.

Memória MPM – Poderia informar como foi a posse?

Hélio Silva da Costa – Foi na nossa acanhada sede de então, no Superior Tribunal Militar, 7º andar. A posse, com certeza, era o momento festivo para os empossados, era o ato culminante de uma história vitoriosa. Apesar de festivo e solene o evento, tenho que registrar um certo nível de estresse dos participantes, já que a designação previamente oficializada segundo critérios rígidos de colocação no concurso, indicava três cariocas: Couto [José Carlos Couto de Carvalho], Bittar [Marco Antonio Pinto Bittar] e eu, todos, para a 2ª. Circunscrição Judiciária Militar, em São Paulo. Empossados, corremos todos para comprar passagens aéreas. A corrida para chegar em São Paulo no mesmo dia da posse, objetivava assegurar a colocação na lista de antiguidade, conforme a classificação no concurso. Conseguimos!! E, numa noite fria, do dia 21 de agosto de 1981, no bairro Bela Vista, da Capital Paulista, estávamos, Couto e eu, sorvendo o vinho da vitória no apartamento do simpático Dr. Portela, juiz-auditor.

Memória MPM – Em entrevista concedida ao “Histórias de vida, volume 1”[1], o dr. Bittar mencionou que muita gente queria ir para o Rio de Janeiro, porém como não havia vaga, foram designados para trabalhar em São Paulo[2]. Havia diferenças no trabalho executado?

Hélio Silva da Costa – Como já disse, três cariocas entre os postulantes e qual a opção deles de lotação? Opção evidente, clara, incontestável, era ficar no Rio...[risos] E não somente por ser a Cidade Maravilhosa, mas também por ser a cidade das raízes, da família, dos amigos, dos lugares frequentados, das

praias, das belezas do Rio de Janeiro, enfim. Sobre diferenças no trabalho executado por cada um, não havia diferença alguma, aqui, do ponto de vista funcional; os processos eram distribuídos para as Auditorias Militares por ordem ou por sorteio, com a estrita observância da paridade na distribuição dos inquéritos e demais feitos.

Memória MPM – Não havia vaga para o Rio?

Hélio Silva da Costa – Não, não havia vagas suficientes para todos os cariocas. Parece-me que havia uma ou duas vagas, não me recordo muito bem, mas fora preenchida pelos primeiros colocados no concurso, também cariocas. Parecia que o mundo era de cariocas! Rrsrs. São Paulo foi minha segunda opção. Cheguei a cogitar Curitiba, pois sabia que um aprovado, Péricles Aurélio [Lima de Queiroz], estava servindo em uma unidade militar em São Paulo. Pensei: “Não vai dar para ficar com a vaga de São Paulo”. Mas o suposto paulista quis ir para Curitiba e me deixou a vaga de São Paulo, o que foi gratificante pra mim.

Memória MPM – Quanto tempo o senhor passou em São Paulo?

Hélio Silva da Costa – Eu passei de agosto até fevereiro, não mais que seis meses.

Memória MPM – Rápida a sua passagem por São Paulo.

Hélio Silva da Costa – Foi, foi rápida. Mas durante esse período, administrei uma situação desgastante, que era a de fazer aquela ponte, que nós chamávamos de “ponte Cometa”, em alusão ao nome da empresa, que fazia a ligação entre Rio e São Paulo. À época, com família, dois filhos, aluguel, o salário não permitia o conforto da ponte aérea semanal. Somente a partir da LC 75/93 e leis subsequentes é que apareceu uma luz no fim do túnel, indicando a possibilidade de melhoria no tratamento salarial dos membros do Ministério Público Militar. Houve situações incríveis. Lembro de uma fase em que bandidos jogavam pedras nos veículos que passavam pela Via Dutra, em casos repetidos, mirando assaltos e sequestros. E isso realmente intransquilizava quem tinha que fazer esse percurso de madrugada, como era o meu caso.

Memória MPM – Qual era a composição da Procuradoria de São Paulo?

Hélio Silva da Costa – Nós tínhamos três procuradorias. Eu fiquei na 1^a Auditoria da 2^a Circunscrição Judiciária Militar. Só que não tínhamos muito contato na atuação ministerial. Nós éramos novatos, sem experiência no campo institucional e iniciantes de uma carreira funcional diferenciada, em que ainda não se imaginava a possibilidade de trabalho em equipe.

Memória MPM – A sala não comportava todos ao mesmo tempo?

Hélio Silva da Costa – Fomos alojados em andares diferentes do pequeno prédio e a minha sala, chamada “gabinete”, tal como as outras, mal comportava mesa e cadeira. Era realmente um espaço bastante exíguo administrado pela

Auditoria Militar. Não tínhamos autonomia administrativa, porém, na medida do possível, sim, contávamos com a colaboração e apoio do pessoal da secretaria.

Memória MPM – Já no Rio de Janeiro, o senhor trabalhou perante a 3^a Auditoria do Exército e a 2^a Auditoria da Aeronáutica. Como era o ambiente de trabalho nas Auditorias?

Hélio Silva da Costa – Quanto às condições materiais, o ambiente ainda não era o ideal, já que dependíamos da estrutura inteira das Auditorias, mas era evidente uma estrutura física superior, se comparada com a de São Paulo, dos anos 80. Quanto ao ambiente funcional, entendo que era regular e tudo, claro, dependia dos humores e do estilo de cada um, tanto do lado de lá, como do lado de cá, dos membros do Ministério Público Militar, já que era um ambiente de trabalho comum compartilhado com o dono da casa. No geral, acredito que o ambiente de trabalho nas Auditorias por onde passei pode ser avaliado como bom, se compararmos com as condições dos tempos atuais.

Memória MPM – Comparando com São Paulo, a situação no Rio era melhor?

Hélio Silva da Costa – Sim, a situação no Rio, em termos de estrutura física e de meios era bem superior ao que era fornecido no minúsculo “gabinete” de São Paulo.

Memória MPM – Condições melhores para o desenvolvimento das atribuições?

Hélio Silva da Costa – Sim, condições melhores, e isso era bem visível, face ao espaço que mal cabia a mesa e a cadeira em São Paulo, e o amplo espaço do gabinete no Rio de Janeiro. Certo que a verba remuneratória de então, em 1981, era bem inferior ao que se tem hoje, mas, apesar disso, eu esperava acomodações de trabalho mais amplas e arejadas, lá, em São Paulo.

Memória MPM – O senhor se lembra dos advogados, dos promotores e dos juízes que atuavam nas Auditorias?

Hélio Silva da Costa – Lembro-me. Na 2^a CJM, nomes como o do dr. Portela, Juiz Auditor, sempre simpático e solícito no trato com os participantes da máquina judiciária, da dra. Tania Sardinha, Advogada de Ofício, do dr. Nelson Guimarães, Juiz Auditor, de uma atuação bastante amiga e respeitosa. Na 1^a. CJM, voltei a oficiar com o dr. Nelson Guimarães, na Auditoria de Aeronáutica, o que se constituiu numa confortável e produtiva atuação funcional.

Memória MPM – E a estrutura, como era a PJM Rio de Janeiro?

Hélio Silva da Costa – Então, no Rio de Janeiro, nós tínhamos três Auditorias do Exército, duas da Aeronáutica e duas da Marinha, também.

Memória MPM – Elas funcionavam no mesmo espaço?

Hélio Silva da Costa – Não, as três armas funcionavam em espaços diferentes. Nós tínhamos as Auditorias de Exército, próximas ao Campo de Santana (Praça da República, Centro, Rio), em frente à Faculdade Nacional de Direito; as Auditorias de Aeronáutica, no Castelo (Região do Centro, Rio); e as Auditorias de Marinha, próximas da Praça Mauá, Centro, Rio.

Memória MPM – Como era o contato, a interação com os membros que officiavam perante as Auditorias de Aeronáutica e de Marinha?

Hélio Silva da Costa – Não havia interação nas auditorias.

A nossa atividade era muito individualizada, da natureza mesma da função, eu diria, solitária. Antes não existia essa coisa de grupo de investigação, grupo de trabalho, câmara de procuradores. No âmbito de primeira Instância, o que acontecia era que nós, realmente, pouco nos víamos.

Memória MPM – O espaço físico era pequeno, compartilhado com os outros colegas. Havia servidores, assistentes para vocês?

Hélio Silva da Costa – À época, inimaginável pensar em assistentes e servidores auxiliares. Interessante observar que, até em Brasília, em 2^a. instância, o funcionamento da Procuradoria-Geral de Justiça Militar (PGJM) era em espaço cedido pelo STM e também não havia espaços amplos nem assistentes para os membros da Instituição.

Memória MPM – E quando o senhor chegou a ter algum apoio, assim, um espaço físico melhorado, servidores? Em que momento chegaram a ter isso?

Hélio Silva da Costa – Então, com relação ao apoio, o melhor espaço que eu encontrei para trabalhar foi o da Auditoria de Aeronáutica (2^a Auditoria de Aeronáutica/RJ), mas, lá, por igual, sem nenhum suporte nas atividades de apoio, o que não mudou, mesmo quando assumi o cargo de procurador militar em segunda Instância, em Brasília. Aliás, na PGJM, ocupava uma sala com divisão de território feita por 4 mesas largas, ou seja, 4 colegas dividiam um mesmo espaço físico. Nada era igual ao suporte recebido hoje, com gabinete individual e assessoria. Claro, em relação à 1^a. Instância, já era um avanço. Lembro-me de ter tido algum tipo de apoio quando assumi a Corregedoria do Ministério Público. Finalmente, eu tive uma secretaria restrita aos atos da Corregedoria.

Memória MPM – Dos casos em que atuou, um dos que mais repercutiu foi o do padre Jonas dos Santos Lisboa, denunciado à Justiça Militar por desacato à Lei de Segurança Nacional. O senhor se lembra da comoção que gerou esse caso?

Hélio Silva da Costa – Então, da comoção em si eu não me lembro. Eu lembro da minha inquietação. Era uma tremenda injustiça! Uma perseguição impertinente. Isso num período em que a nação ainda estava meio que assimilando a democracia. Foi um dos primeiros processos de segurança nacional em que atuei, não foram muitos. De acordo com o autor do IPM, o padre, após ser exonerado do seu ofício de pároco e expulso da Igreja de São

Fidélis/RJ pelo bispo diocesano, passa a distribuir panfletos nas ruas da cidade alegando inocência, denunciando a arbitrariedade do bispo e contestando a decisão expulsória. A conduta do padre Jonas, ao meu sentir, era típica de um ato legítimo de resistência de quem se achava injustiçado; nada de subversivo, daí o meu pedido de arquivamento, o que foi aceito pelo juízo, com a ordem de devolução dos panfletos apreendidos.

Memória MPM – Além desse caso, o senhor se lembra de outros processos que tenham chamado a atenção?

Hélio Silva da Costa – Lembro de um outro caso, envolvendo um abuso de autoridade, uso irregular de fração da tropa e com indícios fortes de tortura de um cidadão; relatava-se, até, a introdução de um cano de armamento no ânus da vítima. Um major, absolvido ao final por falta de provas, teria liberado o caminhão militar e alguns soldados para que fosse efetuado o despejo de um imóvel alugado pela mãe de um soldado. Ele, o soldado, vai ao endereço da vítima (locatário) e joga tudo do devedor para fora do imóvel, além de torturá-lo. Lembro-me, como se fosse hoje, da marca, tipo tatuagem, da sola de uma botina no peito, que a vítima exibiu no plenário, a meu pedido. Isso depois de decorridos cerca de 8 anos. Foi realmente uma cena impactante! Houve alguma mídia em torno desse caso, que ocorreu no início do governo Geisel, tido como da linha dura, em 1974, e só foi julgado pela Justiça Militar lá, por volta de 1983. Olha o tempo que o inquérito demorou até chegar às mãos do Ministério Público Militar; só depois da denúncia é que o caso ganha algum destaque na mídia. A vítima era um humilde cidadão e o fato tinha ocorrido há quase uma década, aproximadamente.

Memória MPM – O senhor de alguma forma se sentiu pressionado em algum momento de sua atuação?

Hélio Silva da Costa – Olha, há um momento em que você pensa na segurança pessoal, isso é fato. A família, filhos, enfim, os entes queridos, pensamentos em ebullição. Todavia, o dever a ser cumprido supera tudo isso. E a Nação tem os seus mártires. Magistrados, promotores, policiais e outros servidores públicos que trabalham no combate aos infratores da lei que foram e que são, algumas vezes, abatidos no cumprimento do dever.

Memória MPM – O senhor se lembra de ter atuado em algum processo que envolvia oficiais, denunciou oficiais?

Hélio Silva da Costa – O primeiro processo em que fui chamado a intervir, em São Paulo, foi um dos mais desafiadores. Era a primeira intervenção oral pública de toda a minha vida. E era desafiadora a intervenção, porque o colega do processo estava gozando férias e o novato representante do Ministério Público teria que sustentar a acusação diante de uma peça de alegações finais, onde era feito “um pedido de justiça”. E eu concordei com o colega, só que finalizando com um pedido de condenação do acusado nas penas do delito de apropriação indébita, ocasião em que defendi a tese de que o “pedido de justiça” era compatível, sim, com o pedido de condenação do acusado. Tratava-se de um tenente acusado de apropriação, por ter recolhido dinheiro de colegas de farda para a aquisição de armamento de um determinado fabricante bélico, o que era permitido legalmente (formação de grupo de militares para a aquisição de uma certa quantidade de armas a preços menos “assustadores”, digamos assim). No caso, as vítimas ficaram a ver navios

(risos), mas não viram as armas nem o dinheiro. Com a absolvição em primeiro grau, apesar do meu “pedido de condenação” em oposição ao “pedido de justiça” das alegações finais de um outro colega, em férias regulares, ousei no processo em que fiz a minha primeira sustentação oral, e ofereci meu primeiro recurso de apelação. Só pra constar, devo dizer que ofereci muitos recursos, sendo certo que alguns não foram acolhidos pelo STM; quanto ao do tenente apropriador de valores, o resultado foi de acolhimento do pedido de condenação. À época, chegavam aos meus ouvidos sussurros de alguns “irresponsáveis” no sentido de que a Justiça Militar era só para “soldadinhos”, com o que procuravam passar a ideia de que oficiais deviam ser absolvidos. Apesar da minha inexperiência funcional, eu tinha certeza de que tal apreciação era uma falácia monumental. O acompanhamento da jurisprudência do STM me permitia contrapor aos detratores que, lá, na 2^a Instância, não eram poucas as condenações de oficiais superiores. E de alguma forma esses “sussurros” refletiam, com certeza, o que se falava sobre a justiça de um modo geral, da justiça comum, lá fora, ou seja, de que os mais desafortunados sofriam os rigores da lei de uma forma diferenciada. Acredito que, modernamente, as condenações e prisões levadas a efeito contra altos escalões da República tenham alterado esse olhar defeituoso sobre a justiça de um modo geral, referindo-me, aqui, claro, às operações e sentenças da “Lava Jato”, uma grande parte, com trânsito em julgado.

Memória MPM – Qual avaliação fazia, à época, desses comentários de que Justiça Militar existia só para soldadinho...

Hélio Silva da Costa – Eu ficava bastante aborrecido e avaliava internamente de que se tratava de um modo sutil, bem sutil mesmo, e enviesado, de tentativa

de interferência no resultado do processo, em face de um caso específico. Avaliava, também, que eram pessoas desinformadas.

O repertório de decisões condenatórias do STM revelava exatamente esse quadro: eram pessoas mal informadas ou de índole duvidosa.

Memória MPM – Com a promoção ao cargo de subprocurador, o senhor foi removido para Brasília. Como foi a mudança?

Hélio Silva da Costa – Não foi uma surpresa a mudança, já que era item obrigatório do processo de promoção. Nem por isso deixou de ser traumática. A família ficou no Rio e eu sozinho em Brasília, por uns seis meses, até que conseguisse montar e organizar o novo ninho, apartamento, colégio, etc. Do ponto de vista funcional, tive todo o apoio necessário do Gabinete do Procurador-Geral para a conclusão da mudança definitiva.

Memória MPM – E como era a estrutura da PGJM?

Hélio Silva da Costa – Ainda era acanhada. Para ter uma ideia, nós dispúnhamos de uma sala, com mais ou menos 16m², dividida entre 4 colegas.

Memória MPM – Em sua trajetória ministerial, o senhor concorreu ao cargo de procurador-geral?

Hélio Silva da Costa - Sim e minha candidatura se dá num momento histórico. Pela primeira vez, haveria a participação de todos os membros na formação de uma lista tríplice para que o procurador-geral da República escolhesse um dentre os eleitos. Antes, a indicação era por movimentações políticas externas, sem a participação dos membros da instituição. Mesmo assim, foi uma eleição marcada pelo confronto de ideias, próprio de candidaturas políticas, com a participação de 4 colegas, aqui, pela ordem alfabética inversa: Olympio Junior, Milton Filho, Janette Guimarães, Hélio Costa. Nesse novo estágio legislativo, após a Lei Redentora, (LC 75/93) e num processo não esperado por qualquer liderança que se perceba hegemônica, ficaram sequelas, cicatrizes fortes, tanto que o candidato eleito com 80% dos votos, liderança incontestável durante décadas, após o processo eleitoral, divulgou um manifesto onde era possível perceber uma virulência incomum.

Memória MPM – Chegou a aplicar alguma punição como corregedor-geral?

Hélio Silva da Costa – Não apliquei punição alguma como corregedor-geral, mas cheguei a instaurar procedimento para apurar a conduta de uma colega.

Memória MPM – Ainda exerceu interinamente as atribuições de vice-procurador-geral de Justiça Militar?

Hélio Silva da Costa – Sim e com uma única intervenção no plenário do STM, cuja sessão foi suspensa por motivo de falecimento de um dos ministros da Casa.

Memória MPM – Tendo em vista a consolidação do Ministério Público Militar como instituição e a ampliação de sua área de atuação, o que o senhor tem a dizer sobre os rumos futuros do Parquet Militar?

Hélio Silva da Costa – Acredito que, mantidos os postulados legais de hoje que regem a atuação do MPM, o futuro é o presente. Um Ministério Público forte, independente, com a intervenção final do PGR no processo eleitoral.

Memória MPM – E a situação atual do MP, como avalia?

Hélio Silva da Costa – Focando a questão do órgão, da instituição do Ministério Público e o conjunto da sociedade, o momento de agora, dentro do complexo normativo, é de plenas garantias no exercício funcional, tendo como parâmetros a nossa Carta Magna e a nossa Lei Complementar 75/93.

Temos uma legislação que empoderou o Ministério Público, dando garantias que permitem um exercício funcional independente. Hoje você vê o Brasil de um modo diferente depois desses avanços em determinados processos que são públicos, levados a julgamentos, e que houve condenações de personalidades importantes. Personalidades importantíssimas, de primeiro escalão, de segundo escalão, que estão aí sofrendo os rigores da lei. Tudo isso fruto de uma concepção nova que nós tivemos basicamente a partir da Constituição de 1988, que veio, realmente, presentear a nossa sociedade. A sociedade realmente clamava por isso, pedia por isso, por um Estado justo, democrático.

Memória MPM – Se o senhor fizesse um balanço de sua trajetória no Ministério Público Militar, como a sintetizaria?

Hélio Silva da Costa – Com o pedido de compreensão antecipado, devo dizer que é profundamente embaraçoso discorrer sobre a trajetória pessoal. Mas, “Verás que um filho teu não foge á luta / Nem teme, quem te adora, a própria morte”. Sim, procurei travar o bom combate e avalio que foi uma trajetória entre regular e boa.

o **Memória MPM** – Mais alguma coisa que o senhor queira acrescentar, deixar registrada?

Hélio Silva da Costa – Na indagação anterior, falei de uma trajetória pessoal entre regular e boa, ainda assim, com a licença do Poeta Caetano Veloso, “Às vezes, no silêncio da noite, Eu fico imaginando nós dois” * (“nós dois”, sim, eu comigo mesmo) e sussurro: Hélio, você mandou bem, combateu o bom combate, você fez o melhor que estava ao seu alcance!! Por fim, agradeço a oportunidade e o convite.

Memória MPM – Dr. Hélio, muito obrigado por seu depoimento.



PÉRICLES AURÉLIO LIMA DE QUEIROZ

Entrevista realizada na Procuradoria-Geral de Justiça Militar, em Brasília,
no dia 15 de maio de 2019, por Hebert Vilson França e Eliane Alves Alípio.

Péricles Aurélio Lima de Queiroz nasceu em 25 de fevereiro de 1955, em Monte Alto, São Paulo. É filho de Joel José de Queiroz e Corina de Lima Queiroz. Teve três filhos: Virgínia Porto Franco de Queiroz, Lilian Porto Franco de Queiroz e João Paulo Porto Franco de Queiroz. Em 2004, casou-se com a subprocuradora-geral de Justiça Militar Marisa Terezinha Cauduro da Silva.

Embora não tenha concluído o curso, estudou Jornalismo por três anos na Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, em São Paulo. Foi aluno do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de São Paulo, em 1973.

Quando estudante, trabalhou como repórter redator de jornal, rádio e TV, em São Paulo, possuindo o registro de jornalista profissional.

De 1974 até 1981, prestou serviço às Forças Armadas, como 2º Tenente da Reserva, convocado para o Serviço Ativo. Durante o período, ingressou no curso de Direito da PUC/SP, em 1975, transferindo-se no ano seguinte para a Faculdade de Direito da Fundação Eurípedes Soares, em Marília, interior de São Paulo, onde concluiu o curso em 1979.

Em 1988, terminou o 6º Curso de Preparação para Ingresso na Magistratura, promovido pela Escola da Magistratura do Paraná.

Em 2007, concluiu o curso de especialização em Direito Internacional dos Conflitos Armados, realizado pela Universidade de Brasília.

No Ministério Público Militar, ingressou após aprovação no concurso público realizado em 1981. Em 21 de agosto, entrou em exercício no cargo de

Procurador Militar de segunda categoria junto à Auditoria da 5^a Circunscrição Judiciária Militar, em Curitiba, Paraná, onde permaneceu por 14 anos. No período em que esteve na capital paranaense, participou do 1º Encontro Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça e Presidentes de Associação do Ministério Público, realizado em junho de 1986. Nesse encontro foi elaborada e aprovada a Carta de Curitiba, que serviu de base para o atual desenho, atribuições, prerrogativas, direitos e defesas do Ministério Público brasileiro, tanto na Constituição Federal de 1988; como na Lei Complementar nº 75/1993, a Lei Orgânica do MPU; e na Lei nº 8.625/1993, a Lei Orgânica do Ministério Público dos Estados.

Dois anos depois, em 20 de fevereiro, foi promovido ao cargo de procurador de Justiça Militar, por antiguidade.

Ocorre nova promoção, também por antiguidade, em 23 de junho de 1995, para o então cargo de subprocurador-geral de Justiça Militar.

Em razão de sua promoção, foi removido ex officio para a sede da Procuradoria-Geral de Justiça Militar, em Brasília. No Parquet Militar exerceu, ainda, os cargos de: procurador-geral de Justiça Militar interino, de 1995 a 1996; vice-procurador-geral de Justiça Militar, de 1996 a 2000; vice-presidente do Conselho Superior, de 1995 a 1996; presidente do Conselho Superior, em 1996; conselheiro-secretário do Conselho Superior, em 1995; corregedor-geral, de 2000 a 2004; membro da Comissão Examinadora do 8º e 9º Concurso Público para Promotor de Justiça Militar, em 1997 e 1999; presidente da Comissão-Geral Eleitoral da 3^a e 4^a Eleição para Procurador-Geral de Justiça Militar, em 1996 e 1998; membro da Comissão-Geral Eleitoral da 6^a Eleição

para Procurador-Geral de Justiça Militar, em 2002; presidente do Colégio de Procuradores de Justiça Militar, em 1996; membro da Comissão Editorial da Revista do Ministério Público Militar, de 1995 a 1998; coordenador e conselheiro do Conselho Editorial da Revista do Ministério Público Militar, respectivamente, de 2002 a 2004 e de 2014 a 2016; presidente do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, empossado em 11 de dezembro de 2002; membro suplente da Câmara de Coordenação e Revisão do MPM, de 2004 a 2006; membro e coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão do MPM, de 2007 a 2016; conselheiro e membro da Câmara Deliberativa do Conselho da Ordem do Mérito, em 2008 e 2013; e coordenador da Comissão Temporária do Projeto Memória, de 2012 a 2016.

Atuou também como diretor-fundador do Instituto Brasileiro de Direito Militar e Humanitário (IBDMH) e como membro da Câmara Editorial do Boletim Científico da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU).

Durante sua trajetória, foi agraciado em inúmeras ocasiões, merecendo destaque para: o Diploma de Colaborador Emérito do Exército, por proposta do Comando da 5^a Região Militar; a admissão na Ordem do Mérito das Forças Armadas, no grau de Oficial; a outorga do Diploma Medalha do Pacificador pelos serviços prestados ao Exército Brasileiro; a admissão no grau de Distinção, por unanimidade, na Ordem do Mérito Judiciário Militar; o agraciamento na Ordem do Mérito Naval, no grau de Comendador; o colar do Mérito Judiciário das Justiças Militares Estaduais; a condecoração da Ordem do Mérito do Ministério Público do Rio Grande do Sul, no grau

de Comendador; a agraciação com a Medalha Alferes Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes), conferida pelo governador do Distrito Federal; a Medalha de Mérito de Segurança Pública do Distrito Federal, pelos serviços prestados ao Sistema de Segurança Pública da Capital; o Diploma Medalha Comemorativa ao Bicentenário da Polícia Militar do Distrito Federal, em honra ao mérito outorgado pelo governador do Distrito Federal; o Diploma do Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Aeronáutico, ao grau de Grande-Oficial; o Diploma de admissão no grau de Comendador, no Quadro Suplementar, da Ordem do Mérito da Defesa, por serviços prestados às Forças Armadas do Brasil; e a promoção ao grau de Grande Oficial, no Quadro Suplementar da Ordem do Mérito Naval.

No MPM, aposentou-se, voluntariamente, a partir de 1º de junho de 2016, data em tomou posse como ministro do Superior Tribunal Militar, após ser nomeado para o referido cargo por meio de Decreto de 5 de maio de 2016, em vaga destinada a membro do Ministério Público Militar na Corte.

Memória MPM – Vamos começar a colher as informações de um modo bem cronológico: a infância. O senhor é de Monte Alto, em São Paulo? Como foi sua infância? Nesse período, já tinha ideia de que carreira iria seguir?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Sim, sou de Monte Alto. Não, não tinha ideia. Eu estudei em dois grandes colégios em São Paulo, da rede pública, que influíram muito na minha formação. Um foi o Ginásio Vocacional de Rio Claro, semi-internato da chamada escola renovada, que fazia parte de um grupo de ginásios vocacionais experimentais que foram extintos em 1969 e 1970, por razões políticas. Depois, fiz o colegial no Colégio de Aplicação, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, hoje Unesp. A função principal do Colégio de Aplicação é permitir à universidade aplicar os conhecimentos dos alunos. Considero que é uma grande escola. Na verdade, minha primeira carreira foi no jornalismo. Eu entrei com 17 anos, cursei três anos. No segundo ano, iniciei o curso de Direito. Cursava Jornalismo de manhã, trabalhava como redator na Rádio Gazeta à tarde e fazia a PUC à noite. Nesse período (1974-1975), cumpria pauta freelancer para a Editora Abril (Revistas) e tive emprego de Assessor de Divulgação da Associação Brasileira de Celulose e Papel, e editor da Revista “O Papel”.

Memória MPM – Mas isso já era planejado?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Não, foi incidental. Eu entendia que o jornalista deveria ser formado em Direito. Então, fui fazer Direito para complementar, mas aí, o Jornalismo foi, de certa forma, abandonado, e passei a me dedicar ao Direito. Eu entrei na faculdade de Jornalismo aos 17 anos,

era meu sonho, meu ideal era ser jornalista. Eu já trabalhava, desde os 15 anos, em jornal como revisor e como repórter eventual, mas também queria passar pela experiência do serviço militar, e aí eu fui voluntário do serviço militar, que é quando você se apresenta antes da sua classe. A minha classe seria 1974, e me apresentei em 1973, e consegui um grande estabelecimento de formação de oficial da reserva que é o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, em São Paulo. Quando terminei o CPOR, prossegui na faculdade, e fui trabalhar em revistas de órgãos, como redator e repórter, e recebi um convite de antigos chefes, que eu poderia ser convocado para o serviço ativo, e aceitei a convocação. Permaneci seis anos como oficial da reserva, convocado para o serviço ativo, no posto de segundo tenente, servindo em uma unidade de infantaria. Foi uma experiência enriquecedora, porque ao mesmo tempo em que atuava nas funções básicas, como tenente de infantaria, me envolvia muito com a área de Justiça Militar. Naquela época, o Código de Processo Militar admitia e previa os Conselhos de Justiças dos Corpos de Tropas. O que significavam esses Conselhos? O julgamento de desertores e submissos era feito por um Conselho de Justiça, no Exército. Só depois de julgado ali, ele passava para a Auditoria, para os recursos, e chegava ao STM. Durante quatro anos, eu participei de todos os Conselhos, como juiz militar ou como defensor "ad hoc", e também acompanhando inquéritos, fazendo Inquéritos Policiais Militares e participando em Conselho de Disciplina, como defensor. Nesse período, fui-me envolvendo com a Justiça Militar. Quando me formei, inscrevi-me no concurso do MPM, e tive a felicidade de ser aprovado. Então, já tinha uma ligação com a Justiça Militar, através dos Conselhos de Corpos de Tropas, Inquéritos Policiais Militares, auto de prisão em flagrante, Conselho de Disciplina, muito anteriormente. Isso facilitou bastante minha atividade como promotor, já conhecer internamente o dia a dia de uma

atividade militar, conhecer os regulamentos, conhecer a rotina das unidades, e assim por diante.

Memória MPM – Como foi o concurso para ingresso no MPM?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Fiz o concurso com 25 anos, tomei posse em agosto de 1981, já com 26 anos. Fui o único classificado em todo o Estado de São Paulo, o que me deu uma certa segurança de prosseguir nos exames orais. A maior parte de aprovados era do Rio de Janeiro e Brasília.

O interessante é que o último concurso tinha sido instaurado em 1956, e concluído em 1959. Então, havia um período de 22 anos sem concurso, e a nomeação era muito comum para o substituto de promotor da Justiça Militar, cargo que na época chamava-se procurador militar. A carreira passou por diversas nomenclaturas. Criada em 1920, como promotor militar, prosseguiu até meados dos anos 60. Para uma equivalência com o cargo de procurador do Trabalho e procurador da República, em 1967, passou a denominar-se procurador militar, que tinha três categorias, e cada uma das categorias tinha o substituto de procurador militar, que eram advogados escolhidos e nomeados, mas que não tinham a garantia de vitaliciedade, etc. Aliás, nem os membros de concurso tinham a garantia de vitaliciedade porque esta foi concedida pela Constituição de 1988.

Havia então um grande número, cerca de 70 membros que eram substitutos de procurador militar e, com o concurso, houve o ingresso de 11 novos membros, já procuradores militares, que eram os titulares.

Memória MPM – Lembra como foram as provas desse concurso de 1981?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Eu me lembro. O concurso foi uma grande vitória do procurador-geral de Justiça Militar da época, Milton Menezes da Costa Filho. Como disse, haviam-se passado mais de 20 anos desde o último concurso, e um número elevado de substitutos pressionavam para que não se realizasse o concurso. Embora fossem substitutos de promotor, eles estavam todos convocados. Também haviam substitutos na advocacia de ofício, embrião da atual Defensoria Pública da União. E o então procurador-geral, com escassez de verbas e o apoio do então ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, conseguiu fazer o concurso. O concurso foi bastante divulgado. As inscrições começaram no mês de outubro de 1980, e houve apenas uma única prova dissertativa de Direito Penal, Processo Penal e Constitucional, realizada no mês de março de 1981.

Memória MPM – Foi contratada alguma empresa para realizar o concurso?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Não, foi feito diretamente pelo órgão. No mês de junho, foram aprovados, salvo engano, 23 candidatos, que realizaram as provas orais. E digo que foram provas orais bem exigentes. Figuravam na banca o ministro do Tribunal de Contas da União, dr. Bento José Bugarin; o consultor-geral da República, que era o ministro Paulo César Cataldo, depois ministro do Tribunal; o professor Inocêncio Mártires Coelho, procurador-geral da República; a subprocuradora-geral mais antiga, Marly Gueiros Leite; e o próprio doutor Milton Menezes da Costa Filho. Posso afirmar que era uma banca de peso, incrivelmente séria, formal, distante do candidato.

Memória MPM – O concurso foi realizado em Brasília?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – A prova escrita foi realizada em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. Aqui em Brasília, ocorreu na sede do STM. Interessante é que o concurso ocupou, durante basicamente uma semana, duas altas autoridades da República, o procurador-geral da República e o consultor-geral da República, que eram os dois cargos mais relevantes da área jurídica: o primeiro, da área jurídica do Ministério Público; o segundo, da área jurídica do Executivo. Dos 22 concorrentes, foram aprovados, salvo engano, 11, tomando posse, dez.

Memória MPM – Quem mais entrou nesse concurso?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Nesse concurso: Kleber de Carvalho Coêlho; Hermínia Célia Raymundo; Alexandre Concesi; José Carlos Couto de Carvalho; Marco Antônio Pinto Bittar; Hélio Silva da Costa; Solange Augusto Ferreira; Marcelo Melo Barreto de Araújo, Nilton Rangel Coutinho e Lúcia Beatriz Magalhães de Mattos. Entre os aprovados havia também a doutora Sheila de Albuquerque Bierrenbach, que em seguida foi aprovada em concurso para juiz-auditor e não chegou a tomar posse no MPM. Era uma turma muito forte, que se considerava com muita autoridade porque eram os primeiros concursados em duas décadas. Nós tínhamos muito orgulho de estarmos ingressando em uma instituição mediante concurso, sem dever nada a ninguém. Concurso extremamente democrático, por mérito exclusivo. O único ali que já exercia o cargo como substituto, na Bahia, era Kleber de Carvalho Coêlho. Vários substitutos se candidataram. Alguns passaram na prova oral e

depois ficaram na prova escrita, foram reprovados pela banca examinadora. Isso trouxe uma forte credibilidade ao concurso. Foi um ato corajoso do Procurador-Geral. O presidente da banca, Milton Menezes, jurista respeitadíssimo no STM, deixou de aprovar em uma das provas orais um amigo de infância; filho do grande Advogado fluminense Targino Ribeiro, um dos fundadores da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Suas famílias eram amigas de longa data. Esse fato, por si, já revela a imparcialidade da Comissão Examinadora. Apesar das formalidades que distanciavam a banca dos candidatos, membros antigos que atuavam na Procuradoria-Geral se ocuparam em interagir com os candidatos e criar um ambiente de tranquilidade e segurança. Eram eles: o subprocurador-geral Paulo Pontes; o Diretor de Pessoal, José Guy Moreira Bizarra; e a secretária do Concurso, professora Juzil.

Memória MPM – Qual era o universo de membros do MPM nesse período?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Salvo engano, 79 membros, já considerando os 11 aprovados.

Memória MPM – Onde foi sua primeira lotação no MPM?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Inicialmente, a minha vaga era em Manaus, mas a primeira colocada, a doutora Sheila de Albuquerque Bierrenbach, filha do ministro do STM almirante de esquadra, Júlio de Sá Bierrenbach, na última hora desistiu de ir para Curitiba e de tomar posse no cargo, então pedi para ir para lá.

Memória MPM – A estrutura das Auditorias já era a mesma da formatação atual?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – As Auditorias sim, e tinham um bom quadro de pessoal. Os escrivães antigos passaram a denominar-se diretores de secretaria, com isonomia em relação à Justiça Federal e à Justiça do Trabalho; já tinham um quadro permanente de servidores, e também a Justiça tinha o substituto do juiz auditor. Também havia previsão de dois substitutos em cada Auditoria.

As Procuradorias funcionavam na sede das Auditorias, embora dispusessem organicamente de um grupo de apoio administrativo, servidores, incluindo motoristas, eu desconheço quem é que tivesse esse grupo ocupado. Não tinha. Esses cargos não eram providos.

Nessa época, o Ministério Público Militar subordinava-se diretamente ao Ministério da Justiça, embora já existisse o Ministério Público da União, todo ele subordinava-se ao Ministério da Justiça, inclusive quem dava posse aos membros era o ministro da Justiça e não o procurador-geral.

Nesse período, não possuía instalações próprias, não se dispunha de nenhum servidor, algumas procuradorias nem mesmo de material. Eu me recordo quando iniciei o meu exercício em Curitiba, o promotor Bertino Ramos adquiria o material de trabalho (papel, envelope, carbono, etc).

Memória MPM – Como foram os primeiros anos no MPM?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – O Ministério Públíco não dispunha, na época, de uma Corregedoria. O estágio probatório era ultrapassado em “in albis”: não havia nenhum acompanhamento. Não havia nenhuma orientação, salvo raros ofícios do procurador-geral. Então, o promotor exercia plenamente a atuação por conta própria, de acordo com a lei. Havia pouca comunicação entre os membros e a Procuradoria-Geral. Quase nenhuma. Eventualmente, se comunicava só com o procurador-geral. Semestralmente, a Procuradoria-Geral passou a fornecer material de expediente.

Era muito comum a designação para acompanhar inquéritos, principalmente, quando os inquéritos envolviam a Lei de Segurança Nacional, lembrando que, em 1979, houve a anistia; em 1978, uma nova Lei de Segurança Nacional; e, em 1983, nova lei, também. Até 1988, a competência para julgar crimes da Lei de Segurança era da Justiça Militar. Então, eventualmente aparecia um resíduo desses crimes. Não de terrorismo propriamente dito, mas da chamada propaganda subversiva, ofensa e calúnia, injúrias às autoridades máximas do País, algo desse nível. E havia muita aplicação da Lei de Anistia.

O Paraná teve uma intensa atividade de fatos que podiam ser enquadrados na Segurança Nacional que, na lei anterior, envolvia assaltos a bancos. O assalto a estabelecimento de crédito, mesmo sem a conotação ideológica, era considerado dentro da Lei de Segurança Nacional. Por exemplo, o inquérito de um assalto a banco cometido por uma quadrilha, sem nenhuma conotação ideológica, no interior do estado, era feito pela Polícia Estadual, embora devesse ser feito pela Polícia Federal. Mas a Polícia Federal não tinha condições para isso ainda, então, delegava à Polícia Estadual. Finalizado, esse inquérito era encaminhado à Justiça Militar. Em 1964, houve uma tentativa

de resistência armada no Sudoeste do Paraná, liderada pelo Coronel do Exército Jeferson Cardin Osório. Deu-se um confronto na região de Francisco Beltrão e o grupo foi capturado, instaurando-se inquéritos e processos, cuja tramitação perdurou até os anos 1970. Naquele período, a Auditoria julgou mais de mil processos com base na Lei de Segurança Nacional, de roubos a banco ou envolvimento de civis em organizações clandestinas. Todavia, exceto os episódios do Sudoeste, não houve registro de luta armada ou terrorismo.

Com a anistia, ampla, geral e irrestrita, em 1979, cada processo que envolvia um favorecido pela anistia deveria ser levado ao promotor para verificar as condições e requerer ao juiz que aplicasse a anistia.

Memória MPM – O senhor chegou a atuar em algum caso de assalto a banco com conotação ideológica?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Não, eu não oficiei em nenhum caso de assalto a banco desse tipo. Os casos da Lei de Segurança Nacional tinham mais a conotação de publicidade ou propaganda subversiva. A lei considerava que fosse um crime da Lei de Segurança o que às vezes era uma manifestação ideológica. Por exemplo, teve o caso de dois estudantes presos em flagrante numa madrugada por hastearam a bandeira do Partido Comunista do Brasil em uma praça de Curitiba. Eles foram levados pela guarnição da polícia à Polícia Federal, que efetuou um flagrante com base na Lei de Segurança Nacional, considerando que era propaganda subversiva, hastear a bandeira do proscrito Partido Comunista do Brasil. Pois bem, nesse auto de prisão em flagrante, eu manifestei pelo arquivamento, considerando que, na madrugada,

à ausência de qualquer cidadão que estivesse passando por ali, era um exagero oferecer uma denúncia.

Acompanhei muitos inquéritos com base na Lei de Segurança Nacional, em diversas cidades do Paraná, principalmente, quando houve uma greve geral do Magistério, greve proibida ao serviço público, e que foi enquadrada na Lei de Segurança Nacional. Fui designado para acompanhá-los, mas posteriormente, entendeu-se que era o caso de arquivamento, pois eram inquéritos sobre greve, e que aquilo não ofendia a Segurança Nacional.

Considero muito frutífera a atividade da Procuradoria de Curitiba naquele período. É uma região militar extensa, que alcança dois estados, Paraná e Santa Catarina, com mais de 70 unidades militares, e que tem uma longa faixa de fronteiras com o Paraguai e a Argentina. Isso demandava uma atividade intensa. Foi um excelente laboratório, surgiam tipos penais dos mais variados, em razão do contingente, da extensão territorial e, principalmente, por demandar uma grande faixa de fronteira.

Memória MPM – Dada a repercussão à época na imprensa e em jornais nacionais, como foi participar da diligência de inspeção judicial no campo de instruções Marechal Hermes, unidade do Exército, em Santa Catarina? No período, soldados do Exército destruíram um acampamento de lavradores descendentes dos antigos proprietários da área. Foi alegado que os desapropriados foram obrigados a abandonar o local após ação de expulsão, com certa violência, por parte do Exército... O senhor se recorda do acontecido?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Me lembro bem. O campo de instrução é uma área que alcança cinco municípios, é o maior campo de instrução do Exército e, a partir de 1982, iniciou-se uma tentativa do Movimento dos Sem Terra, e com o apoio do bispo de Caçador, Dom Luiz Colussi, de obter a área para reforma agrária. Alguns empresários do agronegócio de Canoinhas e outras cidades também apoiavam essa invasão, pois tinham interesse nas terras. Imagine uma área com grandes pinheirais, com erva mate nativa, é uma área extremamente cobiçada. O Exército recebeu a área rural em 1952, por decreto de Getúlio Vargas. Originalmente pertenceu à empresa “Lumber”, que ali instalou a maior serraria da América do Sul, destinada a fornecer dormentes para estradas de ferro construídas por ingleses. Denominado “Campo de Instrução Marechal Hermes” (CIMH), subordina-se à 5^a Região Militar, e hoje constitui uma extensa área de preservação ambiental sob a responsabilidade do Exército.

Naquela época, de acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público, de 1951, o promotor militar exercia, como uma das tarefas subsidiárias, o assessoramento criminal aos comandantes de Região Militar. Então, a assessoria criminal do comandante militar poderia ser solicitada ao promotor militar, e, dentro dessa atribuição, elaborei um parecer recomendando ao Comando da Região Militar que efetuasse a prisão de todos aqueles que ingressassem na área militar, sem autorização. Foram dezenas de prisões, todas julgadas. Não me lembro de nenhum caso de absolvição, todos foram condenados.

O campo era utilizado para instrução de combate de toda a Região Militar, Paraná e Santa Catarina. Sugerí ao comandante da Região Militar, o então general Paulo Campos Paiva, que deslocasse para a região um pelotão de

cavalaria. E assim foi feito. Uma fração da tropa do Regimento de Cavalaria de Rio Negro foi deslocada, lá permanecendo por quase dois anos, o que manteve a integridade do campo. Também denunciei empresários, posteriormente condenados, que tinham interesse na invasão e no fatiamento da terra.

Foi um período de seis a oito anos em que toda a tentativa de invasão era, imediatamente, reprimida e levada à Justiça Militar. Como consequência, durante todo aquele período, nenhum grupo conseguiu ingressar no campo, que até hoje está íntegro. Recentemente, soube que ainda se tenta, via política, a ocupação da área.

Memória MPM – E o caso do capitão que invadiu a Prefeitura de Apucarana, no Paraná, em protesto contra os baixos salários dos militares? Como foi?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Vamos situar o contexto: 1986, final do regime militar, primeiro presidente, digamos, eleito, José Sarney; e um grande descontentamento das Forças Armadas com o soldo, com os vencimentos.

Um certo dia, em audiência, recebi um telefonema informando que um oficial havia cercado a Prefeitura de Apucarana com a tropa para fazer uma manifestação salarial. Na oportunidade, recomendei que fosse feita a prisão em flagrante e que fosse transferido para Curitiba. Era um jovem capitão, Luiz Fernando Walther de Almeida.

Isso deu uma grande celeuma, porque a comunidade política interpretou aquilo de várias formas. Por que um capitão cerca a prefeitura? O prefeito da

cidade, Carlos Roberto Scarpelini, era do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). A repercussão foi imediata, 30 minutos após o registro da ocorrência, o caso já estava na mesa do presidente da República. Naquela época, tudo que se referia aos militares era tratado com muita apreensão, havíamos saído recentemente de um regime militar. Então, surge a notícia de que um capitão, com a sua tropa toda, cerca a prefeitura de um prefeito de oposição, para entregar um manifesto.

O capitão foi preso em flagrante e, em uma semana, eu ofereci a denúncia por vários crimes, como movimentação ilegal de tropas, etc., cujas penas eram acima de dois anos. A partir daí, eu passei a sofrer uma pressão invisível forte da mídia oficialidade, dos capitães. Deixei de ser convidado para solenidades militares, passei a receber telefonemas anônimos, como se estivesse sacrificando o capitão, e o capitão estava sendo colocado como o herói. Na época, eu recebi até uma manifestação do Senado Federal, do senador Jarbas Passarinho, questionando: “Quem era esse promotorzinho, que tinha a coragem de denunciar um jovem capitão, que só queria fazer uma manifestação, nada mais além disso”.

Eu considerei o fato grave, a tropa não sabia a que destino iria. O comandante não estava no quartel, estava em viagem, O capitão distribuiu a munição, real, para seus quatro pelotões, embarcou nas viaturas e cercou a prefeitura. Cerca de 130 militares e quatro tenentes, que eram os comandantes de pelotão. O processo foi tumultuado, uma adesão incrível favorável ao réu. Não denunciei os oficiais, os tenentes, pois entendi que eles seguiram ordens, embora tenha a impressão de que eles soubessem, que a eles foi comunicado. O capitão foi o único denunciado.

O julgamento foi em três meses, foi no início do mês de janeiro de 1987, e ele foi condenado a mais de dois anos. Posteriormente, o STM reduziu a pena a menos de dois anos, desclassificou o crime de movimentação de tropas para um crime menor, de modo a preservá-lo e mantê-lo nas Forças Armadas. Eu entendi que o mais grave ali foi a deslealdade dele com os chefes, porque o comandante não sabia o destino, a tropa não sabia o destino, somente ele e os oficiais. Ele que fizesse a manifestação isoladamente. Ele quis fazer uma coisa midiática. Apucarana era uma cidade média, já devia ter por volta de 100.000 habitantes. Era uma cidade politicamente bem agitada, e, em plena luz do dia, uma tropa do Exército chega e cerca a prefeitura, aquilo traz uma repercussão, com os meios de comunicação, muito grande. No Senado, houve o discurso, logo depois do julgamento em primeira instância, em que o senador Jarbas Passarinho explorou bastante a condenação. Vamos lembrar que, à época, o ministro do Exército era o poderoso general Leônidas Pires Gonçalves, que não tinha unanimidade, tinha muita resistência pelas medidas que tomava, pela maneira que conduzia. Logo no dia deste fato, foi autorizado pelo presidente da República um substancial aumento dos soldos, então vincularam que a iniciativa do capitão Luiz Fernando Walther de Almeida teria provocado o aumento dos vencimentos.

Memória MPM – Nas matérias da época, diziam que até no julgamento do Walther utilizavam esse argumento...

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Usou disso, embora o ministro sempre dissesse que não, que o aumento já estava pronto, preparado. Mas, na noite do fato, aquilo foi em 26, 27 de outubro, foi divulgado o substancial aumento

do soldo. Considero aquilo emblemático, porque houve uma pronta resposta do Ministério Público, e foi o único processo, em 30 anos, em que eu sofri uma pressão externa de pessoas que o conheciam, principalmente da jovem oficialidade, que consideravam que ele não deveria ser punido, que fez uma defesa dos soldos. Eu entendia que não, como ainda entendo, que a tropa não se pode manifestar pelo soldo, armada e em operações. O que ele produziu foi uma operação, saindo do quartel, sem ordem superior, sem conhecimento superior, como forma de pressionar a classe política em favor do aumento. Era essa a finalidade, pois ele entregou um bilhete para o prefeito, pedindo reajuste salarial e melhoria de condições. Algo totalmente inadequado, diria até ridículo, mobilizar uma tropa de 130 homens para um ato dessa natureza, claramente político. Cumpri meu dever, não obstante essas pressões todas.

Memória MPM – Nesse período em Curitiba, o senhor vivenciou dois grandes marcos para o MP que foram a Constituição de 1988 e a Lei Complementar nº 75/1993. Como o senhor percebeu esse momento no MPM?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Primeiro, a retribuição salarial que, com a Constituição de 1988, foi igualada. Até então, havia uma discrepância nos vencimentos, que vinha desde 1979. As categorias do Ministério Público Federal recebiam mais que os outros Ministérios Públicos. Os integrantes do MPF alegavam que ganhavam mais porque também realizavam a defesa da União em juízo, o que passou a ser feito, em 1993, pela Advocacia-Geral da União. Antes, não existia a AGU, o MPF atuava na parte criminal e atuava como representante da União. Houve uma luta incansável da Associação Nacional do Ministério Público Militar para igualar o salário, e isso foi

conseguido em 1984. Em 1988, com a Constituição, isso foi ratificado. Em 1993, a Lei Complementar nº 75/93 alterou a denominação, de procurador para promotor, que era a nomenclatura original da década de 1920, e uma série de prerrogativas funcionais. Além de algumas atribuições, dentre elas, a mais importante, o controle externo da atividade policial.

Mesmo sem essa atualização da Constituição e da Lei Complementar, eu já realizava, em Curitiba, as diligências investigatórias, dentro do poder geral do Ministério Público, de conhecer os fatos. Ora, se podíamos algo maior, que era denunciar e requisitar investigações, entendia que podia também promover diligências que considerasse necessárias. Nós não tínhamos a Câmara de Coordenação e Revisão e eu optava, nesse período, por arquivar as diligências judicialmente. Uma vez concluídas as diligências que havia promovido, e percebendo que não era o caso de ação penal, pedia, em juízo, o arquivamento daquela diligência, e obtinha com sucesso.

Memória MPM – E a promoção a subprocurador-geral, em 1995, como foi?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Eu resisti bastante à promoção. A partir de 1984, sempre era consultado sobre a promoção. Mas, nesse período, de 1984 a 1988, o procurador-geral e a comissão, havia uma comissão de promoções, não valorizavam os mais novos. Figurei em segundo lugar em diversas listas tríplices, nas quais eram prestigiados e indicados os mais antigos, que não haviam ingressado no órgão por concurso público.

Memória MPM – Quem elaborava essas listas tríplices?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Uma comissão da Procuradoria-Geral, formada pelo procurador-geral, pelo subprocurador-geral e, salvo engano, pelo procurador mais antigo. Nessa época, só existia um cargo de subprocurador-geral, os outros cargos na PGJM eram de procuradores militares de primeira categoria, que atuavam perante o STM.

Eu fui promovido em junho de 1995, voluntariamente. Integrantes de várias turmas depois da minha foram promovidos antes que eu: doutor Carlos Frederico de Oliveira Pereira, doutor Mário Sérgio Marques Soares, doutor Roberto Coutinho. Só concorri a promoção em 1995.

Chegando a Brasília, imediatamente, fui eleito pelo Conselho Superior para o cargo de vice-presidente do Conselho Superior do Ministério Público Militar e secretário do CSMPM, já em agosto de 1995. Nós funcionávamos no 7º andar do STM, e passei a atuar perante o Tribunal. No dia 19 de dezembro do mesmo ano, o então procurador-geral, doutor Marco Antônio Pinto Bittar, pediu aposentadoria e me comunicou que, como vice-presidente, assumiria o cargo, sendo o procurador-geral interino, às vésperas do recesso. Não tinha ideia do que era a função do procurador-geral, suspendi as férias que estavam previstas para janeiro e permaneci interinamente até o início de abril. Promovi a eleição para procurador-geral, nomeei como vice-procurador-geral o doutor Edmar Jorge de Almeida e o diretor-geral era o doutor Nelson Marabuto Domingues, delegado da Polícia Federal. Estabeleci, pela primeira vez, um calendário eleitoral, que deveria ser seguido. A resolução do Conselho não dizia quando seria a eleição e quais as condições, mas eu fixei, desde o início,

um calendário de interinidade, no qual o mais importante era a eleição do novo procurador-geral, que foi feita com sucesso. O eleito foi o doutor Kleber de Carvalho Coêlho, que fora vice-procurador-geral do doutor Marco Antônio Pinto Bittar.

Na sistemática do MPM, o vice-procurador-geral não é quem cobre a vacância de procurador-geral, mas o vice-presidente do Conselho Superior, que era o meu caso. A partir de abril, fui convidado pelo doutor Kleber de Carvalho Coêlho para o cargo de vice-procurador-geral, no qual fiquei até o início do ano 2000. Ele permaneceu por duas gestões à frente do MPM, nas quais eu fui vice e, nesse período, posso dizer que toda a atividade institucional forense do Ministério Público Militar foi feita por mim, exceto a questão da reabertura do caso do Riocentro. O doutor Kleber tinha como rotina não comparecer ao Superior Tribunal Militar, exceto nas sessões solenes, porque se dedicava muito à administração do MPM. Compareci a 250 sessões do STM nesses quatro anos, e tive uma atividade que considero muito prolífica no Conselho Superior, participando: da alteração do concurso público para introduzir o Direito Internacional Humanitário como disciplina exigida, junto com colegas como doutor Mário Sérgio Marques Soares, doutora Marisa Terezinha Cauduro da Silva, doutor Edmar Jorge de Almeida, doutor Nelson Luiz Arruda Senra, doutor Carlos Frederico de Oliveira Pereira; regulamentação da investigação direta pelo MPM, com a instituição do Procedimento Investigatório Criminal (PIC); regramento da investigação preliminar do inquérito civil no âmbito do Ministério Público; entre outras. Posso dizer que tive uma intensa atividade na regulamentação interna do Ministério Público Militar.

Memória MPM – Como foi a atuação no Conselho Superior do Ministério Público Militar?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Entre junho de 1996 e maio de 2016, participei de quase 200 sessões do Conselho Superior. Estive ausente apenas em duas sessões. Digo isso, porque houve um corregedor, que tendo faltado a uma sessão do Conselho Superior, é até meu amigo o corregedor, encaminhou-me um ofício para que eu justificasse a falta. Primeiro, considero que o corregedor não tem atribuição sobre conselheiro do Conselho Superior, porque ele também faz parte desse Conselho. O conselheiro está sujeito apenas ao próprio Conselho, que é um órgão colegiado. Pedi, então, que fizesse um levantamento de quantas sessões eu havia participado até aquela data, que acrediito tenha sido em 2007 ou 2008, na gestão da doutora Maria Ester Henriques Tavares. Eu havia participado de 170 sessões, e me ausentado apenas em duas sessões. Isso quer dizer que participei de toda a regulamentação feita pelo Conselho Superior, de 1995 a 2016. Tive uma atuação muito intensa, seja oferecendo propostas de resolução, seja votando essas propostas. Eu o considero importantíssimo, é um órgão regulamentador do Ministério Público, faz a normatização interna e deve ser coadjuvante à administração do procurador-geral.

Em 2000, fui escolhido corregedor-geral pelo Conselho Superior. Permaneci na gestão da doutora Adriana Lorandi e depois na gestão da doutora Marisa Terezinha Cauduro da Silva, por 4 anos; destacando nesse período que, durante um ano, fui eleito presidente do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União.

Memória MPM – Nesse período como corregedor, se lembra de algum fato relevante?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Estava em um cargo que não almejava, ser corregedor, mas quando assumi percebi a importância desse cargo, e defini, como prioridade, a orientação pedagógica ao Ministério Público. Estabeleci um roteiro de correições ordinárias, que, em dois anos, passasse por todas as Procuradorias. O circuito de correições ordinárias foi iniciado no período da corregedora Marisa Cauduro em 1998. Até então não havia correição mediante a visita do Corregedor nas PJM's.

Quando assumi, a Corregedoria funcionava em uma pequena sala no antigo prédio. Não havia condições mínimas de trabalho. Eu fiz a transferência de todos os arquivos para um ambiente maior, no primeiro andar do antigo prédio, o chamado aquário, que era uma área toda envidraçada, para ter condições de realizar as visitas de correição ordinária e extraordinária.

O ingresso no Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União havia sido obtido pelo doutor Roberto Coutinho, em tempos anteriores, e começamos a dar uma formatação de Corregedoria, inclusive com o Encontro dos Corregedores do MPU, aqui em Brasília. No meu período, não necessitei instaurar nenhum inquérito contra membros, mas instaurei 80 sindicâncias, instituí regulamentos, procedimentos. Desenvolvemos também um sistema chamado “pedido de informação”. Instaurava esse pedido e ouvia o promotor. Conseguí depois, nas administrações de Adriana Lorandi e de Marisa Terezinha Cauduro da Silva, fortalecer a Corregedoria com verbas próprias para participar dos eventos do

Conselho Nacional de Corregedores e também para participar das visitas de inspeção, das correições.

Deixei a Corregedoria, em 2004, mais fortalecida, com projeção nacional diante de outras Corregedorias do CNCG. Montamos, com o apoio da Procuradoria-Geral, uma boa estrutura administrativa de servidores que, até hoje, estão atuando na Corregedoria. É um pessoal extremamente habilitado, especializado, com perfil de servidor de Corregedoria, discretos e que não se manifestam sobre o que veem.

Memória MPM – O senhor foi inicialmente designado para apurar as causas do sinistro com veículo lançador de satélites, no centro de lançamento de Alcântara, no Maranhão. Entretanto, ocorreram manifestações contrárias à sua designação, o que ocasionou seu pedido de afastamento da atribuição. O senhor concordava com o entendimento de que se tratava de competência do primeiro grau?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Atuei em alguns inquéritos relacionados à Base de Alcântara na administração de Marisa Terezinha. O primeiro deles foi uma notícia de que poderia existir uma sabotagem no sistema de simulação de lançamentos de Alcântara, isso no Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA), em São José dos Campos, interior de São Paulo. Fui designado para acompanhar um inquérito instaurado pela Aeronáutica. Havia lá uma unidade só de informática, com supercomputadores, para promover a simulação do lançamento. Determinado dia, cerca de um ano antes do lançamento, esses computadores apareceram danificados, a seção inteira

inoperante. Acompanhei esse inquérito, que terminou rapidamente, não sendo possível identificar a autoria, se aquilo foi um acidente ou se aquilo foi uma sabotagem. A consequência é que houve atraso de um ano no lançamento, pois os computadores só poderiam ser reparados na Alemanha, pela Siemens, fabricante. Pela informação que obtive, a Siemens alemã recusou-se a recebê-los, entendeu que deveria ser feito pela Siemens norte-americana. Surgiram especulações de que os americanos queriam conhecer todo o trabalho que estava nos computadores. A Aeronáutica optou por não encaminhar esses computadores para fora do país e, pelos seus próprios técnicos, tentar recuperá-los, o que só foi obtido um ano depois. O inquérito, lamentavelmente, terminou sem autoria, mas eu entendia que era muito difícil de acreditar nessa hipótese: supercomputadores queimados, digamos assim, em um curto circuito, por uma troca de cabos, ou inversão de cabos ou uma imperícia no manuseio do cabo de rede lógica e de energia. O inquérito terminou arquivado.

Após a explosão em Alcântara, eu fui novamente designado, com o doutor Carlos Frederico, para acompanhar o inquérito. Não cheguei a ir ao local. Imediatamente, a ANMPM, por considerações políticas, fez uma representação alegando que deveria ser designado um membro local. Para evitar esse desgaste da procuradora-geral de Justiça Militar, doutora Marisa Terezinha Cauduro da Silva, eu e o doutor Carlos Frederico pedimos a dispensa. Estábamos ali para colaborar, para auxiliar, e a ANMPM se volta contra... Eu não vou comprar essa briga e criar um desconforto ao procurador-geral. Poderia ter prosseguido.

Memória MPM – Algum outro caso de desencontro de posicionamentos com a ANMPM?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Em 1999, quando estava como corregedor, junto com vários colegas, propusemos o regimento, as resoluções do PIC, do procedimento de investigação criminal das diligências investigatórias. Estabelecemos um roteiro a ser seguido pelo promotor quando da investigação direta. Dentro deste roteiro, havia um dispositivo que dizia: “Quando o promotor arquiva o PIC ou as diligências, deve remeter essas peças à Câmara de Coordenação e Revisão, para confirmação do arquivamento”. Este roteiro, já existia no Ministério Público Federal, no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e no Ministério Público do Trabalho. Nada que retire a independência. Ele poderia, ao final de um PIC, promover o arquivamento judicial, apresentando à Auditoria ou ele mesmo arquivar, mas se arquivasse deveria submeter à Câmara.

Na primeira correição que fiz, na Procuradoria de Justiça Militar em Brasília, encontrei cerca de 50 PIC arquivados, sem a remessa à Câmara de Coordenação e Revisão. Recomendei aos promotores e aos procuradores da época que encaminhassem. Depois, os convoquei para uma reunião com o corregedor, mas eles relutaram. Entendiam que não deviam encaminhar porque isso afetava a independência funcional. Levei ao Conselho Superior do Ministério Público Militar, que manifestou-se pela adoção de providência disciplinar por parte do corregedor. Eu entendi que não deveria, se o Conselho Superior quisesse, ele que tomasse a decisão. Já os membros da PJM Brasília, patrocinados pela Associação Nacional do Ministério Público Militar, foram à Justiça, com mandado de segurança, para manter a ideia de que os PIC deveriam ser arquivados na origem, sem remessa à Câmara de Coordenação e Revisão. Por uma decisão da Justiça Federal, em primeira instância, eles foram obrigados a remeter o PIC à Câmara de Coordenação e Revisão e ouviram do

juiz federal que isso não afetava a independência, mas sim era uma forma de controle necessária para a própria sociedade. Se o promotor faz a investigação e ele mesmo arquiva, alguém tem que rever esse arquivamento, e o órgão para essa revisão é a Câmara de Coordenação e Revisão. E aí, passaram a remeter à CCR.

Naquele período, a Câmara alcançava um índice anual de 1.500, 2.000 investigações; e o quociente de arquivamento, manutenção de arquivamento, era de 98%. Não havia nenhum motivo para que recusassem a remessa à CCR.

Memória MPM – E a participação na Câmara de Coordenação e Revisão?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Fui por dez anos da CCR. Nunca me havia candidatado para o cargo. Fui instado para a Câmara já na gestão da doutora Maria Ester Henriques Tavares, em 2004. O coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão é indicado pelo procurador-geral. Eu também não almejava esta função, mas a aceitei, permanecendo dez anos, de 2006 a 2016. Acho que fui o membro que teve maior tempo na Câmara de Coordenação e Revisão, na função de coordenador.

Também foi uma atividade muito prolífica, estabeleci estratégias para a publicidade das ementas, aperfeiçoar a divulgação das ementas e das atas no Diário Oficial, com a descrição dos fatos, em reuniões que empreendíamos semanalmente. Naquele período, a Câmara possuía uma produtividade anual de aproximadamente 1.500 feitos. Os servidores que lá estão, eu já os encontrei lá.

Memória MPM – Como vice-procurador-geral ou procurador-geral em exercício, algum fato marcante?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Lembro que, como vice-procurador-geral, acredito que em abril de 1997, na marcha dos sem-terra para Brasília, durante o mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, instituí, pela primeira vez, uma promotoria para o acompanhamento das Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). O presidente da República havia determinado o emprego do Exército em atividade de garantia da lei e da ordem. O doutor Giovanni Rattacaso, que era o procurador da Justiça Militar em Brasília, foi designado para permanecer em plantão permanente, acompanhando a marcha. Era o vice-procurador-geral, no exercício do cargo de procurador-geral, porque o procurador-geral estava em férias naquele período. Pedi ao Palácio que enviasse a mensagem presidencial que determinava o emprego do Exército na proteção do patrimônio federal preventivamente. Foi um sucesso. Não houve nenhum incidente. Enquanto perdurou a operação, o MPM, em Brasília, manteve-se em regime de plantão extrajudicial.

Memória MPM – Tendo em vista as visitas oficiais realizadas à República de Angola, como o senhor avalia a troca de experiências e a cooperação jurídico-institucional entre os MPMs brasileiro e angolano?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Estive quatro vezes em Angola, como vice-procurador-geral e como corregedor-geral. De todas, julgo relevante mencionar a participação em duas bancas de concurso, em 1997 e 1999,

quando introduzimos o Direito Internacional Humanitário e o Direito Administrativo no programa de concurso, junto com colegas do MPM. Fiz um intercâmbio com a Cruz Vermelha, no início de 2000, na gestão da doutora Adriana Lorandi, para cursos destinados a membros, no caso do Instituto Internacional de Direito Humanitário de Sanremo. Na época, eu recebera uma bolsa da Cruz Vermelha, mas indiquei o doutor Carlos Frederico, que foi o primeiro a cursar Sanremo. A partir de então, todos os anos o MPM tem encaminhado dois membros para fazer o Curso de Direito Humanitário em Sanremo, considerado o melhor Curso de Direito Humanitário do mundo Ocidental. Estou tentando encaminhar um dos membros do STM, ou um dos juízes, pois agora sou vice-diretor da Escola Nacional da Magistratura Militar, para Sanremo.

Outro fato significativo dessa época foi quando propus, junto com outros colegas, a criação do Instituto Brasileiro de Direito Militar e Humanitário (IBDMH), o qual fui o primeiro diretor administrativo; o doutor Edmar [Jorge de Almeida], o diretor-presidente; e o doutor Carlos Frederico, o diretor científico. Fizemos um convênio com a UnB e criamos o primeiro curso de Direito Internacional dos Conflitos Armados no Brasil, em 2002, com a participação da UnB, da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) e da Universidade de Bochum.

Memória MPM – O senhor concluiu o 6º Curso de Preparação para Ingresso na Magistratura, promovido pela Escola da Magistratura do Paraná. O senhor pretendia sair do Ministério Público?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Eu fiz em 1987, no Paraná, a Escola da Magistratura, que é um curso diferente do que se faz na federal, é um curso preparatório para ingresso na magistratura, depois fui aprovado num concurso para juiz, em São Paulo, mas não tinha ideia de sair da carreira. Fiz como uma especialização. Foi um período de grande reciclagem e amizades, que preservo ainda hoje. A maioria dos meus colegas ingressou na magistratura e muitos já são desembargadores.

Memória MPM – O senhor foi examinador em algum concurso para promotor de Justiça Militar?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Participei de duas bancas examinadoras de concurso, em 1997 e 1999. Fui muito feliz e muito criticado porque os concursos, a meu ver, restringiam a matéria a Direito Penal Militar, Processo Penal Militar e Constitucional. Fui examinador de Processo Penal Militar. Busquei o que chamei de “prova fundamentalista”, uma prova de rigor fundamental, que o candidato deveria conhecer não só o Código de Processo Penal Militar, mas deveria conhecer em profundidade o Processo Penal Comum e o Processo Civil. Isso causou um impacto muito grande nos candidatos, nos cursinhos, etc. Tanto que, às vésperas da prova oral, fui afastado da banca por uma decisão liminar de um juiz federal. Fui afastado, digamos assim, sobre uma informação de que tinha sido muito rigoroso, algo impensável em termos de concurso. O rigor do concurso é inerente à seleção, foi um ano em que tivemos mais de 1.500 candidatos. Participaram da banca o procurador-geral Kleber [de Carvalho] Coêlho, o dr. Mário Sérgio [Marques Soares], o ministro Adhemar [Ferreira] Maciel, do STJ, e um professor de Direito Administrativo da UnB .

Memória MPM – Sobre a Presidência do Conselho Nacional de Corregedores, o senhor tem alguma coisa que queira nos dizer?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Eu fui o entusiasta do ingresso no Conselho Nacional. Quando o doutor Roberto Coutinho ainda era corregedor, eu o procurei e disse a ele que o Conselho iria se reunir em Goiânia, foi setembro de 1996. Na época, era só Conselho Nacional de Corregedores do Ministério Público dos Estados. Doutor Coutinho fez um contato com o presidente, que era um procurador de Justiça de Florianópolis, doutor Ourofino, que foi a esse evento, em Goiânia. Era um evento conjunto de procuradores-gerais e também Congresso do Ministério Público, e lá na reunião foi muito bem recebido, e ficou com a incumbência de alterar os estatutos, e passou-se a admitir o Ministério Público da União: corregedor do MPM, do Trabalho, Federal, e Brasília, que já participava do evento, do DF. Foi um grande progresso que passou a ter a nossa Corregedoria, uma integração e um contato com todas as Corregedorias.

Quando fui ser corregedor, no ano 2000, comecei a participar das atividades, são reuniões mensais ou bimestrais, e numa delas, fui convidado pelo então procurador, que também era de Santa Catarina, doutor Pedro Sérgio Steil, para integrar a sua diretoria na área de divulgação, diretor de divulgação. Elaborei inclusive um primeiro jornal, digamos assim, o primeiro boletim impresso do Conselho Nacional. Na gestão seguinte, lá a gestão é de um ano, 2003, quase que por aclamação, fui convidado para ser o presidente, e a vice-presidente era a colega Jaqueline, do Rio Grande do Sul. Levei diversas normatizações para o próprio Conselho: o rigor da pauta, uma pauta prévia, com reuniões realmente produtivas. Talvez por essa disciplina que eu tenha

levado ao Conselho, fui escolhido, por aclamação, presidente do Conselho Nacional, que exercei com muita alegria, com muito entusiasmo, durante um ano, realizando um Encontro Nacional aqui em Brasília, com patrocínio da Procuradoria-Geral. Firmamos ali em pouco tempo, quatro ou cinco anos de participação, uma posição muito importante para o Ministério Público Militar e, diga-se, era muito bem-aceito pelos colegas dos Estados e pelos procuradores-gerais de Justiça.

Recordo-me que em um período, acredito que no segundo semestre, deveria ser deflagrada uma greve de diversos Ministérios Públicos dos Estados por questões salariais. Convidei o presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais e os presidentes de algumas Associações para firmar posição de que os corregedores não iriam tolerar a manifestação de greve dos membros do Ministério Público Estadual. Veja bem, não era o Ministério Público Militar, eram membros de vários Estados que queriam deflagrar um período de greve como resposta ao não atendimento de reivindicações locais, e nessa reunião, na qual estiveram presentes diversos procuradores-gerais e presidentes de Associação, nós firmamos essa posição do Conselho Nacional, que os corregedores não iriam aceitar a greve, o que não ocorreu.

Memória MPM – Na Associação Nacional do Ministério Público (ANMP), o senhor teve algum cargo?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Nunca tive, embora tenha sido convidado em 1995, pelo doutor José Carlos Couto de Carvalho e doutor Marcelo Weitzel. Eu entendia que, primeiro, como vice-procurador-geral, eu não

deveria ter cargo na Associação, não deveria porque eu substituía o procurador-geral, depois, como corregedor, também não deveria ocupar um cargo lá, mas fui o primeiro a indicar ao professor Couto que deveria ter uma mulher na Associação, e foi quando a doutora Adriana Lorandi integrou a Diretoria, como vice-presidente da Associação, acredito que 1998 ou 1999.

Memória MPM – O senhor concorreu para o cargo de procurador-geral?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Pois é, eu tinha muitas e muitas ideias sobre o Ministério Público. Fui o primeiro a fazer um programa detalhado em 2000. Naquele ano, fiz uma carta sobre o ideal de ser procurador-geral, depois fiz um programa institucional administrativo, contemplando todas as áreas que estão hoje aí. Já previa o Projeto Memória, uma Secretaria de Direitos Humanos, o fortalecimento dos órgãos, da Câmara de Coordenação e Revisão, do vice-procurador-geral, do corregedor, o aperfeiçoamento na educação continuada num projeto de educação para os membros do Ministério Público. Pois bem, eu vinha como vice-procurador-geral. No final do mês de fevereiro de 2000, quando comuniquei ao procurador-geral, doutor Kleber de Carvalho Coêlho, que seria candidato, fui de certa forma consultado de que teria o apoio dele se ele fosse o meu vice-procurador-geral. Não aceitei a proposta, de forma alguma. Doutor Kleber Coêlho era um homem de temperamento um tanto quanto autoritário, genioso, que havia sido um procurador-geral muito eficiente na área administrativa, com pouquíssima atuação finalística. A parte institucional eu fiz praticamente sozinho durante quatro anos e entendi que ele não deveria ser o meu vice-procurador-geral. Haveria, digamos, uma incompatibilidade daquele que exerceu o poder com

mão forte durante quatro anos, e eu, um homem mais fleumático, tê-lo como meu vice-procurador-geral também desagradaria a classe. A partir daí, passei a sofrer todo o tipo de campanha negativa. Mostrei meu projeto de gestão a ele, um trabalho circunstanciado, detalhado, contemplando ainda a gestão administrativa, além da institucional. Ele, então, fez várias viagens pelos Estados, viagens de despedida da gestão dele, nas quais dizia: “Não votem no Péricles”...

Memória MPM – Mas ele apoiava algum candidato?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Apoiava, ele passou a apoiar a doutora Adriana Lorandi, que até então tinha sido opositora dele no Conselho. Doutor Kleber de Carvalho Coêlho teve três grandes opositores durante sua gestão: doutora Marisa Terezinha Cauduro da Silva, que não foi reconduzida ao cargo de corregedora e foi impedida de realizar as correições necessárias; doutor Edmar Jorge de Almeida; e doutora Adriana Lorandi, que não comungavam das ideias do então procurador-geral.

No dia que foi nomeada a doutora Adriana Lorandi, houve um jantar no STM, isso me foi dito por um de seus ministros, perguntaram ao doutor Geraldo Brindeiro: “Quem ele tinha nomeado?”. Ele falou: “Nomeei o fulano”. “Fulano? E o doutor Péricles Aurélio Lima de Queiroz?”. “Não. O doutor Péricles não nomeei”. Aí, ele teria dito assim: “Será que incorri em algum erro?”. Fui candidato, mas não logrei o número de votos para ser o primeiro lugar da lista tríplice.

A segunda eleição foi em 2004, na sucessão da doutora Marisa Terezinha Cauduro da Silva. Eu havia sido corregedor por quatro anos. Em 2002, eu não concorri, concorreu a doutora Marisa Terezinha, que teve meu apoio, teve o apoio de vários. Nós entendíamos que a administração da doutora Adriana Lorandi tinha aspectos que não eram positivos como, por exemplo, o arquivamento de 143 inquéritos da operação Tabatinga. O entendimento dela era que não havia crime nas condutas da operação Tabatinga, posicionamento seguido por juízes e promotores, que pensavam da mesma forma que ela. Eu creio que a operação Tabatinga tenha alcançado mais de 500 inquéritos. Contudo, a jurisprudência do STM consolidou o entendimento que tal conduta tipificava estelionato.

Memória MPM – Isso foi determinante para que a doutora Adriana Lorandi não fosse reconduzida ao cargo?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Acho que foi determinante, além de outras questões. Não fui eleitor da doutora Adriana Lorandi naquela eleição, mas ela me convidou para ser o corregedor, ou seja, um bom relacionamento, nesse aspecto. Então, não havia muita diferença na Corregedoria, aliás tinha o pleno apoio dela nas correições, nas inspeções, nas correições ordinárias, na designação de uma verba especial para a Corregedoria para atuar... Na Corregedoria, iniciei e incentivei as visitas prisionais, as inspeções nas prisões militares, desde a primeira correição feita em Santa Maria, Bagé e Porto Alegre. Fiz questão de que os promotores iniciassem a inspeção prisional. A primeira inspeção prisional foi em Santa Maria, pelo doutor Osmar Machado Fernandes. Tive todo o apoio dela, mas não foi suficiente para que mantivesse um alinhamento com a procuradora-geral.

Memória MPM – Retomando as eleições a procurador-geral, em 2004...

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Na segunda vez em que concorri, em 2004, também não obtive sucesso, quando entrou a doutora Maria Ester Henriques Tavares. Desde 1995, 1996, a primeira instância nutria um grande ressentimento com os membros de segundo grau. Éramos membros de primeira instância elevados recentemente a segundo grau, a grande maioria fora promovida em 1995 e 1996, mas começou a existir um sentimento, um ressentimento, com a atividade daqueles que estavam no segundo grau, por motivos justificados e outros não justificados, seja contra a Câmara de Coordenação e Revisão, seja com referência à Corregedoria. Uma incompreensão, eles “vocês lá e nós aqui”, e isso trouxe prejuízo na integração, uma incompreensão. A ponto que, quando eu estava como procurador-geral interino ou como vice-procurador, ter designado algum membro para oferecer denúncia num caso específico, e esse membro, contrário à minha manifestação, tenha feito representação contra o procurador-geral. Isso tudo, uma rotina da atividade ministerial, que deveria ser compreendido como algo rotineiro porque a lei diz isso. O promotor pede arquivamento, requer o arquivamento, o juiz não concorda, vai à Câmara de Coordenação e Revisão, vai depois ao procurador-geral, e o procurador-geral designa. É um ato de rotina, mas quando chegou lá na ponta, no primeiro grau, o membro designado representa contra o procurador-geral, dizendo que ele cometeu um ato desacertado, dá para se ver aí a dissonância entre os membros do primeiro grau e os do segundo grau.

Lembrando que estava aqui há menos de um ano. Conservava todo o DNA e a gênese do primeiro grau. Havia sido um procurador-geral de conduta

irrepreensível, fui um vice-procurador-geral que, durante quatro anos, fiz toda a atividade institucional do procurador-geral, não participei de nenhum processo disciplinar, nada contra o primeiro grau e, de repente, uma simples observação do procurador-geral leva a esta rejeição e retira os votos que considerava como certos.

Memória MPM – O senhor presidiu o Projeto Memória do Ministério Público Militar e coordenou a inauguração do Centro de Memória. Como o senhor avalia os trabalhos realizados no período?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Bem, em primeiro lugar, eu era um rato de depósito de memória. Quando assumi como vice-procurador-geral, tentei fazer alguma coisa, mas não encontrei espaço. A partir da minha candidatura, entendi que deveria, pela riqueza de informações que detém o Ministério Público Militar, desde 1920, fazer alguma coisa. Idealizei então o Centro de Memória do Ministério Público Militar, em 2000, e vim tentando obter o apoio do procurador-geral, nos anos seguintes. Na gestão da doutora Cláudia Márcia Ramalho Moreira Luz, foi instaurada uma comissão destinada a fazer o livro memória institucional, feito com a participação de vários colegas. Na gestão do doutor Marcelo Weitzel, é que foi possível instituir, através de uma portaria, um grupo de trabalho da memória institucional, e conseguimos a contratação de um renomado historiador, o professor Gunter Axt. E também contamos com a designação de servidores para fazer o Centro de Memória e o livro “Histórias de Vida”. Em 1995, por iniciativa do então procurador Marco Antônio Pinto Bittar, saiu a primeira minibioografia dos procuradores-gerais, a primeira edição, elaborada por uma comissão de subprocuradores-

gerais. Eu participei apenas da revisão e do prefácio dessa publicação. Mais recentemente, a minibioografia dos procuradores-gerais foi reeditada e aditada com outras informações.

Memória MPM – Poderia nos contar sobre sua atuação como coordenador do Conselho Editorial?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Nesse eu sempre tive interesse. Participei, acredito, desde 1997 do Conselho Editorial. Depois, na gestão da doutora Adriana Lorandi e na da doutora Marisa Terezinha Cauduro da Silva, figurei como coordenador, trouxe para o Conselho dois promotores, que não o integravam. O Conselho geralmente era integrado apenas por subprocuradores-gerais, e conseguimos publicar, com apoio da ASCOM, dois números da Revista do MPM, edições 18 e 19.

Memória MPM – Uma coisa importante foi o retorno da periodicidade, o senhor conseguiu retomar a periodicidade da Revista do MPM, não?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Sim, retomar anualmente. Participei também, desde 2000, do Conselho Editorial da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU). Primeiro, da Comissão Editorial, depois, do Conselho, em que fui coordenador por dois anos, e na qual participavam membros do Ministério Público Federal, do Ministério Público Militar, do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Foi quando iniciamos a publicação do Boletim Científico, uma

grande publicação com artigos científicos, com periodicidade acredito que semestral, sendo publicada até hoje.

Memória MPM – Bom, aí a gente fecha o ciclo no MPM?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Bom, fiquei no MPM por 34 anos e 11 meses, sem nenhum dia de afastamento, não me afastei para nenhuma outra atividade nesse período. Eu tinha uma certa intuição que quando houvesse uma vaga no STM, eu teria uma boa chance pelos meus serviços prestados. Tinha uma boa imagem perante os colegas, atuava no Tribunal desde julho de 1995, então há mais de 20 anos realizando pareceres e com muito contato, tinha uma boa imagem perante o Plenário do Tribunal, e me dedicava realmente. Nunca deixei de ser um dedicado entusiasta membro do Ministério Público, então imaginava que se houvesse uma vaga, eu teria uma boa chance, mas não tinha isso como algo muito certo.

No dia 5 de maio, dentro do Projeto Memória, acompanhei o professor Gunter em visita ao ministro Olympio Pereira da Silva Junior, afastado por licença médica. Ele iria entrevistar o ministro Olympio para o Histórias de Vida, foi o único não membro da instituição relacionado porque foi membro do MPM, era ministro do Tribunal e tinha tido uma atuação muito intensa. Chegando lá, de imediato, o ministro Olympio disse: “Eu vou me aposentar e você vai me suceder”. Eu disse: “Calma, rapaz, você não tem poder para isso, quem escolhe não é você”. “Não, eu vou me aposentar, e é você. São dois candidatos que eu tenho, você e doutor Edmar Jorge de Almeida, mas será você o ministro”. Procurei desconsiderar aquilo e retornei para cá e, aí foi,

“bom, ele vai aposentar, eu vou me candidatar”, mas não contei nem para minha mulher, e aí, comecei a avaliar as condições, eram as condições mais adversas, porque tratava-se de um governo petista.

Eu havia sido nomeado pelo presidente João Figueiredo, no regime militar, embora tenha ingressado por meio de concurso, nenhum relacionamento nesse caso com os militares, e vi que tinha pontos positivos como antiguidade, era o membro mais antigo da instituição, não o mais antigo na classe, mas o mais antigo em dias como membro da instituição. Tinha na minha frente o doutor Mário Sérgio Marques Soares, o doutor Edmar Jorge de Almeida, o doutor Carlos Frederico de Oliveira Pereira, mas eu era mais antigo do que eles em dias na instituição. Tinha exercido vários cargos relevantes: procurador-geral interino, vice-procurador-geral, corregedor, coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão, vice-presidente do Conselho Superior. Então, eu achava que tinha um bom currículo para apresentar e passei a procurar aquelas autoridades que, na época, avalizavam a indicação: o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, de São Paulo; o ministro-chefe da AGU, Luís Inácio Adams; e o ministro-chefe da Casa Civil, Jaques Wagner. Eram os três que eram ouvidos em conferência pela presidente Dilma Rousseff. Comecei a fazer visitas também às autoridades que poderiam ter alguma influência, embora eu me tenha afastado completamente de qualquer autoridade do Poder Legislativo. Não busquei nenhum apoio das autoridades do legislativo, de senadores e deputados. Entendi que não era oportuno, já estava naquela situação pré-impeachment. Pois bem, visitei os três comandantes militares para apresentar a minha candidatura, fui muito bem recebido. Não conhecia o comandante do Exército, nunca havia estado com ele; o da Marinha também não conhecia, mas havia trabalhado com o pai, almirante Leal Ferreira, no

Tribunal, em 1995; e o comandante da Aeronáutica também não conhecia. Fui lá, pedi uma audiência para dizer que eu era candidato a ministro do STM. Depois, eu visitei todos os ministros do Tribunal. Fui até criticado por isso. Não fui buscar apoio, fui apresentar a minha candidatura e revelar o meu currículo. Achei que era relevante essa apresentação. Se eu quero entrar em um Tribunal, quero que o Tribunal conheça meu currículo. A partir de então, não fui às sessões do Tribunal, para não gerar especulações. De 4 de maio de 2015 a maio de 2016, eu não fui a nenhuma sessão no Tribunal. Eu só voltei ao Plenário do Tribunal como ministro. Desse modo, não quis despertar atenção e passar a ideia de que seria indicado. Conhecia uma história de anos atrás de um candidato que comparecia diariamente ao Tribunal e já se considerava escolhido, mas foi rejeitado.

Bom, chegou o ano seguinte, fevereiro, eu deveria ter sido nomeado dia 25 de fevereiro, juntamente com dois ministros do STJ, mas o ministro Olympio Pereira da Silva Junior resolveu querer voltar ao cargo e ingressou com uma questão judicial no Supremo Tribunal Federal para garantir a vaga e retornar. Naquele dia, a presidente da República deveria assinar e encaminhar o ofício ao Senado Federal, indicando o meu nome. Não o fez porque o ministro José Eduardo Cardozo informou a ela que tinha um mandado de segurança no STF, embora já estava decidido pelo seu não seguimento. Ele achava que seria mais conveniente esperar publicar essa decisão, e aí eu fui retirado da indicação. Minha indicação só foi publicada dia 4 ou 5 de maio. Nesse período, criou-se uma instabilidade, pois havia diversos valorosos colegas que eram candidatos: doutor Roberto Coutinho, doutor Nelson Lacava Filho, doutor Jaime de Cassio Miranda, doutor Giovanni Rattacaso. Excelentes candidatos. Eu estava muito bem acompanhado, a disputa era muito difícil. As informações diárias flutuam,

às vezes, quem tem prestígio era o colega, no dia seguinte, o prestígio é seu, não é? Aí vem a informação e ela não é completa, e assim por diante. Bem, depois de 25 de fevereiro, eu voltei a fazer alguns contatos, basicamente na Casa Civil, onde estava o hoje senador Jaques Wagner, e que numa entrevista, no mês de agosto do ano anterior, havia declarado que apoiaria meu nome, e na minha presença, ele fez uma ligação ao ministro da Justiça, o deputado José Eduardo Cardozo, dizendo como seria a indicação de ministro ao STM. Depois de encerrar o telefonema disse: “O senhor tem o meu apoio, pode ir em frente”. Isso foi 6 de agosto do ano anterior. Eu havia dito nessa entrevista ao Jaques Wagner que ele não ficaria muito tempo na Defesa, na época era Ministério da Defesa, e que em breve ele iria para a Casa Civil, e foi o que aconteceu. Meses depois, estava ele na Casa Civil, então tinha o apoio do chefe da Casa Civil. Recebi o apoio do ministro José Eduardo Cardozo e também do ministro Luís Inácio Adams. Era muito difícil conseguir uma audiência com o ministro Adams. Numa festividade no Supremo Tribunal Federal, eu falei com a ministra Nancy Andrighi do STJ, que assim me respondeu: “O meu amigo não vai lhe dar audiência? Vai sim”. Puxou o ministro Adams pelo braço e disse: “Conceda uma audiência ao meu amigo, o doutor Péricles Aurélio Lima de Queiroz”. E, naquele mesmo dia, à tarde, ele me recebeu em audiência, leu meu currículo, e disse que daria apoio. Bom, faltava o apoio do ministro da Justiça. Foi naquele período em que saiu o ministro José Eduardo Cardozo e entrou o ministro Wellington César Lima e Silva, um grande amigo, havia sido procurador-geral da Bahia e muito amigo do Jaques Wagner. O doutor Wellington César Lima e Silva ficou 11 dias como ministro da Justiça porque um partido político expôs a presença dele no Ministério, porque ele teria sido nomeado depois de 1988, e o CNMP não aceitava que um membro pudesse se afastar para um cargo fora do Ministério Público. O ministro Wellington

tentou diversas vezes despachar com a presidente da República, Dilma [Rousseff], levando meu nome pronto para a indicação, mas naqueles dias conturbados com manifestações na Esplanada, a presidente não despachou. Logo, em seguida, assume o Ministério da Justiça, o ministro Eugênio José Guilherme de Aragão, que era meu amigo desde o ano de 1995, um dos mais atuantes na criação da Fundação IBDMH [Instituto Brasileiro de Direito Militar e Humanitário], com quem eu já tinha estado há uns três meses antes, e que sabia da minha pretensão. Ele conhecia minha pretensão, inclusive me indicou a ser recebido pelo vice-presidente Michel Temer.

Fui recebido pelo vice-presidente Michel Temer e recebi dele um apoio imediato para a indicação, mas naquele período Michel Temer não obtinha nada com a presidente da República Dilma Rousseff. Ele me recebeu em um único dia, daquele ano de 2015, em que permaneceu como substituto da presidente da República. Entreguei a ele o currículo, e ele me disse assim: “Doutor Péricles, o senhor tem meu apoio, vou apoiá-lo, mas meu apoio não significa que será nomeado”. Ele estava em choque, logo em seguida, fez aquela carta em agravo à presidente da República, Dilma Rousseff, reclamando do tratamento que recebia. Eu mantive, sigilosamente, este apoio, mas eu tinha simpatia, apoio muito forte e parecer favorável das três autoridades.

Pois bem, quando assumiu no ministério da Justiça, o amigo Eugênio Aragão, que já me conhecia, e que tinha, meses antes, me indicado para várias autoridades, no primeiro despacho que teve com a presidente Dilma Rousseff já levou a indicação do meu nome. Posteriormente, recapitulando como foi essa audiência com a presidente, perguntei: “O que a presidente falou?”. Ele disse

que a presidente falou duas coisas: “Primeiro, qual a idade dele? Não quero nenhum ‘júnior’ naquele Tribunal”. Porque havia uma movimentação para colocar alguém muito novo no Tribunal. Ela disse: “Não quero errar mais uma vez”. Isto foi me dito pelo doutor Eugênio Aragão. E a segunda pergunta que ela fez foi: “Como o Tribunal me receberia?”. Ela já dispunha de informações dos ministros do Tribunal. Óbvio! Já havia feito contato anterior sobre todos aqueles pretendentes. Como que o Tribunal via cada um deles, e aí eu entendo que foi fundamental a minha atividade, a minha conduta, nos 20 anos com o Tribunal, e a minha apresentação. E a informação foi muito positiva.

No dia seguinte após a publicação da mensagem, começou uma outra etapa, a sabatina, que causa uma certa ansiedade. Optei por visitar a maior parte dos senadores, escolhi a relatora do meu processo, a então senadora Ana Amélia Lemos, que conhecia de longa data e era eleitor dela no Rio Grande do Sul. Visitei 55 dos 80 senadores, pois um estava afastado, Delcídio do Amaral. Fazia plantão no Senado Federal, no cafezinho do Senado, na garagem do Senado, para que pudesse ter um contato pessoal com os senadores, pelo menos. Foi positivo. Fiz um cartão com currículo abreviado que apresentava ao me identificar. A imagem do MPM é excelente no Senado, assim como a imagem da Justiça Militar. Fui muito bem recebido, foi uma surpresa! Não percebi nenhum tipo de mágoa ou de ressentimento com o MPM ou com a Justiça Militar. Isso foi muito positivo, porque eu avancei, enquanto existia muito ressentimento com outros Ministérios Públicos, principalmente, com o Ministério Público Federal e com o Ministério Público em alguns Estados. Eu não sofri essa restrição, isso foi muito importante. Outra dificuldade foi marcar a sabatina, porque

foi exatamente no dia da instalação da comissão do *impeachment*, mas aí, contando com apoio da assessoria parlamentar do MPM, da assessoria parlamentar das Forças Armadas e de alguns ministros do Tribunal que estavam presentes, principalmente o ministro Francisco Joseli Parente Camelo, foi possível formar um quórum mínimo. O quórum foi 23 e fui aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e de Justiça. No mesmo dia, fui votado no Plenário do Senado e houve apenas um voto contrário. Acho que foram 63 votos, com um deles contrário. Além do Ministro Tenente Brigadeiro Joseli, recebi notável apoio das Assessorias Parlamentares das Forças Armadas, do Ministério da Defesa, da PGJM e do STM, e uma colaboração pessoal do ex-Senador Francisco Leite Chaves (MDB-PR) que havia sido procurador-Geral da Justiça Militar em 1988-1989. Tanto o Brigadeiro Joseli quanto o Senador Leite Chaves se empenharam em trazer os membros da CCJ à Sala da Comissão, pois no mesmo dia instalava-se a Comissão do Processo da Presidente Dilma. A partir da minha indicação ao Senado, a CONAMP, já liberada do apoio a um dos membros da sua Diretoria, me concedeu um grande apoio por meio de sua presidente Norma Angélica e de seus diretores regionais. Após a indicação da Presidente da República houve intenso esforço do Ministro-Presidente do STM, Ten Brig Ar William de Oliveira Barros, e do Ministro Joseli, para agilizar o procedimento de nomeação e posse, pois o Tribunal estava incompleto havia 13 meses e, sendo vaga de membro civil, e o vice-Presidente também ser civil, somente três ministros togados atuavam como relatores.

Memória MPM – Como foi a sabatina?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Antes da sabatina, passei por um media training, no Centro de Comunicação Social do Exército, uma rotina para os ministros. Um mês e meio antes, havia passado por ali o general de Exército Marco Antônio de Farias, e aí me sugeriram fazer o media training. Quando cheguei à sabatina, eu já estava devidamente familiarizado, foi supertranquilo.

Memória MPM – Alguém mais foi sabatinado nessa data?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Nesse dia, havia somente eu. Fui muito bem. Estava receoso, a sabatina anterior, do ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Edson Fachin, havia durado 12 horas. Eu achava que a minha pudesse ter umas 30 perguntas. Foi feita apenas uma pergunta. Eu só vi o placar ali, os senadores assinavam a presença e já votavam, não tive nenhum voto contra. Aliás, a escolha da senadora Ana Amélia Lemos foi fundamental porque ela gozava de um trânsito muito grande entre os parlamentares de todos os partidos.

Acho que ajudou muito o meu currículo. Trinta e cinco anos sem nunca ter respondido a nenhuma investigação interna ou correição. Perceba-se tinha ingressado no MPM no período militar e, mesmo assim, não houve nenhuma ressalva porque sabiam que eu ingressei mediante concurso público e tinha isenção. Não tive nenhum fato que pudesse desabonar minha carreira, mesmo naquele período de 1981 a 1985.

A propósito, a doutora Ela Wiecko Volkmer de Castilho teve uma participação significativa na minha nomeação. Nós fomos procuradores colegas, em Curitiba,

nos anos 1980, ela procuradora da República, e o marido juiz federal, hoje desembargador aposentado, Manoel Lauro Volkmer de Castilho. Tínhamos muito contato por causa dos projetos de lei orgânica e, frequentemente, quando ocorria a detenção ou prisão de um civil lá no Campo de Instrução Marechal Hermes, a doutora Ela Wiecko me ligava, preocupada para saber dos direitos, da proteção do preso, e eu sempre a tranquilizava, então eu já a conhecia, de longo tempo. Em uma cerimônia no Palácio do Planalto, que foi a posse do ministro da Justiça Eugênio Aragão e também do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na Casa Civil, eu era um dos pouquíssimos procuradores que estavam presentes: eu, doutor Marcelo Weitzel e, salvo engano, doutor Jaime de Cassio Miranda. Não havia mais ninguém da Justiça lá. Na solenidade, falei com a doutora Ela Wiecko: “Doutora Ela, eu estou para ser nomeado, soube que o ofício está para ser assinado e depende apenas de ser levado à presidente”. Ela disse: “Não, eu vou falar com o Eugênio Aragão”. À época, ele era subprocurador-geral da República e colega dela. Naquele dia, ele tomava posse como Ministro da Justiça. À tarde, na solenidade de transmissão do cargo no Ministério da Justiça, só estavam, entre muitos convidados, eu e a dra. Eunice Carvalhido, ex-procuradora-geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). A classe, especialmente o Ministério Público Federal (MPF), não teria aprovado a nomeação do dr. Eugênio para o cargo. Na nominata às autoridades, Eunice e eu fomos mencionados. Em uma sexta-feira de meados de abril, recebi um telefonema do Ministro da Justiça. Nele, informava que a Presidente Dilma Rousseff havia indicado meu nome para a vaga destinada ao MPM no STM. Estava fora de Brasília, aproveitando o retiro com a família, em nossa residência na Serra Gaúcha. Desde a negativa de 25 de fevereiro, havia reduzido minha “campanha”, mas acreditava que diversos fatores pessoais me favoreceriam, principalmente naquele momento,

no qual possuía o apoio dos Ministros da Justiça (Eugênio Aragão), da Casa Civil (Jaques Wagner), da Defesa (Aldo Rabelo), da Advocacia-Geral da União; a simpatia dos comandantes das Forças, do chefe do Estado-Maior do Exército, general Sérgio Westphalen Etchegoyen, do presidente do STM e de diversos ministros. Não tive o apoio da CONAMP (Associação Nacional dos Membros do Ministério Público), pois ela já estava comprometida com o dr. Giovanni, colega que integrava a Diretoria da entidade. Busquei e obtive o apoio da Associação Brasileira dos Magistrados, dos Tribunais de Justiça Militar de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, por meio dos seus presidentes. Recebi o incondicional apoio do procurador-geral de Justiça do Rio Grande do Sul (Marcelo Dornelles) e diversos procuradores de Justiça; Santa Catarina (Sandro José Neis), Paraná (Gilberto Giacoia e Olympio Sotto Maior), Acre (Oswaldo D'Albuquerque), Alagoas e Roraima. Três amigos alavancaram minha indicação: Wellington César Lima e Silva, então procurador-geral de Justiça da Bahia e ministro da Justiça, Fábio Stica, procurador-geral de Justiça de Roraima, e Alessandro Tramujas Assad, procurador de Justiça de Roraima e conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), e corregedor Nacional do Ministério Público. A todos eles, sou imensamente agradecido.

Memória MPM – Como é a atuação no STM?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Completei três anos, saí do “estágio probatório”. É bem diferente do que vivi nos 35 anos no MPM e, apesar de ter atuado junto ao Tribunal durante 21 anos, a função judicante traz novos prismas, como o julgamento diário dos processos, a formação de um gabinete

mais amplo, o relacionamento com o advogado e o Ministério Público, a publicação de acórdãos, a questão de medidas liminares e de urgência. Embora com toda a experiência no Ministério Público, há a necessidade de um período de adaptação e de muita dedicação. Ontem, tivemos uma sessão, das 13h30 às 19h30, onde foram julgados 15 processos, dos quais em oito, eu era relator ou revisor, mas dos outros sete eu não tinha conhecimento, eu tinha que ter um conhecimento prévio. É necessário, quando vá para a sessão, ter um conhecimento prévio do que será julgado e quais dos processos que não sou nem relator ou revisor. Isso demanda muito tempo, demanda uma equipe especial para verificar o parecer do Ministério Público, o relatório, etc. Eu tenho me pautado no STM por uma diretriz: eu sei que estou ali porque fui do Ministério Público, então não posso jamais esquecer que minha origem é o Ministério Público, não posso jamais esquecer que a minha formação é o Ministério Público. Eu tenho que transmitir ao Tribunal a mais completa atividade do Ministério Público Militar, então, tive a oportunidade de dizer um dia, sem falsa modéstia, dos que estavam ali, ninguém entendia mais o Ministério Público do que eu, que havia passado 35 anos, das suas atribuições, da sua ideologia, da sua atividade. Sei que a minha atuação é de magistrado, mas sei que a minha composição, a minha permanência ali é por ter origem no Ministério Público, e trago do Ministério Público uma formação que eu tenho que transmitir nesse julgamento. Então, tenho um conhecimento profundo da investigação policial militar, da denúncia, das fases probatórias... Quando o Ministério Público se excede e quando ele se acanha, e assim por diante. Aliás, a integração, a permanência do quinto constitucional é justamente para isso, para trazer de outras carreiras, do Ministério da Justiça, da Advocacia e do Ministério Público, a sua formação para compor um Tribunal que seja completo. Isso me deu uma grande aceitação, dos meus colegas, então nunca

ouvi de ninguém: “Ah, você está sendo muito ‘punitivista’ ou ‘muito rigoroso’ porque tem que esquecer que veio do Ministério Público”... Nunca ouvi essa afirmação, porque sabem que a minha formação do Ministério Público é importante para a apreciação dos processos, assim como é importante a formação do advogado. Hoje me considero bem-adaptado.

Memória MPM – Sobre a sua vida pessoal, o senhor tem três filhos?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Eu tenho três filhos, sou divorciado. Em 2004, casei com a colega, doutora Marisa Terezinha Cauduro da Silva, então, ganhei mais três enteados.

Memória MPM – Qual a idade dos teus filhos?

Péricles Aurélio Lima de Queiroz – Eu tenho uma filha de 42, uma de 39, e um filho de 26. Eu casei muito jovem, aos 20, e fui pai aos 21, voluntariamente. Meus filhos hoje moram em Curitiba, e uma filha mora no Canadá.

Memória MPM – Doutor Péricles, muito obrigado por seu depoimento.



MARCELO MELO BARRETO DE ARAÚJO

Entrevista realizada na Confederação Nacional do Comércio, no Rio de Janeiro,
no dia 17 de dezembro de 2019, por Hebert Vilson França.

Marcelo Melo Barreto de Araújo nasceu em 29 de abril de 1954, na cidade do Rio de Janeiro. É filho de Paulo Barreto de Araújo e Elea Melo Barreto de Araújo. Concluiu o ensino primário em 1965; o ginásial, em 1969; e o científico, em 1972, todos no Colégio Santo Inácio, localizado na cidade do Rio de Janeiro. Formou-se em Direito, em 1977, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). No ano de 1981, foi nomeado para exercer o cargo de procurador militar de 2^a categoria. Em 1993, por meio da Lei Complementar nº 75, o cargo passou a ser denominado promotor da Justiça Militar. Foi promovido por antiguidade, em 20 de fevereiro de 1995, ao cargo de procurador da Justiça Militar. Em 2012, aposentou-se voluntariamente na carreira de procurador da Justiça Militar. Atualmente é consultor jurídico da Confederação Nacional do Comércio.

Memória MPM – Dr. Marcelo Melo Barreto de Araújo, o senhor é natural do Rio de janeiro?

Marcelo Melo Barreto de Araújo – Sim, sou carioca. Estudei o jardim de infância e o pré-primário numa escola no bairro de Laranjeiras. Como sempre morei neste bairro, virei “tricolor das Laranjeiras”. Aos sete anos, ingressei no Colégio Santo Inácio, onde fiz o curso primário, o curso ginásial e o curso colegial. O Colegial se dividia em Curso Científico e o Curso Clássico. O Curso Clássico era para aqueles alunos que tinham tendência pela área humana, como os advogados, os economistas, os psicólogos. Todos que tinham um pendor pela área humana escolhiam o curso Clássico. E eu, como já alimentava essa ideia de cursar a Faculdade de Direito, desde a adolescência, fiz o curso Clássico. Após o vestibular, matriculei-me na Universidade do Estado da Guanabara (UEG). Na época, o Rio de janeiro era uma Cidade-Estado. Atualmente, a Universidade se chama Universidade do Estado do Rio de Janeiro, denominação que passou a ser adotada após a fusão entre o Estado da Guanabara e o antigo Estado do Rio, em 1975. Eu estudei inicialmente na tradicional escola do Catete e depois, quando eu estava lá no terceiro ou quarto ano, conclui meus estudos universitários no campus do Maracanã. Minha formatura ocorreu ao final do ano de 1977.

Memória MPM – O senhor teve influência familiar para escolher o Direito?

Marcelo Melo Barreto de Araújo – Tive, meu pai era advogado e eu acabei me encantando pela profissão diante das constantes conversas que eu tinha com ele, do acompanhamento que eu tinha do seu trabalho. Certa época, fiquei

balançado e pretendi ingressar no Itamarati. Mas depois, percebi que minha vocação era mesmo a área do Direito.

Memória MPM – Quais as lembranças que o senhor tem deste período?

Marcelo Melo Barreto de Araújo – As lembranças são as melhores possíveis, porque era uma faculdade de muito bom nível. Fiz amizades com colegas que até hoje mantendo relacionamento, e tive uma atração maior pelo Direito Civil e pelo Direito Constitucional. O Direito Penal costumava atrair o interesse dos estudantes da Faculdade. No entanto, poucos colegas se dedicaram profissionalmente a este ramo do Direito. Costumava-se brincar, dizendo que o estudante namorava o Direito Penal, mas acabava casando com o Direito Civil. Neste sentido, nunca havia pensado, naquela época, no Direito Penal como meio de profissionalização. Sempre imaginei trabalhar com Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Comercial. E para tanto, logo depois que me formei, eu participei de um escritório como profissional liberal.

Memória MPM – Já havia algum interesse pelo Direito Penal Militar?

Marcelo Melo Barreto de Araújo – Naquele tempo, eu sequer conhecia detalhes sobre o funcionamento do Ministério Público Militar. Vale lembrar que Direito Penal Militar e Direito Processual Penal Militar, pelo menos enquanto fiz o curso universitário, não eram cadeiras da faculdade. Tomei conhecimento do concurso por meio de um Edital publicado no Diário Oficial. E na época eu andava justamente procurando fazer um concurso público. E tomei

conhecimento também de que havia um curso preparatório promovido pelo falecido juiz-auditor Mauro Seixas Telles, cujo irmão, inclusive, foi Ministro do Superior Tribunal Militar, Antônio Carlos Seixas Telles. Neste curso é que eu tive o primeiro contato com Direito Penal Militar. Eu me inscrevi no concurso, me dediquei profundamente ao estudo e logrei ser aprovado. Eu fiquei em segundo lugar no concurso; o primeiro lugar foi da dra. Sheila Bierrembach, que mais tarde tornou-se juíza-auditora. Mas ela não quis, por razões particulares, à época, assumir o cargo de procuradora e eu acabei ficando, naquele concurso, em primeiro lugar. O que me deu uma honra e alegria pela vitória que tive, após tanto esforço. Eu tive que começar do zero o estudo de Direito Penal Militar.

Memória MPM – Quem mais estava nessa turma?

Marcelo Melo Barreto de Araújo – A minha turma tinha o José Carlos Couto, a Lúcia Beatriz Magalhães de Mattos, o Alexandre Concesi, a Hermínia, o Péricles, o Marco Antonio Bittar e vários outros colegas. Houve as provas escritas, feitas aqui no Rio de Janeiro e em todo o Brasil, nos mais diversos Estados. E as provas orais, em Brasília. Eu passei uma semana em Brasília, fazendo provas orais. E minha satisfação foi o esforço recompensado, porque eu estudava diariamente, inclusive nos finais de semana, para passar neste concurso.

Memória MPM – Como primeiro colocado, qual localidade escolheu para atuar?

Marcelo Melo Barreto de Araújo – Escolhi assumir as funções perante a Segunda Auditoria de Marinha do Rio de Janeiro. Na época, as Auditorias eram especializadas. Auditorias de Marinha, de Exército e de Aeronáutica. Posteriormente se tornaram Auditorias mistas. E eu trabalhava numa sala cedida pelo Poder Judiciário junto ao cartório daquela Auditoria. Uma sala pequena, dois colegas e eu. As condições de trabalho eram muito ruins em todos os sentidos. Não tínhamos o conforto que temos hoje, a estrutura que temos hoje. Para produzir os trabalhos dependíamos de uma datilógrafa.

Mas comecei a ter uma enorme satisfação profissional, porque encontrei bons colegas, encontrei bons juízes, inclusive o dr. Mauro Seixas Telles, que era o professor do meu curso preparatório. Minha posse foi em 1981 e em 1982 houve uma situação de carência de membros para exercer os trabalhos dos subprocuradores-gerais da Justiça Militar. Os subprocuradores-gerais exaravam pareceres para subsidiar os processos em trâmite no Superior Tribunal Militar, como até hoje ocorre. Recordo-me que eu e o dr. Alexandre Concesi, que fez o concurso comigo, fomos requisitados para essa função. Os processos eram enviados para o Rio de Janeiro. Recordo-me também de ter trabalhado com o dr. José Carlos Couto e com a subprocuradora-geral dra. Marly Gueiros Leite, que era a chefe, a coordenadora da representação que tínhamos aqui no Rio de Janeiro. Fiquei exclusivamente nessa função vários anos e para mim foi uma escola, porque me obrigava a estudar e a conhecer ainda mais a doutrina de Direito Penal Militar, conhecer a jurisprudência do Superior Tribunal Militar e encarava o trabalho com muita responsabilidade.

Memória MPM – Recebia os processos de Brasília?

Marcelo Melo Barreto de Araújo – É. Recebia os processos, os autos físicos, na época. Não havia processo eletrônico, naturalmente, e trabalhava nesses processos com bastante interesse, com bastante afínco. Devolvíamos os processos com pareceres que seguiam para Brasília. A sustentação oral era realizada pelos subprocuradores que estavam em Brasília.

Memória MPM – O senhor falou que atuava na Auditoria de Marinha. Mesmo sendo todos da representação do Rio de Janeiro, cada um ficava numa localidade diferente. Os senhores tinham contato regular?

Marcelo Melo Barreto de Araújo – Tínhamos contato, mas como eram em locais físicos diferentes, a convivência não era diurna. Mantínhamos relacionamento, porém, não nos encontrávamos a todo tempo porque as Auditorias de Marinha, Exército e Aeronáutica funcionavam em locais diferentes.

Memória MPM – O contato, então, maior era com Brasília, com o procurador-geral?

Marcelo Melo Barreto de Araújo – O contato maior era com os promotores da Primeira e Segunda Auditorias de Marinha e com juízes que atuavam nestes Juízos.

Memória MPM – Quando o senhor entrou no Ministério Público, foi num período de transição entre o governo militar e o civil. E houve a questão da

Lei de Segurança Nacional em 1978, depois em 1983. O senhor percebeu alguma coisa em relação ao tipo de processo?

Marcelo Melo Barreto de Araújo – Em 1981, já estávamos em pleno período de redemocratização. A imprensa já era livre, graças à decisão do presidente Ernesto Geisel; o AI-5 (Ato Institucional nº 5) foi extinto ainda em 1978; em 1979 o presidente João Figueiredo aprovou a Lei de Anistia. De forma que as causas derivadas da Lei de Segurança Nacional passaram a ser raras. Tanto que eu não peguei nada relativo a homicídios, a assaltos, guerrilha. Nada disso eu peguei porque, no tempo em que passei a servir ao Ministério Público Militar, estes processos pouco tramitavam, sobretudo depois que foi aprovada, em 1983, a atual Lei de Segurança Nacional, que se adaptou a um ambiente democrático. As raras vezes em que atuei com base na Lei de Segurança Nacional ocorreram em situações que foram submetidas a meu parecer em delitos de ofensa às Forças Armadas. Ao que me recordo, foram os únicos casos que eu peguei que tinham amparo na Lei de Segurança Nacional. Os casos mais graves, quando eu entrei, já não acompanhei mais.

Memória MPM – Outro momento histórico que o senhor acompanhou na sua trajetória do MPM foi a Constituição de 1988, que trouxe muitos avanços para o Ministério Público. Que papel o Ministério Público assumiu com esta Carta Constitucional?

Marcelo Melo Barreto de Araújo – À época, lembro-me que eu era diretor da Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM). O presidente era o Jorge Luiz Dodaro. Nós atuávamos aqui no Rio de Janeiro. A dra. Lúcia

Beatriz era da diretoria, o dr. Alexandre Concesi também e nós fizemos o acompanhamento da Assembleia Nacional Constituinte, representando a classe dos membros do Ministério Público Militar em conjugação com a CONAMP e outras associações representativas dos demais ramos do Ministério Público.

Na época, o Ministério Público tinha baixa projeção política e institucional. Nós éramos submetidos ao Ministério da Justiça. Recordo-me também que os vencimentos eram muitos baixos, e nós fazíamos pleitos nesse sentido, para valorizar nossa função. Mas a Constituição colocou o Ministério Público num alto patamar. E ele passou a exercer o seu papel principal de função essencial do Estado, na defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis; tendo como base a sua unidade, a sua indivisibilidade, a sua independência funcional; passou a ter liberdade de apresentar a sua própria proposta orçamentária e desenvolveu muitas atribuições novas, como promover o inquérito civil, ação civil pública, a defesa do patrimônio público social do meio ambiente, a defesa de populações indígenas, o controle externo da atividade policial, ou seja, ele se enrandeceu na defesa dos interesses da sociedade e torna-se hoje um órgão valioso para os cidadãos e para a defesa dos direitos fundamentais do indivíduo.

Memória MPM – Nesses 31 anos de MPM, lembra de algum caso marcante em que tenha atuado?

Marcelo Melo Barreto de Araújo – Quando eu assumi as funções na Segunda Auditoria de Marinha, eu era bem jovem. Eu me impressionei com um caso

grave de um oficial da Marinha que desviou dinheiro dos cofres daquela Arma, um montante expressivo. Era situação rara de acontecer. Mas eu percebi que ali havia uma necessidade de nos dedicarmos ao máximo a esse processo, porque merecia uma severa condenação. De fato, ele foi condenado em primeira e segunda instância, o que representou uma merecida punição.

Uma outra situação que acompanhei também, tanto eu quanto vários colegas no Brasil inteiro, foi a chamada operação Tabatinga. Essa situação ocorria quando da reforma de um oficial que tinha direito de receber valores monetários de deslocamento para a cidade que escolhesse para morar. O montante dependia da distância entre o local onde o oficial morava e o local para onde ele pretendia se transferir. Se o deslocamento fosse próximo, o valor seria menor. Se o deslocamento fosse de maior distância, os valores subiriam mais, para garantir a moradia dele e o custeio de outras necessidades. E muitos militares colocavam como local de mudança a cidade de Tabatinga, que é bem distante, no Amazonas, próxima da fronteira com a Colômbia. Isso foi considerado uma fraude, uma espécie de estelionato, já que na verdade, eles não se deslocavam para Tabatinga, ou os que se deslocavam, retornavam logo.

Memória MPM – O que chamou atenção foi o volume de processos?

Marcelo Melo Barreto de Araújo – O volume de processos, no Brasil inteiro. De um momento para outro veio uma onda de processos da chamada Operação Tabatinga, desenvolvida pelo Exército, justamente para coibir esse tipo de prática ilícita. Então durante certo tempo, o que predominava, pelo menos aqui no Rio de Janeiro, eram esses processos, devido à intensificação da ação investigatória do

Exército. Durou algum tempo e me chamou atenção até porque a jurisprudência evoluiu para entender que este tipo de ação não era necessariamente um crime. Poderia gerar indenizações civis, mas não necessariamente um delito. Eu me recordo que, num segundo momento, depois de algumas reflexões, entendeu-se que não havia a prática criminal, mas sim uma prática de lesão aos cofres públicos, o que seria reparado por uma ação civil.

Memória MPM – Quais os crimes mais recorrentes quando atuava no MPM?

Marcelo Melo Barreto de Araújo – O crime de deserção sempre foi recorrente. O crime de posse de entorpecentes também sempre foi recorrente. O que se observava muito era a quantidade de droga que era apreendida e isso influenciava no julgamento. Havia também desacatos, estelionatos em prejuízo do patrimônio militar, lesão corporal culposa, furtos, abandono de posto, apropriação indébita, peculato e outros. Mas eu quero voltar um pouco atrás para lembrar um caso marcante de deserção. Eu atuei num processo, em 1982, da primeira mulher desertora das Forças Armadas. Era uma militar da Marinha. Ela se evadiu aqui do quartel do Rio de Janeiro por mais de oito dias. Atuei nesse processo. Isso gerou interesse da imprensa. Eu dei entrevista ao Jornal Nacional, na época, e a vários outros jornais da imprensa escrita e o assunto virou uma grande novidade, porque nunca uma mulher tinha sido processada na Justiça Militar Federal.

Memória MPM – O senhor lembra se ela declarou alguma motivação?

Marcelo Melo Barreto de Araújo – Não. Ela não declarou nenhuma motivação relevante. Foi condenada em primeira instância, mas o Superior Tribunal Militar entendeu de forma diferente e acabou por absolvê-la posteriormente. Mas isso é um caso que ficou na minha memória, pois despertou grande interesse jornalístico.

Memória MPM – Como o senhor havia se posicionado?

Marcelo Melo Barreto de Araújo – Posicionei-me pela condenação. Não havia uma justificação para exculpá-la, na minha ótica.

Memória MPM – O senhor teve atuação marcante também na Associação Nacional do Ministério Público Militar?

Marcelo Melo Barreto de Araújo – Na Associação, eu fui diretor-secretário e diretor financeiro. Nós nos reuníamos com frequência, sobretudo para trabalhar em favor de um papel mais digno ao MPM na Constituição de 1988. Conseguimos graças à união de todas as entidades que representavam o Ministério Público no Brasil inteiro. Este foi um dos objetivos que foi alcançado. Então nos idos de 1987, 1988, as nossas reuniões eram frequentes no Rio de Janeiro. Até então a sede era aqui. A prioridade era acompanhar os textos que estavam sendo discutidos na Assembleia Nacional Constituinte e também valorizar a função através de remunerações mais dignas. E esse esforço todo era feito basicamente perante o Ministro da Justiça. Então nós nos concentravos muito nisso:

melhorar os vencimentos dos membros do MPM e atuar para que o MPM tivesse um papel de grandeza na Constituição de 1988. O objetivo foi alcançado.

Memória MPM – O senhor entrou no Ministério Público num momento e saiu pós-Constituição. Como o senhor avalia o crescimento institucional neste período? Não só a questão da atuação mas também a parte administrativa.

Marcelo Melo Barreto de Araújo – Eu avalio que o Ministério Público em geral está de fato engrandecido. Ele hoje atua na área do Meio Ambiente, na área da moralidade administrativa, atua na área da defesa dos índios, na área da improbidade administrativa. Ressalvados os excessos e abusos que a imprensa noticia, eu creio que hoje o Ministério Público é um órgão que soube encarnar a sua verdadeira função, que é tutelar a ordem Jurídica, a defesa dos nossos direitos fundamentais e a fiscalização das atividades estatais. Ele hoje, vamos dizer, consegui realizar na prática os sonhos que nós tínhamos na época. Os maus exemplos, quando ocorrerem, precisam ser coibidos, pois o excesso de empoderamento é algo que não condiz com as responsabilidades e deveres inerentes a um membro do Ministério Público.

Memória MPM – Após a aposentadoria, em 2012, o que tem feito?

Marcelo Melo Barreto de Araújo – Bom, eu achei que, depois de quase 31 anos em atividade no MPM, eu tinha cumprido a minha função e, ao verificar que já tinha tempo para aposentar, eu requeri então a minha aposentadoria voluntária.

Pouco depois, assumi as funções de consultor jurídico da Confederação Nacional do Comércio (onde já atuava), cargo que exerço até hoje.

Memória MPM – Algum filho segue a carreira?

Marcelo Melo Barreto de Araújo – Não. Eu tenho uma filha, chamada Marília, que se dedicou a uma área totalmente diferente. Ela formou-se em Veterinária pela Universidade Federal Fluminense, em Niterói e hoje trabalha como residente num hospital universitário de Niterói. Apaixonada por cachorros, gatos, quaisquer outros animais, ela descobriu uma vocação verdadeira e segue essa carreira com muita dedicação e muito empenho. E eu com isso saio um pouco do Direito e aprendo um pouco da Veterinária, que é uma medicina muito bonita e cada vez mais respeitada.

Memória MPM – Alguma coisa que o senhor gostaria de acrescentar sobre o período no Ministério Público, sobre o Direito Penal Militar?

Marcelo Melo Barreto de Araújo – O período que eu exerci no MPM me deixou muito feliz, fiz grandes amigos. O MPM dispõe de um grupo seletivo de procuradores, subprocuradores, que atuam com muita qualidade, dedicação, e o convívio com eles foi um dos fatos marcantes na minha carreira. Deixei na instituição amigos, companheiros, aprendi muito com eles, interagi muito com eles e mantendo por todos eles muita estima e consideração. Recordo-me sempre dos tempos em que eu tive essa convivência privilegiada com os colegas e me lembro de situações muito enriquecedoras, como, por exemplo, as nossas

reuniões do Colégio de Procuradores, realizadas em vários locais do Brasil, oportunidade para grande troca de experiências. Marcou-me profundamente, digamos assim, o ambiente em que eu vivi. Ambiente de muita seriedade, de muito compromisso com a causa e muita competência profissional dos meus companheiros. Você sair de uma instituição, deixar amigos, deixar boas recordações, é uma das melhores sensações que pode acontecer.

Memória MPM – Muito obrigado pelo depoimento, dr. Marcelo Melo Barreto de Araújo Melo.



LUCIA BEATRIZ DE MATTOS CONE

Entrevista realizada no dia 3 de março de 2020,
na sala de reuniões do Departamento de Tecnologia da Informação
da Procuradoria-Geral de Justiça Militar, em Brasília, via ferramenta
de videoconferência, por Hebert Vilson França e Cláudio Divino Pereira.

Lucia Beatriz de Mattos Cone nasceu em 10 de março de 1948, no Rio de Janeiro. É filha de Arnaldo de Mattos e Dinorah Magalhães de Mattos; e mãe de Marcelo e de Renato.

Concluiu o primário, em 1959. O ginásio e o ensino secundário clássico foram finalizados no Colégio Pedro II, em 1963 e 1966, respectivamente. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito Cândido Mendes, em 1972. Em 1974 participou do I Seminário de Recursos Humanos e do Curso de Direito Civil Especializado, oferecidos pela Escola de Serviço Público do Estado da Guanabara; e dos Cursos de Direito do Trabalho e de Processo Civil, das Faculdades Integradas Estácio de Sá. Em novembro de 1980, esteve presente no evento Ciclo de Conferências e Debates sobre Processo de Execução, realizado pelo Centro de Estudos, Pesquisa e Atualização em Direito. Antes de ingressar no Ministério Público Militar, atuou como professora nos anos de 1966 a 1972. Foi nomeada, em 1982, pelo então ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, em virtude de habilitação no concurso público de provas e títulos, para exercer o cargo de procuradora militar de segunda categoria perante a 1^a Auditoria da 2^a Circunscrição Judiciária Militar (CJM), em São Paulo, capital. Em 13 de setembro de 1984, foi designada para ter exercício perante a 1^a Auditoria da Aeronáutica da 1^a CJM, localizada na cidade do Rio de Janeiro. Removeu-se, a pedido, da 1^a Auditoria da 2^a CJM para a 2^a Auditoria do Exército da 1^a CJM, em 9 de janeiro de 1989. No biênio compreendido entre os anos de 1988 e 1990, participou da 4^a Diretoria da Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM), exercendo a função de secretária. Com a vigência da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, o cargo exercido passou a ser denominado promotora de Justiça Militar. Foi promovida, por merecimento, em 20 de fevereiro de 1995,

ao cargo de procuradora de Justiça Militar. Ocorre nova promoção no ano seguinte, em 5 de fevereiro de 1996, ao cargo de subprocuradora-geral de Justiça Militar, sendo removida por essa razão, ex officio, da 4^a Procuradoria de Justiça Militar no Rio de Janeiro para a sede da Procuradoria-Geral de Justiça Militar, em Brasília, Distrito Federal. Aposentou-se, em seguida, na data de 16 de abril de 1996. Em 2002, foi agraciada na Ordem do Mérito Ministério Público Militar, com o grau de Alta Distinção. Entre 19 de abril e 1º de dezembro de 2004, atuou no cargo em comissão de chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça Militar e exerceu, ainda, o cargo em comissão de coordenadora do Serviço de Atendimento ao Cidadão na Procuradoria de Justiça Militar do Rio de Janeiro. Finalmente, foi chefe do Serviço de Atendimento ao Cidadão do Ministério Público Militar até 1º de junho de 2018, quando foi exonerada, a pedido.

Memória MPM – Você é natural do Rio mesmo, não é?

Lucia Beatriz de Mattos Cone – Sim, sou do Rio de Janeiro.

Memória MPM – E como é que foi a infância, os primeiros colégios, onde estudou?

Lucia Beatriz de Mattos Cone – A minha infância foi tranquila e feliz. Morei e fui criada no Méier e estudei na escola pública, República do Peru¹; cursei o ginásio e o clássico no Colégio Pedro II², meu grande sonho. Meus pais me matricularam em um curso que preparava, especialmente, para o Pedro II, e eu ia de bonde, do Méier para o Centro, na Avenida Passos, esquina com a Presidente Vargas.

Memória MPM – Ali perto da Procuradoria³, não é?

Lucia Beatriz de Mattos Cone – Isso mesmo! Passei no concurso do tão almejado Colégio Pedro II, onde cursei o ginásio e o clássico, mas minha mãe queria muito que eu fosse professora. Então fiz concurso para a Escola

¹ Colégio Estadual República do Peru – Rua Arquias Cordeiro, 508, Méier, Rio de Janeiro, RJ.

² Tradicional instituição de ensino – colégio público federal, localizado na Av. Mal. Floriano, 80, Centro, Rio, RJ.

³ A PJM está situada na Av Presidente Vargas, 522 – Centro, Rio de Janeiro, RJ.

Normal e continuei no Pedro II. Portanto, eu fiz os dois, simultaneamente; saía da Escola Normal e ia direto para o Pedro II. Terminei os dois cursos, trabalhei como professora primária e fui fazer pré-vestibular para Português/Inglês.

Memória MPM – Já era premonitório.

Lucia Beatriz de Mattos Cone – Prestei o Vestibular para Letras, Português/Inglês, mas fui reprovada por um ponto, em Latim. Então, um colega de pré-vestibular, disse-me: “Lucia, tem uma Faculdade de Direito (nesses termos) muito boa ali no Centro, que é a Cândido Mendes⁴. Por que você não tenta Direito?” Eu disse: “Mas, eu queria o Inglês.” Porque eu tinha as minhas aspirações. Tentei e passei para a Faculdade de Direito. Tempos depois, retomei meus estudos de inglês, como hobby. Cursei minha faculdade e formei-me em 1972. Ano seguinte, fiz o Exame da Ordem [Ordem dos Advogados do Brasil] e passei muito bem – sou da turma do primeiro Exame da OAB.

Eu estagiei com um grande advogado civilista, doutor Lindolpho Mendonça de Souza, que foi um pai para mim; me ensinou muito sobre Direito Civil e Processo Civil e sua prática. Ele me animava, e eu me atirava, com vontade e feliz; sabia tudo a respeito dos processos dos clientes e, assim, adquiri muita prática, pois ia, diariamente, ao Fórum. Eu gostava muito do que fazia e advoguei nas áreas Cível e Trabalhista. Tive a oportunidade de trabalhar na Procuradoria-Geral do Estado, especificamente na Procuradoria de Assuntos

⁴ Universidade Cândido Mendes – situada à Rua Rio da Prata, 391 - Bangu, Rio de Janeiro, RJ.

Trabalhistas e Previdenciários, em que era preposta do Estado do Rio de Janeiro e, como tal, fazia as audiências inaugurais perante a Justiça do Trabalho; e, nas audiências de instrução, quando necessário, acompanhava o procurador do Estado e prestava depoimento pessoal. Também trabalhei como advogada na Letra S/A e para algumas empresas que deram muito trabalho, mas esse é o ofício do advogado. Quando a causa é fácil, a vitória não vem com o mesmo sabor! Fiz meu concurso para o MPM e sou, eternamente, grata a uma grande amiga do Rio de Janeiro, membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), de nome Arinda Fernandes. É procuradora de Justiça, e a ela devo a minha aprovação para o MPM. Foi ela quem me falou sobre o nosso concurso; telefonou-me e disse: “Beatriz, vai ter um concurso para o Ministério Público Militar, você faz!” E, ainda, insistiu: “Se inscreve! Se inscreve! Você vai passar.” Então eu me inscrevi e, felizmente, passei.

Na ocasião das Provas Orais, fiquei em sua casa, apenas estudando e sendo arguida por ela quando chegava do MPDFT.

Memória MPM – Alguma experiência em Direito Penal Militar?

Lucia Beatriz de Mattos Cone – Nenhuma. Nunca, nem sabia...

Memória MPM – Sabia da existência do Ministério Público Militar?

Lucia Beatriz de Mattos Cone – Não. Eu tive um professor no Colégio Pedro II, um ser humano maravilhoso! Professor Oswaldo. Ele disse aos alunos que

era “Juiz”. Certa vez, eu e alguns colegas do Pedro II fomos fazer uma visita a ele, que exercia a Magistratura em uma das Auditorias do Exército, e ficamos conhecendo o trabalho do nosso professor. Eu, fazer concurso pra Justiça Militar? Nada disso! Bem, talvez para o Ministério Público.

Memória MPM – Quando foi isso?

Lucia Beatriz de Mattos Cone – Isso foi na década de 60: 1965/66. O meu concurso é de 1981, e fui chamada em 82.⁵ Na véspera da minha prova oral, minha amiga disse-me: “Beatriz, vamos assistir à prova, para você conhecer os examinadores”. A oral foi realizada do seguinte modo: segunda e terça, Direito Penal; quarta e quinta, Processo Penal; e sexta, Administrativo e Constitucional. Eu não gostava de assistir; preferia a surpresa, pois ficava nervosa vendo um candidato que não estava indo bem, como de fato vi; e aquilo me assustou. Então fomos para casa. E eu estudando, estudando. Naquela semana, se dormi duas horas, dormi muito. Eu já sou miúda, e fiquei... Gente, vocês precisam ver uma foto minha! Eu fiquei metade do que sou (risos). No dia de meu exame, minha amiga levou-me para a prova, sortear o ponto...

Memória MPM – A senhora lembra quem era a banca examinadora do concurso?

⁵ Nomeada em 1982, pelo então ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, em virtude de habilitação no concurso público de provas e títulos, para exercer o cargo de procuradora militar de segunda categoria junto à 3^a Auditoria da 2^a Circunscrição Judiciária Militar (CJM), em São Paulo, capital. Fonte: Dossiê Funcional do Arquivo/CGD/MPM.

Lucia Beatriz de Mattos Cone – Lembro. Eram a doutora Marly [Gueiros Leite]⁶, subprocuradora-geral; o doutor Milton [Menezes da Costa Filho]⁷; o representante da OAB, doutor Serralvo; o doutor... Inocêncio Mártires Coelho, para Direito Constitucional; e, em Direito Administrativo, o doutor Paulo Cesar Cataldo, ministro do STM, em 1984.

Fui sortear o ponto. A sala repleta, eu girando aquele globo, rezando e... caiu o ponto. Meu Deus! Foi... Nunca esqueci, ponto sete: Crimes Contra o Patrimônio. Eu estava muito bem nesse ponto. Pude ouvir minha amiga [Arinda] dizer para alguém: “A Beatriz tá boa nesse ponto”. Mas eu, um pouco, um pouco não, bastante nervosa, querendo demonstrar conhecimento, acabei errando o que sabia! Resultado: tirei sete. Sete em Penal. Em Processo Penal foi só o doutor Milton que arguiu. Eu confesso a vocês que eu tirei um ponto, para mim, péssimo, gente! Tenho a impressão... de que foi Justiça Militar... Foi em tempo de guerra, alguma coisa nesse sentido, e o doutor Milton veio pela parte histórica. Eu não estava bem naquela parte, mas falei pra ele: “O senhor vai ver que eu sei a matéria”. Ele também foi muito bom. Eu disse: “O senhor pode pontuar o que o senhor quiser” – fui atrevida. Ele fez mil perguntas, e eu respondi. Fiz muito bom exame com ele! Assim, considero: muito bom exame! Mas eu já tinha perdido porque, na parte

⁶ Subprocuradora-geral de Justiça Militar, aposentada. Foi promovida ao cargo de subprocuradora-geral de Justiça Militar em 1984. Aposentou-se em fevereiro de 1994. Fonte: Site do Centro de Memória do MPM.

⁷ Subprocurador-Geral de Justiça Militar, aposentado. Foi promovido ao cargo de subprocurador-geral em julho de 1973 e ocupou o cargo de procurador-geral de Justiça Militar entre 27 de abril de 1977 e 1º de abril de 1985; e de 30 de março de 1990 até sua aposentadoria em 9 de fevereiro de 1994. Fonte: Site do Centro de Memória do MPM.

teórica do ponto, eu não fui tão bem e acabei tirando seis. Chegou o dia da oral em Direito Administrativo. Também considero que fui muito bem. Caiu Poder de Polícia, um ponto de que gostava, e o examinador perguntou-me se eu queria perguntas ou dissertação. Disse-lhe que estava ali prestando meu exame, e ele era a autoridade. Assim, comecei a discorrer sobre o tema e, de vez em quando, ele fazia alguma pergunta; fiquei bastante satisfeita com esse exame! Em Constitucional caiu pra mim Poder Judiciário. Uma maravilha! Tive muita sorte com os pontos que sorteei.

E, vejam vocês, eu estava muito boa nesses pontos, mas, falhas de memória acontecem... nervosismo! A primeira pergunta: qual foi a obra que Montesquieu escreveu? Eu não lembrei, de jeito nenhum! O que aconteceu? Fiquei nervosa. Era a última oral; como fui errar logo a primeira questão? Aquilo me deixou insegura. Comecei a responder só para o examinador. A minha amiga pensou que eu estivesse indo mal, começou a chorar (risos). Eu só fui saber disso, no final, mas, graças a Deus, eu também fui muito bem no restante das questões. Tirei sete em Penal, seis em Processo Penal e sete em Administrativo e Constitucional.

Memória MPM – O mínimo eram cinco?

Lucia Beatriz de Mattos Cone – O mínimo eram cinco. Num concurso em que, tenho impressão de que foram uns 500 e tantos a 600 inscritos. Passamos treze; eu fui a décima terceira. Em uma área totalmente diferente da que eu advogava, que estudei sozinha, sem qualquer curso preparatório, apenas com o material que tinha e alguns livros que me foram emprestados por

dois grandes advogados, meus vizinhos de escritório, e com um livro sobre Processo Penal Militar, que me foi emprestado pelo querido amigo Jorge Luiz Dodaro que, naquela época não me conhecia. Ouvi alguém falar em seu nome e fui ao seu escritório ver o que ele poderia me emprestar – coisas de quem advoga (risos). Estudei muito e considero que esse concurso foi uma dádiva para mim!

Memória MPM – Onde foi a primeira lotação?

Lucia Beatriz de Mattos Cone – Minha primeira lotação foi na 1^a Auditoria, em São Paulo. Eu ia e voltava para o Rio.

Memória MPM – Quanto tempo a senhora ficou na Procuradoria de São Paulo?

Lucia Beatriz de Mattos Cone – Eu fiquei em São Paulo de 82 até o final de 83 ou início de 84; não lembro bem.

Memória MPM – Como era a estrutura da Procuradoria de São Paulo?

Lucia Beatriz de Mattos Cone – Era um prédio pequeno, bem acanhado⁸. Eu dividia a sala com outra colega. Era tão pequena que, quando uma estava à

⁸ A antiga sede da Auditoria Militar em São Paulo estava situada à Av. Brigadeiro Luiz Antônio, 1249, Bela Vista, São Paulo, SP. Atualmente funciona neste imóvel o Memorial da Luta pela Justiça – Advogados Brasileiros Contra a Ditadura.

mesa, a outra sentava no lugar da visita (risos). Só havia uma mesa e uma cadeira, aliás, duas cadeiras.

Memória MPM – Em São Paulo, houve um caso em que atuou, envolvia o diretor do jornal Estado de São Paulo, Júlio de Mesquita, como foi?

Lucia Beatriz de Mattos Cone – Ele escreveu um editorial em que teria ofendido o ministro Leitão de Abreu, escrevendo que o ministro era lobo em pele de cordeiro: mostrava a pele e escondia os dentes... algo mais ou menos assim.

Memória MPM – Já no Rio de Janeiro, a senhora trabalhou na Auditoria da Aeronáutica e do Exército?

Lucia Beatriz de Mattos Cone – Isso. Eu fui para a 1^a Auditoria da Aeronáutica no Rio, mas, a minha lotação continuou sendo a 1^a Auditoria de São Paulo. Tempos depois, eu soube que haveria uma vaga na 2^a do Exército e fiz um requerimento, para ocupá-la. Na ocasião eu já era a mais antiga e poderia ocupar a vaga o que, realmente, aconteceu.

Memória MPM – Alguma atuação marcante na PJM Rio de Janeiro?

Lucia Beatriz de Mattos Cone – Um caso que me marcou, no Rio, foi o de um tenente aprovado no concurso para Oficial do Exército. Foi assassinado

por quatro soldados, a mando de um capitão, por inveja e perseguição. Foram todos presos e condenados.

Memória MPM – A senhora percebia alguma diferença no tipo da conduta das tropas em São Paulo e no Rio de Janeiro? Os crimes cometidos eram os mesmos?

Lucia Beatriz de Mattos Cone – Era bem diferente. Naquela época, em São Paulo, não tinha volume de trabalho, e os delitos eram outros, de que não me recordo. Tive dois casos da Lei de Segurança Nacional. Acho que em um deles a denúncia foi até rejeitada, recorri e houve o recebimento. Eu me lembro muito pouco de São Paulo.

Memória MPM – E no Rio, a estrutura da Procuradoria era melhor?

Lucia Beatriz de Mattos Cone – Muito melhor. A Aeronáutica era uma boa Auditoria. Depois, oficiei na 2^a do Exército e, quando as Auditorias foram unificadas, oficiei na 4^a Procuradoria.

Memória MPM – E o fato de ser mulher, atuando na Justiça Militar, a senhora chegou a sentir algum tipo de pressão, de constrangimento?

Lucia Beatriz de Mattos Cone – Nunca! Nunca mesmo. Quando eu estava lotada em São Paulo e atuando no processo do Partido Comunista, certo dia,

senti que estava sendo seguida, mas foi uma única vez e deu para perceber... Sempre que saía da Auditoria, eu ia para o trabalho da minha amiga, e, de lá, íamos juntas para casa. Eu nunca estava só e, quando ia para o Rio, não levava nada referente a trabalho, para não correr qualquer risco.

Memória MPM – A senhora vivenciou esse processo de promulgação da Constituição de 1988, da Lei Complementar 75/93. Qual foi o impacto disso tudo para o Ministério Público?

Lucia Beatriz de Mattos Cone – Muito bom! Foi um renascimento para o Ministério Público que ocupou o seu devido lugar, atuando na defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais, indisponíveis. Eu sempre fiz o que achava ser meu dever e tinha em mente que só devia obrigação à lei e à minha consciência; aliás, sempre tive esse entendimento e assim agi, mesmo antes da promulgação da Constituição de 1988.

Memória MPM – Na sequência a senhora foi promovida a subprocuradora-geral?

Lucia Beatriz de Mattos Cone – Atuei por quatro meses em Brasília. Fui promovida em janeiro e saí em férias. Aposentei em abril de 96. Eu vou dizer uma coisa a vocês: a função do MP de que mais gosto é a de “custos legis”, que exercei em Brasília e, ainda assim, aposentei-me. Nunca me arrependi! Participei de uma ou duas reuniões do nosso Conselho Superior, mas não participei de nenhuma Sessão do STM (Superior Tribunal Militar). Cheguei a pensar: “Acabei não atuando perante o STM”. Quando estava em Brasília,

meu filho mais velho disse-me: “Mãe, se aposenta! Mãe, você vai ficar velha indo e vindo de Brasília (risos). Você vai se acabar, viajando. Acho melhor você se aposentar”. Achei por bem ouvi-lo, requeri minha aposentadoria e parti para novos horizontes. Outros estudos, outros tudo, e sou muito feliz com minha aposentadoria.

Memória MPM – Mas aí em 2004, a senhora volta ao MPM.

Lucia Beatriz de Mattos Cone – Pois é, são as boas surpresas com que a vida me presenteia! Era o ano de 2004, época de eleição, e a [Maria] Ester [Henriques Tavares]⁹ tinha-se candidatado ao cargo máximo. Recebi um telefonema dela e perguntei-lhe, no meu jeito de ser: “Ester, você vai ser minha chefe?” Ela: “Vou, e tô te convidando para ser minha chefe de Gabinete.” Eu: “Ah, não, não!” (risos). Falei com meus filhos, que disseram: “Mãe, você precisa avaliar muito bem.” Aceitei, e foi um período muito bom, mesmo! Minha atribuição era a de preparar a agenda da [Maria] Ester [Henriques Tavares], estar presente e zelar pelo bom andamento do Gabinete, que era um espetáculo à parte! Todas as servidoras, todas, super dedicadas e competentes; os servidores da recepção, também, muito bons! Enfim, o Gabinete funcionava maravilhosamente bem. Inesquecível! O Jaime [de Cassio Miranda] era o diretor-geral. Foi um convívio de total harmonia, e trabalhávamos visando o bem de nossa Instituição. A Procuradoria toda era muita alegria. Período de bastante trabalho e muita

⁹ Em setembro de 1992, ingressou na carreira do Ministério Público Militar, nomeada para o cargo de procuradora militar de 2^a categoria. Em abril de 2004, foi nomeada ao cargo de procuradora-geral de Justiça Militar, para mandato de dois anos, e reconduzida em abril de 2006. Fonte: Site do Centro de Memória do MPM.

dedicação. O mais prazeroso era a constatação de que tudo era perfeito e todos estavam felizes. Agora, por que é que eu tive que sair? Vocês sabem, não é? Eu ganhava menos de 10% da minha função, e pagava muito caro, muito caro mesmo, para trabalhar. A própria Ester dizia: “Lucinha, vai ficar ruim pra você!” E eu: “Não, Ester, vou segurando...” A Maria Ester Tavares é uma pessoa maravilhosa. É de um coração imenso, excelente chefe, tudo de bom! Eu tive um problema de saúde aí em Brasília, e na época a Ester estava em férias; quem estava na titularidade era a Adriana [Lorandi]¹⁰. Adriana chegou para mim e disse: “Você vai ter que ir pro Rio, Lucia, porque, se você passar mal aqui, eu não vou ter como cuidar de você”. Bem, eu acabei indo para o Rio, onde comecei a me tratar, fazer exames, etc. Quando retornei em agosto, a Ester disse: “Você vem morar comigo!” E eu fui. Nós morávamos no Sudoeste. Foi um período maravilhoso para mim; eu fazia companhia a ela, e ela a mim. Eu só tenho boas recordações daí de Brasília.

Memória MPM – Mas ainda não acabou sua história com a Instituição.

Lucia Beatriz de Mattos Cone – Houve um encontro do MPM no hotel Laje de Pedra. A Cláudia Márcia [Ramalho Moreira Luz]¹¹, que já estava

¹⁰ Subprocuradora-Geral de Justiça Militar, nomeada procuradora-geral de Justiça Militar em março de 2000. A partir de 2004 exerceu o cargo de vice-procuradora geral, no qual permaneceu até fevereiro de 2008. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em 27 de novembro de 2011. Fonte: Site do Centro de Memória do MPM.

¹¹ Nomeada promotora de Justiça Militar em dezembro de 1995, ocupou o cargo de procuradora-geral de Justiça Miliar no período de 2008 a 2012. Fonte: Site do Centro de memória do MPM.

pretendendo candidatar-se a procuradora-geral, perguntou-me: “Lucia, você quer ser minha chefe de Gabinete?” Eu: “Ah, Cláudia, pelo amor de Deus, vou ter que ir para Brasília”. Mas, depois ela disse: “eu te convidei, mas vou te desconvidar. Vai surgir uma outra coisa. Eu vou ver o que eu posso fazer por você”. Falei: “Então tá!”. E o tempo passou...¹²

Com a promulgação da Emenda 45¹³, Cláudia Márcia convidou-me para ser a coordenadora do Serviço de Atendimento ao Cidadão do MPM, e aceitei.

Agora, vejam vocês, como as boas coisas vêm ao meu encontro. Eu fazia parte de um grupo de estudos de Direito Constitucional e confesso-lhes que me interessei, muito, pelo tema do ombudsman.¹⁴ Fiquei fascinada e comecei a ler a respeito. E a Cláudia me convidou para ser a Coordenadora do SAC! Aceitei, claro, toda feliz! E posso dizer a vocês que foi a melhor fase da minha vida, um espetáculo esse trabalho. Aquela função que exercia era meu trabalho, mas eu via em mim o modo que tinha de ajudar as pessoas, acolher o próximo.

Memória MPM – Não precisou transferir do Rio de Janeiro para Brasília.

¹² Promotor de Justiça Militar.

¹³ Em 2004, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 45, que determina a criação de Ouvidorias no Poder Judiciário e no Ministério Público no âmbito da União, dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

¹⁴ Palavra sueca que significa representante do cidadão; é o mesmo que ouvidor.

Lucia Beatriz de Mattos Cone – Não foi preciso. Comecei em uma salinha bem pequena, com uma estagiária. Quando os atendimentos eram presenciais, minha atuação era do seguinte modo: o manifestante chegava, eu ia à porta recebê-lo; assim, já sabia quem estava levando para a minha sala, fosse homem ou mulher. Primeiro, procurava deixar o manifestante tranquilo, oferecia água e café, conversava bastante, dizendo que ali era o lugar certo, e que deveria ficar descontraído, pois o momento era dele, e eu faria o que fosse possível para encaminhá-lo ao setor devido. E exercia a escuta com muito cuidado e atenção, pois o manifestante muitas vezes quer apenas ser ouvido. Não raro, passavam mais de duas horas em minha sala, recebiam a orientação, mas não apresentavam qualquer manifestação. Sempre respeitei. Jamais olhei meu celular, que ficava dentro da bolsa. Relógio? Para mim, não existia. O manifestante tinha que sentir que estava seguro. Muitos chegavam com medo, e eu dizia: “Aqui não há nada pra ter medo. Aqui é outro setor.” Eles: “A senhora não foi promotora?” Eu: “Sim, fui promotora, mas aqui é outro serviço. Eu estou aqui para ouvi-lo, com carinho, e encaminhar a sua manifestação para o setor que tiver que atuar em seu caso.” E assim foi. E sempre dizia, sorrindo: “Aqui é tranquilidade”.

Memória MPM – E que tipo de manifestações a senhora recebia?

Lucia Beatriz de Mattos Cone – Todo tipo de manifestação, dos mais diversos temas (denúncias, reclamações, pedidos de informação, agradecimentos e elogios). O que mais me gratificava era quando recebia mensagens, dizendo: “Muito obrigada pelo seu atendimento!” “Obrigada pelo pronto atendimento!” “É por isso que eu confio no Ministério Público!” Isso, realmente, me deixava

feliz, cada vez mais, certa de que fazia o meu melhor e de como é importante saber ouvir o outro, de exercer uma escuta qualificada e humanizada.

Memória MPM – Mas, em relação à atuação do MPM, chegava alguma coisa?

Lucia Beatriz de Mattos Cone – Recebi, apenas, três manifestações. Eu era chefe do Serviço de Atendimento ao Cidadão, mas, de fato, exercia as funções de ouvidor e uma delas deixou-me, particularmente, feliz porque reuni as partes, elas auto compuseram e terminou ali. Foi um trabalho muito bonito. Eu tenho boas histórias, sabe?

Memória MPM – Alguma que possa relatar?

Lucia Beatriz de Mattos Cone – Vou contar uma história com final feliz, com autorização do protagonista que permitiu citar seu nome e, ainda, perguntou-me se eu gostaria de receber a autorização escrita! Certa vez, recebi um manifestante, fiz o atendimento como sempre e tenho a impressão de que gostou, pois, de vez em quando, ele ia ao SAC e dizia: “Doutora vim fazer uma visita à senhora; outras vezes, telefonava: “Doutora, tô com saudade!” “Doutora, vou ser papai de novo!” Ficou meu amigo. Seu caso: ele havia passado em um concurso e, coisa e outra, foi rebaixado. Teria sido o primeiro lugar, mas cinco questões foram, indevidamente, anuladas, segundo ele, o que o prejudicou. E de um atendimento nasceu uma grande amizade. Até que o convidei para ir à comemoração de meu aniversário em 2017; ele conheceu meus familiares e amigos, entre eles, um grande administrativista. Ele fez

determinada pergunta ao meu amigo, que falou: “Olha, para você me fazer essa pergunta é porque você leu o meu livro, realmente.” Era um assunto do meio do livro. Esse rapaz, na ocasião, fazia mestrado, defendeu tese, foi aprovado, e sempre me procurou. Montou um curso preparatório para as Forças Armadas, e os primeiros lugares são do seu curso; já escreveu um livro, prefaciado pelo meu amigo. Vejam que bonito! Uma amizade para sempre, nascida de um atendimento no SAC/MPM. Dia desses, perguntou-me: “Doutora, a senhora lembra quando eu fui lá? Pois é, ali tudo começou”; disse que pensou: “Vou montar um curso, vou dar aula!” Amigos, essa função de atender ao ser humano é muito importante, e seu exercício é nobre; trata-se da porta de entrada do cidadão na Instituição.

Memória MPM – Como faria uma síntese de sua trajetória no MPM?

Lucia Beatriz de Mattos Cone – Primeiro, sempre fui, e continuo sendo, agraciada pela vida. Sou muito feliz e considero-me de sorte. As coisas boas acontecem pra mim, sabe? Vêm de um jeito como nunca pensei. Vejam vocês, eu estava aposentada, há nove anos, quando fui convidada para ser chefe de Gabinete da Maria Ester. Anos depois, a Cláudia Márcia convidou-me para ser a coordenadora do Serviço de Atendimento ao Cidadão do MPM, e tive a honra de ser mantida como chefe do SAC pelo Marcelo Weitzel e pelo Jaime de Cassio Miranda, quando procuradores-gerais de nossa Instituição; (algum tempo depois, minha função foi renomeada para Chefe do Serviço de Atendimento ao Cidadão). Acabei ficando nove anos nesse setor. Vi a criação do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público, embora tenha começado a frequentar as Reuniões a partir da terceira Diretoria. Fui convidada

para atuar em duas Diretorias, como secretária. Entre uma e outra, um colega, ouvidor, perguntou-me: “Você gostaria de ser presidente do nosso Conselho?” É muita honra, não é mesmo? Declinei dos convites porque não era ouvidora, mas, ao contrário do que se possa imaginar, fui muitíssimo beneficiada, pois permaneci nove anos ininterruptos no CNOMP, onde muito aprendi e conquistei amizades que levarei para sempre. Representei a presidente do CNOMP na cerimônia de comemoração dos 10 anos de Ouvidoria do MPDFT, mediando um debate entre o Professor Rubens Pinto Lyra e o Ouvidor-Geral da União, José Eduardo Elias Romão. Passei por todos os presidentes daquele Conselho, até a minha saída, em 2017. Também integrei diversas Comissões de Estudos no CNOMP: Autocomposição, Enunciados (que presidi), Boas Práticas das Ouvidorias e Criação da Ordem do Mérito CNOMP.

Sou grata por tudo o que vivi. Muito mesmo. Procurei fazer o meu melhor, e não tive qualquer caso que se possa considerar extraordinário. Penso que foi uma excelente trajetória. Sempre tive prazer em exercer as minhas atribuições e, anos depois de aposentada, ainda recebi esses dois convites, que muito me honraram.

Quando estive na Procuradoria-Geral, foi um período ímpar; e, em minha despedida, todos da Procuradoria, inclusive da Subsede, fizeram uma linda festa, e meu sentimento foi dúvida: triste pela despedida, mas feliz por constatar que fui muito querida. Quando a Cláudia Márcia me convidou para ser a coordenadora do Serviço de Atendimento ao Cidadão, foi o ápice!

Tive meu nome aprovado para receber a Comenda da Ordem do Mérito CNOMP e, para coroar minha trajetória, fui convidada por minha grande

amiga Rose Meire Cyrillo, promotora de Justiça e ex-ouvidora do MPDFT, a escrever um artigo para compor uma coletânea sobre a temática Ouvidoria, prestes a ser publicada pela Editora Dialética. Em 2017, outra grande amiga, Georgea Marcovecchio Guerra, promotora de Justiça e diretora-presidente da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, convidou-me a escrever um trabalho em parceria com ela, quando integraramos a Comissão das Boas Práticas das Ouvidorias, no CNOMP. Senti-me prestigiada com o honroso convite. Agora, com o irrecusável convite da querida Rose Cyrillo, também convidei minha amiga Georgea, que logo se dispôs a mais essa empreitada comigo. Lembramos de nosso trabalho escrito há três anos, o atualizamos inserindo algo mais sobre tão importante tema. Também convidamos nosso amigo Carlos Airton Coelho, técnico processual do MPRJ e supervisor da Ouvidoria daquela Instituição, que muito se animou em dar a sua contribuição para nossa obra, que será publicada sob o título: “Governança e as Boas Práticas das Ouvidorias”. Uma verdadeira glória, vocês concordam?

Memória MPM – E dessa última vez, o que a motivou a deixar o MPM?

Lucia Beatriz de Mattos Cone – Fui, com minha família, fazer um cruzeiro pelas Ilhas Gregas, em celebração às bodas de ouro de um casal amigo. Nesse cruzeiro, fui apresentada àquele que hoje é o meu marido. Gente, isso é só comigo! Foi em julho de 2017, manhã de uma sexta-feira; o cruzeiro terminava no domingo. Ficamos juntos a partir dali, apresentei-o aos meus familiares, e ele convidou-me para jantar com a irmã e o cunhado, que estavam com ele. Domingo, término do cruzeiro, ele foi do porto para o aeroporto; eu

ainda fiquei com minha família em Veneza. Ficamos nos correspondendo, e o convidei pra ir ao Rio, passar o Natal comigo e minha família. Ele topou e logo comprou os bilhetes. Vocês acreditam que do aeroporto ele teve que voltar? Ele não tinha tirado o visto para o Brasil. Confesso que não me lembrei do visto, nem ele. Resultado: não embarcou! Ele ficou arrasado e eu também, pois tínhamos preparado tudo com muito carinho para recebê-lo.

Acontece que sou uma mulher corajosa. Vieram os feriados de Carnaval no Rio, e fui para Los Angeles, sozinha, sem medo de ser feliz. Fui maravilhosamente recebida e em alto estilo! Nesse Ínterim, ele tirou o visto e, em março, foi para o Rio, conhecer minha família e amigos mais próximos. Em abril voltei a Los Angeles; ele já tinha programado uma outra viagem de férias com a família, para a Nova Zelândia e disse-me que gostaria que eu fosse com eles.

Resolvi dar uma oportunidade para a felicidade, e o caminho encontrado foi solicitar minha exoneração do MPM, pois iria para Los Angeles no início de setembro. Precisava organizar minha vida e, ainda, estava mudando de apartamento. Nossa viagem começou no final de outubro e foi até meados de novembro.

Memória MPM – Já conseguiu o GreenCard?

Lucia Beatriz de Mattos Cone – Eu vim para cá, e nós esquecemos. Eu estava como turista e podia ficar por seis meses; no final de maio, lembrei-me de que meu visto acabaria em meados de julho; eu não queria casar em julho, porque entendo que não ficaria bem casar em cima do término do visto. Quando eu

era advogada, nunca gostei de apresentar alguma peça no último dia útil do prazo; às vezes acontecia, mas eu não gostava.

Aqui, quando se ingressa com a documentação para o casamento, o Notário já encaminha para a Imigração.

O processamento do visto está transcorrendo normalmente. Acho que em março sai o meu GreenCard. Já tenho identidade provisória, recebi meu social security number e já posso trabalhar, se quiser.

Memória MPM – E as outras atividades que desenvolvia no Rio de Janeiro, como a dança. Conseguiu dar continuidade?

Lucia Beatriz de Mattos Cone – Pois é... Pretendo retornar à dança, tão logo seja possível. Por enquanto, danço zumba, que é uma atividade altamente aeróbica e muito animada. Estou gostando demais e já dominei o pedaço (risos). Brasileira, vivendo intensamente a dança, é só animação!

Memória MPM – Doutora Lucia, agradecemos pelo seu depoimento, foi muito boa a conversa.

Lucia Beatriz de Mattos Cone – Eu que agradeço a vocês. Muito obrigada, por me fazerem recordar belas passagens de minha vida junto a essa maravilhosa Instituição, Ministério Público Militar!



MÁRIO SÉRGIO MARQUES SOARES

Entrevista realizada na Procuradoria-Geral de Justiça Militar, em Brasília, nos dias 28 e 30 de maio de 2019, por Hebert Vilson França e Eliane Alves Alípio.

Mário Sérgio Marques Soares nasceu em 12 de agosto de 1949, no Rio de Janeiro, capital. É filho de Mário Soares de Mendonça, ilustre advogado de ofício da Defensoria Pública e antigo juiz-auditor do Superior Tribunal Militar (STM), e de Amélia Marques Soares. Seu irmão, Carlos Alberto Marques Soares, é ministro aposentado do STM. Casou-se com Rosa Maria Firmo Vieira, em 1978, e teve dois filhos: Daniel Vieira Soares e Edgar Vieira Soares. Em 2004, concluiu o curso de especialização em Direito Internacional dos Conflitos Armados, pela Universidade de Brasília (UnB). Ingressou no Ministério Público Militar (MPM) após aprovação no 4º concurso público para preenchimento de cargos iniciais da carreira. Em 4 de fevereiro de 1985, foi nomeado procurador militar de segunda categoria, em vaga existente junto à auditoria da 12ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM), em Manaus, Amazonas. Em 1987, removeu-se da Auditoria da 8ª CJM, em Belém, Pará. Em dezembro de 1990, a pedido, removeu-se por permuta, da 1ª Auditoria da Aeronáutica da 1ª CJM para a 2ª Auditoria do Exército da 1ª CJM, permanecendo em exercício na Auditoria da 6ª CJM, em Salvador, Bahia, por interesse da Administração. Em outubro de 1991, removeu-se a pedido da 2ª Auditoria do Exército da 1ª CJM para a Auditoria da 4ª CJM, em Juiz de Fora, Minas Gerais. No ano seguinte, em maio, foi removido, *ex officio*, para a Procuradoria-Geral de Justiça Militar, em Brasília, Distrito Federal, em razão de sua promoção, em 7 de maio de 1992, por merecimento, ao cargo de Procurador Militar de Primeira Categoria, com exercício perante o Superior Tribunal Militar, cargo que, posteriormente, com o advento da Lei Orgânica do Ministério Público da União, passou a ser denominado Procurador de Justiça Militar. Novamente foi promovido por merecimento, em 9 de janeiro de 1995, ao cargo de subprocurador-geral de Justiça Militar. Participou do ciclo de palestras sobre “A Justiça Militar brasileira no contexto

do projeto de intercâmbio entre os Ramos Castrenses Angola/Brasil”, em 1997. Em seus 32 anos de atuação ministerial, ocupou diversos cargos: vice-procurador-geral de Justiça Militar, em 2008; vice-presidente do Conselho Superior, em 1996 a 1998 e em 2015 a 2016; corregedor-geral, de 1995 a 1996 e de 2003 a 2006; membro e coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão, de 2000 a 2002 e de 2010 a 2014; integrante da Comissão Editorial da Revista do MPM, em 1998; membro da Comissão Geral Eleitoral do Colégio de Procuradores de Justiça Militar, em 1994 e 2015; membro e presidente, respectivamente, das Comissões Gerais Eleitorais da 6^a e 7^a Eleições para Procurador-Geral de Justiça Militar, em 2002 e 2004; membro da Comissão Geral Eleitoral referente à escolha do representante do MPM no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em 2005, e presidente da Comissão, em 2015; membro da Câmara Deliberativa do Conselho da Ordem do Mérito do MPM, em 2009; presidente do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação, em 2015; e presidente do Conselho Consultivo da Memória Institucional, de 2016 a 2017. Além de ter exercido, em diversas oportunidades, o cargo de procurador-geral de Justiça Militar, foi também presidente do Conselho Curador da Fundação Instituto Brasileiro de Direito Militar e Humanitário (IBDMH), em 2008. Foi agraciado pela Ordem do Mérito Judiciário Militar ao grau de Alta Distinção, em 1998; pela Ordem do Mérito Aeronáutico ao grau de Comendador, em 28 de setembro de 1999; Medalha do Pacificador (Exército Brasileiro), em 2002; Ordem do Mérito Naval, ao grau de Comendador, em 9 de maio de 2002; Ordem do Mérito Militar, grau de Comendador, em 28 de março de 2003.

Aposentou-se, voluntariamente, em 1º de setembro de 2017, no cargo de subprocurador-geral de Justiça Militar. Atualmente, é diretor de Aposentados

e Pensionistas da Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM), tendo participado da 15^a, 16^a, 18^a e 20^a Diretorias da Associação.

Memória MPM – O senhor nasceu no Rio de Janeiro (RJ)?

Mário Sérgio Marques Soares – Nasci no Rio de Janeiro, RJ. Em 1949, meus pais moravam em Copacabana. Quando nasci (sou o caçula), minha irmã mais nova tinha 11 meses e 12 dias, minha outra irmã dois anos e meu irmão mais velho 6 anos, então mamãe se desdobrava. Nós morávamos no Posto 6, na Avenida Nossa Senhora de Copacabana nº 1229, apartamento 6, terceiro andar de um prédio baixinho, sem pilotis e sem elevador. Nós tínhamos dois lances de escada. Moramos ali até 1956, quando nos mudamos para a rua Marquês de Abrantes, 126, no Flamengo. Fiquei lá o resto de minha infância e adolescência.

Memória MPM – E a formação, quais escolas frequentou?

Mário Sérgio Marques Soares – Aos quatro e cinco anos frequentei no jardim de infância do Colégio Fontainha, que ficava na rua Visconde de Pirajá, no iniciozinho de Ipanema, onde o bonde da Praça General Osório fazia a volta. Íamos sempre de bonde. Meu irmão também estudava lá, cursando o primário. Com a inauguração do primário do Colégio Santo Inácio, em 1955, fui estudar lá, estudar na primeira turma de primário do Santo Inácio. Era um colégio jesuíta com ensino muito puxado e rigoroso nos horários. Naquele tempo, as coisas não eram tão fáceis. Eu mesmo terminei meu ginásio em outro colégio, pois em 1962 mudamos para Marquês de Abrantes, no Flamengo. Em novembro de 2017, a minha turma comemorou 50 anos, e fui para as comemorações do cinquentenário da turma. Foi muito emocionante. É claro que muitos saíram, ou seja, não cursaram todo o ensino médio no Colégio

Santo Inácio. Lá eu fiz o primário, a admissão ao ginásio e primeiro ginásio. Reprovei no primeiro ginásio. Depois que mudamos para o Flamengo a vida estava ainda mais difícil e meu pai me transferiu do Colégio Santo Inácio para o Colégio Juruena, que ficava na Praia de Botafogo, onde eu podia ir à pé e fiz todo o ginásio; até voltei para o Santo Inácio, no primeiro científico, mas foi uma das épocas mais difícil da nossa vida e no meio do ano saí de lá para uma escola pública, o Colégio André Maurois, que era um colégio novo, recém inaugurado. Era um colégio piloto, cuja diretora era a dona Henriette de Hollanda Amado, esposa de Gilson Amado, famoso educador da década de 70; que tinha programa na antiga TV Educativa, da qual era diretor; Ele era irmão¹ do escritor Jorge Amado.

Dona Henriette, como a chamávamos, era tia do Chico Buarque. De vez em quando, o sobrinho famoso aparecia lá no colégio, e era aquela farra. Eu trabalhei no colégio, e a dona Henriette me pagava por isso. Ela era uma pessoa muito devotada à educação. O estado não mandava pessoal para ela, aí um dia ela reuniu alguns alunos, e eu estava entre esses alunos; e ela quis que o colégio tivesse aulas em áudio visual, já que havia um auditório muito bom, na parte de história, geografia e outras matérias. Na época, não era vídeo, era filme. Na verdade, a professora dava a aula, falava sobre aquele assunto na sala, e depois íamos para o auditório onde era passado um filme sobre aquele tema. Ela credenciou três alunos: eu, Carlos, amigo que morava também na Marquês de Abrantes e o Alan, mas somente eu e o Carlos ficamos, pois o Alan desistiu. Ela nos credenciou junto a todas as embaixadas no Rio de Janeiro. Naquele tempo, as embaixadas ainda tinham muita representação no Rio, e eles tinham

¹

Correção: Gilson Amado vem de uma família de escritores e é primo de Jorge Amado.

muito material em filmes educativos. A gente ia lá e buscava uma seleção de acordo com a matéria que a professora estava dando e nós conseguíamos os filmes, por uma semana. Os filmes, às vezes, vinham em mais de um rolinho e só tínhamos um projetor. Tínhamos que interromper o filme-aula para trocar o rolo. Chegando ao final do primeiro mês conversamos com a D. Henriette e ela, quando recebeu o seu salário de diretora, nos mandou comprar outra máquina igual. Ela não precisava daquilo, era uma pessoa de família com muitos bens e devotada ao Colégio.

Memória MPM – A ideia do senhor, nessa época, já era fazer Direito ou alguma coisa relacionada à Audiovisual?

Mário Sérgio Marques Soares – Absolutamente. Minha ideia sempre foi fazer Engenharia Civil. Jamais pensei em Direito. Tanto que fui fazer o curso de Engenharia em Barra do Piraí, RJ. Naquela época, passei um período um pouco perdido e em meio às dificuldades. O curso na Fundação Educacional Rosemar Pimentel (FERP), que também estava começando, era um curso meio compactado, não tinha férias nem nada, era corrido. A ideia era formar o pessoal em quatro anos, no máximo, cinco. Existia um outro de Engenharia, chamada Operacional, mas o engenheiro operacional tinha uma atuação limitada e eu não quis fazer Engenharia Operacional, cujo curso era de três anos. Enfrentei muitas dificuldades, pois tinha que pagar pensão, faculdade, não tinha carro, tinha que andar de “dedão”, pedindo carona na beirada da estrada, pois a faculdade ficava uns 12 quilômetros fora da cidade, mais ou menos, na estrada para Valença. Então a estudantada toda atravessava a cidade a pé e ia para o trevo de Barra do Piraí pedir carona. Já eramos conhecidos do povo

de Barra do Piraí e de Valença e, assim, eles sabendo das nossas dificuldades, davam carona para a estudantada. Passei algum tempo assim. Meu pai pagava as despesas com dificuldade, até que eu tive um problema de saúde lá em Barra do Piraí. Tive uma infecção renal, que foi diagnosticada como apendicite. Quando eles quiseram me operar, eu liguei para casa e contei para o meu pai. Ele foi lá me pegar, me levou para o Rio de Janeiro; tio Sylvio, irmão do papai, que era médico, morava no mesmo edifício que nós, na Marquês de Abrantes, foi lá, me examinou e disse: "Você não tem negócio de apendicite nem nada, você tá com uma infecção forte, mas vou te dar um antibiótico de um espectro um pouquinho mais amplo". Isso foi 1968, 1969, mais ou menos. Então, tomei o antibiótico e depois de umas duas semanas de tratamento fiquei bom. Aí, eu vi não poderia continuar em Barra do Piraí.

Eu tinha uma irmã que se casou em 1966 e o marido, que era funcionário do Executivo veio transferido para Brasília. Eu vinha visitá-la sempre; e aí, coincidiu que, em uma dessas visitas, era época de vestibular, então, fiz o vestibular e entrei para o segundo semestre de 1971. Desse modo, fui estudar Engenharia Civil na UnB.

Morava na casa da minha irmã, provisoriamente, mas eu precisava trabalhar. Enquanto esperava para cursar a UnB fiz um curso de mestre de obras no CETEB – Centro de Ensino Técnico de Brasília. Ainda que não tivesse despesa de moradia, eu precisava de transporte, alimentação e uma série de coisas. Como é que ia sobreviver? Tinha que depender do meu pai de novo? Não dava. E eu fui trabalhar em uma construtora. Trabalhei dois anos; e perdi esses dois anos nos estudos, enquanto trabalhava na Construtora Elite. Fui ao Rio de Janeiro encomendar umas peças inox para eles e quando voltei, a construtora tinha

sido fechada; faliu. A UnB à época tinha pouquíssimos professores. Muitos foram cassados ou demitiram-se. Eu tinha provas todos os dias e de todas as matérias. Os livros eram divididos em capítulos que tínhamos que estudar. Os alunos de séries acima eram os monitores. Eu trabalhava na construção do Guará II. Corria para a UnB, fazia teste e voltava para o trabalho. Em 1974, falei: “Eu não posso continuar desse jeito, senão não vou formar nunca, como é que vou fazer? Já larguei uma faculdade para trás...”. Foi quando resolvi estudar Direito à noite. Fiz vestibular para o Centro de Ensino Universitário do Distrito Federal (UDF) e entrei lá em 1974.

Já em 1975, fui contratado como terceirizado no Ministério da Justiça. Eu não tinha como pagar minha faculdade, alimentação, pensão etc.... O dinheiro não dava nem dava para pagar a faculdade. Me inscrevi no Crédito Educativo, da Caixa Econômica Federal, que pagava um percentual durante o curso, para depois de formado eu pagar à Caixa. Eu fui dos poucos que realmente pagou tudo à Caixa Econômica Federal. Durante parte do curso de Direito, de 1975 até agosto de 1977, eu trabalhava no Ministério da Justiça, sendo Ministro à época, o Armando Falcão. Não morava mais com minha irmã, estava numa pensão na W3, na 703 Sul. Era o espaço da cama, uma pequenina estante e uma cadeira. Eu fazia trabalho de assessoria do diretor-geral de Administração, Péricles Sales Freire, me falou que estava sendo criado um cargo na assessoria que seria meu. Eu tinha feito um concurso do DASP no Ministério da Justiça para agente administrativo e tirei primeiro lugar. Aguardava nomeação quando o dr. Péricles pediu para sair. No lugar dele entrou uma pessoa cujo nome prefiro não externar. Ele trouxe outra pessoa de fora para o cargo da assessoria, que nada conhecia. Me chamou e disse para continuar com o mesmo serviço, para que essa pessoa assinasse. Me recusei e pedi para ir embora. O dr. Paulo

Cabral de Araújo era o Secretário-Geral e eu tinha bom relacionamento com ele. Pedi para ser nomeado – em face do concurso – e sair do DA. Ele me falou que eu teria que aguardar no mesmo setor. Preferi sair e fui morar na casa do meu irmão, Carlos Alberto que, nessa época, era assessor jurídico do Min. Deoclécio Lima de Siqueira, oriundo da Aeronáutica na vaga do Brig Honório, que havia aposentado.

A cada semestre era necessário renovar o Crédito Educativo. Em fevereiro de 1977, desempregado, cheguei no núcleo do Crédito Educativo da CEF na UDF e lá uma moça loirinha chamada Rosa perguntou se eu não queria trabalhar no núcleo, pois o outro que lá estava havia formado e a Caixa só contratava estagiários estudantes. Aceitei de pronto. Fui para uma entrevista na CEF e me contrataram. Ganhava uma fortuna de meio salário mínimo, mas era melhor do que nada. Nos intervalos das aulas, eu corria para Crédito Educativo para atender os estudantes junto com a Rosa e o Raimundo, outro estagiário. Um belo dia ela apareceu e falou assim: “Olha, o pessoal que vai formar agora, no meio do ano, está pedindo para a gente ajudar a vender estes ingressos... Eles vão fazer um baile da saudade agora em maio para arrecadar fundos para a formatura. Vai ser no Minas Tênis Clube e vai ter o sorteio de uma televisão de 27 ou 29 polegadas”. “Leva a sua namorada”, ela jogou o verde. Eu pensei, aí tem, não é. Respondi que não tinha namorada, mas se ela fosse eu compraria o ingresso. Ela disse: “Eu vou, claro, eu estou vendendo.” Falei: “Então, eu vou, se eu não ganhar a televisão, quem sabe eu não ganho a vendedora dos bilhetes?” Resultado: no dia 14 de maio de 1977, aniversário da minha avó, foi o dia da festa e o início do nosso namoro – graças a Deus, porque aí eu não esqueço que eu e a Rosa começamos a namorar nesse dia, que era aniversário da minha avó. Um ano e meio depois estávamos casados. Ela

realmente me deu sorte. Em 1977, não foi só o Crédito Educativo que eu renovei. Eu estava desempregado, mas um amigo levou minha ficha para a Companhia de Eletricidade de Brasília (CEB). Fui selecionado e contratado no dia 21 de março de 1977, como auxiliar técnico. Trabalhava no canteiro de obras. Fui trabalhar na 903 Sul, defronte da faculdade. Então, para mim, estava uma beleza. Terminava, batia o ponto no fim da tarde e ia direto para a faculdade.

Memória MPM – O senhor formou quando?

Mário Sérgio Marques Soares – Na verdade, eu terminei as matérias em dezembro de 1977, mas coleei grau em meados de 1978, em razão da prática forense e complementação de créditos. Na sequência, me inscrevi na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e na CEB comecei a advogar para colegas. A nossa fundação FACEB não dava assistência jurídica. Alguém me denunciou anonimamente à presidência da empresa e o presidente à época, Gastão Luiz de Andrade Lima, me chamou e perguntou se era verdade. Eu disse que sim e que advogava fora do horário do meu expediente para os colegas que não tinham como pagar e não cobrava deles. Ele disse tudo bem, continue seu trabalho. Isso me ajudou a manter o exercício da advocacia e poder fazer um concurso que exigisse prática forense, no caso o MPM. Na CEB algumas coisas me marcaram muito, entre elas o suicídio de um colega que trabalhava na minha sala. Ele entrou no banheiro e deu um tiro no peito... É interessante isso. Eu já estava casado. Nos casamos no Rio de Janeiro, na Igreja São José, na Lagoa, dia 3 de setembro de 1978, pois a maioria das nossas famílias morava no Rio de Janeiro.

Memória MPM – E o Ministério Público Militar?

Mário Sérgio Marques Soares – Eu fiquei na CEB até que entrei no Ministério Público Militar. Fui desligado da CEB na manhã do dia 12 de fevereiro de 1985. Na parte da tarde tomei posse no MPM. Na semana anterior fui conversar com o presidente da CEB, Dr. Gastão. Ele ainda me ofereceu uma promoção a Advogado II (eu era Advogado I) para permanecer na empresa. Agradeci, mas ponderei que como advogado eu não teria muita oportunidade profissional. A empresa é voltada para a engenharia elétrica.

Memória MPM – Alguma motivação para escolher o MPM?

Mário Sérgio Marques Soares – Em 1984 meu pai veio do Rio nos visitar e falou: “Você tem que fazer o concurso.” E ele me alertou para o fato de que o emprego na CEB não era muito seguro, de que não havia estabilidade lá: “Olha, pensa bem, o que aconteceu com você na CEB pode acontecer de novo.” Ele se referia às mudanças de governo no DF e de presidência da CEB em que o novo presidente muitas vezes demitia todos os contratados na gestão anterior.

Memória MPM – Seu pai ainda era juiz-auditor?

Mário Sérgio Marques Soares – Ele já estava aposentado. Papai caiu na compulsória em 1982 em Brasília. Em 1979, ele veio promovido para a vaga do Célio Lobão, que era o juiz-auditor titular aqui em Brasília. Meus dois filhos já haviam nascido, papai e mamãe estavam sempre aqui xeretando os

meninos. E o papai insistia que eu tinha que fazer concurso. Olha bem o que aconteceu com você em 1979. Não, você tem que fazer concurso, eu inscrevi você para fazer o concurso para a Defensoria Pública.” Falei: “Mas papai, como é que eu vou fazer concurso para a Defensoria Pública, eu nem estudo Direito Penal Militar, nada, não tem...” “Não senhor, o concurso vai ser agora e você vai fazer.” Claro que eu não fui bem-sucedido, entendeu? Mas fiz, para agradá-lo. Aí, ele ficou no meu pé: “Você vai fazer concurso para o MPM. Eu vou estudar com você, venho para cá.” Ele já queria vir por causa das crianças, mas aí veio à Brasília e começamos a estudar juntos.

Memória MPM – O Carlos Alberto Marques Soares, seu irmão, já era juiz-auditor?

Mário Sérgio Marques Soares – Carlos Alberto veio para Brasília em 1974, como assessor de ministro do Brigadeiro Honório Pinto Pereira de Magalhães Neto. Meu pai tinha sido convidado, mas recusou. “Não, não vou aventurar, eu vou sair daqui com a idade que estou? Meu filho é novo, formado há pouco tempo, para ele é bom, mas para mim, não.” Aí, indicou o meu irmão para a vaga. Em 1982, salvo engano, meu irmão fez o concurso para juiz-auditor. Assumiu em Bagé. Aliás em 1984 aguardando as provas orais estive num seminário em Porto Alegre e fui à Bagé visitá-lo.

Memória MPM – Chegou a prestar concurso para juiz-auditor?

Mário Sérgio Marques Soares – Eu não. Sempre falei que não faria concurso para juiz-auditor, já havia meu irmão seguido os passos do meu pai.

Memória MPM – Mas continuava estudando com seu pai?

Mário Sérgio Marques Soares – Para o concurso do MPM em 1984, eu estudava com papai. Ele passava as noites comigo estudando, tirando as dúvidas. Me deu o Código Penal Militar dele, todo marcadinho. “Olha, isso aqui... Não, o Tribunal entende assim, o Tribunal faz assim, faz assado.” Aí, falei: “Mas pai, pensa bem...” Aí, um belo dia, eu fiz o concurso. As provas foram finalizadas, acho que foi em setembro. No dia da oral de processo achei que não tinha ido bem e não quis ver o resultado. Papai e a Rosa foram lá e voltaram dizendo: “estude direito administrativo para amanhã que você ainda está no páreo. Depois da aprovação ficou uma expectativa danada por conta da criação dos cargos. Naquele tempo, já estavam discutindo a respeito da criação dos novos cargos, etc. E o então presidente da República, João Figueiredo tinha criado cargos pelo Decreto-lei nº 2159, em 30 de agosto de 1984, enviou ao Congresso Nacional e nada das Casas Legislativas analisarem.

Memória MPM – Isso ocorreu durante o concurso do MPM?

Mário Sérgio Marques Soares – Não, o concurso já tinha terminado. O Milton Menezes da Costa Filho², então procurador-geral de Justiça Militar, não queria nos nomear. O concurso tinha sido lançado com algumas poucas vagas, depois acrescidas das vagas do decreto-lei, mas o problema é que o Congresso Nacional ainda não tinha analisado. O Milton Menezes estava com receio de nomear.

² Biografia do ex-procurador-geral de Justiça Militar, Milton Menezes da Costa Filho, disponível em: <http://www.mpm.mp.br/cmmmpm-centro-de-memoria/milton-menezes-da-costa-filho-1977-1985-1990-1994/>.

Mas depois resolveu nos nomear em fevereiro. Nomear, não, encaminhar o processo de nomeação ao ministro da Justiça. Na época, era o Ibrahim Abi-Ackel, que nos nomeou por delegação do presidente da República.

Mas eu não queria tomar posse. Meu pai ficou desesperado, saiu do Rio de Janeiro, veio aqui e falou: “Não, você tem que assumir. Como que você não vai tomar posse?” Eu disse: “Pai, tenho algumas razões. A primeira é que lá na CEB, meu salário vai passar para Cr\$ 4.884.000,00.” Imagina ganhar mais de 4 milhões de cruzeiros por mês? O dinheiro brasileiro não valia quase nada. Mas a diferença era muito grande, comparada com o quanto eu iria receber na Procuradoria de Justiça Militar – 2.770.000 cruzeiros. E, ainda, tendo que mudar para Manaus, por minha conta! “Pai, isso é uma loucura, não vou fazer um negócio desses.” “Não, você tem que fazer, disse ele, eu vou te levar para conversar com o Paulo Duarte Fontes³.” Falei: “Não, pai, eu não vou tomar posse, não tem condição um negócio desse, eu não vou jogar minha vida fora. Como eu vou fazer um negócio desse? Submeter minha família a isso? Eu sou casado há pouco tempo, tenho filhos pequenos, eu vou largar meus filhos aqui? Não vou, não nasci para levar esse tipo de vida.”

“Então, vamos fazer o seguinte, eu vou falar com o Paulo Fontes, e você vai lá conversar com ele.” Assim, fui falar com esse procurador militar. Papai foi lá comigo também. Aí, o Paulo Fontes, lá no prédio do Tribunal, nono andar, onde funcionava a Procuradoria-Geral, falou comigo: “Não, Mário, escuta

³ No período, Paulo Duarte Fontes era procurador militar de primeira categoria. A biografia e a entrevista, concedidas para a publicação “Histórias de vida, volume 1”, estão disponíveis em: <http://www.mpm.mp.br/cmmpm-centro-de-memoria/paulo-duarte-fontes/>.

o seu pai, negócio é o seguinte, nós estamos com esse projeto, já está bem encaminhado, nós já tratamos disso inclusive com quem suceder ao presidente e já conversamos..." A essa altura já estava tudo definido, que o José Sarney ia ser mesmo o presidente da República... Foi quase na posse... Naquele tempo, não era dia primeiro de janeiro ainda não, era em março a posse do presidente da República.

E o Paulo Fontes continuou: "É promessa do Sarney de que ele vai assinar esse projeto nosso, pois ele afirmou que já está aprovado na Câmara Federal." Na ocasião, o projeto estava no Senado Federal. "Nós estamos criando a gratificação de atividade essencial à administração da justiça", era alguma coisa assim, quase o nome que foi usado na Constituição de 1988⁴. Essa gratificação quase dobrava nosso vencimento. Eu ficaria ganhando praticamente o que eu ganhava na CEB. E aí, eu falei: "E, se isso não passar? Como é que eu vou ficar?" "Não se preocupe, disse ele... Vai passar! Você tem que ir e tal."

Aí, o Milton Menezes resolveu então pela nossa nomeação. Tomamos posse e depois disso o Congresso Nacional decidiu rejeitar o decreto-lei que havia criado algumas vagas.

Memória MPM – E o doutor Milton Menezes da Costa Filho já tinha dado posse para todos os aprovados?

⁴ O Ministério PÚblico está inserido no capítulo IV, "Das Funções Essenciais à Justiça", na Constituição Federal de 1988.

Mário Sérgio Marques Soares – Já. O Milton Menezes foi chamando o pessoal. O primeiro colocado do concurso de 1984 foi o Edson Oliveira de Almeida, irmão da Maria da Graça Oliveira de Almeida, que posteriormente fez também concurso e é nossa colega em Porto Alegre, mas o Edson também tinha feito concurso para procurador da República e tinha sido igualmente aprovado, aí ele foi para o MPF. Eu sei que o Milton Menezes encaminhou a nomeação de nove classificados inicialmente, e eu peguei uma dessas vagas, mas não peguei na minha classificação original. Peguei uma vaga de desistência, entendeu? Eu entrei no primeiro lote por desistência do Edson Oliveira de Almeida e de mais alguém que eu não me lembro. Teve gente até que entrou, como a Clarice do Nascimento Costa, que tinha feito concurso do STM para advogado de ofício e tinha passado nos dois concursos. No MPM ela pegou a vaga de Brasília, mas como a mãe dela morava no Rio de Janeiro e era adoentada, quando o STM a chamou, ela largou o Ministério Público e foi para advocacia de ofício. Para variar, o concurso do Ministério Público é sempre mais rápido do que o do Tribunal, até hoje é assim.

Memória MPM – Quem mais foi empossado nessa chamada?

Mário Sérgio Marques Soares – Quem entrou nessa nomeação foi a Adriana Lorandi⁵, a Marisa Terezinha Cauduro da Silva⁶; o Nelson Luiz Arruda

⁵ Biografia da ex-procuradora-geral de Justiça Militar, Adriana Lorandi, disponível em: <http://www.mpm.mp.br/cmmpm-centro-de-memoria/adriana-lorandi-2000-2002/>.

⁶ A biografia e a entrevista da ex-procuradora-geral de Justiça Militar aposentada, Marisa Terezinha Cauduro da Silva, para a publicação “Histórias de vida, volume 1”, estão disponíveis em: <http://www.mpm.mp.br/cmmpm-centro-de-memoria/marisa-terezinha-cauduro-da-silva/>.

Senra⁷; o Jaime Pugliese, o Walter Martins Pereira... Nós éramos, não me recordo com exatidão, oito ou nove integrantes na primeira leva⁸, alguma coisa assim. Inclusive, havia uma expectativa sobre a Marisa Terezinha, pois ela era diretora de Secretaria da Auditoria de Manaus, quando fez o concurso. Havia já uma expectativa de a Marisa ir para Manaus. Para minha surpresa, ela pediu lotação em Porto Alegre porque era gaúcha, quis ir para Porto Alegre; e eu peguei, então, a vaga de Manaus.

Memória MPM – Existia uma troca de contatos entre o pessoal que tinha passado no concurso?

Mário Sérgio Marques Soares – Não, não existia contato. O contato nosso, na realidade, veio nas provas orais. Me recordei de outra colega que saiu do Ministério Público para ser juíza-auditora, a Janete Oliveira Guimarães... Por isso que minha cabeça está falhando um pouquinho... A Clarice [do Nascimento Costa] entrou e saiu logo em seguida, praticamente...

⁷ A biografia e a entrevista do subprocurador-geral de Justiça Militar aposentado, Nelson Luiz Arruda Senra, para o livro “Histórias de vida, volume 1”, estão disponíveis em: <http://www.mpm.mp.br/cmmpm-centro-de-memoria/nelson-luiz-arruda-senra/>.

⁸ Os nove nomeados pelo então ministro de Estado da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, em 4 de fevereiro de 1985, foram: 1. Clarice do Nascimento Costa; 2. Wilma Cardoso Menezes Milazzo; 3. Janette Oliveira Guimarães; 4. Marisa Terezinha Cauduro da Silva; 5. Nelson Luiz Arruda Senra; 6. Adriana Lorandi; 7. Jaime Pugliese Branco; 8. Walter Martins Pereira; e, 9. Mário Sérgio Marques Soares.

Aí, nós fomos nomeados, e eu estranhei porque, no dia da posse, alguns colegas não estavam lá para firmar o ato de posse. Tinham outras pessoas. Esses colegas tomaram posse por procuração, uma vez que o Milton [Menezes da Costa Filho] não dava posse e exercício. O pessoal, que já sabia como era a posse e o exercício, viajou na véspera, na antevéspera, e passou uma procuração para alguém tomar posse. Então, eu tive que tomar posse em Brasília e correr para Manaus, para entrar em exercício. Não tomei nem um copo d'água depois da posse, saí correndo para o aeroporto, para não perder o vôo. E sabe por que eu consegui entrar em exercício no mesmo dia? Porque o juiz-auditor de Manaus, doutor Antonio Rosa, e a procuradora Maria de Nazaré [Guimarães de Moraes] estavam me esperando lá, no aeroporto, que era caminho para o centro da cidade. A Auditoria ficava no meio do caminho. Eles pararam na Auditoria, e nós passamos um telex, dizendo que eu estava lá, comunicando minha chegada. Isso devia ser 11 e pouco da noite. E por que eu consegui? Graças a esses amigos que lá fiz e por causa do fuso horário, senão eu teria chegado lá no dia seguinte.

Assim, eu fui para Manaus, fiquei no Hotel São Pedro, na rua Rui Barbosa, bem no centro da cidade, pertinho da chamada Zona Franca. Era um hotel muito pequeno e simples, onde todos que iam para Manaus atuar em substituição na Auditoria ficavam. O pessoal da Auditoria costumava dizer que era hotel de trânsito da Auditoria. Um mês e meio depois a Rosa apareceu com as crianças, ficamos todos juntos no hotel. Depois, a [Maria de] Nazaré [Guimarães de Moraes] me ajudou muito, me arranjou uma casa de um amigo dela, e eu aluguei essa casa. Não sei o que faria sem a ajuda dela. Imagine que as primeiras perguntas que as imobiliárias faziam eram: há quanto tempo mora em Manaus? Há quanto tempo trabalha nesse emprego? Tem fiador? Me mostre seu contra-cheque... e eu não tinha nada disso.

Memória MPM – Mas quando assumiu, ainda não havia a gratificação de função essencial à Justiça?

Mário Sérgio Marques Soares – Não tinha, era holerite de 2.000.000 de cruzeiros líquidos. A gratificação foi aprovada em abril e passamos a receber em maio de 1984. Aquele ano foi ainda muito difícil porque, chegando no final do ano, por exemplo, eu não recebi salário. Todo serviço era datilografado, ia para o Banco do Brasil, e por algum azar meu, em dezembro de 1985, datilografaram um número errado no documento que foi para o banco, sobre o meu pagamento, e eu não o recebi. Na ocasião, dia 20 de dezembro, era recesso absoluto, não tinha plantão e esse negócio de “área de pessoal ainda fica”, era recesso mesmo, parava tudo! Só voltava dia 3 de janeiro. Desse modo, não recebi o meu pagamento, nem o décimo terceiro, não recebi nada, só em janeiro de 1986. Natal sem presentes para as crianças.

Com a rejeição do Decreto-lei nº 2.159, em 05 de dezembro de 1985⁹, ficou aquela insegurança: E agora? O que vai acontecer? Quais eram os cargos que seriam excluídos da carreira?? ... Quem tomou posse e pegou os cargos criados ou cargos que já existiam? Mas aí, o que aconteceu? O Procurador-Geral da República recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF), alegando que não havendo o decreto-lei sido apreciado em 60 dias ele teria sido aprovado por decurso de prazo. Questionou que esse prazo teria que ter um início determinado e não ficar ao bel prazer do Congresso Nacional, enquanto o Congresso Nacional alegava que o prazo de 60 dias para a apreciação de decretos-lei era contado da colocação em pauta, nas casas legislativas. E eles

⁹ Rejeitado pelo Decreto-Legislativo nº 31, de 05 de dezembro de 1985,

colocavam em pauta no dia em que bem entendiam... E aí, o STF entendeu que, a partir do momento em que o decreto-lei fosse recebido e registrado pelo Congresso Nacional, a partir dessa data é que corriam os 60 dias para apreciação. Tanto que, depois, preocupados com isso, na Constituição de 1988 e o fim do decreto-lei, criou-se a Medida Provisória que, uma vez editada, tem um prazo certo para o Congresso Nacional aprovar, respaldar aquele tema tratado, caso contrário perde eficácia. Naquele tempo, o Congresso Nacional aprovava ou não, mas o STF entendeu que, a partir do sexagésimo dia do registro de entrada da Medida Provisória no Legislativo, haveria aprovação tácita e não aprovação expressa, entendeu? Aí no final, acabou dando certo, e os cargos foram todos criados.

Memória MPM – Até sair essa decisão demorou quanto tempo?

Mário Sérgio Marques Soares – Ah, isso demorou alguns meses, demorou uns oito ou dez meses, um tempinho razoável, que, para nós, foi de grande preocupação, né? Por exemplo, as consequências disso: até então, os cargos de subprocurador-geral, que eram somente dois, passariam para cinco; e os de procuradores de primeira categoria, que eram cinco, passariam para oito. Portanto, foi mais ou menos isso o que aconteceu: vários colegas foram promovidos a procurador de primeira categoria e a subprocurador-geral. Com a rejeição do decreto-lei, o que teria que fazer? Despromover esses colegas? Eles voltariam aos cargos anteriores? Entendeu? Não era só a questão de criação de cargos, de início de carreira ou de final de carreira. Se você foi promovido, ia perder a promoção e voltar para o cargo anterior? Como fica isso? Nesse

período, nós tínhamos o Kleber [de Carvalho Coêlho¹⁰], na Bahia; tínhamos o Gilson [Ribeiro Gonçalves], salvo engano; o Flávio Benjamin [Corrêa de Andrade]; e outros, que tinham sido promovidos. Então, o Milton [Menezes da Costa Filho] resolveu o seguinte, na época: para evitar um problema mais grave para o futuro, esses colegas permaneceriam onde eles estavam, recebendo os processos para dar parecer pelo malote. Se eles mudassem para Brasília e tivessem que voltar para o seu destino, como é que ia ficar após a decisão do Supremo? O Procurador-Geral, de início, disse: "Bom, vamos manter as nomeações e promoções, até uma solução." Então, os processos eram distribuídos dessa forma, mandados por malote, e os colegas davam parecer nesses processos, na origem onde estavam. Até que a situação foi finalmente decidida...

Memória MPM – Então, os promovidos a subprocurador-geral davam o despacho aqui de Brasília e, depois, voltavam para os estados?

Mário Sérgio Marques Soares – Não, os processos eram encaminhados para eles por malote. Por exemplo, o Kleber [de Carvalho Coêlho] tinha sido promovido a procurador de primeira categoria. Isso é um exemplo. Então, abriu-se uma vaga na Bahia, a dele; e ele foi lotado em Brasília, onde era a vaga de procurador de primeira categoria, mas permaneceu na Bahia recebendo os processos por malote. Também temos que ter em vista que, na verdade, de início os cargos de subprocurador-geral não eram de carreira, eram cargos em comissão. Dois

¹⁰ Biografia do ex-procurador-geral de Justiça Militar, Kleber de Carvalho Coêlho, disponível em: <http://www.mpm.mp.br/cmmpm-centro-de-memoria/kleber-de-carvalho-coelho-1996-2000/>.

cargos de subprocurador, depois, passaram para três, mas de início eram só dois cargos em comissão, não eram da carreira. O cargo da carreira que dava parecer no Tribunal era o de procurador de primeira categoria. A carreira era dividida em procurador de primeira categoria e de segunda categoria. O cargo de procurador-geral de Justiça Militar era nomeado pelo presidente da República, poderia ser qualquer pessoa da área jurídica, como foi o advogado George [Francisco] Tavares¹¹, como foi o senador [Francisco] Leite Chaves¹²... O procurador-geral não era privativo da carreira, e trabalhando com ele havia dois subprocuradores-gerais, que eram cargos em comissão, digamos assim. Normalmente, nomeavam-se dois procuradores de primeira categoria para serem subprocuradores-gerais, como cargo em comissão, não como cargo de carreira, entendeu? E aí, ficou aquela situação: “O que a gente faz agora? Eles voltam, eles ficam?” Finalmente, o Supremo [Tribunal Federal (STF)] entendeu que a rejeição extemporânea do decreto-lei tinha feito com que houvesse sido respaldado tacitamente pelo decurso de prazo. Essa decisão, que foi especificamente para a carreira do MPU foi um paradigma, porque, a partir de então o Congresso Nacional teve que correr com todos os decretos-leis que chegavam lá; até então não se tinha nenhum questionamento sobre essas coisas, entendeu? De forma alguma. Então, o precursor dessa questão foi o decreto-lei da criação de cargos no MPU.

11 Biografia do ex-procurador-geral de Justiça Militar, George Francisco Tavares, disponível em: <http://www.mpm.mp.br/cmmpm-centro-de-memoria/george-francisco-tavares-1985/>.

12 A biografia e a entrevista do ex-procurador-geral de Justiça Militar, Francisco Leite Chaves, para a publicação “Histórias de vida, volume 1”, estão disponíveis em: <http://www.mpm.mp.br/cmmpm-centro-de-memoria/francisco-leite-chaves/>.

Memória MPM – E, nesse primeiro ano, na Procuradoria de Justiça Militar em Manaus, AM, como era o funcionamento de lá? O senhor trabalhava no prédio da Auditoria?

Mário Sérgio Marques Soares – A Procuradoria em Manaus, AM, funcionava na Auditoria, como todas as demais. Os juízes nos apresentavam como “esse é o meu promotor”. No dia seguinte em que cheguei fui à Auditoria e a [Maria de] Nazaré [Guimarães de Moraes] deu uma passadinha lá para me dar um “alô” e dizer que ela estava entrando de férias e licença, etc. Ela estava com dois ou três períodos de férias acumulados...

Memória MPM – Estava esperando a chegada de alguém...

Mário Sérgio Marques Soares – Sim. Áí, nesse dia fui para Auditoria de táxi. Liguei lá, peguei o endereço direitinho, como era e tal. O Diretor da Secretaria era o Dr. Francisco, o “Fran”, pessoa excelente, grande amigo. Me ensinou o caminho do hotel para lá. Não era difícil nem nada. Quando cheguei, me disseram: “Essa é a sala do Ministério Público.” “Tá bom”, respondi. Tinha uma mesa sem nada em cima, uma cadeira, um buraco na janela para ar-condicionado, mais nada. “Bom, e agora?” A mesa era daquelas mesas de madeira antigas, com três gavetas. Abri a primeira gaveta, não tinha nada, um lápis, uma borracha, um negócio assim; abri a segunda gaveta, tinha uns papéis coloridos fininhos, rosa e azul, em cima de uma embalagem de papelão, que eu abri e olhei, era papel-carbono. Tínhamos que datilografar usando duas folhas de papel-carbono para fazer as cópias. O original ia para o processo; ficava uma cópia para a Procuradoria lá, uma cópia pessoal; e a outra, diziam que era para

mandar para Brasília, mas que nunca ninguém tinha mandado. Embaixo, abri a outra gaveta, não tinha nada, absolutamente nada. Então, o que eu tinha? Uma mesa, que não tinha nada, nem uma folha de papel... A sorte é que eu tinha levado uma máquina de escrever Olivetti, daquelas portáteis, de plástico. Nela, tinha que usar uma fita de duas cores. Fui à Secretaria da Auditoria e consegui um pouquinho de papel, umas folhas, quando me disseram: “Olha, doutor, não podemos dar muito papel, pois nós estamos sem material aqui também.” Falei: “Tá bom.” Depois, tive que sair para comprar papel. Eu comprei um material para ter: grampeador, perfurador, pasta, tudo comprado com o meu dinheiro. A ida para lá, mudança paga por mim, com minha demissão da CEB.

O Milton [Menezes da Costa Filho] tinha feito uma reunião conosco, no dia da posse, rapidamente, e disse: “Olha, eu vou dar um conselho para vocês: não seguir o que falar o juiz-auditor. Nem troquem ideia. Errem, mas errem sozinhos. Se vocês errarem, tudo bem! Início de carreira é assim mesmo, é normal. Errem sozinhos, não errem pela cabeça do juiz. Qualquer questão que vocês tenham, liguem para cá. Qualquer dificuldade, liguem para cá.” “Tudo bem.”

No dia seguinte já tinha um julgamento marcado. Era o caso de um sargento que tinha tombado um caminhão, acho que foi em Rondônia, eu não me recordo muito bem... Comecei a pegar os processos, tinham vários deles... Tinha processo há muito tempo parados ou dependendo de diligências. Pedi a relação dos processos, olhei as datas e falei: “Gente, tem processo que não é possível, não anda. Tem umas coisas esquisitas.” Naquele tempo a comunicação com municípios onde tinha quarteis era muito problemática. Um processo especialmente era de um camarada que tinha praticado um crime militar, aqui no Brasil, e fugiu para Letícia, na Colômbia. Ele era motorista de táxi

naquela cidade. Aí, eu fui conversar com o doutor Rosa: “Doutor Rosa, o que nós podemos fazer sobre isso aqui?” “Ah, doutor Mário, eu já desisti. Confesso ao senhor que vai ficar aí para prescrever porque ninguém consegue citar. Nós temos que fazer a citação por carta rogatória. Eu já mandei para o Itamaraty, mandei para o Tribunal, a Corte encaminhou para o Itamaraty, mandaram fazer uma tradução, o conteúdo chega lá, e eles devolvem dizendo que a tradução está errada, nós não conseguimos fazer a citação desse camarada.” Eu disse: “Não é possível, mas Letícia, na Colômbia, e Tabatinga, AM, não são juntas?” “São.” “Lá, é o Comando da Fronteira de Solimões (CFSOL). O senhor conhece o comandante de Tabatinga?” “Conheço.” “Como é que a gente faz para falar com ele?” “Nós estamos com um problema aqui difícil, mas o que o senhor quer?” “Não, queria ver se ele podia indicar um oficial ao senhor, e o senhor nomear esse oficial de justiça *ad hoc* e mandar a citação para lá.” Eram outros tempos, não é? O acusado é motorista de táxi no aeroporto de Letícia, na Colômbia, segundo informação dos autos. O oficial vai à paisana para o aeroporto de Letícia, pega o táxi e pede para ir para Tabatinga, AM. Quando ele entrar em território brasileiro, faz-se a citação dele. “O senhor está brincando comigo, topa isso mesmo?” “Vamos fazer isso.” Ele ligou para o comandante que indicou o oficial. Doutor Rosa nomeou o oficial de justiça *ad hoc*, porque não tinha nenhum oficial de justiça lá e não adiantava mandar carta precatória. Não podia combinar isso, o que fosse... E, naquele tempo, você podia fazer, ninguém questionava isso, ele estava nomeando o tenente oficial de justiça *ad hoc*. O tenente pegou, botou umas roupinhas na mala, foi lá para o aeroporto de Letícia, na Colômbia, e ficou esperando. Quando foi a vez do carro do acusado o oficial entrou no táxi. Aí, o tenente pediu para o taxista ir até Tabatinga, AM, na rua tal. Chegando lá, o Exército fechou o cerco e falou: “Oh, assina aqui.” Fizemos a citação dele, e ele foi julgado à revelia, mas

foi citado pessoalmente. Não foi preso, mas foi citado e estava lá a assinatura dele. Assim, tocamos o processo. No dia do interrogatório, ele não compareceu, mas foi citado regularmente, foi julgado à revelia e condenado. Desse modo, mandou-se a sentença para lá, se ele passasse para cá, o comandante podia pegá-lo, mas a essa altura... Era civil e tinha que cumprir a pena em alguma cadeia do Brasil. Aí, não sei nem que bicho que deu...

Memória MPM – E como eram os processos na PJM Manaus, lembra de algum caso complexo?

Mário Sérgio Marques Soares – Tive o processo de um major... O nosso colega denunciou o major por falso testemunho, e ele era o indiciado. Quer dizer, o indiciado não pratica falso testemunho, ele não é obrigado a dizer a verdade. “Não, ele no interrogatório falou mentira, então praticou falso testemunho.” Aí, eu falei: “Como é que ele pode praticar falso testemunho se não é obrigado?” “Ah, a primeira advertência que o juiz fazia era você não é obrigado a dizer a verdade, mas seu silêncio pode ser interpretado a seu desfavor.” Assim, não deu outra, foi absolvido. O colega, hoje falecido, não se conformou porque eu pedi a absolvição do acusado e assim por diante. Nós tivemos casos interessantes lá.

Memória MPM – O senhor ficou quanto tempo em Manaus (AM)?

Mário Sérgio Marques Soares – Um ano e cinco meses. O calor era grande e o dinheiro curto. Um dia o Dr. Antonio Rosa, juiz-auditor, me mostrou uns aparelhos de ar condicionados quebrados no fundo da Auditoria. Tinham sido

substituídos por novos. Fiz um orçamento para ver qual ficava mais em conta para consertar. Era cerca de 100 mil cruzeiros. Fiz contato com o Milton, procurador-geral, e solicitei verba para o conserto. Ele negou dizendo que como era material da Auditoria ele não podia consertar. Paguei do meu bolso e tive um pouco de conforto.

Memória MPM – Depois foi para a Procuradoria de Justiça Militar em Belém (PA)?

Mário Sérgio Marques Soares – Houve uma vaga em Salvador, e o Walter Martins Pereira, que estava em Belém, passou para Salvador, aí eu pulei para Belém. Passei um ano lá, fiquei de julho de 1986 a agosto de 1987. Nesse ano, o Walter Martins Pereira saiu de Salvador e foi para o Rio de Janeiro, e eu fui para Salvador. A gente estava comemorando o meu aniversário na Auditoria de Belém, quando chegou o telex sobre a minha remoção para Salvador. Fiquei lá até meados de 1991, quando fui consultado se queria ir para o Rio de Janeiro, aí disse que queria. Fiquei lotado na 3^a Auditoria do Exército. As auditorias do Exército eram especializadas, na época. Eram três auditorias do Exército; duas, da Marinha; e duas, da Aeronáutica.

Memória MPM – As Auditorias especializadas só funcionavam na 1^a CJM, no Rio de Janeiro (RJ)?

Mário Sérgio Marques Soares – Só no Rio de Janeiro tinha Auditoria especializada. Na realidade, a minha vaga não era da Auditoria do Exército,

não. Minha vaga era na Procuradoria que funcionava na 2^a Auditoria da Aeronáutica. Quando eu fui lotado na Auditoria de Aeronáutica não era o que eu queria porque sabia que lá não tinha muito processo, era pouco trabalho nessa Auditoria. Já a Auditoria do Exército era onde muita coisa acontecia. Um dia o Milton Menezes me ligou e disse que tinha um problema, que precisava passar uma colega, a René Solange de uma Auditoria de Exército para outra, mas a única vaga que existia era na Auditoria de Aeronáutica e eu tinha ocupado essa vaga. Disse à ele que eu faria permuta com ela e resolveria o problema. Áí, fiz a permuta, tudo ainda sem ter ido para o Rio de Janeiro.

Memória MPM – E o senhor permanecia ainda em Salvador (BA)?

Mário Sérgio Marques Soares – Permanecia em Salvador, pois estava só havia eu em exercício e não tinha quem fosse para lá. A Maria Luiza Monteiro de Melo tinha interesse, mas não tinha quem fosse para a vaga dela também. O Milton me pediu que permanecesse em Salvador até o final de novembro, quando eu poderia mudar, marcar a mudança. Achei interessante pois esperaria o término do ano letivo, finalzinho de novembro, sem prejudicar os meninos. Então começamos a empacotar as coisas e tal. Contratei uma empresa para a mudança, tudo por nossa conta, não tinha ajuda, nunca tive uma ajuda de custo até minha promoção. Olha, eu fiz minha mudança para Manaus, com a empresa Confiança; em seguida, fui para Belém pela Granero e depois, para Salvador, com a transportadora São Domingos e agora, estava me mudando para o Rio de Janeiro, novamente por minha conta. Um amigo engenheiro que trabalhava na CEB, o Alceu Corrêa, uma vez me disse que cada três mudanças equivaleriam a um incêndio. Eu já estava quase acreditando nisso.

Só que nesse meio tempo, três dias antes de viajarmos, já com a mudança no guarda-móveis, o Milton [Menezes da Costa Filho] me ligou... A nossa mudança não tinha saído ainda, porque para eu poder pagar menos – nunca paguei uma mudança exclusiva – eu optava por aproveitamento de mudança e aguadava que a transportadora enchesse o caminhão. Faltando esses poucos dias, o Milton ligou lá para Auditoria e disse: “Olha, Mário, o Joaquim Simeão de Faria [Filho], em Juiz de Fora, MG, aposentou. E eu estou fazendo a consulta para Juiz de Fora agora, por antiguidade. Já consultei os mais antigos que você e ninguém quis. Eu sei que você tem família lá. Você vai querer ir para Juiz de Fora?” Eu, com minha mudança dentro do caminhão, falei: “Eu vou para Juiz de Fora.” Resultado, mudei para Juiz de Fora sem ter assumido no Rio de Janeiro. À essa altura, meus pais já estavam morando em Juiz de Fora.

Memória MPM – Mas esse foi o fator determinante para o senhor se mudar para Juiz de Fora?

Mário Sérgio Marques Soares – Foi porque meus pais estavam lá. Então, foi esse o fator que nos levou para lá. Por que eu sairia de Salvador? Nós éramos felizes em Salvador, mas para nós estava ficando difícil de ver os filhos sem referência e contato mais próximo com a família. Que convívio de família a gente tinha? Quase nenhum. Só nas férias que encontrávamos com a família. A essa altura, em 1991, meu filho mais velho estava com dez anos de idade, o mais novo com oito. Eles praticamente não tinham referência de família nenhuma, porque quando nós fomos para Manaus, em 1985, o Daniel Vieira Soares, o mais velho, ia fazer quatro anos; e o mais novo, Edgar Vieira Soares, ia fazer dois anos. É difícil. Aí, eu falei com o Milton: “Eu quero que meus

filhos tenham a referência de família que eu tive.” “Prefiro ir para Juiz de Fora, pelo menos nós poderemos refazer o vínculo de família.”

Sem os móveis que já estavam na transportadora e o apartamento nosso vendido, pernoitamos na casa do João Alfredo Portela, juiz auditor titular, um verdadeiro irmão. No dia seguinte partimos para uma viagem memorável. Nós no nosso carro e o Portela e a esposa Cristina, no deles. Íamos juntos até o Rio de Janeiro, mas com a mudança de destino paramos em Juiz de Fora e eles continuaram a viagem até o Rio. Em Juiz de Fora matriculamos logo os meninos no Colégio Cristo Redentor, também chamado de Academia de Comércio, ou popularmente, em Juiz de Fora, de ACADEMIA. Nessa época o colégio já tinha 102 anos. Assim, no segundo dia de aula, me telefonam: “Olha, abriu vaga para procurador de primeira categoria, você não quer promoção?” Falei: “Como é que vou ser promovido agora? Eu não posso ser promovido agora. Não posso ser promovido nesse momento. Os meninos tiveram a primeira aula...” Aí, o Antonio Brandão Andrade falou: “Não, você tem que aceitar, Mário.” Eu não aceitei, isso foi em fevereiro, mas quando foi em maio, ele me ligou de novo e me disse: “Olha, não tem jeito, você tem que vir, nós precisamos de você aqui, você vem.” Vim para Brasília, promovido a procurador de primeira categoria e deixei a família em Juiz de Fora, recebendo o apoio de meus pais.

Memória MPM – Ficou quanto tempo em Juiz de Fora?

Mário Sérgio Marques Soares – Lá em Juiz de Fora, eu fiquei de dezembro de 1991 a maio de 1992 e a família permaneceu durante todo o ano de 1992, até

encerrar o ano letivo. Eu viajava para lá todos os fins de semana, ia na sexta à tardinha, no ônibus das 16h45, pé duro, sem ar condicionado, direto de Brasília para Juiz de Fora. Era mais barato, chegava em Juiz de Fora por volta das 07h00 e sempre tinha passagem. Eu tinha uma gaveta cheia de passagens da Itapemirim. Eu já era conhecido, tanto que uma vez no retorno para Brasília o motorista era novato e o despachante da Itapemirim, Sr. Afonso, com quem eu já reservava minha passagem por telefone, quando me viu veio correndo falar comigo: “que bom que o senhor está nesse ônibus. O senhor pode ensinar ao motorista o caminho para a rodoviária de Conselheiro Lafaiete? É a primeira vez que ele vai entrar lá”. Quando o ônibus foi chegando em Lafaiete, já noitinha, fui lá para frente ensinar o caminho para o motorista novato.

Nesses seis meses em Juiz de Fora, nós instalamos a primeira Procuradoria fora da Auditoria. Logo que cheguei eu fui à Auditoria, visitar o juiz-auditor, me apresentar. Cheguei lá: “Sou o doutor Mário, novo procurador, gostaria de falar com o juiz-auditor.” “Ah, doutor, pode ir lá, doutor Alzir está na sala dele.” “Tá bom.” Bati na porta e nada. Na terceira vez, mais alto, ele: “Entra!” Eu entrei, tomei um susto ao ver dois tênis, pés grandes, cruzados em cima da mesa, lendo jornal... Eu entrei: “Doutor Alzir, boa tarde. Sou o doutor Mário, vim assumir aqui.” Abaixou o jornal, “muito prazer”, subiu o jornal. Pensei: “Que relacionamento ótimo com o Ministério Público, não???” Mas vi que o relacionamento era ótimo mesmo, tanto com o dr. Alzir, titular, quanto com o substituto Luiz Carlos Neves. Esse dia era uma sexta-feira e o pessoal trabalhava mais informal, com expediente pela manhã. Fui ao Cartório e perguntei onde era a sala do Ministério Público? A resposta foi: “Não tem.” “O Ministério Público aqui não tem sala?” “Não.” “E como é que se faz aqui?” “Tem uma sala ali, que é usada pelo Ministério Público, pela advocacia de ofício,

pela defensoria. Então doutor, é o seguinte, se chegar preso, alguma coisa, e o advogado tiver que entrevistar, o senhor, por favor, espera pelo lado de fora. O senhor sai, deixa eles entrevistarem e tal, não sei o quê. Então, tem que alternar isso.” Era bem estreita em relação ao comprimento. Tinha uma mesinha para o Ministério Público junto à porta e outra para o advogado, próximo à janela, mas era um corredor, um cubículo. Pensei: “Eu não vou trabalhar aqui, não.” Pouco depois, chegou o Olympio [Pereira da Silva Junior], de calça jeans, camisa esporte: “E aí Mário, quer dizer que você chegou, né?”

Memória MPM – O senhor já conhecia o Olympio Pereira da Silva Junior?

Mário Sérgio Marques Soares – Conhecia assim, dos eventos, né? Das reuniões conjuntas que nós tivemos, mas não tinha um contato com ele, anterior e acabamos transformando essa amizade em irmandade. Juiz de Fora/MG era um reduto dominado integralmente pelo Olympio. Ele era convidado para tudo, até para jurado, desde concurso de miss, desfile de carnaval etc.. A partir de então, nossos laços se estreitaram e pude conhecer um outro Olympio: divertido, amigo de todas as horas, generoso e com quem eu não podia atravessar o calçadão da Rua Halfeld, pois a cada dois passos ele encontrava um conhecido e o papo ia longe. Da esquina da Halfeld com a Av. Rio Rio Branco até a “Esquina dos Aflitos” (esquina da Rua Halfeld com a Rua Baptista de Oliveira, onde, naquele tempo, os endividados vendiam seus carros por preços abaixo da tabela) levávamos, com sorte, 40 minutos, fora os cafezinhos. Mas fui logo falando para ele: “Olympio, eu não vou trabalhar aqui, não. Isso aqui é insuportável, não é lugar de trabalho. Você me desculpa, mas...” Ele retrucou: “Não se preocupe, aqui funciona assim há muito tempo...”

A Auditoria ficava na Praça Antônio Carlos, num antigo sobrado em cima da Comissão do Serviço Militar, em uns cubículos cedidos pelo Exército. Só tinha uma área um pouquinho maior, que era o Plenário, mas fora isso, não tinha mais nada. Era cada sala menor do que a outra, um banheiro de uso coletivo para homens e mulheres... Falei: “Tem alguma coisa errada aqui, não é possível. Vocês não fazem nada para mudar isso aqui ou arranjar um lugar próprio?” “Oh, Mário, você é um cara encrenqueiro...”, o Olímpio brincando comigo. “Não é possível, você mal chegou e já quer mudar tudo?” Eu insisti, “a gente tem que dar um jeito, nós não podemos ficar aqui, não. Temos que arrumar um jeito de sair daqui. Aqui não dá para ficar, realmente, não tem condições. Olympio, como é que a gente vai trabalhar aqui?” “Você leva o processo para casa e faz em casa, mas não é assim que funciona... se vier uma pessoa do comando aqui. Nós temos que ter uma identidade. Como que você vai receber encarregado de inquérito? Vou mandar o defensor sair da sala? Não, não pode funcionar assim, não. Nós vamos ter que dar um jeito.”

O Olympio, vendo minha irresignação, começou a procurar seus amigos em JF. Numa dessas caminhadas pela Halfeld, encontramos o Michel, amigo do Olympio e Advogado da Rede Ferroviária Federal, que caminhava em sentido contrário. E o Olympio falou: “E aí Michel, Michelzinho!”, daquele jeito dele, todo mundo é “inho” para ele, né? Ele tem aquele jeito de chegar. “Michel, esse aqui é o doutor Mário Sérgio, meu colega que chegou agora e estamos precisando de um lugar para instalar a Procuradoria.” Eu falei com eles: “A Rede Ferroviária deve ter muitos imóveis, não? Será que ele não arranja um lugar para a gente ficar, não?” O Olímpio foi logo perguntando ao Michel, o que vocês tem? O que você pode fazer e tal?” Desse modo, o Michel falou: “Oh, Olympio, vamos fazer o seguinte: me procura lá na Rede, eu vou olhar umas

coisas, e a gente vê o que pode fazer.” “Tá bom.” Fomos procurar o Michel. Ele chegou e falou: “Tenho uma ótima notícia para vocês. Eu tenho uma casa, é um casarão da Rede, está fechada, do lado da estação de trem, no final da Rua Halfeld, à direita. Tem um pátio bom.” Falei: “Vamos lá olhar.” Cheguei lá, com o Olympio e fiquei encantado com a casa. Espetáculo. E tinha um pátio enorme, com um estacionamento à vontade, perto da Auditoria. A gente podia ir caminhando tranquilamente. Falei: “O que você precisa?” “Então, o negócio é o seguinte: nós vamos fazer aqui um termo de comodato, mas o procurador-geral tem que assinar esse termo. Aí, vocês assumem a casa.” “Poxa, que beleza, vamos lá.” Ligamos para o Milton [Menezes da Costa Filho], todos entusiasmados. Imagina conseguir um imóvel daquele de graça, cedido por prazo indeterminado. O Milton disse: “Não assino, não.” “Não é possível, doutor Milton, mas por quê?” “Não, isso vai dar despesa, eu não tenho verba para pagar conta de água, luz, etc. Isso aí, depois tem manutenção.” Ainda argumentamos que nós não tínhamos que pagar aluguel e a casa está em ótimo estado, tem gabinete para todo mundo lá dentro, tem banheiro, está toda arrumadinha, tem um pátio ótimo, e é cercada. Era muito melhor do que a Auditoria. Ainda assim ele respondeu: “Não, não, não vou... Eu não assino isso, não. Eu não vou assinar nenhum termo de comodato. Vocês podem tirar isso da cabeça, porque todas as Procuradorias funcionam dentro das Auditorias. Eu não vejo razão para tirar e não vou assinar nada.” Falei: “Bom, então estamos mal, né?” Aí, voltamos, ficamos desanimados. Nós íamos assumir essas despesas, também. O que a gente ia pagar ali? Água, luz e manutenção, um conserto aqui ou ali, a gente faria, já que a casa estava em ótimo estado. O Michel disse: “Isso aí vai dar uma alegria, vocês não sabem para quem. Tive ontem, comigo aqui, o comandante da Polícia Militar que quer colocar uma companhia de trânsito lá. Eu disse que tinha prometido para vocês, mas já que vocês não vão pegar,

eu vou passar para eles.” Lá tinha um pátio para botarem as viaturas todas em volta, um lugar excelente. Aí, paciência, perdemos. Falei: “É, que chato, né? Mas não podemos fazer nada.” Ele virou e falou assim: “Bom, se vocês não se importarem com o barulho de trem, eu tenho um imóvel que foi da parte de manutenção, onde ficavam os engenheiros da manutenção. Ele é de madeira, mas está bem cuidado, vocês vão lá, dão uma olhada e tal. Esse daí, eu deixo com vocês, sem termo, sem nada, vocês ficam usando lá.” Nós fomos ver, era colado na linha do trem, no Poço Rico, lá em Juiz de Fora, mas tinha um lugar para fazer um gabinete para cada um, dois banheiros e uma sala de entrada. Você entrava, tinha uma salinha, dois banheiros e três gabinetes. Eu falei: “Bom, eu fico aqui.” Fomos para lá. Ele disse: “Olha, eu vou mandar desligar água, luz, mas vocês podem fazer o pedido, eu faço uma autorização para vocês pedirem no nome de vocês.” E assim foi feito. A conta de água, a conta de luz, saía tudo no nosso nome.

Memória MPM – Eram os senhores que pagavam?

Mário Sérgio Marques Soares – A gente que pagava, mas ao menos não ficamos na Auditoria. Eu tinha falado: “Não fico aqui.” Isso foi no iniciozinho de 1992. Quando passava o trem, eram assim: seis máquinas, 150 vagões de minério. Você tinha que esperar o trem passar para poder trabalhar. Tudo sacudia lá dentro. Uma coisa impressionante. Mas foi bom demais! E foi a precursora. Foi a primeira Procuradoria a funcionar fora de Auditoria.

Memória MPM – Em todo esse tempo, ela funcionou à custa dos membros?

Mário Sérgio Marques Soares – Dos membros. Nós nos cotizávamos, comprávamos café, biscoitinhos etc... Aí, eu levei uma cafeteira antiga, que tinha em casa, um forninho elétrico, na época cada um contribuiu como pôde. Depois vieram a Marisa Terezinha e a Maria Luiza Monteiro de Melo, quando eu já estava na Procuradoria-Geral de Justiça Militar (PGJM). Numa sexta-feira, eu não tinha chegado ainda de Brasília e chovia muito. Um táxi buzinou na porta lá de casa, com o motorista dizendo que tinha uma mulher com uma criança me procurando. Rosa tomou um baita susto. Nem sei o que ela pensou. Chegou lá no táxi e deu de cara com a Maria Luiza Monteiro de Melo, que havia sido transferida para Juiz de Fora. Chegou com a filha Luizinha, malas e até uma gaiola com um passarinho. Foi logo dizendo: “Precisamos ficar com vocês até eu arrumar um apartamento”. Ficou conosco uns dias e alugou um ótimo apartamento defronte ao Parque Halfeld.

Memória MPM – E dessas passagens por Manaus, Belém, Salvador, Juiz de Fora... Algum fato, alguma atuação que o senhor considere interessante, que tenha chamado a sua atenção?

Mário Sérgio Marques Soares – Vamos começar por Manaus, que tinha julgamento quase diário. O volume de trabalho era bastante acentuado. Os soldados, de modo geral, envolviam-se em muitos casos de furto, porque esse conceito de propriedade deles, eles têm uma cultura um pouquinho ligada aos indígenas, que socializam mais com os bens... Achavam que: “Gostou daquilo, pega, usa e acabou.” Então, diziam que a intenção era de devolver, mas nunca devolviam. Era um furto de uso nunca caracterizado, era mesmo furto de itens. Deserção tinha muito também, algumas insubmissões, coisa que hoje

praticamente não existe mais. Muito acidente de trânsito, disparo de armas, entre outras situações. Naquele tempo quase não se falava em droga no interior dos quartéis.

Tive um caso curiosíssimo, em Manaus, que foi de um soldado que, na verdade, ele já não era mais militar. Ele foi preso por uso indevido de uniforme; e o interessante foi que, durante o processo, e já no interrogatório dele, ele contou como a coisa tinha realmente acontecido. O sonho do pai dele era que ele fosse militar, um soldado, etc. E o pai, muito a contragosto dele, mandou que ele fosse para Manaus, para a casa de uma tia, para servir lá. Lá, ele se envolveu com outros soldados e chegava no fim da semana ou no fim do mês, quando eles recebiam algum dinheirinho, iam para a zona boêmia. Chegando lá, as moças sempre preferiam os sargentos, que ganhavam melhor e gastavam mais, e ele se sentia sempre desprestigiado. Ele, então, passou a usar o nome chamado William Oliveira Kutichuma. Como ele trabalhava na secretaria do quartel, ele tinha acesso àqueles espelhos de carteira de motorista, de porte de arma, então ele fez para ele, uma carteira de sargento. Assim, ele passou a frequentar a zona boêmia, levando a identidade de sargento para ver se ele era mais benquisto, etc. Acabaram descobrindo esse fato, e ele foi expulso do Exército. Ele, então, ficou sem saber o que fazer. Havia comprado, inclusive, um uniforme de sargento, mas isso não foi pego com ele antes. E aí, ele foi para casa do pai, mas dizendo para o pai que já era um sargento do Exército, o orgulho da família, e que ele estava de férias. Bom, os trinta dias se passaram e nada dele voltar, e o pai incomodado com aquilo e dizendo: “O Exército precisa de você, você tem que ir, você tem que fazer e tal. Obrigado a retornar a Manaus, ele voltou fardado de sargento e ficou vagando pela cidade até passar defronte o Colégio Militar e assim começou a conversar com um soldado do

Corpo da Guarda; esse soldado falou com outros, chamou o sargento também, e aí ele disse que era de uma unidade de Belém e que tinha ido para Manaus de férias, mas chegando lá, encontrou a casa da tia fechada, e o comandante tinha até feito um pedido para fazer umas compras para ele na Zona Franca de Manaus. Ele tinha uma lábia danada, o rapaz. Conseguiram que ele ficasse alojado no Colégio Militar, onde ele começou a trabalhar. Ele precisava que gostassem dele também, desse modo, fazia de tudo: colocava os colchões no sol para tomar ar etc... até as tartarugas que ficavam num laguinho ele limpava o lodo e foi despertando o ciúme em outro sargento, que começou a ficar no pé dele, desconfiado. Acabou desmascarado, pois o sargento viu a identidade dele que começava por 14, sendo que estes dois primeiros números indicavam a Região Militar, que eram apenas 12. Confrontado ele confessou toda a história para o tenente e foi indiciado por uso indevido de uniforme. Ele já era civil, tinha sido expulso, e estava usando uniforme de sargento. Mesmo que ele fosse uniforme de soldado, incorreria no mesmo crime. Sei que ele foi parar na Polícia do Exército, preso. Lá, com uma carência de pessoal, o colocaram para datilografia de novo, dentro do quartel. O comandante pediu autorização para a juíza-auditora, na época, doutora Maria do Carmo Malafaia, para que ele, durante o dia, trabalhasse na secretaria do quartel. Ele bem-conceituado, caprichoso no trabalho e tudo mais. A doutora Maria do Carmo designou o interrogatório e o acusado compareceu. Ela foi perguntando assim: "Mas, o senhor, então... O senhor fez a carteira realmente com o título de sargento?" Ele disse: "Fiz, sim senhora." "E a carteira é esta que está apreendida aqui?" Disse a juíza. Ele olhou o processo e disse: "Essa é uma." "Por quê? O senhor tem outra?" Continuou a juíza. "Tem esta outra aqui!" Afirmou o ex-soldado, apresentando outra carteira igual. E tinha umas cinco carteiras no bolso dele. Ele apresentou à juíza todas as carteiras, que foram imediatamente apreendidas.

E, depois, ele foi condenado, evidentemente. O pessoal ficou com pena de mandá-lo para o presídio. Como ex-soldado ele deveria terminar de cumprir a pena em unidade prisional civil, mas faltava cerca de um mês e meio a dois meses para terminar a pena e, assim, o comandante pediu para ele terminar de cumprir a pena no quartel. Portanto, foi permitido que ele terminasse de cumprir a pena na Polícia do Exército. Depois, então, ele foi mandado embora, com a recomendação de devolver todas as carteirinhas, porque ele tinha feito inúmeras, e o uniforme ficou apreendido para ele não fazer mais isso. Eu achei um fato bastante jocoso e interessante.

Eu tive outro caso, em Manaus, que também achei interessante, e me trouxe até uma certa dificuldade de relacionamento com o juiz-auditor, que ficou muito chateado comigo. Era o caso de um tenente que comandava um pelotão do Exército. O tenente chamava-se Josinaldo de Oliveira, comandante de um pelotão de fronteira. Ele não poderia estar comandando o pelotão porque ele era temporário, mas devido à carência de pessoal ele estava comandando o pelotão de Assis Brasil, no Acre. Em um certo evento, na cidade, saiu uma briga bastante áspera, entre um civil e um soldado, por conta de uma moça que namorava o civil, mas se interessou pelo soldado. Então, saiu aquela brigalhada toda e tal. A menina tinha 15, 16 anos, foi o pivô da briga. O tenente Josinaldo de Oliveira, então, o que ele resolveu? Ele resolveu mandar, no outro dia, chamar o civil e a menina, no quartel. Colocou o soldado, a menina e o civil, cara a cara, um com o outro. Deu uma reprimenda nos três. Para punir a menina, botou a garota para fazer a faxina no quartel, limpar freezer, esfregar a cozinha toda. A menina de mini-saia chorava e enxugava as lágrimas com a ponta da saia; Os homens foram colocados para fazer uma disputa a nado num igapó (laguinho no fundo do quartel) e, depois, apertarem as mãos. O civil

nadava mal e quase morreu lá no nado, foi uma confusão danada; depois de voltar para a cidade, a menina deu queixa na delegacia, dizendo que tinha sido maltratada e se instaurou inquérito sobre isso. O desentendimento deles foi em uma festa na cidade, à noite, não tinha nada a ver com a atividade do Exército. Manaus tinha umas coisas bem interessantes. Resultado: foram levados todos para Manaus: o tenente, a menina e sua mini-saia, o soldado e o civil, todos ouvidos na Auditoria. E aí, eu pedi a condenação do tenente, e o juiz-auditor, pessoa muito querida e dedicada, não quero entrar em muito detalhe, absolveu o oficial, dizendo que a menina não merecia essa consideração, até porque “ela só não dava para os sapos, pois não sabia distinguir os sexos”. Isso constou da sentença e, assim que li falei com ele e pedi para ele retificar dizendo que não concordaria com isso. Era é um absurdo. “Foi um constrangimento ilegal que o oficial praticou. Esse oficial não podia ter feito isso, absolutamente.” Ele disse: “Não, tem que olhar a intenção do oficial que era educativa.” Respondi: “O senhor dá a sentença, eu vou recorrer.” E eu recorri, e ele riscou o meu recurso todo, antes de mandar para o Tribunal e ainda fez considerações embaixo, à mão, criticando o recurso. Ele era também uma pessoa bastante diferente, diferenciada. Ao julgar minha apelação, o STM fez uma censura a ele e mandou riscar da sentença as expressões que havia utilizado. Por causa desse processo ele ficou chateado e parou de falar comigo, infelizmente, mas eu não podia fazer outra coisa, apesar de ter por ele elevada consideração e reconhecer sua dedicação.

Manaus tinha umas coisas diferentes. Corria um processo de uma exposição que o Exército fez em Rio Branco, no Acre, no Dia do Exército. Montaram equipamentos na praça, botaram tanque, canhão, etc, cobertos com aquelas redes de camuflagem, escalando uma guarda para o evento. Um dos soldados

estava de guarda ao lado de um canhão e as pessoas foram chegando, algumas pedindo explicação, e ele então, com muito entusiasmo, foi falando sobre o alcance, que aquele canhão era muito potente, que era o canhão maior que eles tinham ali, enfim, que era rebocado por um caminhão para poder fazer não sei o quê. E, assim, ficou falando com as pessoas. Isso na frente do canhão, e o canhão disposto junto com todo o equipamento do Exército, na praça principal, lá de Rio Branco. No meio desses civis que estavam vendo a exposição, tinham famílias, crianças, duas jovens e um soldado que estava esperando o ônibus para ir ao quartel, à paisana. Ele viu que aquela explicação tinha despertado o interesse das duas moças, então ele se aproximou delas e começou: “Eu também sou soldado, eu sirvo, eu faço, eu aconteço.” E saiu com as duas para o lado, para falar o que ele sabia do canhão; e eu sei que ele foi para trás do canhão, explicando as perguntas e municiou o canhão. O outro lá na frente, as pessoas perguntando; e, a certa altura, perguntaram para o soldado de serviço: “Vem cá e esse canhão, como é que dispara?” O soldado falou: “Ele dispara assim”, e bateu no disparador do canhão. O que aconteceu? O canhão disparou. A sorte é que o outro rapaz tinha colocado no canhão a granada de exercício, que não era explosiva. Esse tiro simplesmente saiu dali do canhão; varou o Palácio do Governador; e caiu um petardo de mais de um palmo de chumbo, do lado da mesa de despacho do governador. Arrebentou a parede e foi parar lá dentro do Palácio do Governador.

Memória MPM – O governador estava no Palácio?

Mário Sérgio Marques Soares – Não estava. Em compensação, as pessoas que estavam na frente, uma delas perdeu uma vista, outra ficou surda e outras tiveram

queimaduras sérias porque o canhão foi disparado na cara delas, praticamente. Então, feriu várias pessoas, e esse julgamento deu muita discussão. O Conselho de Justiça acabou por condenar os dois soldados. A denúncia não foi minha. Esse processo já estava em andamento quando eu assumi, mas acabou que os dois militares foram condenados: tanto aquele que apertou o canhão, porque o fez sem conferir – apesar de ele pensar que o canhão estivesse desmuniciado, mas é aquela história: ele não poderia ter disparado – e o outro soldado que municiou o canhão. Enfim, os dois acabaram condenados por lesões corporais, inclusive lesões corporais graves, só que eram lesões culposas, eles não tinham a intenção de ferir ninguém, absolutamente. Um deles estava fazendo só a explanação do armamento, e o outro quis se exibir para as moças, mais nada, não tinha a intenção de ferir ninguém. Eu fiz questão de contar esse caso também, porque achei que ele era um caso diferente.

Um fato jocoso ocorrido em Manaus foi a visita do Presidente do STM, general de Exército Heitor Luiz Gomes de Almeida. O dr. Rosa estava de férias e eu e a dra Maria do Carmo Benevenuto, juíza-auditora substituta – excelente pessoa, muito querida – fomos receber o presidente no aeroporto. Todas as altas autoridades militares estavam lá. Depois de uma breve visita à Auditoria ele foi para intensa atividade e visita às unidades militares da Amazônia. Ficou por conta do Exército. Só no final avisaram à auditoria que o presidente ia embora e o horário. Ela suspendeu a sessão e fomos os dois ao aeroporto. Lá chegando não tinha ninguém do Exército, nenhuma movimentação. Fomos na sala VIP e nada. Foi então que ela pediu para ligar (não havia celulares) para o Comando Militar da Amazônia e foi informada de que o presidente ia embora pela Base Aérea da Aeronáutica, no bairro de Educandos, do outro lado da cidade. Saímos correndo para lá e quando chegamos no portão da Base Aérea

o avião já estava decolando. Saímos do carro e ficamos rindo e dando adeus para o avião.

Depois, eu saí de Manaus e fui para Belém. Lá, nós não conhecíamos quase ninguém, além da dra. Iranilce, que trabalhava na Auditoria desde a época que meu tinha sido juiz-auditor substituto e uma amiga de família cujo marido, falecido em acidente aeronáutico, tinha sido subcomandante da Base Aérea. Na Auditoria, tinha uma boa sala para o Ministério Público. A Auditoria era relativamente nova. Acho que era a única Auditoria da Justiça Militar que tinha elevador e que foi construída com elevador porque, na época, o juiz-auditor Juraci Reis Costa era cardíaco, não podia subir escada, então, fez-se o projeto com elevador. Inclusive, ele era um dos mais antigos juízes-auditores da Justiça Militar; e foi ele que conseguiu as verbas e o terreno bem no centro, na Governador José Malcher, para construir a Auditoria. Nós do MPM só tínhamos uma sala na Auditoria, em Belém. Então, eu a utilizava, pela parte da tarde, do expediente. O Demócrito Rendeiro de Noronha conseguiu uma outra sala e uma extensão do nosso telefone.

Em Belém tínhamos menos processos. Eram basicamente os mesmos crimes, e nós tínhamos muito problema porque, naquele tempo, os processos de insubmissão e de deserção do Exército eram julgados pelo Conselho de Tropa, Conselho de Justiça da unidade, que eram formados por um capitão e dois tenentes. Não tinha participação do juiz-auditor, do Ministério Público, nem nada. O termo de deserção equivalia à denúncia. A partir do momento em que era lavrado o termo de deserção, já iniciava o processo de deserção. O Ministério Público só atuava em grau de recurso. Como é que funcionava esse processo de deserção e de insubmissão no Exército? Os processos da Marinha

e da Aeronáutica eram julgados na Auditoria, mas os processos do Exército eram julgados pelo Conselho de Tropa, formado por três juízes: um capitão e dois tenentes. Como funcionava? O termo de deserção era considerado já a denúncia e se instaurava o processo. Não tinha despacho de recebimento de denúncia, e, assim, vinha o interrogatório. Faziam-se algumas diligências, dependendo, vinha uma ou outra informação, mas basicamente o fato era: se o militar se ausentou e não tinha autorização, lavrava-se o termo de deserção e pronto. Também acontecia de o militar entrar com alguma justificativa, porque tinha algum documento ou ficou hospitalizado; sim, às vezes acontecia isso, de o soldado ter uma folga, ir para determinado lugar, se lesionar e ser hospitalizado; e o quartel não tinha conhecimento desses fatos, o tempo passava, lavrava-se o termo de deserção, e ele ia responder ao processo de deserção. O militar, quando chegava, nem sempre podia provar o que tinha acontecido, e nós tínhamos muitos problemas, pois, somente quando o processo já estava na Auditoria, é que se abria vistas ao Ministério Público e à defesa, que, invariavelmente, recorria. Raros eram os casos de absolvição. Raríssimos! Só quando, por exemplo, ocorresse, como já vi casos, de um soldado que foi atropelado, foi parar no hospital, em Manaus, e foi dado como desertor.

Mas, naquele tempo, o contato era muito precário, nós não tínhamos telefone, não tínhamos nada, o que se usava era telex, e o fax veio depois. Então, você vê que, naquele tempo, para fazer um contato qualquer, realmente, era muito difícil, ainda mais se fosse uma unidade distante, etc. Essa situação, ela permaneceu, basicamente, até a Constituição de 1988.

Depois da Constituição de 1988, é que começou a se questionar a nulidade dos processos de deserção por ausência de denúncia do Ministério Público.

Houve até uma tentativa de se fazer uma denúncia sem remeter o processo ao Ministério Público. Só aí que se questionou, concomitantemente, a ineeficácia do termo de deserção como peça de acusação, e sim como peça informativa; questionou-se também a constitucionalidade dos Conselhos de Justiça, que não tinham a participação de um juiz togado, do Ministério Público e da defesa, sobretudo. E aí, onde estava a ampla defesa e o contraditório? Não tinha ampla defesa e contraditório.

O órgão julgador e processante era o Conselho de Justiça da unidade, então isso tirava do juiz-auditor toda a participação nos autos. Além disso, nós tínhamos também os inquéritos que eram muito malfeitos, feitos de maneira precária. Então, por exemplo, faziam-se perícias, sem se nomear o perito.

Memória MPM – Já havia a figura do encarregado?

Mário Sérgio Marques Soares – Já havia a figura do encarregado do inquérito. Só que, por exemplo, mandavam a ele fazer perícia, às vezes, ele mesmo tomava determinadas medidas. O escrivão fazia as coisas. Ele não fazia a nomeação do perito. Enfim, não fazia advertência ao indiciado, ele não era obrigado a responder pergunta, ao contrário, ameaçava, às vezes. As ameaças iam ao interrogatório. Que se diga a verdade, e não sei o quê, sob pena de ser preso. Então, quer dizer, essas coisas do gênero.

Quando eu cheguei a Belém, já um pouco mais calejado do que em Manaus, fui a uma solenidade do Exército para a passagem de comando de um batalhão, salvo engano. Fui convidado e fui com minha esposa. Chegando lá, nós fomos ao

palanque. O comandante da Região, era o general Ramiro Monteiro de Castro e ele estava lá com sua esposa, e eu com a Rosa Maria, minha esposa. Ela sempre me deu muito apoio e incentivo, sempre junto comigo. Nós ficamos juntos no palanque, e a esposa do General Ramiro, D. Gilda, olhando para a Rosa, e a Rosa olhando para ela. Aí, se apresentaram. Resultado, o general Ramiro Monteiro de Castro tinha sido vizinho do meu sogro, em Vila Isabel, RJ. Ele e meu sogro alternavam-se como síndicos do edifício. Muitos anos tinham-se passado. Isso foi, ainda, quando minha esposa era adolescente, morava no Rio de Janeiro. Assim, a Rosa falou com a esposa dele e perguntou pelas filhas, porque minha esposa brincava com as filhas dele. Nós fizemos amizade boa, e aí, eu fui conversar com ele. Falei: "General Ramiro, é o seguinte, nós estamos tendo alguns problemas, não só em termos de julgamento de deserção, e ter havido muito questionamento em relação à diligência e como se faz. Às vezes, poderia inclusive o rapaz ter alguma justificativa. Não se pergunta nada a esse respeito, não se dá essa oportunidade, e sem contar que os inquéritos estão vindo muito ruins. Como é que a gente poderia fazer isso?" Aí, ele falou: "Olha doutor, a Região faz inspeção em todos os quartéis subordinados. Então, se o senhor quiser, toda vez que sair uma inspeção, eu mando preparar para o senhor no quartel ou em uma casa militar, que funciona como hotel de trânsito para nós, e, se o senhor quiser participar, eu insiro o nome do senhor. Falo com o comandante do COMAR [Comando Aéreo Regional], e aí o senhor vai junto com a nossa equipe."

Então, eu passei a viajar com a equipe do Exército. Esse grupo ia fazer inspeção em Itaituba, Marabá, Santarém, Altamira, cidades do Pará. Quando chegava lá no quartel, o comandante da Região Militar já estava avisado. Ele pegava todo o pessoal dele, ligado a essa área de Justiça, e deixava separado para ser

entrevistado por mim. Então, eu fazia para eles um tipo de cursinho a jato sobre: como fazer os processos de deserção e de insubmissão; como fazer investigação; como fazer o inquérito. Levava tudo bonitinho para eles copiarem aquilo. Dava trabalho porque era tudo datilografado, era tudo manual, na época, então realmente... E, assim, o meu trabalho passou a ser muito simplificado porque esses quatro quartéis, que eram os maiores, eram de onde provinham os maiores casos, o maior volume fora de Belém. Os outros ficavam na cercania ali em Belém e eram de fácil contato. Iam fazendo visita em quartel, eu visitava o comandante, dizia: "Olha, comandante, a situação é essa e tal." Toda a vez que acontecia um fato, ele mandava o encarregado do inquérito me procurar na Auditoria. Invariavelmente, isso acontecia. Então, eu passei esse período em Belém, foi muito bom, e pensei até em permanecer mais tempo lá.

Eu sempre tive um conceito de que os acidentes com disparo de arma, eles não eram tão inocentes assim e, aliás, continuo até hoje pensando assim, que 50% dos casos não são de homicídios ou lesões culposas. Tem um fundo ali de verdade, de intenção, na realidade, mas que o soldado depois alega que disparou sem querer, principalmente, quando tem poucas pessoas. Ele só e a vítima, que é uma situação bastante inusitada. O soldado diz que está de cara com a vítima, pegou a arma, foi mostrar alguma coisa e disparou, e realmente a bala acerta o peito, a cabeça, etc. Raramente, dispara... Quando você vê um acidente mesmo, pegou no pé, pegou na perna, pegou e tal. Não, é? Agora, esses que são direto, no corpo, na cabeça, na parte tal, é muito complicado.

Eu tive, em Belém, um caso desses, que me chamou muita atenção, porque, quando eu li o processo, eu pedi para ser feita uma perícia no local. Coincidencialmente, viajei para o lugar, em Altamira, PA, porque eu não

acreditava que aquilo ali tivesse sido uma coisa fortuita. E como aconteceu? O batalhão tem um campo enorme, um prédio na frente e, atrás dele, tem um gramado grande, um local que usam até como campo de futebol. À direita e à esquerda, existem uns pavilhões, de manutenção, de armamento, e assim por diante. Então, o que aconteceu? Havia um jogo de futebol no meio. Tinha os pavilhões para a direita e outros para a esquerda, no meio, tinha um jogo de futebol. No final de um pavilhão, digamos assim, de quem está olhando do prédio principal do comando para o campo, à direita e ao final, tinha um sargento limpando uma arma, era uma pistola. Ele terminou de limpar a arma, foi mexer nela e a muniçou. Em um desses movimentos de distração, ele deu um golpe de segurança, e ela foi carregada. Aí, ele tirou o pente da arma, mas a bala ficou lá dentro. Ele foi mexer nela, e ela disparou. Ele ficou muito preocupado, saiu correndo, porque o pessoal estava jogando futebol ali no meio. Foi lá, chegou, o pessoal ouviu, parou o jogo, foi aquela confusão, e aí, olhou: “O que aconteceu?” “Não, graças a Deus, hoje não aconteceu nada.” Quando chegou no final do dia, na revista do recolher, deram falta de um soldado: “Cadê? E o fulano? Fulano saiu do quartel?” “Não, não saiu, ele é laranjeira, dorme aqui no quartel.” “E onde é que está o fulano?” E nada e foram procurar o fulano. Ele estava do outro lado, no final do outro pavilhão, à esquerda, capinando. Foram procurar e o encontraram. Ele estava caído, morto com uma bala na cabeça. Imagina, saiu a uma distância de mais de 150 metros, digamos assim, e ninguém tinha sequer percebido. As testemunhas confirmaram o local onde houve o disparo, e tudo o mais. Nós vimos que, realmente, não tinha sido uma coisa pensada, calculada. Eu falei: “Disparo na cabeça? Não é possível, eu quero ver! Eu vou ver isso de perto.” Quando nós fomos na inspeção, eu fui estando no quartel pedi para fazerem a reconstituição, a reprodução simulada do crime; e, de fato, tinha sido um caso

involuntário. Embora um crime culposo, foi homicídio, mas não tinha sido o crime que eu imaginava que pudesse ter sido, então, tem essas coisas também que acontecem.

Na Auditoria, como em quase todas por onde passei, só havia um advogado de ofício. A dra. Zilah Fadul, Juíza auditora, era professora na Universidade e conseguia sempre defensores dativos. Havia muita colisão de defesa, nos crimes praticados em coautoria. Uma dessas advogadas, defensora dativa, dra. Anete, chamou a minha atenção pelo zelo e dedicação. Um belo dia conversei com ela incentivando-a a fazer o nosso concurso que ia abrir. Ela relutava, dizendo não sentir vocação acusatória, mas acabou fazendo o nosso concurso e foi aprovada. A Anete Borborema foi excelente aquisição para o MPM. Seu esposo Rui, excelente camarada, muito a incentivou.

Pois bem, como eu tinha dito, de repente, chegou a notícia de que o Walter Martins Pereira tinha ido embora, de Salvador para o Rio de Janeiro. Meu sogro era baiano, ele tinha um irmão que morava em Salvador e um outro que morava em Santo Antônio de Jesus, cidade próxima que fica perto da Ilha de Itaparica, atravessando a Baía de Todos os Santos. Como nós nos sentíamos muito isolados, estávamos um pouquinho mais de dois anos e meio, entre Belém e Manaus, numa época em que as viagens aéreas eram caríssimas e sair com toda a família era muito difícil. O tempo que passamos em Manaus era mais barato ir para Miami/EUA do que ao Rio de Janeiro. Não fizemos uma só viagem de férias. E aí, pensamos como íamos fazer? Permanecer sozinhos, num lugar distante ou ir para Salvador, perto de parte da família da minha esposa, com uma distância razoável para viagem de carro? Em Manaus ficamos ilhados, pois não tinha estrada. Belém a Brasília eram 2.300 km de distância,

que percorremos por três vezes. Mas Salvador ficava a 1.600 Km de Brasília, Rio ou Juiz de Fora.

Evidentemente, que nós sempre fomos bem acolhidos. Eu agradeço demais a doutora [Maria de] Nazaré [Guimarães de Moraes], que foi uma irmã, me deu um apoio inestimável. Ela o Balbino, seu esposo e as crianças Hendi e Marcelo, ele aluno do Colégio Militar, todo elegante de uniforme. Como eu disse, você chegar a um lugar, onde você tinha sido recém-nomeado e empossado, sem conhecer ninguém, sem ter contracheque, ainda conseguir alugar uma casa, só isso já foi um apoio extraordinário. E a própria juíza-auditora, a doutora Maria do Carmo Malafaia, que foi também uma pessoa extraordinária. Aprendi muito com elas todas. Em Belém também agradeço profundamente a todos, Dra. Zilah, a dra. Iranilce, enfim. Eu tinha a teoria e a prática fora da Justiça Militar e fui adquirir a prática do direito penal e processual penal militares dentro da atividade, realmente, do Ministério Público Militar.

Em Manaus, quando nós chegamos, primeiramente ficamos na casa alugada que a Nazaré nos conseguiu. Depois eu peguei o que restou do meu fundo de garantia e da rescisão da CEB e compramos uma casinha. Casa simples, em um bairro relativamente simples, mas bem localizado até. Era no Conjunto Abílio Nery, em Adrianópolis. Formado por casas bem pequenas que as pessoas iam reformando, arrumando e, de fato, era muito agradável, onde eu morei.

Quando nós mudamos, vendemos a casa de Manaus. Em Belém passamos um ano de aluguel. Aconteceu até um fato curioso. Eu queria comprar um apartamento num edifício em construção, Edifício Raimundo Farias, mostrei a planta, e a Rosa, minha esposa, não concordou. Nós morávamos no 13º

andar, em um apartamento alugado, de um edifício antigo, Edifício Barão de Guamá, na Avenida Generalíssimo Deodoro. Era bem localizado, perto de escolinha, tinha um açaí gostoso perto de casa e tudo mais. Como era relativamente próximo da Auditoria, eu ia a pé para o trabalho e retornava por volta das 17h00. Chegava em casa, tirava o paletó e me sentava um pouco na pequena varanda da sala, de onde eu via a Baía de Guajará. Era uma vista bonita que foi sendo escondida pelo prédio onde eu quis comprar o apartamento e minha esposa foi contra. Já na fase de acabamento, com a vista da Baía de Guajará completamente obstruída, eu me sentava na varanda e chamava a Rosa e dizia: “olha lá o meu apartamento que você não me deixou comprar”, brincando com ela. Numa determinada tarde de agosto, próximo a irmos de mudança para Salvador, mas ainda trabalhando em Belém, terminou um julgamento mais cedo e fui para casa. Tirei o paletó e me sentei na varanda, dando um grito. Minha esposa veio correndo e eu disse “olha só!!! A Baía de Guajará!!”. Ela não tinha ainda percebido e me perguntou: “sim, e daí??”. E eu gritando perguntei: “Cadê o meu prédio?”. Ele simplesmente havia desabado matando várias pessoas. Já estava praticamente pronto, em final de acabamento. Até hoje fico lembrando e agradecido da Rosa não ter me deixado comprar o apartamento.

Então, nós optamos por mudar para Salvador. Foi muito bom ir para lá, onde nós passamos praticamente cinco anos. Meus filhos estudaram em bom colégio, o Instituto Social da Bahia e tínhamos contato com a família da Rosa. Minha esposa tinha prima, tios, enfim, nós estávamos cercados de pessoas da família e fizemos boas amizades, excelentes amizades, em Salvador. Fomos muito bem acolhidos e tivemos motivação para ficar lá. É evidente que, depois de algum tempo, a gente começa a ficar cada vez mais próximo, retornar para

as origens. De Salvador a Juiz de Fora são cerca de 1.600 km de distância, que percorríamos pelo menos duas a três vezes ao ano.

Quando eu cheguei a Salvador, o Kleber [de Carvalho Coêlho] ainda estava lá, recebendo processos por malote. Aí, já nem era mais o Decreto-Lei [nº 2.159, de 1984], a questão era não ter imóvel funcional. Assim, ficou aquela situação de vem, não vem. Havia ali, na realidade, uma certa acomodação na situação de cada um, porque bem ou mal, ele tinha o imóvel dele, a família, a esposa, os filhos... Ele recebia os processos por malote. Hoje, por exemplo, do jeito que os processos são, todos digitais, não é preciso receber por malote, pois acessa-se por computador e se pode trabalhar em qualquer lugar do mundo, em qualquer lugar em que estiver. Você recebe os processos, dá o seu parecer e continua com as coisas mais ou menos em dia. Naquele tempo era mais complicado. O Kleber [de Carvalho Coêlho] era um baiano autêntico, daqueles de vestir a camisa de baiano, que a Bahia era o melhor lugar do mundo. Era a capital do mundo a Bahia para o Kleber. Ele tinha justa razão nisso. Até a independência é diferente na Bahia. Lá é no dia 02 de julho. Salvador era muito agradável e ele, sobretudo, era de lá, tinha raízes. Ele me abriu algumas portas, sem dúvida alguma. Me levou a alguns lugares, me apresentou a Sociedade de Amigos da Marinha (Soamar) e fui admitido com Amigo da Marinha. Eu conheci várias pessoas, comecei a, digamos assim, transitar socialmente. Os meus filhos estudaram em uma boa escola. Nós fazíamos parte da Associação de Pais e Mestres. De repente, nós vimos nossa vida bem arrumada em Salvador.

Na capital baiana, foi muito bom, muito interessante. Nós tivemos lá uns casos assim extraordinários. Sobre um deles, investigado pela Polícia Civil, eu li no jornal “A Tarde”. Era sobre um crime em um shopping, no bairro Imbuí,

próximo à Auditoria, na Av. Paralela (Av. Luiz Viana Filho) pouco depois do Setor Militar Urbano. Era um shopping prédio pequeno com restaurantes e pouco comércio. O que aconteceu foi que tinha um grupo de jovens na porta, um homem teria passado, mexido com uma moça e, depois, um dos jovens foi morto, em seguida, por um dos homens que estavam junto desse homem. Eu li aquilo e não me despertou absolutamente nada, mas houve uma desconfiança de que esses homens eram militares. Eu ouvi a entrevista de um delegado que disse que ele não estava conseguindo aprofundar na investigação porque o Exército o estava atrapalhando, não estava passando informações para ele. Nessa época, ele até mencionou o chefe de Estado-Maior da região como uma pessoa que ele havia procurado, mas que não havia dado apoio. Eu conhecia esse coronel que era uma pessoa seríssima. Pensei: "Não é possível. Está acontecendo alguma coisa. Eu vou lá." Aí, fui ao quartel general do Exército, conversei com ele, disse: "Doutor, vamos fazer o seguinte, não vamos conversar só nós dois. Vamos conversar o senhor, eu e o comandante, o general Rota. Vamos lá agora. O general falou: "Mas eu não estou entendendo por que isso está acontecendo assim, assado e tal?" Expliquei que eu já tinha estado com o delegado, e ele disse que um dos garçons teria dito que quem atirou no rapaz e matou estava em um grupo, que estava fazendo uma confraternização, e parece que um ou dois tinham feito pagamento com cheque da agência do QG, Quartel-General do Exército. Quer dizer, ele achava que poderia ser um dos que estavam lá, mas, como o Exército não quis fornecer informações sobre isso, eu falei: "Olha general, o senhor vai ficar numa situação de suspeição, como já fizeram com o coronel, chefe de Estado-Maior, e se trata de um crime gravíssimo. O senhor tem que tomar uma providência." Assim, o que ele fez? Na minha presença mandou pegar o nome dos dois emitentes do cheques e ver que missão eles estavam cumprindo. Verificou que o crime ocorreu na

véspera de eles se deslocarem para Porto Seguro, para fazerem a segurança da Rosane Collor [atualmente Rosane Brandão Malta]. O [Fernando] Collor [de Mello] era presidente da República, e a Rosane Collor ia a Porto Seguro. Eles iam fazer a segurança da primeira-dama, a pedido do governo. Aí, o general mandou chamar os dois, que tinham pago com cheque, e falou: “Eu quero saber onde vocês estavam e quantos eram?” Nós fizemos o levantamento todo, um deles confessou, e eu falei: “Olha general, vamos fazer o seguinte: nós vamos manter isso por enquanto em sigilo. O senhor vai chamar todos.” Ele mandou chamar todos que tinham participado. Teve uma confraternização na véspera da viagem para Porto Seguro. Inclusive, um deles, o coronel Ney de Souza, era o coronel mais antigo da região depois do chefe de Estado-Maior. Ele chefiava a 2^a Seção. Tinha o major Vitorino, o Maj Gelém e mais dois capitães e quatro ou cinco sargentos. O general mandou todos ficarem em uma sala de mesa comprida. Distribuiu papel e caneta para todos, para que fizessem o relatório do ocorrido. E aí, então, eles escreveram, só que o major Vitorino não contou a história, mas, no final, os sargentos escreveram bonitinho o que tinha acontecido e que foram para uma confraternização de aniversários do mês da 2^a Seção. Na saída, tinha um grupo de jovens, uns quatro rapazes e quatro moças. O coronel Ney de Souza tinha bebido um pouco mais, foi lá e se engracou e passou a mão no queixo de uma das moças. O namorado dela reagiu e deu um chega para lá nele, dizendo algo tipo: “Olha velho, se cuida, você não se enxerga?” O Maj Vitorino que tinha bebido ainda mais do que o Ney de Souza foi até o sargento que o aguardava na porta do shopping e pediu uma arma. Esse sargento disse que não tinha visto, só ouviu o tiro, a correria e o major entrar no carro com ele. Eles estavam com um Fusca da 2^a Seção, carro descaracterizado, que iriam viajar para Porto Seguro. Foi então que tudo esclareceu. O sargento tinha saído para pegar o carro e parou na

porta do shopping. Quando desceu do carro viu o major vindo em direção à ele dizendo: “Você tem uma arma aí?” “Por quê?” “Você tem uma arma ou não tem?” “Tenho, olha aqui a arma.” Pegou a arma, foi lá, deu um tiro no rapaz e o matou. Aí, nós esclarecemos o crime, instauramos o inquérito policial militar. Naquele tempo, tinha um dispositivo que dizia que o crime praticado com arma de serviço era crime militar também.

Memória MPM – Até então quem investigava era o delegado?

Mário Sérgio Marques Soares – Era o delegado. Aí, instauramos o inquérito, no outro dia, eu liguei para o delegado, que foi me encontrar na Procuradoria. Eu disse: “Olha, o crime está resolvido. Já instauramos o inquérito policial militar. Foi isso, isso e isso.” Contei tudo para ele. Assim, foi aberto o caso. Ele disse: “Mas, doutor, o que eu faço?” “Bom, como foi de arma militar, eu mandei instaurar o inquérito policial militar, e aí, o seu inquérito, o senhor vai dizer o que houve, realmente, instauração do inquérito. Você já sabe quem foi e tudo o mais, faz as conclusões que você quiser. Agora, você aguarda que nós vamos pegar cópia de tudo e mandar para você”, eu falei. “Mas não vai ficar ruim para mim? Porque teve uma repercussão muito grande”, ele disse. E aí, foi divulgado, publicado em jornal, saiu na televisão, a solução que ele realmente tinha descoberto que eram pessoas do Exército, que já estavam fazendo a investigação e que iam remeter à Justiça Militar. Esse foi um dos casos.

Memória MPM – Ele foi condenado?

Mário Sérgio Marques Soares – Ele foi condenado, pegou uma pena bastante elevada, e o coronel Ney de Souza também, porque, depois do crime, eles fugiram para o quartel e lá, na 2^a Seção, o coronel mandou que todos mantivessem silêncio sobre o assunto, que ninguém falasse nada, que ninguém ia descobrir. Então, ele foi também condenado.

E teve um outro processo também que era de um tenente de Aracaju, que praticava assalto e estupro na praia de Atalaia, também, usando arma do Exército e tudo o mais. Ninguém sabia quem era o estuprador da praia de Atalaia. Era um caso da polícia procurando, tentando descobrir e tal, até que uma vez ele atacou um casal, e o rapaz tinha servido o Exército. Ele viu uma arma, reconheceu-a como do Exército. A polícia, então, armou um flagrante. Ela sabia que ele atacava de tempo em tempo, e começou a fazer uma campanha para ver se pegava quem era, e o pegaram em flagrante. Esse processo foi muito complicado, porque envolvia muitos civis. Também, porque ele usava arma do quartel e foi considerado, na época, crime militar. A advogada dele era uma advogada festejada lá, em Salvador, a doutora Ronilda Noblat. Eu tirei umas férias e, nesse período, tinha ido um colega para me substituir, eu estava sozinho, e esse processo era bastante emblemático. Eu tinha feito um pedido para ouvir várias testemunhas. Bom, o colega que foi me substituir, ele simplesmente desistiu das minhas testemunhas. A defesa achou formidável aquilo, disse que também não tinha testemunha para ouvir. Ele, meu colega, disse que não tinha diligência nenhuma a realizar, e o processo ia para o buraco, porque só ia ter a palavra das vítimas e a palavra do tenente, embora ele tivesse sido preso em flagrante. Mas, e os casos antigos, né? Só que o juiz-auditor substituto, dr. Rogério Azambuja, que era um rapaz novo ainda e muito correto, pegou e mandou vir, como testemunhas do juízo, as testemunhas que eu tinha

arrolado, e depois, devolveu prazo para diligências, se houvesse alguma em relação àquilo que essas testemunhas haviam dito. E foi a salvação de nosso processo. Bom, resultado, o processo depois foi para diligência, porque a defesa pediu diversas... A partir disso, se reabriu praticamente a discussão, a par de prova, porque, em cima do que foi dito por essas testemunhas, nós podíamos pedir que elas fossem ouvidas, e a defesa se aproveitou também, e nisso veio a minha remoção para Juiz de Fora, e eu fui embora de Salvador.

Tivemos outro caso interessante. Tinha uma quadrilha que ninguém pegava. Eles assaltavam ônibus saindo de Salvador, e a polícia já tinha feito de tudo. A Polícia Rodoviária prendia, e a Justiça soltava. Disse que esse grupo tinha um relacionamento político por trás. Era uma coisa difícil mesmo, e as pessoas andavam até em pânico de viajar de ônibus ali. Até que um dia, esse grupo assaltou um ônibus que estava indo para Aracaju, levando um pessoal do Exército com equipamentos, e eles assaltaram e roubaram equipamentos. Graças a isso, nós pegamos a quadrilha porque, quando eles foram identificados, o Exército ajudou a fazer o cerco, e eles foram presos, e a ordem de prisão saiu da Justiça Militar. Não tinha jeito de mandar soltar.

Na época, quando nós pegamos esse pessoal dessa quadrilha, eles passaram a nos ameaçar de morte. Eu recebi algumas ameaças por telefone, ligavam para casa, dizendo que eu ia sair, mas não ia voltar.

Memória MPM – Naquela época havia algum tipo de serviço de segurança para os membros?

Mário Sérgio Marques Soares – Não tinha proteção, não tinha nada. Na realidade, em Salvador, a nossa proteção é que nós estávamos dentro de uma área militar. Você chega à avenida, chamada Paralela, tem a entrada do quartel, onde vai para a Polícia do Exército e o Batalhão de Guardas, à direita assim subindo, então tem uma cancela do Exército, a Auditoria fica ali dentro, logo à direita. Nesse período, eu passei a andar armado, embora acho que não valesse grande coisa, não; só para você achar que, de alguma forma, teria meios de se defender em uma eventualidade.

Memória MPM – A estrutura da Procuradoria em Salvador contava apenas com os membros?

Mário Sérgio Marques Soares – Eu cheguei a Salvador e já estava ali há algum tempo, tipo assim, uns quatro meses, e um belo dia me ligaram de Brasília, me cobrando a frequência do servidor Alcino. Alcino? Acho que era Alcino o nome dele. Era um senhor moreno, alto, já idoso, do tamanho da porta, imenso ele, forte mesmo. Eu falei: “Mas, que frequência de servidor? Não tem servidor nenhum aqui. Estou aqui já faz algum tempo...”

Memória MPM – O senhor não sabia da existência do servidor?

Mário Sérgio Marques Soares – Não, aliás, eu nunca soube que tivesse alguma Procuradoria com servidor. Não tinha. O único lugar, na época, que ainda tinha servidor era na Procuradoria do Rio de Janeiro, porque lá teve um período em que o Tribunal manteve uma representação. Como o Tribunal tinha uma

representação, o Ministério Públíco também manteve, onde ficou, inclusive, durante vários anos, a doutora Marly Gueiros Leite, na representação da Procuradoria de Justiça Militar junto à representação do Tribunal.

Fui então conversar com o pessoal da Auditoria. “Mas vem cá, mas que negócio é esse? Me ligaram de Brasília para cobrar a frequência de um servidor.” “Doutor, ninguém conversou com o senhor sobre isso, não?” “Não.” “É o seguinte, quando o doutor Ruy [de Lima Pessôa] foi procurador aqui, tinha um rapaz que veio da Polícia Rodoviária, foi requisitado como segurança e depois ficou no Ministério Públíco, fez a opção pelo Ministério Públíco.” Nós éramos vinculados ao Ministério da Justiça, antes da Constituição de 1988, e a Polícia Rodoviária, idem. Foi da Polícia Rodoviária, depois para o DNER, [Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte], e ficou à disposição do doutor Ruy [de Lima Pessôa], como segurança dele, na época de Segurança Nacional, lá em Salvador, e ele hoje tá adoentado, tá de licença. Mas falei: “Tá de licença médica?” “Eu não sei, porque é assunto da Procuradoria, nós não sabemos.”

Ele tinha uma saúde bastante debilitada, e aí eu pedi para fazerem contato com ele. No outro dia, ele apareceu lá para se apresentar. Eu tomei até um susto, estava trabalhando, alguém bateu na porta, eu disse: “Entra.” Quando entrou, o sujeito era do tamanho da porta, idoso, grande, para o lado e para cima, e ele andava sem poder dobrar a perna, com muita dificuldade. “Ah, doutor, eu estou até com dificuldade aqui.” Ele sentava, mas não dobrava o joelho. Aí, ele veio me contar que ele tinha uma artrose muito severa, estava andando com muita dificuldade. “Mas vem cá, você não aposentou ainda por quê?” “Porque não, me faltou um tempo de não sei o quê, que na verdade eu entrei quando...”

Enfim, era uma confusão que faltava algum tempo para ele se aposentar. Eu disse: "Por que o senhor não se aposenta por invalidez?" Disse: "Não, porque aí eu vou perder muito." Aí, eu falei: "O que eu vou fazer com esse senhor aqui?" Na verdade, o médico não disse que ele não podia trabalhar, ele não estava de licença médica mais. Eu não posso colocá-lo aqui, eu não tenho mais nem onde colocar, já tinha uma sala que era minha, depois, eu alternava com o colega, nós dividíamos a sala. Como é que eu vou resolver isso? Não tenho como fazer isso, daí eu falei com ele: "É o seguinte, o senhor vai se apresentar a mim todo o mês. O senhor vai para casa, eu quero notícias suas." Aí, passou o primeiro mês, ele apareceu lá. No segundo mês, coitado, ele ia subindo uma rampa em curva, era um asfalto, não tinha calçada. Você subia pelo asfalto, como quem fosse para a companhia de guarda, mas tinha uma entradinha para a Auditoria, onde do lado é a Procuradoria. Ele pegava a condução até a cancela, e o resto tinha que caminhar. Esse homem levou um tombo, perdeu o equilíbrio e foi rolando o asfalto abaixo. Botaram ele em um táxi, levaram para o hospital do Exército, deu um trabalho danado. Assim, eu passei a fazer inspeção na casa dele, para saber se ele estava vivo ou não. Como é que eu ia fazer? Eu tinha que mandar uma frequência para ele, no final do mês. O médico não dava a ele mais licença-médica porque dizia que ele não tinha uma doença incapacitante, e tinha! Achava aquilo um absurdo, entendeu? Se ele permanecesse de licença, ia ser aposentado por invalidez, compulsoriamente. Ele não queria, pois ia perder... Ele chorava, chorava, chorava... Um homenzarão, um senhor já de idade chorando porque não podia ser aposentado por invalidez, que ele ia perder gratificação, não sei o quê... Falei: "Não é possível um negócio desse!" Aí, mantive contato com o pessoal de Brasília. Disse: "Olha, eu não vou ficar com essa situação informalmente. Eu quero que vocês tenham ciência disso e me ajudem e digam o que fazer" Assim, disseram: "Não, realmente, o caso dele

é um caso complicado.” E enfim, ficou assim mais uns seis ou sete meses nessa situação, e ele aposentou. Graças a Deus! Tirou um peso das minhas costas...

Memória MPM – O senhor falou da estrutura de Belém (PA) e de Manaus (AM). Como era Salvador (BA), na época?

Mário Sérgio Marques Soares – A Auditoria de Manaus, de Salvador, de Campo Grande e Bagé, todas eram de um projeto padrão, o mesmo projeto. A de Manaus foi construída por último. Normalmente, o Exército destacava uma área, a CRO – Comissão Regional de Obras do Exército fiscalizava, e o Tribunal contratava uma empresa local para construir, mas aquele projeto idêntico. Então, basicamente a Auditoria de Manaus, de Salvador, de Campo Grande, tinha uma outra, não sei se a de Bagé, também... Esse projeto foi usado para algumas Auditorias. Ele tinha embaixo a secretaria, na lateral, uma escadaria que subia e dava então na área onde tinha o plenário, o gabinete do juiz titular, do substituto, uma sala da defesa, outra do Ministério Público, e uma sala de estar grande para a qual todas essas portas abriam. Depois que recebemos ameaça de morte – o dr. Rogério também recebeu – notamos que a Auditoria não oferecia segurança. Com a minha experiência de obra, rascunhei um projetinho e o dr. Rogério encaminhou ao Presidente do Tribunal, com as justificativas de segurança dos juízes e dos membros do MPM. O Presidente aprovou e mandou orçar a obra. Resultado, reformamos o prédio da Auditoria para que o acesso não ficasse direto aos gabinetes.

Como disse, eu fui contemporâneo do Kleber [de Carvalho Coêlho], em Salvador, mas não ele trabalhando perante a Auditoria. Era ele dando parecer

e recebendo os processos. Então, ele ia lá sempre, na Auditoria. Conversava com o juiz-auditor. O Kleber ia receber os processos, que vinham por malote, às vezes, por malote do Tribunal, outras vezes, por malote nosso. Nós não tínhamos uma coisa muito regular. Éramos absolutamente dependentes da Auditoria, às vezes. Nós recebíamos correspondência por malote do Tribunal. Recebíamos quase tudo por malote do Tribunal, depois é que se passou a ter malote direto da Procuradoria-Geral de Justiça Militar para as Procuradorias de Justiça Militar estaduais, mas, de início, tudo era da Auditoria: telefone, prédio, tudo era da Auditoria... Então, a situação era bastante desconfortável.

Memória MPM – Aqui também em Brasília era assim? A Procuradoria-Geral de Justiça Militar funcionava no Superior Tribunal Militar (STM)?

Mário Sérgio Marques Soares – Funcionava no STM, no sétimo andar. Aconteceu até um fato interessante porque, quando eu vim promovido para Brasília, descobri finalmente por que o pessoal não vinha para cá. A Procuradoria-Geral de Justiça Militar não fazia força para trazer o pessoal para Brasília, não era só porque não tinha imóvel funcional... O pessoal não vinha para Brasília porque não tinha onde ficar na capital para trabalhar. As acomodações da Procuradoria-Geral comportavam um Ministério Público Militar minúsculo. Com a criação dos cargos na época do meu concurso, o andar não comportava mais o Ministério Público Militar de jeito nenhum! O prédio do Tribunal tem um lado, um pouquinho mais curto, quando se sai dos elevadores, à direita, digamos assim, hoje onde tem aquele Museu, umas salinhas ali, os banheiros e tal... Do outro lado, onde tem o Plenário e a Presidência do Tribunal, é o lado mais comprido do prédio, que era dividido desta maneira:

no sétimo andar ficava o gabinete do procurador-geral de Justiça Militar, era um bom espaço, tinha banheiro privativo, e tinha que acomodar ali, a essa altura, cinco subprocuradores-gerais e oito procuradores de primeira categoria, ou seja, 13 pessoas, fora a parte administrativa que ficava do outro lado. Tudo no sétimo andar. Na área administrativa, tinha a Diretoria Processual, que era chefiada pela Sarah Oberman, etc. E como é que funcionava? O que a Procuradoria-Geral fez? Ela começou a dividir em salas. Tinha o gabinete do procurador-geral; outro gabinete um pouco menor, normalmente, para dois subprocuradores-gerais; e, para os outros três subprocuradores-gerais, eles fizeram um cubiculozinho que não cabia quase nada. Então, era dividido ali entre o [Marco Antonio Pinto] Bittar, o Kleber [de Carvalho Coêlho], o [José Carlos] Couto [de Carvalho], fora outros colegas que passaram ali: o Flávio Benjamin [Corrêa de Andrade], o Rubem [Gomez] Ferraz, o Ferreirinha [João Ferreira de Araújo], etc. E aí, o que é que eles fizeram? Como é que eles acomodaram oito procuradores de primeira categoria? Pegaram uma sala, botaram quatro mesas, duas a duas mesas de frente umas às outras e uma passagem estreita, um por trás do outro, ficava todo mundo ali. Mas, quando eu cheguei, na verdade, isso aí ainda não tinha sido feito, então o que é que a gente tinha que fazer? Por exemplo, eu cheguei, [Carlos] Frederico [de Oliveira Pereira] também estava trabalhando aqui, nós tínhamos que dividir a mesa. Se eu chegasse e tivesse uma mesa vazia, eu sentava e fazia o meu trabalho, senão tinha que pegar minhas coisas e ir embora. Não tinha onde trabalhar, não tinha mesa ou cadeira, não tinha nada, até que foi construído o prédio, ali defronte à Receita Federal. Eu fiz parte da comissão da obra, desde a licitação. Tínhamos o apoio do diretor-geral Dr. Nelson Marabuto, uma máquina de trabalhar, o que facilitava muito nossa missão.

O novo edifício tinha mobiliário novo, tudo adaptado, e para nós era, realmente, um alívio muito grande. Foi uma revolução! Aquele prédio tinha duas garagens separadas, e nós tentamos fazer uma garagem só, no subsolo, para interligar o desvio da rede, pois no meio, embaixo, passava uma rede de águas pluviais e uma rede de esgoto, e o Governo do Distrito Federal (GDF) não permitiu a interligação. Uma garagem ficou só para os carros oficiais; e a outra garagem, para os membros poderem guardar o carro. Quando nos mudamos para cá, eu tentei ainda conversar, na época, com a [Maria] Ester [Henriques Tavares] e com a Cláudia [Márcia Ramalho Moreira Luz] para ver se nós conseguíamos manter aquele prédio para deixar a Procuradoria de Justiça Militar em Brasília lá... Na época, não tinha Auditoria ainda, mas, ao menos, a PJM/DF ficaria independente e ficaria mais perto do Tribunal. Mas, prevaleceu o entendimento de que, se nós ficássemos todos juntos, teríamos um custo menor em termos de manutenção, vigilância, uma série de coisas. Então, de fato, essa sem dúvida foi melhor, à época. Hoje a Procuradoria de Brasília, se lá estivesse, estaria defronte às atuais auditorias. Nem dava para insistir. Ambas lutaram muito pela obtenção do terreno e verba para a construção do magnífico prédio que a Procuradoria-Geral tem hoje.

Memória MPM – Em que ano o senhor chegou a Brasília?

Mário Sérgio Marques Soares – Em 1992, e o prédio do Setor de Autarquias, o primeiro próprio do MPM, foi inaugurado no final de 1995¹³. Foi quando,

¹³ A construção do Edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça Militar teve início em 11 de outubro de 1993, sendo concluída em 21 de novembro de 1995. A inauguração do prédio ocorreu em 14 de dezembro de 1995.

inclusive, mudou a nossa Lei¹⁴, finalmente criando os cargos de subprocurador-geral de Justiça Militar, que passaram para 13. Essa Lei nº 8.975¹⁵, transformou os cargos da carreira do Ministério Público Militar. Eu falei que, quando chamaram para promoção por antiguidade, e eu disse que não podia, e ninguém quis vir para Brasília, então, quem pegou essa promoção foi o [Carlos] Frederico [de Oliveira Pereira], promovido a procurador de primeira categoria, antes que eu, dois, três meses. Aí, depois, quando houve promoção a subprocurador-geral [de Justiça Militar], foi uma promoção conjunta, e nessa promoção conjunta, prevalece a antiguidade pelo tempo de Ministério Público. Assim, eu fiquei como mais antigo que ele. Teoricamente, ele seria o mais antigo, se a promoção não fosse simultânea. E, hoje, ele é o decano, embora seja um rapaz novo ainda. Graças a Deus, vai ter muito tempo desse decanato dele.

Memória MPM – Quais as principais lembranças de quando chegou a Brasília, promovido a subprocurador-geral de Justiça Militar?

Mário Sérgio Marques Soares – Primeiro, foram as dificuldades, como eu disse. Não tínhamos espaço, não tínhamos local. A DDJ (unidade responsável

¹⁴ BRASIL. Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993. Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp75.htm. Acesso em: 19 jul. 2019.

¹⁵ BRASIL. Lei nº 8.975, de 6 de janeiro de 1995. Dispõe sobre a transformação de cargos da carreira do Ministério Público Militar e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8975.htm. Acesso em: 19 jul. 2019.

pela documentação jurídica), que era dirigida pela Sarah Oberman e com ela trabalhavam a Nilza [de Lourdes Dias], a [Maria] Eugênia [Eloi Leitão], a Marleide... Eram quatro datilógrafas. A gente fazia o parecer à mão, passava para elas, que nos devolviam, a gente conferia e assinava. Era assim que funcionava! Eu tinha uma certa preferência pelo trabalho da Nilza, ela sempre foi muito criteriosa, sem desmerecer nenhuma das outras. Marleide era uma excelente datilógrafa. Eugênia também trabalhava muito bem. Todas elas! A questão toda era de afinidade e outra coisa, ela, Nilza de Lourdes Dias, era mais acessível. Eu gosto das margens um pouquinho maior... Umas usavam o afastamento muito pequeno e, quando se colocava a peça no processo, tinha que ficar puxando para ler, então essas coisas assim... Tive muita facilidade com a relação à Nilza, tanto que assim que pude ela ficou como minha assistente até a aposentadoria.

Memória MPM – E como era a atuação dos subprocuradores-gerais de Justiça Militar quando de sua promoção ao cargo?

Mário Sérgio Marques Soares – Naquela época, o doutor Milton [Menezes da Costa Filho] não permitia que ninguém fosse à sessão do Tribunal, além dele. Isso foi uma briga que eu comecei e disse que não era razoável porque nós tínhamos que ter representação no Tribunal. Se você dava parecer, tinha que sustentá-lo oralmente, nossa atuação não poderia ser exclusivamente escrita. Procurador-geral tudo bem, ele vai à Corte, mas a gente também tinha que ter representação no Tribunal, e acabou que essa tese depois prevaleceu, e nós passamos a ir ao Tribunal. No período, o ministro [Antonio Carlos de] Seixas Telles começou a questionar. Disse: “Não, eu acho que não pode. A

representação perante o Tribunal é do procurador-geral.” Inclusive, havia uma certa prática, isso nos tempos anteriores à nossa Lei Orgânica e à Constituição de 1988. Você dava o parecer, e o procurador-geral colocava o aprovo, de acordo, entendeu? Não, eu não sou assessor jurídico, lamento profundamente, se eu fosse assessor jurídico tudo bem, dava um parecer ao procurador-geral, mas como estou me manifestando nos autos não cabe tal prática. Naquele tempo apenas o Milton Menezes, procurador-geral, usava o elevador privativo do STM. Fomos aos poucos conquistando nosso espaço.

Memória MPM – A partir de quando os senhores passaram a representar no Tribunal?

Mário Sérgio Marques Soares – Foi com o doutor Kleber [de Carvalho Coêlho, em sua gestão. Ele começou alternando com o vice-procurador-geral de Justiça Militar, que era o Péricles [Aurélio Lima de Queiroz], e depois, conosco. Falei com ele: “Kleber, isso não é razoável!”

Memória MPM – Como era a relação com o procurador-geral Kleber de Carvalho Coêlho?

Mário Sérgio Marques Soares – O Kleber não era uma pessoa muito fácil, mas também não era uma pessoa difícil, tinha uma maneira de chegar a ele, sabe? Ele, uma vez, brigou e parou de falar comigo. Olha como são as coisas. Quando o Marco Antonio Pinto se aposentou, nós fomos fazer uma eleição para o cargo de chefe do Ministério Público Militar. Mas ninguém queria se candidatar. O

Kleber era o primeiro candidato, e todo mundo achava que ele iria brigar com a pessoa que também se candidatasse. O presidente da Comissão Eleitoral foi me procurar, acho que era o [João] Ferreira [de Araújo]... e disse o seguinte: “Nós estamos com dificuldade para fazer a eleição para procurador-geral de Justiça Militar, não tem candidato, só o Kleber, fica chato demais! Bote seu nome”. Eu disse: “Não faço questão de ser procurador-geral. Não vim para cá para ser procurador-geral. Eu estou tranquilo aqui, vou deixar como está, não quero me meter nisso, não!” “Não! Mas ajuda a gente...”, disse ele” Falei: “Vou pensar!” E o tempo foi passando, e ninguém se candidatava, já estava chegando ao final do prazo, acho que faltava dois ou três dias, sei lá, uma coisa assim. O próprio Péricles [Aurélio Lima de Queiroz] veio falar comigo também... Falei: “Bom, então faz o seguinte, bota meu nome aí, não faço a menor questão de ganhar, não vou ligar para ninguém, não quero saber de nada. Mas é só para compor?” “É!” “Tá bom, então, bota meu nome!” O Kleber, quando soube, falou: “Nós fomos colegas, amigos de Salvador, e agora você me dá essa apunhalada nas costas, como meu adversário...” Falei: “Eu não sou seu adversário, quando muito seria concorrente! Eu sou seu colega, nós estamos aqui fazendo uma coisa para você...” “Não! Mas, por que isso? Por que aquilo?” Foram dizer para ele que eu estava fazendo campanha. Eu nunca fiz campanha de droga nenhuma! Aí, pois bem, ele ficou com raiva de mim, passou o tempo, quando chegou no último dia, apareceram oito candidaturas: Roberto Coutinho foi candidato, não sei mais quem... O que apareceu de candidato, falei: “Olha, é a hora de eu retirar meu nome, mas ia ficar mal tirá-lo. Quer saber de uma coisa, deixa para lá, já tem bastante gente, agora fazem a eleição...” E o Kleber, realmente, ganhou a eleição disparado, teve uma votação expressiva, e ele foi bom administrador, mas tinha um temperamento meio complicado. Entrava na sala, obrigava servidor a ficar de pé, essas coisas assim, porque o procurador-geral [de Justiça

Militar] entrou... Se ele fosse em um lugar e não tivesse uma unidade militar, não tivesse uma guarda esperando por ele para fazer continência, ele virava as costas e ia embora. Era o temperamento dele.

Um dia, eu ia andando pelo corredor da PGJM, e ele vinha em sentido contrário e abaixou a cabeça assim, olhou para o lado e veio andando, chegou pertinho de mim, e eu botei o pé na frente dele, bati o pé forte, e ele tomou aquele susto... Falei: "Kleber, não foi essa a educação que sua mãe te deu! Ela tinha tanto carinho com você... Nós fomos amigos há anos, você virar as costas para mim, passa por mim e vira a cara, não vai me dar um bom dia?" Aí, ele virou para mim e disse assim: "Bom dia!" E continuou, sabe? Um dia, eu estava andando na W3 Sul, na 512 (quadra), em Brasília/DF, onde tem uma loja que vende bandeirinha e mais um monte de coisas. Passando pela porta a pé, olhei e vi que uma das bandeirinhas, daquelas de colocar sobre a mesa, era do Estado da Bahia. Comprei e, no outro dia, fui para a Procuradoria-Geral. Não falei nada, cheguei mais cedo, entrei no gabinete dele, ele não estava lá, botei a bandeira da Bahia em cima da mesa dele e fui trabalhar. Estou lá, no meu canto, tranquilo, trabalhando, daqui a pouco, ouvi baterem na porta, falei: "Entra!" Era ele, que olhou para mim e falou: "Já sei, foi você que botou aquela bandeira da Bahia em cima da minha mesa..." Falei: "Vai brigar comigo por causa disso também?" "Não, você é um casmurro, é isso e aquilo tal, mas eu gosto de você..." Então, apertou minha mão, agradeceu a bandeira, foi embora e voltou a falar comigo. Para você ver como as coisas são? É isso...

Memória MPM – E como ficou o processo de escolha do procurador-geral de Justiça Militar com a promulgação da Lei Complementar nº 73/95?

Mário Sérgio Marques Soares – A realidade é a seguinte, quando a Lei Complementar nº 75, de 1993, foi editada, em maio, começou-se a questionar algumas coisas. Primeiro, que se dizia que o procurador-geral tinha que ser eleito, e o Milton Menezes da Costa Filho não fora eleito, fora nomeado pelo presidente da República. Inclusive, discutia-se quem ia nomear, se era o procurador-geral da República, se era o presidente da República, porque a coisa ficou ainda assim muito incipiente, esqueceram-se de inserir algumas coisas na nossa Lei Orgânica... Veja bem, os conselhos superiores de outros órgãos são compostos por dez membros: procurador-geral, vice e mais oito membros. E o nosso Conselho Superior é composto por 13 membros porque, na época da nossa Lei Orgânica, nós éramos cinco subprocuradores-gerais. Depois, em 1995, passaram para 13 integrantes. Eles iam fazer uma composição no Conselho Superior do Ministério Público Militar com cinco membros. Eles podiam até estabelecer “de até X membros”, por exemplo, “até seis”, “até oito”, ou “até dez”, o que fosse... Eu não sei qual seria a melhor solução legislativa, mas diante de uma quantidade numérica muito pequena de subprocuradores-gerais, eles entenderam de colocar que os subprocuradores-gerais seriam do Conselho Superior. E aí, nós ficamos membros natos do Conselho Superior. Então, a nossa Lei Orgânica tinha dessas coisas.

Quando chegou o final do mandato do Milton [Menezes da Costa Filho], que havia sido nomeado pelo Presidente da República, houve mudança de governo também, e aí o que se decidiu? Fazer uma eleição para escolha do procurador-geral, e o Milton ganhou. Ele foi procurador-geral durante dez, doze anos tinha expectativa, e justa de ir para o Tribunal como ministro. Mas, por alguma razão e por questões políticas, isso não aconteceu...

Quando o presidente da República José Sarney assumiu, ele acabou nomeando como procurador-geral o George [Francisco] Tavares, que tinha uma expectativa de passar um certo tempo... Eu ainda estava em Manaus, quando o George Francisco Tavares foi nomeado procurador-geral de Justiça Militar. Uma vez ele me ligou para pedir que eu recorresse em um processo com relação a um oficial, um tenente do Exército, hoje General de Exército, que não vem ao caso aqui mencionar o nome. Eu havia pedido a desclassificação do crime de homicídio para violência contra inferior, mas já estava prescrito, então respondi: "Doutor, eu não vou recorrer da sentença, se o senhor quiser mande outro aqui fazer, porque eu não vou fazer isso." Então, isso foi antes da nossa Lei Orgânica, foi ainda em 1985 ou 1986, nessa faixa, mais ou menos. Ele ficou meio sem graça e disse que eu resolvesse o que fosse melhor. Assim fiz.

Depois do George Tavares, veio o [Francisco] Leite Chaves. E aí, a questão política foi que, de repente, quando vagou... A expectativa do George [Francisco] Tavares era ir para o STM e, quando surgiu a vaga, o presidente da República não o nomeou como ministro. Assim, ele virou as costas, foi embora, pediu exoneração, largou o Ministério Público Militar. Estava aqui como procurador-geral, aguardando a vaga no STM, era pelo menos o que se dizia na época e que se confirmou quando surgiu a vaga. Ele não foi nomeado e resolveu ir embora, até porque ele não tinha afinidade nenhuma com a Justiça Militar. "Era um advogado brilhante", dizem. Eu nunca atuei com ele e nem vi atuação dele, mas enfim...

O senador [Francisco] Leite Chaves teve uma atuação muito boa conosco, tanto que ele esteve aqui, foi festejado aqui também, no evento nosso do lançamento do Centro de Memória. E ele, de fato, foi uma pessoa que agregou muito, fez

reunião com todos os membros, um pouco depois da nossa posse, em Fortaleza, CE. Reuniu todos, tipo Colégio de Procuradores, mas este não existia até então. Ele nos levou para Fortaleza para que tivéssemos confraternização, nos congregássemos, discutíssemos e traçássemos a Instituição. Foi uma coisa para mim até inesperada. Eu não esperava que uma pessoa, digamos assim, de fora da Instituição, tivesse essa visão, e que realmente foi muito interessante. Agora, depois, surgiu de novo a vaga com a saída dele, e aí, a essa altura, o Eduardo [Victor] Pires Gonçalves, irmão do ministro do Exército, foi nomeado procurador-geral, e o Milton [Menezes da Costa Filho] entendeu isso. Na realidade, nesse período em que o Eduardo foi nomeado procurador-geral, o Milton Menezes foi o vice dele e era quem fazia as sessões no Tribunal. Só que, quando surgiu a vaga do MPM no STM, que gerava também expectativa no Milton, quem foi nomeado para ministro foi o Eduardo. Ele aposentou em 1994, abrindo novamente a vaga de Ministro. O Olympio [Pereira da Silva Junior] foi para o Tribunal. Foi outubro ou novembro de 1994. Ele tomou posse na mesma ocasião que o almirante de esquadra, Carlos Eduardo Cesar de Andrade, posse conjunta. Com a posse do Olympio como ministro do STM em novembro de 1994, o Milton Menezes da Costa Filho aposentou. E aí, abriu a vaga de procurador-geral, foi quando nós fizemos a eleição e o [José Carlos] Couto [de Carvalho] foi praticamente aclamado como o preferido, com uma maioria esmagadora, mas o PGR acabou nomeando o Marco Antonio Bittar como procurador-geral. Depois da nomeação correu notícia de que o PGR queria que a dra. Marluce fosse reconduzida como procuradora-geral do MPDFT, cargo de nomeação do Presidente da República, mas dependia da manifestação do governador do Distrito Federal junto ao Presidente, sendo que o governador do DF teria feito um pedido ao PGR para nomear o Bittar como procurador-geral do MPM. Diziam, na época, que com essa troca o

presidente da República reconduziu a dra. Marluce e o PGR nomeou o Marco Antonio Bittar. Coube ao Bittar fazer a inauguração do prédio próprio em 1995 e ficou uma ano e meio de mandato como procurador-geral e em seguida pediu aposentadoria.

Memória MPM – E os órgãos internos do MPM, Conselho Superior, Corregedoria, Câmara de Coordenação e Revisão, como reagiram à nova estrutura institucional?

Mário Sérgio Marques Soares – A partir de 1994, 1995, depois da nossa mudança, que foi a formação dos órgãos do Ministério Público Militar, dentro do perfil que foi dado pela Lei Complementar nº 75, de 1993, até porque nós não tínhamos sequer espaço para formalizar esses órgãos. O espaço ocupado no prédio do STM era insuficiente para a estrutura anterior à Lei Complementar 75/93, imagine com a nova estrutura?? Ainda no prédio do STM se instalou uma Corregedoria sem estrutura, digamos assim, de qualquer maneira. O Conselho Superior ainda era de cinco membros, subprocuradores-gerais, então se reuniam no gabinete do procurador-geral. Mas eles não delimitaram quase nada. Só a partir da nossa mudança e do aumento dos cargos de subprocurador-geral para treze membros, nós começamos a criar toda a organização do Conselho Superior, a normalização do Ministério Público, criar os regimentos internos dos órgãos. Isso tudo foi criado com a nossa contribuição já no prédio novo. Imagine o seguinte, a própria promoção nossa, que foi simultânea, no início de 1995, foi complexa, porque tinha que promover um por antiguidade, outro por merecimento, mas tudo em um mesmo momento, sair tudo em um ato só, pois os cargos foram todos criados conjuntos.

Inclusive, nós chegamos a ingressar com uma ação, para receber a diferença de procurador de primeira categoria para subprocurador, desde a edição da nossa Lei Complementar 75/1993, porque aconteceu o seguinte: até a sua edição, quem dava parecer em processo do Tribunal eram os procuradores de primeira categoria e os subprocuradores-gerais que eram, na verdade, cargos em comissão convertidos em cargos da carreira... Quem funcionava perante o Superior Tribunal Militar eram todos, tanto os procuradores de primeira categoria quanto os subprocuradores-gerais. Era uma coisa até meio indefinida. Quando veio a nossa Lei, o que ela fez? "Os procuradores de primeira categoria passaram a ser denominados Procuradores da Justiça Militar, com exercício perante as Auditorias..." Então, falei: "Vou voltar para Juiz de Fora." Ainda mantínhamos nossa casa própria lá. Acontece que, já com a preocupação do retorno de alguns, já que a LC nº 75/93 não criou cargos de subprocurador-geral, colocaram lá em um dos artigos, salvo engano, 274, que "até que sejam criados novos cargos de Subprocurador-Geral da Justiça Militar, os atuais Procuradores Militares de 1^a Categoria, cujos cargos passam a denominar-se Procuradores da Justiça Militar e que estejam atuando junto ao Superior Tribunal Militar, ali permanecerão exercendo suas atribuições". Então, por uma disposição legal, nós continuamos atuando perante o STM, de maio de 1993, até a criação dos novos cargos, no início de 1995. Como exercíamos a mesma atividade dos subprocuradores-gerais, entendíamos que deveríamos receber os mesmos vencimentos. Perdemos em primeiro grau e nosso advogado não recorreu e a sentença transitou em julgado.

Aliás, houve até um negócio interessante! Com a Constituição de 1988, nós acabamos perdendo um cargo por erro administrativo. Os cargos do Ministério Público eram criados de uma forma muito "atabalhada", tanto que se você

olhar, por exemplo, vamos lá? Você tem aqui: Criação da Auditoria da 10^a Região Militar, Lei nº 4.163, o que ela diz:

Art. 1º Fica criada na 10^a Região Militar, Estados do Maranhão, Piauí e Ceará, uma Auditoria (Decreto-lei número 925, de 2 de dezembro de 1938), com jurisdição cumulativa no Exército, Marinha e Aeronáutica.

Parágrafo único. A sede da Auditoria de que trata este artigo, coincidirá com a da Região respectiva.

Art. 2º Para a composição do quadro funcional da Auditoria de que trata a presente lei, são criados, na Justiça Militar, os seguintes cargos:

[...];

1 de Promotor de 3^a categoria;

Criado onde o cargo de promotor de terceira categoria? Na Justiça Militar, que não tinha promotor? Então foi aquilo que eu falei no início, vinha daquela cultura... Os próprios concursos eram para uma carreira única dentro da Justiça Militar. Era advogado de ofício e procurador dentro da Corte Castrense. Só que com a Lei nº 1.341, de 30 de janeiro de 1951, o Ministério Público era organizado fora dos órgãos do Judiciário, vinculados ao Ministério da Justiça.... Pois bem, a mesma coisa com a criação da 2^a Auditoria de São Paulo, e assim, sucessivamente. Cria-se a 12^a Auditoria de Manaus, a mesma coisa, salvo engano, foi a última, já em 1979. Aliás, você pode ver que a redação não mudava, se pegar uma legislação de 1900, sei lá quando, até 1979, todos faziam isso: “A composição para o quadro funcional, de pessoal da Auditoria,

são criados na Justiça Militar...” Agora, já esse veio diferente: “[...] são criados no Ministério Público da União junto à Justiça Militar, um procurador de terceira categoria...” E assim por diante.

Memória MPM – O senhor falou da vaga que o MPM perdeu...

Mário Sérgio Marques Soares – Pois é, o que aconteceu? A Lei nº 6.788, de 1980, estabeleceu o seguinte:

Art. 7º Os atuais Substitutos de Procurador do Trabalho Adjunto passam a denominar-se Substitutos de Procurador do Trabalho de 2ª Categoria, constituindo um Quadro Suplementar. Essas funções serão extintas à medida em que se vagarem, vedadas novas nomeações a partir da vigência desta Lei.

Art. 12. Aos atuais Substitutos de Procurador Militar, que passam a denominar-se Substitutos de Procurador Militar de 2ª Categoria, aplicam-se as disposições do art. 7º e seu parágrafo único desta Lei.

Então, a partir dessa legislação, não se podia nomear mais ninguém como substituto. O quadro passou a estar em extinção. À medida que vagava um cargo por aposentadoria, demissão ou por morte, ele era extinto. Mais adiante, nessa mesma Lei, vieram as disposições sobre os cargos de procurador. Nessa época, eram 44 cargos de substituto e 22 de procurador de segunda categoria. Nós éramos 66, na categoria, ao todo; mas, da carreira, eram 27. Ou seja, 27

mais 44, dariam 71. Na época, vigentes dispositivos emanados da revolução de 64, não se fazia concurso para promotor da Justiça Militar. Então esses 44 substitutos eram nomeados e não tinham estabilidade que, depois, adquiriram pelo exercício contínuo por certo prazo. Reconheceu-se na Justiça que, depois de exercerem o cargo ininterruptamente durante três ou cinco anos, me parece, eles passariam a ter estabilidade, que era a regra prevalente antes da Constituição de 1988, não podendo ser demitidos, dispensados, mas também não faziam parte da carreira, logo, não podiam ser promovidos. Inclusive, aqui fala que eles não poderiam integrar a carreira: “Aos integrantes do quadro suplementar é vedado o ingresso nos cargos iniciais da carreira, salvo mediante concurso público de provas e títulos, caso em que não ficaram sujeitos ao limite legal de idade.” Eu, por exemplo, fui nomeado no limite de idade, pois fui nomeado e empossado em fevereiro de 1985 e em agosto ia fazer 36 anos. Na época o ingresso no serviço público, fosse para qualquer cargo de carreira, apenas admitia-se até os 35 anos. Para você ver, eu passei raspando de várias formas, mas enfim...

Mas, o que aconteceu? Quando veio a Constituição de 1988, possivelmente com a ajuda do Eduardo Victor Pires Gonçalves, que era desse quadro em extinção e irmão do ministro do Exército no governo Sarney, inseriu-se na Carta Magna um dispositivo de que os substitutos, passavam a integrar a carreira. Era uma aspiração justa de quem já estava no MPM há mais de dez anos. Isso impactou inclusive na nomeação dos aprovados no concurso. Alguns tiveram dificuldade para a nomeação porque o Milton Menezes da Costa Filho, então procurador-geral de Justiça Militar, primeiro nomeou alguns do concurso, mas com a Constituição prestes a ser promulgada em outubro alguns começaram a pressionar o Milton Menezes a aguardar a promulgação para

preservar antiguidade sobre os que seriam nomeados. Já o pessoal concursado estava ansioso para entrar antes da promulgação, pois ninguém sabia o que aconteceria como ficariam as vagas existentes após o ingresso na carreira dos integrantes do quadro, até então, em extinção. Eram uns trinta e tantos dos 44, pois alguns já tinham aposentado, outros tinham falecido, e assim por diante. O Milton acabou nomeando o pessoal concursado antes de promulgada a Constituição em 05 de outubro.

O importante é que após a promulgação da constituição, portanto, não se deveria mais falar em extinção de cargo por aposentadoria ou morte, pois agora todos os cargos eram da carreira. Quando chegou no final de outubro ou em novembro faleceu o colega nosso, Marcos Dantas Hardman, oriundo do quadro em extinção, mas que já integrava a carreira, em face da promulgação da Constituição. Entretanto, desavisada, a área de pessoal que todo início de janeiro elaborava a lista de antiguidade da carreira, acostumada até o ano anterior a riscar da lista do quadro suplementar os cargos que haviam vagado por aposentadoria ou morte, riscaram o cargo do Marcos Hardman e esse cargo nunca foi preenchido. Até janeiro de 1988, a antiga Divisão do Pessoal fazia assim: elaborava a primeiro a lista da carreira, começando pelos subprocuradores-gerais, os procuradores de primeira categoria e os procuradores de segunda categoria. Depois relacionava o quadro suplementar, com a relação de antiguidade desse quadro. Então, se você pegar, por exemplo, o boletim de serviço até outubro de 1988, vai ver que na contracapa, no iniciozinho, tem todos os integrantes da carreira e os do quadro suplementar, em separado. Quando morria ou aposentava alguém, ele simplesmente era riscado, o cargo era extinto e já não aparecia no boletim seguinte, só que a área nossa de pessoal não se ateve à Constituição de 1988. Então, o Marcos Dantas Hardman

faleceu em novembro de 1988, salvo engano, depois da promulgação da Carta Constitucional, e ele já fazia parte da carreira. Quando publicaram a relação do quadro em janeiro, excluíram ele, o cargo dele, e nós ficamos sem o cargo dele, desde a sua morte até 1995 quando houve a reformulação da carreira.

Memória MPM – Mas alguém ocupou essa vaga em 1995?

Mário Sérgio Marques Soares – O que aconteceu em 1995? Nesse ano, nós tivemos a Lei n° 8.975, que estabeleceu o seguinte:

Art. 3º A Carreira do Ministério Público Militar, estruturada no art. 119 da Lei Orgânica do Ministério Público da União, passa a ter a seguinte composição: Subprocurador-Geral da Justiça Militar – treze cargos; Procurador da Justiça Militar – vinte e um cargos; Promotor da Justiça Militar – quarenta e dois cargos.

Ou seja, o passado não importava mais. O que eles fizeram? Quantos membros são hoje? Tanto! Então, vamos fazer assim, e nós perdemos um cargo. Era para ter sido já 22 de 44 ali, só que a relação de cargos que a Procuradoria administrava, excluía o cargo do Marcos [Dantas] Hardman. Aí, um dia, eu comecei a fazer um levantamento, peguei os boletins de serviço nossos e comecei: “Mas, espera aí, por que ficou um a menos?” Desde 1989 a início de 1995, ficamos sem prover esse cargo, pois a área de pessoal achando que ele tinha sido extinto o excluiu da relação de cargos e ficamos seis anos sem prover esse cargo do Marcos Dantas Hardman. Nós perdemos esse cargo por um erro, um equívoco administrativo.

Memória MPM – O senhor voltou a concorrer ao cargo de procurador-geral?

Mário Sérgio Marques Soares – Não, não me recordo, não me lembro de ter concorrido de novo, não. Se concorri, também não dei importância. Foi desses assim “bota o nome para compor...” Eu acho até difícil, na recondução do Kleber [de Carvalho Coêlho], eu fui presidente da Comissão Eleitoral, e só teve ele de candidato. E o Geraldo Brindeiro, então procurador-geral da República, me chamou e mandou devolver a lista para mim: “Eu quero uma lista tríplice!” “Mas eu não tenho uma lista tríplice para te apresentar...” “Mas é obrigatório, eu quero escolher um nome...” “Mas se nenhum colega quer concorrer, eu não posso obrigar ninguém a vir a ser candidato... Se você só tiver apenas um candidato faz o quê?” Falei com ele: “Para todo lado que você ia, levava o Kleber, então se criou uma mística de que você ia escolher o Kleber qualquer que fosse o mais votado. Como o Kleber brigava com os seus concorrentes, ninguém quis”. Eu estou falando isso porque eu fui pegar a lista, pois era o presidente da Comissão Eleitoral, e os colegas diziam: “Olha, não quero brigar com o Kleber, não. Vai ser ele mesmo, depois vai me prejudicar aqui dentro, nisso, naquilo...” Falei: “Não é possível gente!” Contava meu caso: “Eu também saí candidato e, depois, ele entendeu isso. Não é por aí. Ele tem primeiro aquele arroubo de você ser adversário, mas é preciso termos outros candidatos... Ninguém quis e ele foi candidato único. Depois falava com muita vaidade, que ele tinha sido eleito “com não sei quantos porcento!” “92 ou 89 porcento...” Só tinha ele de candidato! Com a conversa com o Brindeiro foi que vi que, na realidade, o Brindeiro não queria o Kleber e que as tantas vezes que ele “convidava” o Kleber para viagens ou eventos era buscado pelo nosso colega, que cavava a participação. Penso que o Brindeiro queria outra opção.

Memória MPM – O senhor foi corregedor-geral, chegou a aplicar alguma punição?

Mário Sérgio Marques Soares – Fui corregedor-geral por duas vezes. Fui também presidente do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais. Apliquei, instaurei inquérito e processo administrativo... O que chegava para mim eu apurava e levava ao Conselho Superior. Peguei uns casos complicados, de colega hoje aposentado, com problema no Rio de Janeiro e tudo o mais. Um processo administrativo contra um colega é difícil. Primeiro, você tem um corregedor-geral, que faz parte do Conselho Superior, e não deveria fazer parte, mas ele é um subprocurador-geral, então lá, ele vai relatar o caso, mas não pode votar, está impedido de votar. Ele vai instaurar um procedimento de uma colega ou um colega. Se ele instaurar uma sindicância, tem que designar uma comissão de sindicância com três membros, que têm que ser mais antigos que o colega. Se transformar em processo, em inquérito administrativo, tem que ter outros três membros mais antigos. Chega a um ponto que você tem que ter, pelo menos, umas dez pessoas envolvidas em uma investigação, por isso, na época em que eu era corregedor-geral, eu avisei os colegas. Tinha um problema, falei alto e em bom som: “Eu não instauro mais sindicância, se eu fizer uma apuração sumária e verificar que há qualquer indício, eu vou instaurar já inquérito administrativo, eu não vou mais instaurar sindicância...” Porque os integrantes da comissão de sindicância ficavam impedidos de participar do inquérito, os membros do inquérito impedidos de participar do processo, e chegava a um ponto que numa carreira pequena como a nossa não tinha mais quem participasse... Quando eu ia fazer designação os colegas começavam: “Ah, não, eu sou amigo... Ah, não, eu não sei o quê... Ah, eu estou suspeito porque eu já conhecia, eu já sabia, não quero fazer parte...” “Isso daqui não é querer, estou designando”. Eu designei uma

comissão e foi uma dificuldade, foi muito difícil. Foi por isso que resolvi que se chegasse irregularidade ao meu conhecimento, eu ia fizer uma apuração sumária, verificar que se tinha um mínimo de procedência e, caso positivo, eu instauraria um inquérito administrativo. E instaurei alguns, bem uns três, em um momento de transição em que eu tinha saído da Corregedoria, mas o corregedor estava de férias. Um fato ocorrido em janeiro, gravíssimo, que envolveu colegas e bens, e aí me chamaram de volta, para eu apurar esse fato, e eu apurei, infelizmente. Isso se transformou em um processo que foi parar no (STJ), e houve condenação, por coisa que eu lamento profundamente. Eram pessoas queridas, envolveu pessoas de quem eu sempre gostei muito, e eu sempre dizia: “Olha, uma coisa é o Mário Sérgio, seu amigo, e a outra coisa é o Mário Sérgio, membro fazendo sua missão, e eu vou cumprir minha missão com dor, mas vou.”

Memória MPM – E na Câmara de Coordenação e Revisão (CCR)...

Mário Sérgio Marques Soares – Na Câmara [de Coordenação e Revisão (CCR)], fui também, participei várias vezes. Achava uma atividade interessante, uma atividade revisional. A CCR sempre foi muito mais de revisão, que de coordenação. Havia uma certa dificuldade, digo assim, porque os Ministérios Públicos estaduais não têm Câmara de Coordenação e Revisão... Então, quem faz esse trabalho na verdade, hoje, a parte de Revisão, é o procurador-geral no estado, e quem faz a parte de Coordenação é o corregedor. É um limbo ainda que ficou com certa dificuldade. E a Câmara, ela funcionou de início com muita dificuldade, porque colegas não aceitavam o papel desse órgão, tanto os colegas de primeiro grau, quanto os colegas de segundo grau, pois alguns colegas de peso (o [Carlos] Frederico [de Oliveira Pereira], o Edmar [Jorge de Almeida]

e outros), que na época fizeram parte da [CCR], foram devolver ao Kleber [de Carvalho Coêlho] o cargo. Disseram: “Nós não vamos participar da Câmara neste formato.” Porque entendiam que a Câmara tinha que ser de resolução, não uma Câmara de opiniamento e o procurador-geral decidir, entendeu? A questão é que, de acordo com a Lei Processual, o procurador-geral é quem vai designar outro colega, se achar que a manifestação está equivocada, em termos de arquivamento, etc. Mas, então, você tem ali uma questão ainda que até hoje não foi bem resolvida, entendeu? Hoje, a Câmara funciona ainda em comum com o procurador-geral, mas sempre causa um certo desconforto quando ela entende de um modo e o procurador-geral de outro, arquiva ou ele designa outra pessoa, e nós já tivemos casos de preferência mesmo até na atividade-fim, então isso aí, é uma coisa que um dia o Ministério Público da União vai ter que decidir bem. Houve uma época em que o [Cláudio Lemos] Fonteles, enquanto procurador-geral da República, passou para a Câmara a deliberação. Depois, se discutiu o seguinte: “A Câmara de Coordenação e Revisão tem poder realmente de designar um colega para atuar? Ela pode tomar determinadas decisões que têm implicação administrativa? Pode nomear um colega? Pode fazer alguma coisa designando para aqui ou para ali?” Então, essa é uma questão que até hoje ainda não foi bem resolvida, no que diz respeito à Coordenação da Câmara de Coordenação e Revisão, porque esta é um órgão presente no Ministério Público da União que não tem uma representação institucional como tem, por exemplo, a Corregedoria, que se relaciona com os corregedores dos demais Ministérios Públicos, mas que tem uma atuação mais limitada à parte de, digamos assim, regularidade funcional ou não. A Corregedoria vai mais em cima da conduta funcional e pessoal, e não da parte de coordenação de atividade. Então, a Câmara ainda tem um campo muito grande para crescer nessa parte de coordenação de atividade.

Memória MPM – O senhor também teve bastante atuação nos Concursos para Promotor de Justiça Militar, nas bancas examinadoras. Como foram essas experiências?

Mário Sérgio Marques Soares – Eu tive bastante participação, foram experiências interessantes, porque nós tínhamos candidatos fortíssimos que, às vezes, ficavam para trás, outros que se recuperaram. Eu nunca me furtei a reconhecer meus erros como examinador, nunca tive essa vaidade de achar que eu sou infalível. Nunca fui assim e não estou fazendo comparação de nada, eu acho que as bancas examinadoras aqui sempre funcionaram um pouco assim, reconhecendo seus erros. Então, por exemplo, a questão do concurso, nós fazemos a elaboração das provas, sempre buscamos um sigilo absoluto, nunca tive uma noção de que pudesse haver vazamento aqui dentro do Ministério Público Militar. Os concursos sempre foram feitos de uma forma muito isenta, e mais, depois os candidatos sempre tiveram liberdade de questionar a formulação da pergunta, dos gabaritos, etc. Eu, por exemplo, nas matérias que atuei como examinador, procurei fazer uma avaliação que ficasse, digamos assim, da forma mais objetiva possível, embora em uma prova subjetiva. Então, o que eu fazia? Eu formulava até alguns gabaritos. Então, por exemplo, uma denúncia, eu enumerava determinados pontos de uma denúncia: o candidato deveria observar a prescrição de determinado crime, a capitulação do crime e assim por diante. Ia pontuando aqueles fatos, entendeu? Às vezes, o candidato não entendia isso por hipótese e queria que eu considerasse outras coisas fora daquilo dali, mas aquele meu contexto de avaliação fazia com que eu não cometesse injustiça em relação a ninguém.

Pegamos aqui concurso com 1.200 candidatos fazendo prova objetiva, e depois 300 fazendo prova subjetiva, e você tem prazo para corrigir tudo isso, então, de

repente, alguma coisa foge, e o candidato vai e reclama: “Olha, eu fui reprovado, mas a minha questão tal e tal não foi corrigida.” Quer dizer, na verdade, você olha ali, às vezes, ela está corrigida, e o ponto não foi somado. Então, isso tudo pode acontecer. Eu acho que é interessante, nunca achei ruim de candidato recorrer de pontuação, acho que é válido, é um trabalho dobrado, é um trabalho hercúleo, os membros da comissão trabalham muito! Muito mesmo! E, até hoje, nós podemos dizer o seguinte, que dos últimos concursos para cá, desses todos, pelo menos, dos que eu participei, eu vejo que são todos colegas de muito valor. Nós temos colegas que têm destaque como doutrinadores, em posições de recurso, todos têm merecido um reconhecimento de sua atuação, até onde eu sei, e essa turma nova que entrou nos últimos concursos tem valorizado o Ministério Público, tem dado prova disso, tem buscado desenvolver um bom trabalho para o Ministério Público Militar, tem vestido a camisa. Isso daí é uma coisa que para nós é de muita alegria.

Memória MPM – E a questão associativa, o senhor ocupa cargo na Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM)?

Mário Sérgio Marques Soares – Ocupei e continuo ocupando. Esse último período, para mim, foi uma época difícil, porque eu, além da minha cirurgia, veio a aposentadoria num momento difícil. O nosso colega [Antônio Pereira] Duarte é muito valoroso, também o Marcelo Weitzel [Rabello de Souza], enfim, além do José Carlos Couto de Carvalho, que é uma referência na carreira e na associação ... Em várias gestões, eu participei. Ultimamente, até com a morte da minha mãe e da minha cunhada, esta última, foram três dias só de diferença, e eu tenho procurado dar um apoio maior à família. Eu tenho

uma irmã que largou tudo da vida dela para cuidar da mamãe e do papai, desde 2003, e quando meu pai faleceu, ela ficou morando perto da minha mãe. Depois se dedicou exclusivamente a cuidar da mamãe, morando junto e até dormindo com ela. E foi quem encontrou minha mãe falecida, de manhã, ao tentar acordá-la para tomar um remédio. Interessante, ela disse que ficou vendo um filme até por volta de duas horas da manhã, mamãe estava roncando, ela foi lá e acordou mamãe: “Mamãe, a senhora está roncando muito.” “Ah, é?” Quando foi de manhã, quando ela foi acordá-la para dar o remédio, mamãe tinha falecido.

Memória MPM – A publicação Histórias de Vida faz parte do Centro de Memória, e o senhor tem uma participação importante na formação desse espaço, gostaria que o senhor comentasse sobre isso.

Mário Sérgio Marques Soares – Para mim, foi uma alegria muito grande quando se decidiu pela realização desse trabalho. O Centro de Memória realmente não conta só o passado da Instituição, isso daí é um registro. Você pode procurar através de documentos, etc. Mas a vida da Instituição é contada por episódios de que a gente participa de certa forma, então isso daí enriquece a vida, eu penso assim. O que você vê hoje? Várias instituições que você conhece por título e não tem a menor ideia do que já aconteceu ali dentro. E é importante que a gente deixe esse registro, porque relata a experiência daqueles que passaram pela instituição. Por exemplo, eu gostava de ver o [Roberto Monteiro] Gurgel [Santos], ex-procurador-geral da República, falando sobre isso. Estive algumas vezes com ele falando sobre isso, e ele sempre dizia: “O Ministério Público é o resultado de uma construção coletiva”. E, de fato, é! Cada um de nós contribuiu

de alguma forma para o crescimento e desenvolvimento da Instituição. Eu vivi aqui dentro 32, 33 anos. Mesmo antes da nomeação, a gente vivia essa expectativa, frequentava Auditoria para ver como as coisas funcionavam, então, a gente tem uma vida aqui dentro e fora. E o nosso Ministério Público, ele desenvolveu muito, a partir da Lei Complementar nº 75, foi outra Instituição. A Constituição de 1988 trouxe para o Ministério Público um outro perfil, então nós que tivemos a graça de estar participando desse Ministério Público em reforma, remodelando esse Parquet, nós tivemos uma vida muito intensa. Hoje, o que a gente vê, por exemplo, é a luta pela preservação de garantias institucionais e outras coisas mais. O Ministério Público hoje está mais maduro, mas ele não está pronto. Ainda tem o que fazer. Por exemplo, nós falamos da Câmara de Coordenação e Revisão. E há outras situações. A nossa Lei Orgânica nunca foi alterada com receio de que se retirassem garantias e prerrogativas, mas o que veio realmente trazer uma certa mudança, dentro da ótica do Ministério Público, foi a criação do Conselho Nacional. Essa Instituição trouxe um limite que os Ministérios Públicos não tinham força para ter. A nossa Lei Orgânica, ela não dá ao corregedor um instrumento efetivo de atuação e é muito difícil você punir alguém. Eu até costumava dizer o seguinte: "Os subprocuradores-gerais são impuníveis se não praticarem crimes." Porque, por exemplo, nós aqui somos 13, para você investigar um subprocurador-geral, você já afasta dali o corregedor-geral e ficam 12; afasta do número o próprio investigado e ficam 11; você vai precisar de três pessoas para fazer um inquérito, três pessoas, uma sindicância, três para um processo... Todos eles vão ficar impedidos de participar do julgamento, como fica? Então, eu dizia isso: "No Ministério Público Militar, os subprocuradores-gerais são impuníveis!" Nos demais Ministérios Públicos, não, porque tem dez no Conselho Superior, que vão julgar isso, você tem, no MPF, setenta, oitenta, noventa membros que são subprocuradores, idem no

Ministério Público do Trabalho, uma quantidade de subprocuradores-gerais... Agora aqui não, nós não temos um instrumento efetivo de você chegar e compelir o colega a tomar uma atitude, ou de mudar determinado tipo de comportamento, então é muito difícil, o Conselho Nacional... Isso daí não é um problema do Ministério Público Militar, isso é um problema no Ministério Público. Eu conversava com os corregedores-gerais, e todos tinham as mesmas dificuldades. Era difícil para fazermos uma investigação, porque as barreiras que foram criadas, o núcleo de proteção foi tão grande que, às vezes, você se deparava com situações absurdas, que graças a Deus, nós não temos mais aqui. No Ministério Público Militar, não temos mais, não que eu saiba, pelo menos qualquer situação absurda. Como eu disse, estou afastado. Mas, em um determinado período, houve coisas absurdas, e a gente não tinha um instrumento para chegar e efetivar as coisas. Nós tivemos situações aqui que foram parar no Supremo Tribunal Federal, que concedeu liminar e ficou só na liminar, entende? Então, você simular determinadas situações, coisas do passado, que graças a Deus, as pessoas não estão mais aqui. Porém, eu digo assim, nós presenciamos algumas coisas e começamos a estudar como fazer para melhorar isso, para resolver, e vimos que faltava instrumento, até que, finalmente, apareceu o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). E aí, por paradoxal que pareça, dentro do Conselho, todos são conselheiros. Não tem essa questão de hierarquia interna e o Conselho, então, ele vai, decide, pode determinar a punição e fazer acontecer. Um promotor nomeado conselheiro participa do processo disciplinar de alguém que, internamente, estaria num cargo superior hierarquicamente. Discute-se, depois, judicialmente, mas o colega já vai ficar fragilizado naquela conduta, diante de um determinado contexto e de um órgão externo da sua Instituição. É complicado isso, mas o CNMP veio fortalecer o Ministério Público. Fortaleceu demais o Ministério

Público. Às vezes, até ultrapassou um pouco os seus limites, invadindo áreas administrativas que não deveria, mas no final, sempre que se começa alguma coisa após algum tempo tem esses ajustes, e eu acho que hoje, o Conselho tem um trabalho relevante.

Memória MPM – Algo mais que o senhor queira deixar registrado?

Mário Sérgio Marques Soares – Não, depois a gente vai relembrando das coisas, né? Enfim...

Memória MPM – Doutor Mário Sérgio, muito obrigado por seu depoimento.



MARIA LUIZA MONTEIRO DE MELO

Entrevista realizada na Procuradoria-Geral de Justiça Militar, em Brasília,
no dia 20 de fevereiro de 2020, por Hebert Vilson França e Cláudio Divino Pereira.

Maria Luiza Monteiro de Melo nasceu em 20/4/1945 no Município de Manaquiri, região metropolitana de Manaus, Estado do Amazonas. É filha de Raimundo Gomes de Melo e Celina Monteiro de Melo. É mãe de Paulo Roberto de Melo Gonçalves, Hiram de Melo Gonçalves e Luísa de Melo Silva.

De 1957 a 1958 cursou o 3º e o 4º ano primário no Colégio Estadual Euclides da Cunha, no Bairro da Cachoeirinha, em Manaus. Em janeiro de 1959, prestou e foi aprovada em Exame de Admissão ao Instituto de Educação do Estado, com sede da Avenida Eduardo Ribeiro. Curso ginásial do 1º grau, 5ª e 6ª séries, em 1959 e 1960; 7ª e 8ª séries, em 1969 e 1970, no Ginásio Estadual Castello Branco. Em 1972, 1973 e 1974 estudou no Colégio Brasileiro, em Manaus, onde formou-se no curso de Técnico em Contabilidade. Concluiu, no ano de 1984, três cursos à distância oferecidos pelo IOB: Direito Imobiliário, Advocacia Criminal e Processo do Trabalho. Também concluiu o curso à distância Direito Público para Vereadores, oferecido pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Participou do 5º Curso de Direito Penal Executivo, realizado pelo Centro de Ensino Superior do Amapá (CEAP), no período de 2 a 6/4/1984, no Rio de Janeiro/RJ. No ano de 1986, formou-se em Direito pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB).

Trabalhou contratada, em 2/4/1962, pelo Serviço de Acôrdo de Classificação de Produtos Agrícolas e Pecuários, até 1º/6/1962. Enquadrada em caráter provisório pelo Ministério da Agricultura, de conformidade com o parágrafo único do art. 23 da Lei nº 4.069, de 11/6/1962, pela Resolução Especial nº 174, de 30/8/1963, publicada no Diário Oficial da União de 6/9/1963, vigorando as vantagens a partir de 15/6/1962. Excluída do enquadramento provisório pelo Decreto nº 62.234, de 7/2/1968, publicado no Diário Oficial da União

de 12/2/1968, a partir do mês de março, conforme o Decreto nº 62.310, de 23/2/1968, que alterou a vigência do Decreto de exclusão. Reintegrada pelo Decreto nº 64.040, de 31/1/1969, publicado no Diário Oficial da União de 4/2/1969, de acordo com os artigos 58 e 59 da Lei nº 1.711, de 28/10/1952, vigorando as vantagens a partir da data da exclusão. Requisitada pelo dr. Osmar Pedrosa, procurador da República, para prestar serviço na Procuradoria da República no Amazonas, por meio do Ofício nº 19, de 17/3/1969, iniciando os serviços em 26/3/1969. Por meio do Ofício nº 40, de 23/3/1970, o procurador da República no Amazonas requereu ao Ministério da Agricultura sua transferência definitiva para o Quadro de Pessoal da Procuradoria da República no Amazonas, conforme o disposto no art. 1º, § 3º, do Decreto nº 61.776, de 24/11/1967, no que foi atendido pelo Decreto nº 73.861, de 14/3/1974. De 1977 a 1981, trabalhou como datilógrafa na Procuradoria-Geral da República. Em 1981, foi promovida ao cargo de Agente Administrativo da Procuradoria-Geral da República, após aprovação em concurso público. Em 1982, pediu transferência para a Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, onde trabalhou até 1983. Em 1983, foi nomeada para o cargo de Auxiliar Judiciário do quadro permanente das Auditorias da Justiça Militar, onde trabalhou até o ano de 1988, quando foi nomeada pelo então presidente da República, José Sarney, para exercer o cargo de procuradora militar de segunda categoria, conforme Decreto Presidencial de 16/9/1988, assumindo junto à 3ª Auditoria da 12ª Circunscrição Judiciária Militar, em Manaus/AM. Atuou também nas seguintes Procuradorias de Justiça Militar: PJM/Salvador/BA; PJM/Juiz de Fora/MG; e PJM/Fortaleza/CE. Durante sua trajetória no MPM foi agraciada pelo Exército brasileiro, no ano de 1992, com o diploma de Colaboradora Emérita do Exército, concedido pelo Comando Militar do Nordeste (CMN). Foi promovida, por merecimento, ao cargo de procuradora

da Justiça Militar, conforme Portaria nº 84/PGR, de 20/2/1995. Promovida, por merecimento, ao cargo de subprocuradora-geral da Justiça Militar, pela Portaria nº 205, de 20/04/1995. Aposentou-se, por tempo de serviço prestado, em 8/5/1995. Em 26/10/2007 recebeu a medalha da Ordem do Mérito Ministério Público Militar.

Memória MPM – A senhora é natural do Estado do Amazonas e fez o ensino fundamental e ginásial ainda em Manaus. Como foram estes anos de estudos?

Maria Luiza Monteiro de Melo – Meu bisavô materno era fazendeiro no Baixo Amazonas, onde os navios passavam para abastecimento. Em 13 de fevereiro de 1943 meus pais se casaram. Eu nasci em 1945, no município do Manaquiri/AM. Minha infância foi pobre. Meu pai adoeceu de uma doença que trazia estigma para a família e teve que se separar de minha mãe (lágrimas). E nós entramos numa situação muito crítica, porque o meu pai foi nos entregar, minha mãe e nós, quatro filhas, para o meu avô materno. Fomos morar na casa de uma tia em Manaus.

Mas, antes desse período, fiquei morando num orfanato. A comida era muito fraca, muito ruim. Dentro de um mês e pouco, fiquei muito desnutrida, só osso e pele. Um tio, irmão do meu pai, meu padrinho, me levou para sua casa, no Manaquiri. A esposa desse meu tio não me aceitava e me maltratava muito. Levei dela uma surra de chinelo cearense que me fez urinar sangue. Mas ainda fiquei dois anos lá, no Manaquiri, onde eu nasci.

Em 1953 houve uma grande enchente na Amazônia¹. E os moradores tinham que se transferir para as terras firmes. Na nossa terra quase não tinha terra firme, porque encheu muito mesmo. Aconteceu que vieram diversas pessoas do Costa do Aruanã [comunidade da beira do Rio Solimões, que sofre com as enchentes todos os anos], próximos da entrada do Lago do Manaquiri. Eles

¹ O Governo Federal liberou verba extraordinária para socorrer as populações afetadas pela grande enchente do Rio Amazonas e seus tributários. (Jornal Correio da Manhã - RJ, de 17/05/1953).

conheciam meus parentes e foram se abrigar dessa enchente lá nas nossas terras. Entre eles, havia um casal: uma professora distrital, o marido e o filho pequeno. Eu estava com oito anos de idade. Essa professora me viu lá e achou uma presa fácil, cabocla do interior, para me pegar para ser babá do filho dela. Convenceu minha família que iria me levar para me ensinar a ler e escrever. E de fato me levaram para a beira do [Rio] Solimões, no interior.

O meu pessoal se esqueceu de mim. Lá, quase que morro de maus tratos! Tantos que certo dia uma senhora viu meu estado de sofrimento e, coisa de Deus, era conhecida de meus avós maternos. Eu sou neta do Sr. José da Cunha Monteiro, que era delegado na localidade de Miraaua, em Manacquiri. Vovô quando soube da minha situação, em sofrimento há mais de dois anos, mandou me buscar e me entregou para minha mãe. Nesse tempo, já estávamos em 1955, mais ou menos. Foi assim que eu voltei para Manaus, para morar com minha mãe e minhas irmãs, que já estudavam no Grupo Escolar Saldanha Marinho. Eu era analfabeta ainda. Minha mãe morava em uma vila na Rua Barroso, centro de Manaus, perto de onde ela trabalhava em um salão de beleza. Nossa casa na vila só tinha um quarto e uma mini cozinha, banheiro e sanitário eram comunitários. Foi uma vizinha dessa vila que começou a me ensinar as primeiras letras e a taboada. Trabalhando em salão de beleza, minha mãe conheceu senhoras da alta sociedade amazonense, que a ajudaram a arranjar uma vaga para mim no 3º ano primário, no Grupo Escolar Euclides da Cunha. Fui para uma série para a qual eu não tinha ainda a qualificação, só que devido a minha idade tinha que ser naquela série. Sofri muita dificuldade, mas eu tive que enfrentar.

No ano seguinte, na 4^a série, chegou a hora de fazer, no fim do ano, as provas do Exame de Admissão ao ginásio². Minha mãe quis contratar uma professora particular para me preparar para o exame de admissão, a fim de ingressar na 5^a série. A professora que minha mãe queria contratar foi ao salão onde minha mãe trabalhava e disse que não iria me dar aulas porque não adiantava, disse que iria ganhar o dinheiro de minha mãe de graça, porque eu não conseguia passar no exame de admissão; que era perda de tempo e de dinheiro. Então minha mãe desistiu de pagar essas aulas para mim. Quando cheguei na sala de aula, no Grupo Escolar Euclides da Cunha³, em Manaus, minha professora, dona Gersina, me viu triste. Eu era muito tímida. No fim da aula ela disse que queria que eu ficasse na sala. Morri de medo! Ela perguntou o motivo dessa tristeza. Eu fiquei envergonhada, mas disse a ela que eu não iria fazer o exame de admissão. Então ela pegou os livros próprios para fazer a prova do exame de admissão e se propôs a, todo dia, depois da aula, ficar um tempo comigo estudando as matérias do exame. Cada dia eu tinha mais meia hora, fazendo tarefas. Até que chegou o dia de fazer a prova.

² Instituído pelo Presidente Getúlio Vargas em 1931, o Exame de Admissão durou até 1971. Era um exame de admissão de alunos ao ensino secundário. O ginásio compreendia quatro séries do ginásial, da 5^a à 8^a séries. “O exame de admissão ao ginásio foi instituído, em nível nacional, no ano de 1931, e perdurou oficialmente até a promulgação da Lei n° 5692/71, quando foi instaurado o ensino obrigatório de 1º grau, com duração de oito anos, integrando os cursos primário e ginásio em um único ciclo de estudos. A reforma do ensino de 1931 organizou o secundário em dois cursos seriados: o fundamental, com duração de cinco anos, e o complementar, com duração de dois anos. O complementar, geralmente oferecido em salas anexas a faculdades, era pré-requisito para a realização de matrícula nos cursos superiores.” Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.46, p. 107-118, jun2012 - ISSN: 1676-2584.

³ Atual Escola Estadual Euclides da Cunha, Bairro de Cachoeirinha, Manaus-AM.

Havia uma amiga de minha mãe que trabalhava no Instituto de Educação⁴. Fui e me matriculei para fazer o exame no Instituto de Educação, que era público, e é até hoje. Muitas clientes de minha mãe trabalhavam lá. Então, fui fazer o exame no dia da prova de português. Olha que eu saía do Bairro da Cachoeirinha, andava toda a avenida Sete de Setembro e depois subia a Avenida Eduardo Ribeiro, lá em Manaus. Isso correspondia a quase como andar a Asa Norte⁵, ida e volta. Eu ia e voltava a pé, todo dia. Fui fazer a primeira prova, que era de português. As provas eram todas eliminatórias e no final havia provas orais. Fiz a primeira prova escrita, mas quando saiu o resultado, as amigas da minha mãe, que trabalhavam no instituto de Educação, falaram que eu não tinha passado. Mas eu tinha passado na primeira prova, sim. Elas que se equivocaram. Só depois de dois dias avisaram minha mãe que eu deveria comparecer ao Instituto de Educação, às sete horas da manhã, para fazer as três provas escritas que faltavam e mais as quatro provas orais. Ou seja, sete provas num só dia, sem comer nada. Passei. Tenho o certificado em casa até hoje.

Então comecei a estudar no Instituto de Educação. Estava fazendo o curso Normal. Depois tive um problema muito sério em minha vida. E deixei de estudar na 2^a série do ginásial. Época em que eu conheci o pai dos meus meninos. Mais tarde resolvi voltar a estudar e esse meu companheiro não deixava. Só em 1974 é que concluí o segundo grau. Tive dificuldades para acompanhar os colegas, pois fui fazer a 3^a série ginásial e, devido ao fato de ter parado de estudar há nove anos, tinha dificuldade de lembrar as matérias da 2^a

⁴ Instituto de Educação do Amazonas, Rua Ramos Ferreira, 875, Centro, Manaus-AM.

⁵ Bairro Administrativo de Brasília, DF.

série. Principalmente a matemática, que tinha mudado completamente. Mas venci, mais uma vez na vida. Foi no Colégio Brasileiro⁶, em Manaus-AM, que concluí o 2º grau, no curso de Técnico em Contabilidade.

Memória MPM – Nesse período em que formou no ensino médio, antigo 2º grau, a senhora já trabalhava?

Maria Luiza Monteiro de Melo – Sim. Comecei a trabalhar no serviço público em 2/4/1962. Ingressei no Ministério Público da União em 26/3/1969. O meu primeiro trabalho foi quando tinha aproximadamente 18 anos de idade. Como contratada, consegui entrar no Serviço de Acôrdo de Classificação de Produtos Agrícolas e Pecuários em 2/4/1962, órgão estadual que tratava da exportação dos produtos extrativistas brasileiros. Depois, por meio de um decreto federal, esse órgão passou a ser federal, vinculado ao Ministério da Agricultura. Lá eu trabalhava de datilógrafa. Não frequentei curso, aprendi lá mesmo a datilografar. Só que na Amazônia tudo era muito difícil naquele tempo.

Conheci o Sr. Hiran de Lima Caminha, Delegado Regional do Tribunal de Contas da União (TCU), que veio a ser padrinho de meu filho. Naquela época, ele estava sem funcionários no Tribunal e por isso eu fui trabalhar com ele. Eu assinava o ponto no Ministério da Agricultura, mas trabalhava no TCU, no período de setembro de 1963 a fevereiro de 1968, examinando empenhos e contas, licitações, etc, um serviço de contabilidade pública. Até

⁶

Colégio Brasileiro Pedro Silvestre, Rua 10 de julho 843, Centro, Manaus-AM.

que, por influência de alguns amigos, não sei quando, mas nessa faixa aí da década de 1970, e devido a esse conhecimento que eu adquiri no TCU, o dr. Antonio Raposo da Câmara⁷, procurador da Fazenda Nacional, me indicou para trabalhar na Procuradoria da República em Manaus. O dr. Osmar Pedrosa⁸, procurador da República, me requisitou para trabalhar como datilógrafa, na aplicação de verbas e tomada de contas. O que eu não sabia, procurava aprender com o dr. Hiran Caminha, do TCU. Na Procuradoria da República só tinha o procurador, uma funcionária e eu. Eu fazia diversos serviços e era muito esforçada no que fazia. Então, peguei muita amizade com o procurador dr. Osmar Pedrosa. Eu era um coringa naquela repartição. Fazia serviços gerais, levava correspondências, datilografava os pareceres, etc. Não havia verbas para quase nada das necessidades da Procuradoria. E essas pessoas iam me querendo bem.

Quando houve uma reforma administrativa, veio um enquadramento, acho que em 1973. Havia também, na Procuradoria, a drª Edylcêa Tavares Nogueira de Paula⁹, procuradora da República. Ela foi muito benéfica para mim, pois

⁷ Antonio Vinícius Raposo da Câmara tornou-se conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do estado do Amazonas, tendo presidido o órgão em 1982 e nos biênios 1983-1984 e 1985-1986. Corregedor do Tribunal em 1987, nesse mesmo ano aposentou-se. Fonte: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-iografico/antonio-vinicius-raposo-da-camara>

⁸ Atuou como Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Amazonas, de 13 de março de 1947 a 1973 (1º mandato) e 7 de março de 1976 a 1983 (2º mandato).

⁹ Atuou como Procuradora-Chefe da Procuradoria da República no Amazonas, de 3 de dezembro de 1973 a 6 de março de 1976. Promovida a subprocuradora-geral da República, em 1991.

me ensinou a datilografar pareceres com estética. Ela dizia: “Maria Luiza, fuja das pessoas burras, porque burrice pega”. Nessa época também precisei recorrer ao dr. Câmara e ao dr. Hiran para me apoiarem para fazer a prova de datilografia, para entrar no quadro de servidor público, porque eu não era concursada na época. E consegui vencer mais essa batalha.

Fiquei trabalhando nos anos 70 com o dr. Osmar Pedrosa e me separei do pai de meus filhos. Em Manaus, naquela época, mulher solteira com filhos, morreu! Eu ouvia falar que tinha gente que vinha para o Sul, estudava e melhorava de vida. Também havia a parte financeira, porque diziam que tinha apartamento mais barato para o uso dos funcionários públicos. Nisso conheci o dr. Gildo Correa Ferraz, subprocurador-geral da República, genro de um general, Rodrigo Otávio¹⁰, ministro do Superior Tribunal Militar (STM). Certo dia, quando dr. Gildo chegou em Manaus, eu liguei para ele. Coisa de Deus. Marquei um encontro com ele e contei minha história. Nesse tempo, meus filhos estavam no Colégio Militar de Manaus e só tiravam notas altas em todas as matérias, eram excelentes alunos. Um deles passou em primeiro lugar e o outro era graduado de Sargento Aluno. O dr. Gildo fez uma jurisprudência para meus filhos poderem vir estudar no Colégio Militar de Belo Horizonte-MG. Pedi a ele para ser transferida para Belo Horizonte, mas ele disse que não tinha vaga para mim. Entretanto, disse que eu poderia vir trabalhar em Brasília, ficando meus filhos no Colégio Militar de Belo Horizonte, internos, mesmo não sendo filhos de militar. Assim, vim para Brasília, em dezembro de 1977. Sempre vivi para educar meus filhos, a ponto de vender a única casa, em Manaus, para pagar

¹⁰ Tomou posse como Ministro do STM em novembro de 1973 e aposentou-se em Maio de 1979. Fonte: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rodrigo-otavio-jordao-ramos>

as despesas no Colégio Militar e na Escola Naval. Em Brasília fiz o curso de Direito e trabalhava nos gabinetes da Subprocuradoria-Geral da República.

Memória MPM – Posteriormente, a senhora se estabeleceu no Rio de Janeiro e lá fez vários cursos.

Maria Luiza Monteiro de Melo – Sim, nesse período eu conheci o que veio a ser o pai de minha filha, um coronel do Exército. Que logo depois, com 48 anos, saiu general. Nós tivemos um relacionamento amoroso, mas por motivos pessoais eu não quis me casar com ele. Esse general se transferiu para o Rio de Janeiro e decidi acompanhá-lo. Fiquei lotada na Procuradoria da República. Nesse período, eu estava ainda fazendo a faculdade de Direito. Fiz a faculdade de Direito quase toda na Nacional do Rio¹¹. Na faculdade de Direito fazíamos somente dois anos de prática forense, mas para participar do concurso para juiz ou promotor, à época, era necessário ter quatro anos de prática forense. Esta foi a razão pela qual fiz o concurso para o cargo de auxiliar judiciário da Justiça Militar. Como auxiliar judiciário, na 2ª Auditoria da Aeronáutica, no Rio de Janeiro, completei os quatro anos de prática forense que me deram a condição para concorrer ao cargo de promotor de Justiça Militar do MPM. Foi uma benção trabalhar nessa Auditoria porque foi lá que eu encontrei o dr. José Carlos Couto de Carvalho, promotor Militar, com quem estudei para o concurso. Minha filha nasceu em 5/2/1982, cujo pai é o general. Voltei com ele para Brasília, concluí o curso de Direito em 1985 e colei grau em 1986.

¹¹ A Faculdade Nacional de Direito é uma unidade de ensino, pesquisa e extensão da UFRJ, sita à R. Moncorvo Filho, 8, Centro, Rio-RJ.

Memória MPM – Mas o que motivou a senhora a sair do Rio e voltar para Brasília?

Maria Luiza Monteiro de Melo – Vim acompanhar o pai da minha filha. Voltei a estudar no CEUB¹², onde me formei em Direito. Em 1983, morando no Rio de Janeiro, teve um concurso para auxiliar judiciário da Justiça Militar. Fiz a inscrição sem quase nada saber dessa Justiça. O tempo era curto para estudar, além de trabalhar, fazia faculdade e tinha filha pequena e marido para cuidar. Só depois da meia-noite, até as cinco horas da madrugada, eu estudava para o concurso. A prova foi no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Imagina a quantidade de candidatos para apenas três vagas. Pensei que não tinha passado, nem fui ver o resultado. Porém, no último dia de prazo para o candidato aprovado se apresentar e levar a documentação exigida, por acaso, eu parei na frente do local onde afixaram a lista dos aprovados. Então, eu fui lá como quem não quer nada, para olhar o resultado e ver em que posição eu tinha ficado. Susto! Acredita que eu passei em primeiro lugar?! Logo depois, fui lotada na 2ª Auditoria da Aeronáutica, no Rio de Janeiro, no mesmo ano. Depois me transferi para Brasília, para acompanhar o meu companheiro, pai da minha filha, e fiquei trabalhando no STM, onde sofri muito porque era mulher de general. Mas, por outro lado, conheci pessoas maravilhosas também. O general foi para a reserva e voltamos para o Rio de Janeiro.

¹² CEUB – Centro de Ensino Unificado de Brasília, atual UniCEUB – Centro Universitário de Brasília e possui dois Campi; um na Asa Norte – Brasília-DF (Campus I) e outro em Taguatinga/DF (Campus II).

No Rio de Janeiro fui trabalhar na mesma Auditoria em que o dr. Couto¹³ era procurador. O dr. Couto já tinha o curso para concurso de advogado de ofício, juiz e promotor da Justiça Militar. Comecei a frequentar as aulas do dr. Couto na Cinelândia, na Rua Álvaro Alvim¹⁴, onde ele dava aula no início da noite. Pouco tempo depois abriu o concurso para promotor da Justiça Militar¹⁵. Falei ao dr. Couto que queria me inscrever para o concurso e perguntei sua opinião. Respondeu-se que era bom: “Faça; então se inscreva”. As inscrições chegaram a quase 1500 candidatos para apenas oito vagas. Eu fiquei com uma delas. A prova escrita era feita em cinco horas, o tema da redação foi Concurso Aparente de Normas. O dr. Couto tinha na sala de aula uma apostila velha, sem utilização, na qual o último assunto era Conflito Aparente de Normas. Atualizei a apostila onde estava desatualizada. Na véspera da prova escrita eu li essa apostila e justo o que eu havia lido nas últimas páginas caiu na prova de redação. Foi sorte ou não foi? Resultado da prova escrita: eu passei. Essa redação excluiu do concurso quase todos os candidatos, pois só restaram treze aprovados e eu era um deles. Fui a zebra do concurso. (Risos).

¹³ José Carlos Couto de Carvalho, subprocurador-geral da Justiça Militar, aposentado. Em 15 de fevereiro de 1982, passou a atuar junto à 1ª Auditoria da 1ª CJM, RJ. Em 15 de dezembro de 1983, passou a atuar junto à 2ª Auditoria da mesma Circunscrição. Foi promovido a procurador militar de primeira categoria em 30 de novembro de 1984. Em 27 de novembro de 1987, foi convocado para atuar na Procuradoria-Geral de Justiça Militar, em Brasília. Em 2 de dezembro de 1992, foi promovido a subprocurador-geral da Justiça Militar. Aposentou-se em 1995 . Fonte – Site do Centro de Memória do MPM.

¹⁴ Rua Álvaro Alvim localiza-se no Bairro da Cinelândia, Centro, Rio-RJ.

¹⁵ 5º Concurso para Procurador Militar de 2ª Categoria, em 1987-1988.

Memória MPM – Lembra-se da prova oral desse concurso? Quem compunha a banca examinadora?

Maria Luiza Monteiro de Melo – Claro que me lembro. Quem se esquece da maior vitória de sua vida? As provas orais...eu tinha só um mês para estudar todas as matérias. À época já estava separada do general. Vim a Brasília para fazer as provas orais trazendo comigo minha filha com apenas cinco anos de idade. A Procuradoria-Geral de Justiça Militar estava instalada no sétimo andar do Edifício Sede do STM, na Praça dos Tribunais superiores, no Setor de Autarquias Sul. A banca examinadora só tinha juristas de alto gabarito. Tinha também dois nomes de peso da Justiça Militar, dos quais os candidatos tinham verdadeiro pavor: dr^a Marly Gueiros Leite¹⁶ e dr. Milton Meneses da Costa Filho¹⁷, ambos subprocuradores-gerais de Justiça Militar. Conseguí, me saí muito bem, linda, bela e formosa! Nessa prova oral eram treze candidatos; desses treze, foram aprovados oito, inclusive eu, em oitavo lugar. Para a minha querida colega de faculdade Rita de Cássia Lapport¹⁸ caiu o ponto Crime Militar em Tempo de Guerra. Os candidatos, inclusive eu, sorteamos cinco vezes o ponto Medida de Segurança. A banca examinadora era composta pelo procurador-geral de Justiça Militar, que era o Dudú (Eduardo Victor Pires

¹⁶ Subprocuradora-Geral de Justiça Miliar, aposentada. Foi promovida ao cargo de subprocuradora-geral de Justiça Militar em 1984. Em fevereiro de 1994, aposentou-se. Fonte: Site do Centro de Memória do MPM.

¹⁷ Subprocurador-Geral de Justiça Militar, aposentado. Foi promovido ao cargo de subprocurador-geral em julho de 1973 e ocupou o cargo de procurador-geral de Justiça Militar entre 27 de abril de 1977 a 1º de abril de 1985; e de 30 de março de 1990 até sua aposentadoria em 9 de fevereiro de 1994.

¹⁸ Subprocuradora-Geral de Justiça Militar, falecida em 18/04/2015.

Gonçalves¹⁹), o dr. Luiz Felipe Damião Serralvo, Diretor da Faculdade de Direito do CEUB, a drª Marly Gueiros Leite, o dr. Milton Menezes da Costa Filho e mais um, representante da OAB/DF, se não me engano.

O dr. Milton e a drª Marly eram muito cultos, com português brilhante e conhecedores profundos das leis da Justiça Militar. Quando eu fui sortear o meu ponto, saiu Medida de Segurança, que foi sorteado pela quinta vez naquele dia. O dr. Milton e a drª Marly ficaram “quicando” de raiva. Fui para uma sala por trinta minutos, que eu apelidei de “antecâmara da morte”. Fui chamada para a prova, sentei em frente da brilhante banca examinadora. O dr. Milton disse: “Doutora, fale o que sabe sobre a matéria do ponto sorteado”. Só que antes de eu começar a falar começou a prosear sobre um outro assunto, algo aleatório, com a drª Marly. Fiquei lá parada aguardando eles terminarem, isto sem darem a mínima para mim e, consequentemente, para o que eu estava falando. Depois, o dr. Milton fez uma questão para mim que comecei a responder como um carro derrapando. Estava muito nervosa. O dr. Milton me fez outra pergunta, de Direito Processual Militar, uma matéria “brava”, que era cruel mas eu sabia. Depois desta resposta ele me passou para a drª Marly. Eu achava que ela seria melhor que ele, ledo engano. Mas os dois continuavam a conversar, batendo papo. A drª Marly chegou a fazer uma pergunta, e não lembro como respondi, só sei que ela disse: “Ah Milton, a candidata é tua”. Quando ela fez isso, eu dei um tipo de suspiro. Ela percebeu e disse: “Viu, Milton, a Doutora está com medo de fazer prova contigo!”. Nesse momento rapaz... pensei: eles vão me reprovar. Mas aquilo mexeu com meus

¹⁹ Exerceu o cargo de procurador-geral da Justiça Militar no período de 1987 a 1990. Em 12 de março de 1990 foi nomeado a ministro do Superior Tribunal Militar. Faleceu em 30 de setembro de 2011. Fonte: Site do Centro de Memória do MPM.

brios. Eu, uma cabocla da terra do Amazonas; uma bofetada na minha cara não doeria tanto. Dizer que eu estava com medo! Porque a minha raça não é de ter medo. Então o dr. Milton, ato contínuo, virou para mim com muita calma e disse: “Doutora, a senhora está com medo de fazer prova comigo?” Aí ele tocou fogo na Maria Luiza. Eu estava sentada, levantei e de dedo em riste, já pensando: se vão me reprovar, então vou rodar minha tanga de índia do Amazonas aqui. Ele vai me reprovar, mas ele vai conhecer uma amazonense de fibra. De dedo em riste disse: “Ledo engano de Vossa Excelência”. E fui andando como se eu estivesse em um tribunal do júri: “O que o senhor acabou de assistir, Excelência, foi um ato reflexo, mas não para demonstrar medo e sim respeito, não só pelo senhor, mas por toda a banca examinadora. Porque eu, a exemplo de todos os candidatos que fazem um concurso desse nível, procuram estudar quem são os seus examinadores, para saber quais as teses jurídicas que eles adotam. Então, eu não fujo à regra, pois conheço todos os examinadores dessa banca. Esse ato reflexo não foi de medo, foi de respeito”. Encerrei minha fala. E pode ter certeza: eu passei com essa atitude.

Memória MPM – Os examinadores perguntaram mais alguma coisa para a senhora?

Maria Luiza Monteiro de Melo – Quero dizer neste momento que, por parte da minha mãe, tenho sangue de português, judeu e índio. Da parte do meu pai, sangue de cearense de Sobral-CE, das famílias Gomes, Tavares e Mello. Vamos ao que interessa.

O Dr. Milton disse para mim: “Doutora, temos ainda uns minutos de seu

tempo. Vou fazer três questões bem fáceis para a doutora". Mas a minha conclusão foi que, com aquela atitude, mostrei para a banca examinadora que eu atuava e que era capaz de, num improviso em audiência, dar uma resposta daquelas. O Ministério Público precisa muito é disso, não é? Quantas vezes tive que ter esse tipo de atitude na minha carreira.

Veja bem, o que você, procurador do Ministério Público, faria se em audiência para ouvir testemunha de defesa o juiz-auditor falasse: "Aqui comigo o Ministério Público é o primeiro que apanha e o último que fala?" Já estava quase terminando a audiência e no outro dia tinha outra do mesmo processo para continuar ouvindo testemunhas de defesa. Calei, fui para casa pois precisava pensar. No dia seguinte, aberta a audiência, o juiz chamou outra testemunha da defesa para ouvir. Após identificá-la fez a primeira pergunta, momento em que eu levantei e requeri questão de ordem, que o Conselho de Justiça deferiu. Requeri a leitura da ata da última audiência. Passado uns trinta minutos o diretor da Secretaria falou para o juiz que a ata estava pronta mas não datilografada. Ato contínuo, perguntou se eu aceitava a leitura em manuscrito. Concordei, desde que me desse uma cópia xerox da mesma. Lida a ata, constatei que nela não continha o fato ocorrido na audiência do dia anterior. Requeri que constasse da ata o fato do dia anterior. O fato era o seguinte: depois de encerrar as perguntas da testemunha de defesa, o juiz passou a palavra para o defensor. Este respondeu ao juiz que em ação criminal o Ministério Público sempre fala primeiro. O juiz respondeu: "Mas não aqui comigo, pois o Ministério Público é o primeiro que apanha e o último que fala. Vai fazer perguntas para a sua testemunha?" Eu conhecia o juiz o suficiente para saber que ele jamais me ofenderia e ao Ministério Público. Era um bom juiz e bom camarada. Foi a burrice do defensor que o tirou do

sério. Quando requeri que o fato constasse em ata ele disse: “Doutora, foi só uma brincadeira.” Respondi: “Sim, Doutor, mas o Conselho de Justiça, o advogado e eu não estamos aqui para brincadeira. Além do quê, temos de respeitar o réu. Pergunto ao Senhor se essa expressão ‘foi uma brincadeira’ pode ser considerada como um pedido de desculpa ao Ministério Público; se assim for eu aceito e dou por encerrado o fato.” Ele respondeu que sim e encerrei a delonga. Este fato aconteceu na 12^a CJM (Circunscrição Judiciária Militar), em Manaus-AM.

Então, quando eu cheguei no Rio de Janeiro, no curso do dr. Couto, passada no concurso! Rapaz, não era uma zebra, era uma manada. (Risos).

Na época eu morava com meu filho. Ele era tenente da Marinha, recém-formado.

O César [Luís Rangel] Coutinho, o Roberto Coutinho e eu, fomos os últimos a serem nomeados naquele concurso. Ficamos muito preocupados porque as primeiras nomeações daquele concurso haviam ocorrido em abril de 1988. Nós três ficamos fora, já estávamos em setembro e nada. Afinal, se nós não fossemos nomeados poderíamos perder as nossas vagas, pois havia sessenta membros do MPM que foram nomeados, sem concurso, e que iriam preencher essas vagas; isso devido à Constituição de 1988²⁰. Apesar de nós

²⁰ A Constituição de 5 de outubro de 1988 constituiu um marco significativo na valorização do Ministério Público brasileiro, conceituando-o como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Para tanto, proveu-o de princípios essenciais para o pleno e equilibrado exercício das atribuições previstas em lei: a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional. Fonte: Site do CMMMP – matéria: Histórico do MPM. Autor: Antônio Pereira Duarte, subprocurador-geral de Justiça Militar.

sermos concursados, eles já estavam no MPM. Deixei minha filha com meu filho Hiram e vim para Brasília. Conhecia um juiz da Justiça Militar, um sergipano, que se dava muito com o Ministro da Justiça, [Paulo] Brossard²¹. Havia encontrado esse juiz no Rio, antes de vir para Brasília, e ele havia dito que me levaria para falar com o Ministro Brossard. Então, ele me levou mesmo para o Ministério da Justiça, onde fomos recebidos pela assessoria do Brossard, que estava viajando. E finalmente fomos nomeados, já no limite, em 19/9/1988²². [A referida constituição foi promulgada em 5 de outubro de 1988].

Para não sair da classificação do concurso o César, o Roberto Coutinho e eu combinamos que entraríamos, os três, em exercício na mesma data. Pessoas maravilhosas esses dois. E assim entrei na Justiça Militar e fui para Manaus, para a 12ª CJM.

Memória MPM – Quem entrou nesse concurso junto com a senhora?

Maria Luiza Monteiro de Melo – Olha, alguns passaram comigo, mas tomaram posse em outros concursos em que também haviam passado. Eu me lembro que era a Anete [Vasconcelos Borborema], a Rita [de Cássia Lapport], que havia sido minha colega na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), o

²¹ Em 1986 foi nomeado Ministro de Estado da Justiça, no governo José Sarney, e permaneceu no cargo até janeiro de 1989. Fonte: Site do Supremo Tribunal Federal.

²² De acordo com Decreto de 16 de setembro de 1988, foram nomeados para o cargo de procurador militar de segunda categoria: César Luiz Rangel Coutinho, Roberto Coutinho e Maria Luíza Monteiro de Melo, DOU de 19/9/1988.

Cezar Luiz Rangel Coutinho, o Roberto Coutinho...²³. Ah, sim, lembrei, o dr. Carlos Frederico [de Oliveira Pereira] também era desse concurso.

Memória MPM – Então, em 1988, a senhora foi designada pelo então presidente José Sarney para exercer a função de substituta de procurador militar de segunda categoria, junto à Auditoria da 12ª CJM, retornando, assim, para o Estado do Amazonas. Como foi esse início de carreira? E em termos de infraestrutura, como era a PJM Manaus?

Maria Luiza Monteiro de Melo – “Maravilha”, um “luxo”. (Risos). Se aqui a Procuradoria-Geral da República ficava no prédio do DASP, a Subprocuradoria-Geral no MIC²⁴, imagina como era em Manaus! Cada procurador tinha direito a uma sala pequena no segundo andar da Auditoria. A Auditoria funciona até hoje em um prédio muito bonito, em um terreno maravilhoso. Nós só tínhamos a sala; mesa, cadeira, máquina de escrever antiga, papel e etc era fornecido pela Auditoria, até o telefone.

²³ No 5º Concurso para procurador militar de 2ª categoria foram aprovados os seguintes candidatos: Anete Vasconcelos de Borborema, Carlos Frederico de Oliveira Pereira, Rita de Cássia Lapport, Vera Lúcia Andrichi Moreira Alves, Julieta Dutra Muller, Cezar Luís Rangel Coutinho, Roberto Coutinho, Maria Luiza Monteiro de Melo, conforme classificação final publicada no DOU de 11 de jan de 1988, Seção I, página 647.

²⁴ Ao se transferir para Brasília, em 1962, a PGR ocupou dois andares do prédio do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP). O órgão chegou a utilizar espaços do Ministério da Indústria e Comércio e do Ministério da Saúde antes de se mudar, em 1982, para um prédio na Avenida L2 Sul, Asa Sul, Brasília. Fonte: Site do MPF – Artigo: Sede da PGR completa 10 anos, publicado em 15/08/2012.

Memória MPM – Alguma atuação a marcou mais?

Maria Luiza Monteiro de Melo – Certa vez o dr. Couto disse que, à época, eu peguei os piores processos da Justiça Militar. Vou contar para vocês, o dr. Couto, um delegado da Polícia Federal e eu quase morremos, os três juntos, certa vez, na Bahia. Na época o meu carro era um Monza. Os meliantes pegaram o carro e serraram a bomba de gasolina. Olhando por fora você não via, mas quando você ligava o carro a gasolina caia em cima do motor. Quase que nós explodimos nesse carro. O delegado, já mais esperto, disse: “Doutora, mas esse seu carro está fedendo tanto a gasolina”. Eu respondi que devia ser porque eu acabara de abastecer no posto de gasolina. Quase que a gente explode. Nós saímos dali de perto do Farol²⁵ para o lado do estádio de futebol, para ir jantar num restaurante muito bacana que tinha lá. Por pouco esse carro não explode, pois estava jogando gasolina em cima do motor. Eu sofri oito atentados, que eu percebi em Manaus e em Salvador. Escapei de todos não sei como; mas quem duvida de Deus? A maior parte era de acidente de carro. Entravam na minha residência para colocar “escuta” no meu telefone e sabe Deus o que mais. Eu saia de casa (apartamento) e trancava a porta, quando voltava a chave não abria a fechadura da porta. Tinha que procurar a noite um chaveiro para abrir a porta. Saí de Manaus porque queriam me matar, por isso fui para Salvador-BA.

Teve outra situação em Salvador. Eu estava subindo um morro muito íngreme para levar minha filha para o colégio. Estava lá em cima quando parei num semáforo; quando abriu o sinal, eu acelerei o carro e nesse instante o cabo da embreagem quebrou e o carro saiu desgovernado e foi parar do outro lado da

²⁵ Farol da Barra – Localiza-se em Ponta de Santo Antônio, Salvador, BA.

pista. O mecânico disse para mim: “Minha senhora, seu carro é novo, tudo aqui parece que foi um atentado, a senhora procure ver isso. Não tinha como esse cabo arrebentar assim; ele foi cortado ou serrado propositalmente.”

Saí de Manaus porque queriam me matar. Sabendo que eles queriam me pegar, pedi transferência para Salvador.

Memória MPM – E como foi essa mudança para Salvador?

Maria Luiza Monteiro de Melo – Para não me matarem em Manaus, queria sair de lá com minha filha. O MPM me ofereceu três opções: São Paulo, Salvador ou Recife. Optei pelas vagas de São Paulo e Salvador. Peguei a vaga de São Paulo. Só que o Mário Sérgio [Marques Soares]²⁶ queria sair de Salvador. Eu não o conhecia. Ele falou com o dr. [Nelson] Marabuto [Domingues], Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça Militar, se eu aceitaria trocar a vaga de São Paulo pela de Salvador, porque ele queria assumir a vaga de Juiz de Fora-MG. Por ato de camaradagem fui para Salvador e o dr. Mário para Juiz de Fora. Mas a troca não foi boa para mim, em Salvador peguei os piores processos, que o dr. Mário havia deixado para mim. As denúncias dele eram muito bem-feitas, por sinal, e me ajudaram muito. Mas eu penei. Nessa, quase que eu vou para a terra dos “pé juntos”.

²⁶ Mario Sérgio Marques Soares - em dezembro de 1990, a pedido, removeu-se por permuta, da 1^a Auditoria da Aeronáutica da 1^a CJM para a 2^a Auditoria do Exército da 1^a CJM, permanecendo em exercício junto à Auditoria da 6^a CJM, em Salvador, Bahia, por interesse da Administração. Aposentou-se, voluntariamente, em 29 de agosto de 2017, no cargo de subprocurador-geral de Justiça Militar.

Memória MPM – A senhora pode falar mais desse processo, do que se tratava?

Maria Luiza Monteiro de Melo – Por questão de ética prefiro não comentar. Posso apenas dizer que na véspera do julgamento o soldado que trabalhava no gabinete do juiz-auditor pediu meu carro emprestado para ir deixar algumas coisas dele no Setor Militar Urbano de Salvador, onde o prédio da Auditoria fica na entrada. Depois do julgamento foi que aconteceu o fato em que saí com o dr. Couto e o delegado da Polícia Federal para jantar e por sorte o carro não explodiu conosco dentro.

Memória MPM – Teve algum outro caso importante que queira mencionar?

Maria Luiza Monteiro de Melo – Na 12^a CJM, em Manaus, um juiz-auditor me disse que nunca tinha visto uma promotora defensora. Respondi que era promotora, e não perseguidora, que primava ser fiscal da lei. Isto porque entrei com um habeas corpus para soltar um réu que passaria preso desnecessariamente todo o período do recesso natalino. O juiz auditor quase me despeja da Auditoria. Essa era a minha maneira de agir em defesa da lei e da justiça.

Memória MPM – A senhora lembra quando tempo passou em Manaus?

Maria Luiza Monteiro de Melo – Não lembro, mas a 12^a CJM é um laboratório jurídico. A jurisdição é muito grande porque engloba quatro Estados: Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre. A sede é em Manaus.

Dá para imaginar o que é trazer réus e testemunhas do Acre, Roraima e Rondônia? Na minha época não existia computador e internet, só nos restava pedir a ajuda das três Forças Armadas. A Aeronáutica trazia os réus e testemunhas e o Exército fornecia abrigo e comida nos alojamentos, e transporte para a Auditoria nos dias de audiência. O Ministério Público não dispunha de verbas, vivíamos dos favores da Auditoria para tudo, até para tomar um copo d'água. Trabalhávamos muito de noite e de dia, nunca perdi um prazo. O promotor trabalhava sozinho, sem ter sequer um datilógrafo para bater os pareceres.

Dentre muitos casos em Manaus, lembro de um muito interessante. Conseguí o arquivamento de um inquérito que tinha mais de vinte fatos que em tese constituem crime. Vou explicar como: fiz analogia. Havia um cabo da Aeronáutica que queria ficar *sub judice* porque estavam querendo mandá-lo embora da caserna, pois estava para vencer seu tempo de serviço para ficar definitivamente no quadro da Aeronáutica. Ele, porém, não queria sair. O que ele pretendia era estar *sub judice* para completar os dez anos e permanecer na Aeronáutica. Esta era a causa do processo. A Aeronáutica foi para a selva fazer treinamento de guerra. Devia ser época de São João. Acontece que, depois do almoço, o grupamento todo ficou descansando um pouco, cochilando debaixo das árvores. De repente um deles soltou um catolé. Catolé são aquelas bombinhas de São João, que fazem muito barulho na explosão. Despertou todo mundo, foi aquela agitação. Oportuno lembrar que eles estavam fazendo treinamento de guerra. Parecia o quê? Que o inimigo estava atacando. (Risos). Coisa de soldado. Onde tem soldado tem brincadeiras. O comandante reuniu a tropa e exigiu saber quem fora o autor da brincadeira. Nessa hora ninguém acusa por questão de honra. Nas

Forças Armadas disciplina, hierarquia e honra são os maiores fundamentos. Aí o cabo, que queria permanecer na Aeronáutica, apontou o colega que tinha jogado o catolé. O comandante, pela brincadeira, mandou o pretendente “inimigo” pagar várias flexões. Mandou também o “escamoso” (dedo-duro) pagar o mesmo exercício. O “escamoso” respondeu ao comandante que não ia pagar as flexões e saiu correndo para fugir do acampamento. O comandante ordenou que a tropa fosse atrás dele. Conseguiram pegá-lo já muito longe do acampamento, mas o trouxeram de volta. Foi aí que o comandante mandou fazer um buraco na terra (prisão de guerra) para aprisionar o “inimigo”, que ficou uma noite e um dia assim. Ao voltar para Manaus, o “escamoso”, indignado, foi a uma delegacia comum denunciar o ato de tortura do comandante. O delegado declinou o caso para a Justiça Militar. Fiz um ofício requisitando ao brigadeiro do 7º COMAR a instauração de IPM (Inquérito Policial Militar). O IPM foi feito e estava com vista para mim. Certo dia, o brigadeiro foi na Justiça Militar pedir ao juiz-auditor para agilizar o processo, que lhe respondeu que não podia, pois estava para análise do Ministério Público. O brigadeiro falou: “Mas o senhor não manda no Ministério Público?”. A resposta do juiz foi: “Não senhor, o ministério Público é independente. Se o senhor quiser, procure o representante do Ministério Público”. Foi assim que o brigadeiro me telefonou pedindo para agilizar o exame do inquérito. Era quase final de ano, respondi que estava muito ocupada mas que daria uma resposta o mais breve. Levei o processo para casa para examinar à noite. Eu adorava trabalhar de madrugada; eu amanhecia o dia com o sabiá cantando e nem sentia. O processo tinha um monte de crimes que aquele cabo tinha cometido. Depois do exame dos autos conclui pelo arquivamento baseado em que todos aqueles fatos que aconteceram na selva, que eram imunes de

crime porque estavam em treinamento e as condições desse treinamento eram como se fossem em tempo de guerra real. Fui ao 7º COMAR levar cópia do pedido de arquivamento dizendo ao brigadeiro que não era uma obra literária, que os fundamentos é que importavam. Sei que esse processo veio para o corregedor, em Brasília, que não só concordou comigo como também me elogiou.

Oportuno esclarecer que o brigadeiro tinha pressa porque no fim do ano é que as Forças Armadas transferem os militares. O brigadeiro queria saber quais os militares que seriam denunciados para não transferi-los em condição *sub judice*.

Teve outro caso em Manaus, em que o réu foi condenado a uma pena pequena. O réu saiu da audiência dizendo: “Eu não vou pagar este advogado, porque quem me defendeu foi a promotora”. É salutar dormir depois de uma declaração dessas.

Memória MPM – Se a senhora fizesse uma síntese de sua trajetória no Ministério Público Militar, como a sintetizaria?

Maria Luiza Monteiro de Melo – Para mim a Justiça Militar é a melhor do Brasil. É totalmente de graça, séria e se trabalha bem. Quem trabalha nela, salvo raríssimas exceções, são pessoas muito sérias e competentes.

Você sabe porque que minha carreira de promotora, em sete anos, foi fantástica? Por causa da Constituição de 1988. Foram criados mais cargos

de subprocurador-geral e mais vagas nas Auditorias. Onde antes havia só um promotor ficaram três membros, um procurador e dois promotores.²⁷

Memória MPM – A Senhora se aposentou e continuou atuando?

Maria Luiza Monteiro de Melo – Não, aposentei e fui para minhas terras, onde nasci, no Amazonas. Queria ser fazendeira, criando gado. Não deu certo porque envenenaram meus animais. Quem mata boi mata gente também. Os caboclos do Amazonas, a maioria, só querem plantar maconha. Ter uma promotora federal por perto, para eles é um grande perigo.

Memória MPM – Há quanto tempo a senhora está aqui em Brasília?

Maria Luiza Monteiro de Melo – Vim para Brasília há cinco anos, para ficar perto dos meus filhos. Tem um fato interessante que aconteceu aqui em 2017. Certo dia, em outubro, me deu vontade de pegar no meu pulso, quando peguei estava alterado. Fui levada pelo meu filho, com urgência, para o Hospital Santa Helena. Fizeram os exames e fui internada imediatamente na UTI. Fiquei mais de vinte dias nessa UTI até ser “resgatada” pelo Ministério

²⁷ Por intermédio da Lei nº 12.673, de 25 de Junho de 2012, foram criados mais três cargos no quadro do Ministério Público Militar: um de procurador de Justiça Militar e dois de promotor de Justiça Militar. A carreira passou a contar, por conseguinte, com 79 membros, apresentando a seguinte composição: treze cargos de Subprocurador-Geral de Justiça Militar; vinte e dois cargos de Procurador de Justiça Militar; e quarenta e quatro cargos de Promotor de Justiça Militar. Fonte: Site do CMMMPM – Artigo: Histórico do MPM, autor: Antônio Pereira Duarte, subprocurador-geral de Justiça Militar.

Público Militar, para onde pedi socorro. Disseram que eu tinha que colocar *stent* cardíaco. Fiquei aguardando. Inacreditável, a UTI do hospital sendo reformada com os doentes dentro. Um verdadeiro inferno. Certo dia, depois do [telejornal] Jornal Nacional fui dormir. Já estava dormindo mesmo quando de repente acordei com um susto terrível. Quase caí da cama, com gritos de uma mulher do hospital chamando: “Ei Maria, ei Maria; levanta Maria, vamos fazer fisioterapia”. (Risos). Era 21:30. Respondi: “A esta hora vai chamar a tua mãe”. Ela disse: “A senhora está me maltratando”. Eu disse: “Tu não viste nada, eu só ainda não estou te botando para correr porque não consegui descer da cama. Se eu te pegar vais me respeitar”. Fiquei fora de mim. Me levaram para um apartamento do hospital onde poderia usar o celular. No outro dia telefonei para o MPM pedindo “socorro”. No mesmo dia, à tarde, vieram em uma ambulância um cardiologista, enfermeira e o representante do Plan-Assiste e me transferiram para o Hospital do Coração. Pode imaginar o susto que o MPM deu na direção daquele hospital? Fui salva e agradeço a minha instituição, o meu querido MPM.

Memória MPM – A senhora tem mais alguma coisa que gostaria de acrescentar?

Maria Luiza Monteiro de Melo – Quero dizer que amo muito este MPM. Especialmente, amo muito e respeito o dr. José Carlos Couto de Carvalho e a dra. Maria Ester Henriques Tavares [Procuradora de Justiça Militar], membros ilustres do MPM, meus queridos amigos até hoje.

Mário Quintana:

“De repente tudo vai ficando tão simples que assusta. A gente vai perdendo necessidades, vai reduzindo a bagagem. As opiniões dos outros, são realmente dos outros, e mesmo que sejam sobre nós, não tem importância. Vamos abrindo mão das certezas, pois já não temos certeza de nada. E isso não faz a menor falta. Paramos de julgar, pois já não existe certo ou errado e sim a vida que cada um escolheu experimentar. Por fim entendemos que tudo que importa é ter paz e sossego, é viver sem medo, é fazer o que alegra o coração naquele momento. E só!”

Memória MPM – Dra. Maria Luiza, muito obrigado por seu depoimento.



IONE DE SOUZA CRUZ

Entrevista realizada por meio de ferramenta de videoconferência,
no dia 14 de julho de 2020, por Hebert Vilson França.

Ione de Souza Cruz nasceu em 8 de novembro de 1960. É filha de Avany de Souza Cruz e Yvonne Soares de Souza Cruz. Tem dois filhos: Ian de Souza Cruz Mesquita e Iev de Souza Cruz Mesquita.

Foi oficial da Marinha, do quadro de Direito, de 1985 a 1992; defensora Pública da União, de 1992 a 1993; e delegada de polícia no Rio de Janeiro, de 1993 a 1997. Ingressou na carreira do Ministério Público Militar no cargo de promotora, por meio do 8º concurso público para promotor de Justiça Militar, em 1997. No MPM, atuou nas Procuradorias do Rio de Janeiro, Brasília e Manaus. Em 2015 foi promovida, por merecimento, a procuradora de Justiça Militar. Representou o MPM no Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC), entre 2004 e 2010. De julho de 2007 a março de 2013, chefiou o Centro de Apoio à Investigação (CPADSI). No dia 6 de novembro de 2000, foi contemplada com o Diploma de Amigo da Marinha, em reconhecimento aos serviços prestados à arma. Em maio de 2001, recebeu o agradecimento pela inestimável contribuição ao participar do corpo docente e ministrar instrução no curso de Polícia Judiciária Militar. Em 20 de julho de 2004, foi contemplada com o diploma da medalha do mérito Santos-Dumont, pelos serviços prestados à Força Aérea Brasileira. Recebeu, em 19 de abril de 2004, a medalha da Ordem do Mérito Militar, no grau Cavaleiro. Na mesma data recebeu o histórico da ordem do Mérito Militar. Foi contemplada, em 10 de novembro de 2011, com a medalha Ordem do Mérito Ministério Pùblico Militar, no grau de Alta Distinção. É coautora dos livros Elementos de Direito Penal Militar – parte geral; parte geral 2 e parte especial. Aposentou-se no dia 4 de março de 2016.

Memória MPM – Começando pelas origens, a senhora é do Rio de Janeiro, não é?

Ione de Souza Cruz – Sou. Nascida no Rio, Engenho Novo. Carioca da gema.

Memória MPM – Estudou onde?

Ione de Souza Cruz – Estudei em escola pública primeiramente, a escola primária. Depois no Colégio Pedro II, meu colégio maravilhoso do ensino fundamental, era o ginásial à época. Tinha que fazer um “vestibularzinho” para entrar, e eu fui aprovada, toda feliz. Depois eu estudei em um colégio particular, no Méier, Colégio Metropolitano, muito bom também. Fui aprovada no vestibular para a UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), onde eu fiz minha graduação em Direito.

Memória MPM – Mas o Direito sempre foi sua primeira opção? Já tinha essa vocação?

Ione de Souza Cruz – Bom, não tinha nenhum advogado na minha família. Nenhum, nenhum. Meu pai era servidor público, e minha mãe era professora. E vou te falar, eu queria ser veterinária, gosto muito de bichos. Caí na real, meio que “caiu a ficha” que eu não ia ser uma boa veterinária, porque eu não ia gostar de cortar bichinho e todas aquelas coisas mais. Mesmo para cuidar, tem bicho que vai morrer de qualquer jeito. Então eu desisti. Ao mesmo tempo, tinha pavor de matemática, tinha horror, não sabia, não gostava, não aprendia.

Então tirei fora todas as possíveis profissões que necessitassem de matemática. Sobraram algumas: Pedagogia, Letras, Direito, e algumas outras. Escolhi Direito. Eu sinceramente nem sabia o que era exatamente, mas achava bonito, tinha umas amigas que estudavam Direito. Cheguei a perguntar, e elas falaram coisas maravilhosas. Assim foi a escolha. Quando fui fazer o vestibular, eu já estava mais bem informada e pensei: “vou estudar bastante e, no segundo ano, prestar concurso para o Instituto Rio Branco”, pois o meu foco passou a ser a diplomacia. Óbvio que quem me conhece sabe que isso não ia dar certo. Então, lá perto do segundo ano, conheci um professor que se chamava Eckel de Souza. Era um promotor de justiça no Rio de Janeiro. Na época era promotor do [Tribunal do] Júri, e eu fiquei encantada com a atuação dele, com a forma como ele lidava com os processos. Ele era um cara linha dura, rígido, sabe? Ninguém passava batido por ele. Então decidi: “quero ser promotora de justiça, vou ser promotora de justiça”. E assim trilhei meu caminho no Direito, focando para chegar lá. Assim eu fiz.

Memória MPM – Além desse professor, teve outra referência na graduação?

Ione de Souza Cruz - Ah, tive várias. Eu gostava muito do meu professor de medicina legal, o Ivan Nogueira Bastos. Adorava o meu professor de processo penal, que era o Weber Martins Batista, que tinha tido uma trajetória até muito parecida com a minha, que eu vim a ter posteriormente. Ele foi delegado de polícia, foi promotor de justiça e depois se tornou juiz. Ele era juiz de Direito no Rio de Janeiro. Era um sujeito extraordinário. Humano, bacana, amigo, se importava com os alunos. Foram pessoas importantes para o meu enriquecimento e me marcaram muito.

Memória MPM – Na sua biografia tem o oficialato na Marinha, a defensoria, antes do Ministério Público Militar. Como foi em cada uma dessas carreiras?

Ione de Souza Cruz – Tudo começou por uma necessidade pessoal: eu tinha que trabalhar. Em 1983 me formei, e passei 1984 estagiando em uma empresa de valores mobiliários. Quase que morri de tédio. Fazia a parte criminal, a parte de falsificação de títulos, essas coisas. Mas eu quase morri lá dentro...

Memória MPM – Pelo menos já estava na área.

Ione de Souza Cruz – É, estava na área, mas não era bom, sabe? Não curtia aquilo, não. Mas fazia, fazia bem feito, ia atrás. Fiz amizade com uma variedade de pessoas. E em 1984, no final do ano eu decidi: “não posso ficar assim, tenho que ter o trabalho certo, tenho que ir atrás do que eu quero”. Eu tinha meu foco. E aí apareceu o concurso para a Marinha. Olhei aquilo e falei: “puxa, meu avô foi militar da Marinha, meu pai foi da turma de 51 do Colégio Naval”, mas aqui entre nós, ele foi expulso por indisciplina. E falei: “Cara, vou fazer!” Era a primeira vez que abria concurso para mulheres formadas em Direito. Até então era só para médicas, psicólogas, enfermeiras, a área da saúde. E eu estudei que nem uma louca, estava tudo fresquinho da faculdade também, mas eram duas vagas somente. Pensei: “Tem muita filha de almirante que vai fazer; esse negócio, não vai rolar.” Mas eu passei e fiquei sete anos e meio na Marinha. Foram sete anos muito felizes, aprendi muitas coisas, até porque fui trabalhar diretamente com IPM (Inquérito Policial Militar), com Conselho de Disciplina, Conselho de Justificação, que eu nem sabia que existiam. Na faculdade não se vê isso. E havia o contato com a

Auditoria. Entre os juízes, tinha o doutor Carlos Alberto Marques Soares, o doutor Francisco o Mário César. Fizemos amizade com eles e começamos a estudar, as outras tenentes e eu, da área do Direito...

A subprocuradora-geral de Justiça Militar Maria Lúcia Wagner, também aposentada, trabalhava comigo, e era Tenente. Começamos a estudar juntas. Nós pusemos na cabeça que seríamos promotoras de Justiça Militar, na época [o cargo inicial da carreira] era chamado de procurador. Estudamos, estudamos, estudamos... Eu fiz o primeiro concurso para o MPM [Ministério Público Militar] em 1992 e não passei; reprovei na prova oral e fiquei traumatizada.

Memória MPM – Como foi a prova oral em Brasília?

Ione de Souza Cruz – Eu reprovei na prova oral de Direito Administrativo, e eu fiquei muito infeliz com aquilo. Mas no mesmo dia em que eu sofri a reprovação [no MPM], eu recebi a notícia de que havia sido aprovada em outro concurso, eu recebi o telegrama de que eu tinha sido aprovada no concurso para a Defensoria Pública, que era Advocacia de Ofício, e a vaga aberta era a de Curitiba. Eu tinha um filhinho que não tinha nem um ano ainda, o Ian, mas não pensei duas vezes. Pensei: “eu vou, está na hora de sair da Marinha, já dei tudo o que tinha que dar ali, já aprendi tudo o que tinha que aprender”. Nossa, eu tenho amigos lá até hoje, ainda tenho o grupo de WhatsApp da minha turma da Marinha, que é a turma de engenheiros, médicos e as meninas do então corpo auxiliar. Mas assim, a gente fazia de tudo. As pessoas não estavam acostumadas de você chegar para um almirante

de esquadra e falar: “Olha, eu não faria desse jeito, eu faria assim, porque desse outro jeito o senhor vai responder a um processo.” E eles gritavam com a gente: “MAS O QUÊ? Vai fazer assim!”, “Ué, o senhor quer fazer assim, o senhor faz, mas eu não vou assinar, o senhor assina.” Era tipo isso, e eu achava que eu ia sair de lá que nem meu pai saiu. Mas no fim, a gente saiu muito respeitada de lá, a verdade é essa.

Memória MPM – Mas a senhora falou que tinha contato, nesse período, com a Auditoria. E com a Promotoria, com o Ministério Público, tinha algum contato também?

Ione de Souza Cruz – Acho que não, não tinha. Nessa época era só com os juízes. Os primeiros contatos que eu tive com o MP foram, se não me engano, com a Cláudia Márcia [Ramalho Moreira Luz], com a [Maria] Ester [Henriques Tavares], com o Ulysses [da Silva Costa Filho], a Janette [Oliveira Guimarães], a Janetinha, maior saudade... Então foi com essas pessoas. Eu não tinha muito envolvimento com o MP. Em Curitiba, como defensora pública, o outro defensor foi o Edgard e os procuradores eram o Péricles [Aurélio Lima de Queiroz] e o Paulo [César de Siqueira Castro] e o Nélson Senra. Mas eu cheguei a Curitiba com um filho pequeno, não me adaptei ao clima, eu odeio o frio. Eu me dei bem socialmente, fiz muitos amigos, os meus vizinhos eram todos meus amigos. Esse povo diz que curitibano é meio fechado, mas comigo não era, não. Comigo era uma delícia, saía para jantar quase todos os dias. Meu filho passava mal por causa da alergia, da mudança climática. E, aqui entre nós, eu não suportei a minha função. Não combinava comigo, sabe? Assim, tinha aquele negócio, o advogado tem que se apaixonar. Tinha casos

em que eu olhava e pensava assim: “Não! Esse cara fez isso? E eu vou ter que defender?” Sabe, não era para mim, não era a minha praia. Aí decidi: “vou fazer outro concurso”. Um colega meu ligou um dia e me avisou que ia abrir concurso para a polícia civil no Rio, e eu: “Onde é que faz a inscrição, quanto é, quando vai ser?”. E assim eu fiz. Fui lá, fiz o concurso, passei, fui chamada e, no final das contas, fiquei somente dois anos em Curitiba. E, desses dois anos, fiquei um tempo afastada, porque eu já estava grávida do meu segundo filho, Iev, tirei a licença maternidade antecipada em e mudei de lá. Voltei para o Rio de Janeiro. Fiz Academia de Polícia com meu pequeno Iev. Ia para a aula com ele no colo, era uma farra, e até hoje ele é chamado de filho da polícia. Hoje está com 27 anos.

Memória MPM – E como foi a experiência da Polícia do Rio de Janeiro?

Ione de Souza Cruz – Na polícia, eu me destaquei. Fiz o que eu gostava. Adorava a polícia. Eu fiquei primeiro na 14^a DP, delegacia de bairro, onde fui plantonista; depois fui para a 12^a DP, onde eu quase adoeci. A 12^a, em Copacabana era muito cavernosa, vamos dizer assim. E depois eu fui para a DEAT (Delegacia Especial de Atendimento ao Turista), porque falo dois idiomas e acabei sendo diretora da delegacia. A DEAT era meio parada, não tinha nada extraordinário para fazer. Funcionava muito em época de carnaval, natal, réveillon, essas datas. Dali eu fui para a [delegacia de] homicídios, onde eu realmente trabalhei no que gostava. Tinha pedido para ir para [a delegacia de] sequestros, mas o doutor Hélio Luz não permitiu e me lotou na homicídios. Ali na homicídios, eu e minha equipe fizemos três bons trabalhos. Em todos os três, claro, a pessoa estava morta, então não posso

dizer que tinha bom resultado, mas foram três trabalhos de equipe muito bons, com um time bem afiado, harmônico, em que você confia no colega que está com você e não tem puxada de tapete. A divisão de tarefas é perfeita, ninguém precisa falar nada, basta um olhar, e o colega sabe o que tem que fazer. Foram três trabalhos maravilhosos, e por esses trabalhos nós ganhamos recompensas, recomendações. Foi muito bom. Foi nessa época que eu me inscrevi no concurso para o Ministério Público Militar. Resolvi fazer de novo. E, embora eu não tivesse comentado com ninguém, muita gente veio falar comigo, diziam que agora eu ia passar, que até já iam comprar a champanhe. E eu fiquei louca. Pensei: “Meu Deus do céu, se eu não passo agora, como é que vai ser?” A gente sabe que não é bem assim, até pensei em não fazer a prova, dizer que esqueci, que estava no plantão, qualquer coisa. Mas eu passei, não é? Passei e fui embora da polícia. Eu tenho saudade da polícia até hoje.

Memória MPM – Foram quantos anos de polícia?

Ione de Souza Cruz – Quatro anos e meio. Mas é um trabalho que, eu vou te dizer, é a única função pública, fora médico, em que a autoridade está lá 24 horas por dia e atende todo mundo sem hora marcada. Qualquer um que quiser falar com o delegado vai ser atendido. E você tem que ser delegado, psicólogo, assistente social, babá... Você faz tudo para ajudar aquela pessoa. Não estou dizendo que todos são assim; lógico que tem gente que não faz isso. Mas, no geral, a gente faz. Porque você quer que aquela pessoa saia dali sem problema, ou mais leve, e que não te traga mais problemas também. Foi uma coisa bacana que eu vivi. Todas essas funções foram muito boas, sabe. E me ajudaram a desempenhar minhas funções no MP.

Memória MPM – Sim, isso que eu ia comentar, todas elas, de alguma forma estão relacionadas, a suas atribuições no MPM, a Marinha, a defensoria, a polícia.

Ione de Souza Cruz – Sim, tudo, tudo.

Memória MPM – A posse foi na Procuradoria de Justiça Militar no Rio de Janeiro?

Ione de Souza Cruz – A lotação inicial foi no Rio de Janeiro. Eu fiquei dez anos no Rio, depois quis sair de lá e fiquei esperando a oportunidade. Vaga no Sul não me interessava, de jeito nenhum, não queria ir para o Sul nem amarrada. Campo Grande me interessaria, Nordeste me interessaria, mas havia lugares que a gente sabia que tão cedo não abririam vagas. Fortaleza, que era meu sonho dourado na época, eu sabia que não ia rolar. Tanto é que Fortaleza foi abrir vaga muitos anos depois. Pernambuco eu não curto muito, Salvador eu gostava... Queria ir para um lugar tranquilo para os meus filhos, para eu poder criar meus filhos sem muitos sobressaltos. E aí abriu vaga em Brasília, que gerou confusão. Questionaram se a vaga existia ou não, falaram o diabo na época, eu sofri um certo assédio. Mas eu não queria nem saber. “Abriu a vaga?” “Abriu!” “Alguém mais antigo que eu quer ir?” “Não, não quer.” “Então eu vou!” E fui. Você veja, gostei tanto que eu estou morando aqui até hoje. Me aposentei em 2016 e continuo morando aqui, não vou embora.

Memória MPM – Mas vamos voltar ao Rio de Janeiro. Como foram esses dez anos de atuação no Rio? Como era o trabalho lá, sentiu diferença em relação a Brasília?

Ione de Souza Cruz – Senti. As ocorrências são diferentes. No Rio de Janeiro você tem muita violência. Muitos casos envolvendo violência: homicídio, lesão corporal... Nós pegamos crimes ligados ao tráfico, envolvimento com traficantes pesados. Não foi o meu caso, mas eu cheguei a ver um julgamento daquele Enaldo¹, ele tinha um apelido lá no Comando Vermelho, sei lá, Amigo dos Amigos, eu cheguei a ver esse cara sendo julgado na Justiça Militar por receptação de armamentos, não sei... Foi até com o [Jorge Luiz] Dodaro. E aqui em Brasília a gente não vê isso. Aqui em Brasília você vê crime financeiro, corrupção, lavagem de dinheiro, abuso de autoridade. Agora a Justiça Militar está julgando todos esses casos, porque antes a gente recebia e tinha que espanar. Então aqui é muita deserção... É muito diferente. Eu não sei agora, pois, de 2016 para cá, a gente teve muita mudança no cenário nacional, e talvez tenha mudado alguma coisa, mas na minha época era bem diferente. No Rio de Janeiro, foi muito bom porque eu trabalhei com meus amigos queridos de concurso, o Cláudio Amin [Miguel], o Otávio [Augusto de Castro] Bravo, a Regina [Coeli Gomes de Souza], a Adriana [Santos] Ambrósio, a Ana Silva, estava todo mundo pertinho, era muito bom. Se a gente tinha dúvida, ia procurar o colega e tal. Eu trabalhei com o doutor José Vitor, era juiz, a doutora Letícia, o que foi complicado no início, mas depois se tornou minha amiga. Quem mais? Doutor [Roberto] Menna Barreto [de Assumpção]. Nossa! Só gente boa, só gente bacana. Não tem o que falar.

¹ Trata-se do traficante Eraldo Pinto de Medeiros, codinome Uê, líder da facção criminosa Amigos dos Amigos (ADA), rival de Luís Fernando da Costa, codinome Fernandinho Beira-Mar, chefe do Comando Vermelho. Eraldo foi morto em ação liderada por Beira-Mar em 2002, com apoio de outra facção criminosa, Terceiro Comando, no presídio de segurança máxima Bangu I. Fonte: https://www.mpma.mp.br/arquivos/biblioteca/publicacoes_institucionais/2517_2009.pdf, página 224.

Memória MPM – Alguma atuação marcante, algum caso que tenha chamado a atenção no Rio de Janeiro?

Ione de Souza Cruz – Sim, teve um caso em que nós fizemos atuação em conjunto (quatro promotores), que era um caso de fraude num concurso público de sargentos para a ESA², para a escola de sargentos que fica em Três Corações, Minas Gerais. Ali teve um colega (um dos promotores) que levou um tiro, foi ameaçado, a gente não sabe se é ligado ao caso, mas não teria outro motivo. Foi bem pesado porque eram marginais mesmo, marginais brabos. E teve um outro caso, na favela do Muquiço, onde existe um residencial, acho que do Exército, e tinha uma guarita guarnecida por soldados. Entraram para roubar fuzis e saíram disparando tiros. Mataram um soldado da guarita. Nós pegamos os caras e conseguimos condená-los. Tem diversos casos interessantes. Houve um que nunca teve desfecho, que foi o do CT (contratorpedeiro) Pará³. Aquele monte de mortes relacionadas ao CT Pará, o sargento que apareceu enforcado lá dentro, os oficiais que foram mortos em circunstâncias estranhas do lado de fora, um outro que, no dia em que vinha depor no IPM, apareceu morto no meio da Rodovia Dutra. Esse caso “CT Pará” foi uma frustração, porque quando eu entrei, em 1997, ele já estava em andamento.

² ESA – Escola de Sargentos das Armas, estabelecimento de ensino militar do Exército, localizada em Três Corações/MG, responsável pela seleção e formação dos sargentos de carreira do Exército Brasileiro. Fonte: <http://www.cmp.eb.mil.br/index.php/essa>

³ O caso em questão teve início com a investigação do suposto suicídio do sargento Antônio de Jesus Nobre, no interior do contratorpedeiro Pará. Para mais informações: http://www.viaseg.com.br/noticia/1686-drogas__problemas_tambem_atinge_forcas_armadas.html

O IPM era, eu acho, de 1994. Quando o peguei em 1997, a prova já estava fria, murcha. A gente não tinha muito o que buscar. O saudoso doutor [Levi] Inimá [de Miranda], meu eterno amigo “de sair buscando as coisas”, me ajudou muito, mas a gente não conseguiu encontrar nada; e outros amigos trabalharam. Otávio, acho que trabalhou nesse caso também. A gente lutou, lutou, mas não conseguiu nada, infelizmente. Temos ideia do que aconteceu, mas não conseguimos provar.

Memória MPM – Ainda no Rio, por volta de 2004, a senhora atuou naquele grupo de trabalho sobre desvio de armas e armamentos. Como foi esse trabalho?

Ione de Souza Cruz – Esse trabalho não foi muito fácil, porque as cartas não nos eram mostradas. Quem ajudou muito a gente foi o coronel Diógenes e o coronel Ferreira, acho que era esse o nome dele, esses dois tentavam ajudar a gente, mas a informação não chegava do setor de armas e explosivos do Exército, eles não nos passavam a informação correta, completa. Chegou-se ao ponto de, no relatório, constar, no rol de armamentos e munição, cartucho plot. Cartucho plot é de impressora, e eles estavam colocando lá como se fosse cartucho de arma. Então não dava. Eu acredito que esse estudo não mostrou a realidade. Faltou muito.

Memória MPM – A senhora participou de uma CPI (Comissão Parlamentar e Inquérito)⁴, no Congresso para tratar do desvio de armas também?

⁴ CPI do Tráfico de Armas. Os promotores de justiça militar Ailton José da Silva, Cláudia Márcia Ramalho Moreira Luz e Ione de Souza Cruz Mesquita, que em 2004 integraram um grupo de trabalho que fez um levantamento do desvio de munições e armamentos pertencentes

Ione de Souza Cruz – Sim, participei. Entrei muda e saí calada, porque percebi que ali ninguém queria falar nada. Eles queriam é que assumíssemos para eles que nós (MPM) só existíamos para passar a mão na cabeça do Exército, entendeu? O que quer que você falasse ali, eles iam dizer isso. Lembro que, quando o Aílton [José da Silva] tomou a palavra, alguém lá atrás [na audiência] gritou: “O advogado do Exército!”. E aí nós ficamos calados, não falamos mais nada. Não havia seriedade.

Memória MPM – E a atuação no GNCOC⁵ (Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas), como foi?

Ione de Souza Cruz – O GNCOC? Eu gostei muito porque você ficava sabendo de tudo o que estava acontecendo nos outros Estados, nas outras regiões. E você conseguia criar uma rede de informações, porque os nomes se repetiam nas causas. Se você tem tráfico de armas, normalmente você vai ter alguém das Forças Armadas envolvido na situação. Então a gente fez uns amigos lá, fez uns contatos no GEFRON (Grupo Especial de Segurança na Fronteira), que era formado pelo pessoal das guardas e das polícias militares que ficavam nas fronteiras, hoje acho que é a Polícia Federal que faz isso. Bom, a gente fazia palestras, levava pessoas interessantes, até que surgiu a estória do Demóstenes [Lázaro Xavier Torres], aquele senador que era do Ministério

às Forças Armadas, foram ouvidos em audiência pública na Câmara dos Deputados em 13 de abril de 2006.

⁵ A entrevistada representou o MPM no Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC), entre 2004 e 2010.

Público [de Goiás], do [Leonardo] Bandarra [membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios], do Cláudio Lopes [ex-procurador-geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro], que era do Rio de Janeiro, e daí em diante o GNCOC deu uma caída. Porque essas pessoas estavam dentro do GNCOC, participavam das ações e das decisões, tinham informações privilegiadas de tudo o que a gente investigava. Então nós estávamos sendo traídos descaradamente e acho que foi por isso que o GNCOC perdeu um pouco do fôlego, porque em quem iríamos acreditar, não é? Eu espero que eles consigam contornar isso e voltar, porque era um grupo muito bom.

Memória MPM – Ainda no Rio, como a senhora encontrou a procuradoria? Já estava estruturada administrativamente?

Ione de Souza Cruz – Não, a gente dava um jeito, mas ela ficava dentro das instalações da auditoria. Era uma sala só, me lembro da Hermínia (então Procuradora) e da Andréia Martins, que era a analista, e aquele amontoado de coisas. Você passava por cima das cadeiras, a linha telefônica era da auditoria, era uma coisa assim, louca. Quando tomei posse e comecei a trabalhar, já tínhamos os andares embaixo (6º e 7º andares), no mesmo prédio, que era o prédio da Embratur, na Praça da Bandeira. Então a gente tinha estacionamento, vaga para o carro. A auditoria funcionava nos andares de cima e as procuradorias nos de baixo. Já estava melhorzinho, mas não estava maravilhoso, ainda não. Dali nós fomos para o prédio da Academia de Medicina, na avenida General Justo. Ali era muito bom, mas não tinha vaga para carro, era um horror. A gente estacionava e tinha que conferir toda hora para ver se o guarda não estava multando, se não estavam rebocando, mas as instalações eram muito

boas. Depois eu fui para Brasília, a auditoria [no RJ] estava se mudando para a Ilha do Governador, e a PJM foi para a Avenida Presidente Vargas. Depois eu voltei para o Rio por um ano, mas a gente chega lá. Na General Justo acho que a única coisa ruim mesmo era o estacionamento, o resto estava bom. Mas a gente não tinha o que reclamar, estava muito bom.

Memória MPM – E aí depois veio para Brasília?

Ione de Souza Cruz – Vim para Brasília e a procuradoria ficava no [edifício do Shopping] Liberty Mall (risos). Nossa, engordei como uma louca, porque tinha uma sorveteria maravilhosa e uma cafeteria. Ficava toda hora sobe, desce, sobe, desce, pega sorvete, pega café, pega sorvete... aquele sorvete cheio de chocolate. Era um inferno! Mas ficou pouco tempo, a gente não podia parar o carro oficial ali na porta, imagina o que iam falar, a gente tinha que dar a volta com o carro oficial lá por trás e entrar direto pela garagem, senão imagina, ia aparecer na primeira página do Correio Braziliense. Foi bom também, durou pouco, mas foi bom. Daí nós fomos para o prédio da CNI (Confederação Nacional da Indústria), que fica ao lado do Teatro Nacional, um prédio bonito, bacana, instalações boas, prédio moderno. Ali foi criado o CPADSI⁶, no prédio da CNI. Era a época da Maria Ester como procuradora-geral, e o prédio que hoje é a Procuradoria-Geral estava iniciando a construção.

⁶ Mediante a Portaria nº 104, de 7 de maio de 2007, a então procuradora-geral de Justiça Militar, dra. Maria Ester Henriques Tavares, criou, no âmbito do Ministério Público Militar, o Centro de Produção, Análise, Difusão e Segurança de Informação. A Portaria nº 161/PGJM, de 3 de julho de 2007, designou a promotora Ione de Souza Cruz para coordenar as tarefas inerentes à referida unidade.

Memória MPM – Como foi a criação do CPADSI?

Ione de Souza Cruz – No GNCOC, eu vi como todos tinham essas unidades de inteligência para gerenciar dados sensíveis dos inquéritos, quebra de sigilo bancário, quebra de sigilo telefônico, para a gente poder organizar as informações e ajudar os colegas no cruzamento de dados, essa era a ideia. Pedi um servidor para podermos iniciar o CPADSI. A gente usou o nome CPADSI, por causa do CPADSI do MPDFT, que usava esse nome também. E aí nós fizemos. No início o CPADSI era composto por mim e pelo Luís Fernando, que é muito ágil, e, num instante, criou o negócio todo. Eu falei: “Luís, a gente não vai dar conta disso, tem que ter mais gente”, e nós contávamos com a ajuda da secretária, a Michele, do Samuel. Todos ajudavam no CPADSI, sabe? Então a gente conseguiu o auditório...

Memória MPM – Mas a atuação do CPADSI era até então limitada à PJM/DF?

Ione de Souza Cruz – Naquele primeiro momento, só trabalhávamos a Cláudia [Rocha] Lamas e eu no 2º Ofício da Procuradoria, e o CPADSI ficava sob minha direção. Não se podia abrir ainda para ninguém, pois não havia segurança. Como eu poderia garantir o sigilo de uma informação se eu nem tinha um cofre para guardar? Não havia servidor (computador) dedicado, nada. E então a gente conseguiu um espaço no auditório da PGJM (Procuradoria-Geral de Justiça Militar) antiga. Era um auditório no subsolo, que acabou sendo o local onde instalamos o CPADSI. Não tinha janela, não tinha nada, era um horror. Mas foi lá que criamos nossos laços, a equipe se desenvolveu ali. Nós conseguimos o Dino, o Waldo, o Welder e outros

servidores, e conseguimos até um servidor só para o CPADSI. Por servidor eu digo equipamento de informática. E dali a gente deu um grande passo. O Argus começou a ser gestado, uma história de sucesso. Foi aumentando e o CPADSI, hoje, tem vida própria e virou referência!

Memória MPM – Ainda na PJM Brasília teve a atuação no caso dos controladores de voo. Como foi esse IPM?

Ione de Souza Cruz – Aquilo foi um susto. Era uma sexta-feira, final da tarde. Nunca imaginei de ver uma coisa daquela. Na verdade, as coisas na FAB (Força Aérea Brasileira) já não estavam andando muito bem. Eu já havia acompanhado um inquérito por causa de uma reunião que aqueles caras fizeram no Parque da Cidade. Eles se reuniram lá, tinha umas fotos, mas não tinha nada palpável para dizer que eles estavam se manifestando contra a Aeronáutica. Tinha eles falando sobre plano de saúde, sobre moradia, mas não era nada. Então eu falei na época: “Coronel, vamos arquivar esse inquérito, porque mesmo arquivado, se vierem novas provas, a gente pode desarquivar. Não tem nada de mais no que temos aqui. Não tem atuação sindical, não tem nada disso. Tem o quê? Dez pessoas ali naquele vídeo, acho que não tem mais nada. Se bater na minha mão, eu vou arquivar” “Ah, tá bom.” O IPM veio para mim, pedi o arquivamento, beleza. Logo depois começaram umas coisas pontuais de atraso nos voos e de não autorização de decolagens e pousos, pois os controladores diziam que não havia segurança suficiente para permitir aquela operação. E aquilo foi ficando esquisito, mas deixaram o troço crescer. De repente, estoura aquilo lá [o motim]. Lembro que eu estava em casa quando me ligaram para falar que os controladores entraram em greve.

Falaram que eles estavam aquartelados voluntariamente no VI COMAR, e o coronel estava desesperado porque apesar de ordenarem a todos os amotinados que descessem, o Cabo bateu a porta na cara dele. Então o negócio estava sério. Daí eu liguei para a procuradoria, mas só consegui achar a Ana Carolina [Scultori da Silva Teles] e falei: “Carol, não tem jeito, vou chamar um carro, vamos para lá.” Nós fomos para lá. O [Juniti] Saito⁷ tinha acabado de assumir, e ainda tinha cabelo preto. Acho que em uma semana ele ficou grisalho. E aí conversando lá eu falei “cara, isso é um motim”, e o militar: “Não, não pode falar esse nome!”, e eu: “Não? Qual outro nome tem isso? Os militares não querem cumprir a ordem que eles têm que cumprir, e, mesmo para o coronel, que foi lá em cima, o Cabo falou assim: “Ah! O Brigadeiro quer falar com a gente? Manda ele vir aqui.” Pum! Fechou a porta na cara dele. Eu falei assim: “Olha, para mim tinha que ter dado voz de prisão.” Aí ele falou: “Mas aí a gente vai ter que dar voz de prisão para 120 pessoas.” Eu falei: “Está esperando o quê? Manda fazer fila, distribui senha, vamos fazer APF para todo mundo!” Óbvio que não era uma coisa de boa política, mas para mim era um crime que estava sendo praticado ali. Ou então poderíamos ver quem eram os líderes e prendê-los. Na confusão ficou definido que a gente instauraria o inquérito e que não ia determinar a prisão de ninguém. Saí de lá injuriada. Chegou uma hora que um quatro estrelas falou que iam pegar um avião, pousar esse avião na Esplanada [dos Ministérios] e tomar tudo. Diante daquela situação, o Brigadeiro disse que era melhor eu ir embora. “Então está bom. Estaremos com esse inquérito instaurado amanhã e vamos começar a correr atrás disso aí.” E fomos embora, eu e a Carol. No dia seguinte

⁷ O Tenente Brigadeiro do Ar Juniti Saito tomou posse em 28 de fevereiro de 2007 como Comandante da Aeronáutica. O motim dos controladores de voo ocorreu em 30 de março de 2007.

nós requisitamos a instauração do inquérito, assinada por nós quatro: Eu, Carolina, [Jaime de] Cassio [Miranda] e [Giovanni] Rattacaso. Então nós começamos a trabalhar no inquérito. Esse inquérito se desdobrou em dois: um contemplando os supostos líderes; e o outro com os que abandonaram o posto, os que abandonaram as consoles, os que usaram a fonia para falar que estava tudo bem lá do outro lado, porque eles falaram naquele telefone direto e ficou tudo registrado na gravação. Depois de muito tempo, houve a junção dos dois processos em um só⁸. Na minha visão, essa estratégia – contra a qual me insurgi veementemente – seria a sentença de morte da causa, porque ia começar tudo de novo, ia ter que ouvir todo mundo de novo, oferecer o contraditório, e aí se discute se vai haver interrogatório no início ou no final, sabe? Aquela coisa...

Memória MPM – Eram mais de 90 envolvidos, não?

Ione de Souza Cruz – Na minha denúncia havia 86 denunciados, porque tinha uns que você não sabia se eles... Puxa, o cara está na console trabalhando, está no horário dele de trabalho, de repente mandam parar tudo e sai todo mundo. Entra um monte de gente na sala de controle. Por óbvio que ele tinha que parar mesmo, até por uma questão de segurança. Então não sabia se deveria denunciar nessas hipóteses, a não ser que tivesse alguma prova de que ele parou porque ele estava envolvido. Mas os que eu denunciei, eu tinha certeza. Essas coisinhas todas, essa burocracia do Direito, vamos dizer assim, esse

⁸ O inquérito deu origem ao processo nº 45-31.2007.7.11.0011, que foi posteriormente unificado ao processo nº 126-09.2009.7.11.0011, ainda em curso.

excesso de garantismos, eu acho que a lei nem fala disso, é uma interpretação excessivamente garantista que esses autores estrangeiros acabam trazendo para nós, e isso foi me frustrando muito, sabe? E nessas horas eu falava: “Nossa, que saudade da polícia!” Porque lá a gente resolvia as coisas na hora. E por resolver não quer dizer que a gente ia bater na pessoa, esganar, matar. Não, a gente conversava, e assim conseguia resolver as coisas, sabe? Aqui no MP você fica muito amarrado. Como juiz você fica amarrado, como advogado você fica amarrado... Então, nesse caso dos controladores, vê só o que aconteceu. Acho que até prescreveu o negócio de tanta filigrana que você fica tratando. A minha frustração começou daí, desse caso, e foi crescendo depois, com outros casos. O importante é a tese, a argumentação, os livros e autores que são citados. O réu é mero detalhe...

Memória MPM – Voltando a esse caso, depois que a senhora e a doutora Ana Carolina saíram, a senhora sabe o que aconteceu? Qual foi o desdobramento?

Ione de Souza Cruz – O desdobramento foi que o movimento foi parando e os amotinados foram saindo, não havendo prisão.

Houve um militar que foi chamado pelo CINDACTA, eu não sei por que ele foi chamado, mas eu imagino que era da parte de inteligência e ele foi meu colega... Porque, quando eu fui da Marinha, servi dois anos aqui em Brasília, no gabinete do ministro (Consultoria Jurídica, que era o Henrique Saboia. Eu morava na 111 Sul, no PNR da Marinha. Pegava carona da FAB para ir para o Rio de vez em quando, e numa dessas caronas eu conheci esse militar, que era Tenente aviador (ano de 1986). Esse tenente, que era muito gente boa,

dava carona para minhas amigas todas. No dia do motim eu o vi, ele estava mais velho, cabelo meio branco, e eu perguntei o que ele estava fazendo ali. Ele olhou para mim e perguntou: “O que VOCÊ está fazendo aqui?!” Eu disse que era Promotora de Justiça e estava encarregada da causa, e ele então disse para eu ir embora, que depois a gente ia se encontrar, e então ele me contaria detalhes. Eu falei: “Tá bom!” E fui embora com a Carol. Alguns dias depois ele me ligou e chamou para tomar um chope. Eu não bebo nada, fui lá tomar coca zero, e ele não me falou absolutamente nada. Ele disse que aquela situação ia se resolver sozinha, que ia dar tudo certo, e não sei mais o quê. E ficou assim. O que eu sei é que aquilo passou a noite toda daquele jeito, aqueles militares ficaram todos aquartelados até que alguém chegou lá e falou: “Olha, vocês vão responder um processo!” Eles, aquartelados, escreveram uma carta com o que eles queriam, argumentando que exigiam melhoria das condições de serviço. Mas não tinha um item sequer de melhoria de serviço, era só desmilitarização e melhoria de dinheiro. E foram embora, aquilo foi voltando ao normal aos poucos, e depois eu fui tocando o inquérito. O que aconteceu ali entre eles eu nunca soube.

Memória MPM - Efetivamente eles conseguiram alguma coisa?

Ione de Souza Cruz - Nada. Eles queriam aumento de salário, eles queriam ser diferenciados dos outros militares. Até teve aquela história de: “Por que eu tenho que ser tratado igual ao tocador de bumbo?” E isso pegou muito mal para eles. restante dos militares acabou ficando contra eles. Eles queriam ser desmilitarizados. Queriam mais gente, porque o máximo que um controlador pode controlar numa console sozinho são 14 voos, mas nunca tinha mais de

14 voos ali. No dia em que teve o acidente da Gol⁹, eles estavam controlando quatro voos. Eles não viram o óbvio ali. É lógico que se você quer uma melhoria do sistema, se o sistema tem uma falha, você aponta o problema e tenta resolver, mas do jeito que eles fizeram... E saiu da cabeça de duas pessoas, você sabe, que inclusive já saíram da FAB.

Memória MPM – A senhora falou de outra atuação marcante, do acidente da Gol, o que tem a falar sobre o caso?

Ione de Souza Cruz – Esse caso foi bom porque a partir daí eu já fui mudando meu foco e hoje uma das coisas que eu faço como aposentada é trabalhar com investigação de acidentes aeronáuticos, de forma particular, privada. Me associei a uma empresa (AI4R.CO) que atua nisso (litigation), e nós já fizemos trabalhos maravilhosos, consultorias muito detalhadas, e estamos indo em frente. Bom, no acidente da Gol foi o seguinte: não tinha inquérito nenhum na Justiça Militar porque era um avião comercial e um avião particular, jatinho executivo, Legacy. Então, em princípio, não tinha nada a ver com a Justiça Militar. Porém eram militares da FAB que controlavam aquele voo, pois é um serviço exclusivo da União, da Força Aérea. Por isso nós tínhamos que verificar também a atividade, a atitude, o que esses controladores fizeram, se não tinha alguma concorrência deles, alguma participação deles no fato, entendeu? Então eu requisitei a instaurar

⁹ Acidente aéreo ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Embraer Legacy N600XL, da ExcelAire, que deu início a uma série de questionamentos sobre a segurança do sistema de controle de tráfego aéreo brasileiro, assim como sobre a conduta de controladores de voo.

do inquérito e o acompanhei. Na verdade, eu tive que fazer um “curso de imersão” para poder entender, porque quando vem o inquérito, você não entende nada. Tem a parte elétrica, a hidráulica, a estrutural, a aerodinâmica, você lê aquilo e percebe que não vai poder fazer nada se não entender. Tudo bem, a gente tem noção de muita coisa, mas não se tem a noção de tudo. Até para fazer uma acusação, você tem que se cercar de pessoas que sabem. Eu me lembro de que na época o coronel, acho que hoje é coronel Moreno, ele praticamente passou a morar lá na procuradoria me ajudando, eu também busquei informação com um policial federal, fui dentro de um avião da Gol, para ver como é que funcionava, consegui também ir dentro de um Legacy para entender algumas questões, principalmente daquele negócio que eles falaram que desligaram, o TCAS, o transponder... Aí eu fui entendendo e fui-me virando, e no final eu fiz um trabalho bem legal, fiz um glossário para as pessoas que lessem, pudessem entender, a denúncia ficou bem legalzinha. Mas dali eu comecei a estudar mais e mais, fiz diversos cursos e estudos e hoje estou prestes a fazer uma especialização nessa área de safety na aviação. E esse caso me deu uma certa satisfação de poder provar que aqueles dois controladores agiram com negligência, e que eu hoje vou te dizer, não foram os pilotos do Legacy que derrubaram o avião, foram os controladores. Eles poderiam ter evitado aquilo, foram muitos erros.

Memória MPM – E a produção literária, qual a inspiração para escrever?

Ione de Souza Cruz – É, na verdade eu não tinha a intenção de escrever livro nenhum. Quem me chamou foi o Cláudio Amin, que disse para escrevermos

um livro explicando o artigo 9º do Código Penal Militar¹⁰, porque ninguém entendia. Eu concordei e aquilo deu um trabalho, nossa... Porque a gente acabou escrevendo um livro todo, mais abrangente. Nós fizemos Elementos de Direito Penal Militar, Parte Geral; e Elementos de Direito Penal Militar, Parte Especial. São dois livros fininhos, bem simplesinhos, voltados mais para o militar que está no dia a dia do quartel, que vai fazer uma prisão em flagrante, que vai fazer um inquérito, ou até mesmo que vai fazer um concurso, pois tem umas dicazinhas. Eu até mandei um arquivo atualizado dessas alterações da lei de 2017¹¹ e da de 2018, alteração profunda do artigo 9º, da competência da Justiça Militar para atualização do material, mas assim, aos pouquinhos eu tenho saído um pouco do Direito. Um pouquinho só.

Memória MPM – Qual o impacto das frustrações, como no caso dos controladores de voo, para o pedido de aposentadoria?

Ione de Souza Cruz – É, o pedido da aposentadoria... Eu trabalhei 32 anos no serviço público. Eu já estava aqui em Brasília, abriu uma vaga no Rio, e eu permutei com a Caroline [de Paula Oliveira Piloni]. Ela precisava, estava com uns problemas pessoais, precisava ficar aqui em Brasília, onde estava temporariamente. Perguntei se ela queria permutar comigo. Disse a ela que iria me aposentar e ficar um ano no Rio, com meu pai e minha mãe, aí ela poderia ficar em definitivo em Brasília, sem correr o risco de, mudando a

10 O art. 9º do Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, define o que são considerados crimes militares em tempo de paz.

11 Lei nº 13.491, de 13 de outubro de 2017.

Administração, ter de voltar para o Rio, onde estava lotada. E ela aceitou. Ela disse: “Você sabe o que vai acontecer?” Eu falei: “Sei, mas nós temos o direito de fazer isso. Eu tenho o direito de fazer isso. Eu quero ir para o Rio e pronto! E estou convidando você.” E assim foi. Eu fiquei no Rio um ano e foi o inferno, alguns colegas criticando... Todo mundo faz permuta o tempo todo, mas ali foi um problema. Fiquei um ano no Rio, levando 2 horas e meia para ir da casa do meu pai até a procuradoria, pois meu pai morava no Recreio. Pegava o executivo e descia lá no caixa prego, ia andando. Chegou uma hora em que eu já ia de calça jeans e chinelo e trocava de roupa na procuradoria. Bom, aí eu fiquei um ano lá. Muito boa a convivência com o povo de lá, muito legal, na auditoria também. E aí veio a oportunidade de promoção por merecimento para Manaus, e eu concorri. Falei: “Bom, vou ficar um tempo em Manaus, eu gosto demais de Manaus, não vou só aceitar e me aposentar.” Até porque não pode aceitar e se aposentar. Fiquei sete meses em Manaus e me aposentei. E assim, essa frustração, meio que frustração cresceu por que você vê que tem casos que, se você condenar, você não fez justiça; e, se você absolver, você também não fez justiça. Por exemplo, o caso que eu cito muito é a deserção. Todo mundo fala: “Nossa, deserção é um crime gravíssimo!” Meu pai fala sempre que é o crime mais grave do Código Penal Militar. Mas eu digo a ele que não é, não. Em tempo de guerra, pode até ser. Numa comissão em que o navio vai suspender, vai ficar seis meses no mar, pode até ser, mas no dia a dia não é, não. Veja, antigamente havia uma outra situação. Hoje os meninos têm dificuldade, os meninos de 18, 19 anos, às vezes não tem dinheiro sequer para pegar um ônibus. Tem a namorada que fica grávida, a mãe que depende dele... Às vezes para pintar uma parede ele ganha mais do que paga a Marinha, o Exército, a Aeronáutica. Então, você tem que ver o conjunto. E tem juiz que não vê isso! O nosso mundo é muito elitista... Promotor, juiz... e eu sempre combati muito isso, eu não sou assim, sou uma

pessoa muito simples, eu não sou nada formal, então eu penso nessas pessoas. Agora tem casos em que você condena e não é suficiente também, sabe? Então isso foi me deixando tão chateada, tão frustrada de eu fazer tudo, e a coisa não se resolver, e você vê a pessoa sofrendo à toa. Eu também já pleiteei condenação de gente, lá no início da carreira, que hoje eu me arrependo tanto de ter feito. Eu rezo tanto por essas pessoas hoje... E eu não sou beata de igreja não, viu. Eu não sou nada, eu não sou nada, eu só fico triste de ter feito essas coisas, porque você vai ficando velho e vai ficando mais sentimental. Mas eu dou o maior apoio às pessoas que gostam, que entram com gana, que querem mudar. Por isso eu sou contra a PEC da bengala também, eu acho que essas pessoas têm que sair para dar vaga para os mais jovens, sabe? Oxigenar, mudar. Também não adianta entrar um jovem com cabeça de velho, que também tem, aqui entre nós aqui (risos). Não, tem que mudar, tem que bater o pé e ir em frente.

Memória MPM – Mas aposentadoria não é sinônimo de acomodação?

Ione de Souza Cruz – Não, não. Olha, eu me aposentei no dia 7 de março de 2016. No dia 9 de março de 2016 eu estava sentada no banco da faculdade estudando engenharia civil (risos). Muito bom! Tive que trancar um tempo a faculdade, eu estou no sexto período agora. Com louvor. Você lembra que eu falei que tinha pavor de matemática? Eu falei: “Não, eu tenho que vencer esse medo, não posso ter medo de uma conta.” Então, eu estou feliz da vida, eu sou a mais velha da turma, sou mais velha que o reitor, sou mais velha que os professores todos, mas eu estou lá e as pessoas interagem comigo, a gente faz churrasco em casa, uma beleza. Agora não, porque agora está nesta pandemia, não pode. Mas eu estou amando, amando.

Memória MPM – A ampliação do rol de crimes militares proporcionada pela Lei nº 13.491/2017, qual o impacto disso para a Justiça Militar e para o Ministério Público?

Ione de Souza Cruz – Eu acho que foi muito bom, porque se dizia que a Justiça Militar só servia para julgar militar. Eu acho que ainda faltou coisa, tinha que ampliar para botar as ações cíveis, as ações disciplinares, entendeu? Tinha que fazer tudo de uma vez. Achei fantástico o juiz monocrático poder julgar civis. Eu só espero que também tenha isso no tribunal, que façam turmas no Superior Tribunal Militar, que não fique só o plenário para julgar tudo, que se façam turmas, e que tenha também turma civil para julgar civis. Senão não tem sentido, não é? Chegando ao tribunal, o civil vai ser julgado por um monte de militares?! Acho que está pecando por aí, mas eu achei fantástico, maravilhoso, vai dar um gás para a Justiça Militar, as pessoas vão estudar mais, porque não tem como saber essas coisas sem estudar, e vai ficar bem dinâmica.

Memória MPM – Estamos finalizando, algo a mais que a senhora gostaria de comentar?

Ione de Souza Cruz – Eu amo o Ministério Público Militar. Acho que não teria outra forma de fechar com chave de ouro a minha vida profissional no Direito senão nesta instituição, que eu mirei quando tinha 24 anos, 25 anos de idade, sabe? É uma instituição séria, seleta, pequena, ela é a nata. E com todos os problemas que nós temos, em todos os lugares, eu acho que ainda é um lugar em que a gente pode confiar, recomendar. Eu recomendaria a todas as pessoas que estudam Direito, quem quiser ser promotor de justiça, que vá

para o Ministério Público Militar porque é uma Justiça limpa, não tem fiança, a certidão não é cobrada. Agora até acho que vai ter fiança, com a lei de 2017, acho que está se discutindo essa coisa da fiança. Mas mesmo com as suas falhas, o nosso Ministério Público é uma flor no jardim, sabe? As pessoas que eu conheci, as amizades que eu trago até hoje, os colegas que estudam, que escrevem, que fazem produção científica mesmo, eu tenho lido artigos muito bons, do colega Adriano [Alves Marreiros]. Nossa! O Adriano escreve muito, Cícero [Robson Coimbra Neves]... Tem muita gente boa por aí, viu? Eu só tenho a agradecer de ter participado dessa turma toda, de ter sido querida por essas pessoas, terem confiado em mim.

Memória MPM – Agradeço pela gentileza de compartilhar suas experiências conosco.



JORGE CESAR DE ASSIS

Entrevista realizada na Procuradoria de Justiça Militar em Curitiba,
no dia 25 de setembro de 2019, por Hebert Vilson França e Eliane Alves Alípio.

Jorge Cesar de Assis nasceu em 3 de agosto de 1954, em Curitiba, Paraná. É filho de Celso de Assis e Elita Gonçalves de Assis. É casado com Ariadne Fávero de Assis, com quem tem duas filhas: Janaína de Assis e Luana de Assis, e um neto, Jorge Cesar.

Graduou-se no Curso de Formação de Oficiais pela Academia Policial Militar do Guatupê, em 1977, e em Direito, pela Faculdade de Direito de Curitiba, em 1990. É oficial da reserva não remunerada da Polícia Militar do Paraná, onde chegou ao posto de capitão (de 1975 a 1995). Nessa época, lecionou na Academia Policial Militar do Guatupê e no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças daquela Instituição. Integrou o Ministério Público paranaense, de 1995 a 1999. Adentrou no Parquet Militar após aprovação no 9º Concurso Público para Promotor de Justiça Militar. Foi nomeado em 7 de outubro de 1999, tomou posse e entrou em exercício em 18 de outubro. Exerceu suas atividades iniciais na Procuradoria de Justiça Militar (PJM) em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. A pedido singular, foi removido para a PJM em Belém, no Pará, em janeiro de 2004. Nesse ano, lecionou na Faculdade de Direito do Centro Universitário do Estado do Pará (Cesupa), no 1º semestre. Em julho, retorna à PJM em Santa Maria, por remoção a pedido singular. Entre 2005 e 2006, foi professor do curso de pós-graduação lato sensu (especialização) em Direito Militar, na Faculdade de Direito de Santa Maria (Fadisma). Participou do cadastro de docentes da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), de 2003 a 2016. Assumiu o cargo de vice-presidente na 11ª Diretoria da Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM), em 2003, e o cargo de diretor-secretário nas 12ª, 13ª e 14ª Diretorias da ANMPM, em 2005, 2007 e 2009, respectivamente. Presidiu a Mesa Receptora de Santa Maria, relativa à 8ª Eleição para Procurador-

Geral de Justiça Militar, em 2006, e para representante do Ministério Público Militar no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em 2007. Constituiu, em nível regional e na condição de 1º membro, a Subcomissão do 10º Concurso Público para Provimento de Cargos de Promotor de Justiça Militar (10º CPJM). Em seguida, foi o coordenador temático da Primeira Reunião de Promotores de Justiça Militar em Estágio Probatório do 10º CPJM. Integrante da Comissão Temporária do Projeto Memória do Ministério Público Militar, de 2012 a 2016. Lotado provisoriamente, a pedido, na PJM em Curitiba, no Paraná, de 2012 a 2014. Participou da Comissão que elaborou o anteprojeto de Código Penal Militar de Angola, de 2014 a 2017. Durante sua atuação, foi agraciado em inúmeras ocasiões, merecendo destaque para: o Diploma Mérito Niederauer, concedido pelo Comandante da 6ª Brigada de Infantaria Blindada, pela construtiva integração com as Organizações Militares da Brigada; o Diploma Colaborador Emérito do Exército, concedido pelo Comandante Militar do Sul, em reconhecimento aos serviços prestados ao Exército Brasileiro; o Diploma Amigo do 29º Batalhão de Infantaria Blindado, pelos prestativos serviços prestados ao Batalhão Cidade de Santa Maria; o Diploma de Amigo e Colaborador, conferido pela Brigada Militar da Secretaria da Justiça e da Segurança do Estado do Rio Grande do Sul, pelos inestimáveis serviços prestados à Corporação; o Diploma Colar Academia Mineira de Direito Militar – Casa de Tancredo Neves, outorgado em razão da posse efetiva como membro da referida Academia; o Diploma referente à Medalha do Mérito Judiciário Militar da Justiça Militar do Estado do Alagoas, pelos relevantes serviços e colaboração prestadas ao Direito Militar e à Justiça Militar Estadual; o diploma referente ao Colar do Mérito Judiciário das Justiças Militares Estaduais, conferido pela Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais; Colar e Medalha do Mérito Judiciário

Militar, conferido pelo Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais; Diploma referente à Medalha do Mérito Judiciário Militar, conferido pelo Tribunal de Justiça Militar de São Paulo; o Diploma referente à Medalha de Mérito Escolar Coronel Dulcídio, pelo 3º lugar no Curso de Formação de Oficiais da Academia Policial Militar do Guatupê; o diploma referente à Medalha Policial Militar em prata, pelos 20 anos de bons serviços prestados à PMPR; Diploma e Medalha de Mérito da Justiça e Disciplina, conferido pela Corregedoria-Geral da Polícia Militar do Paraná; o Diploma referente a Medalha Coronel Sarmento por razão dos relevantes serviços prestados à Polícia Militar em favor da causa pública, conferido pelo Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná; o Diploma referente à Medalha Heróis da Cavalaria, conferida pelo Comandante do Regimento de Polícia Montada Coronel Dulcídio; o Diploma de Condecoração de Distinção da Ordem do Mérito Judiciário Militar; o Diploma da Ordem do Mérito do Ministério Público Militar, no Grau Medalha de Alta Distinção; e o Título de Membro Honorário da Força Aérea Brasileira. Aposentou-se, voluntariamente, em 31 de março de 2016, no cargo de promotor de Justiça Militar. Em sua trajetória, desenvolveu também ações como conferencista jurídico e escritor especializado em Direito Militar, com várias obras e artigos publicados. Foi sócio-fundador da Associação Internacional das Justiças Militares e é membro correspondente da Academia Mineira de Direito Militar. Integrou a Comissão de Direito Militar da OAB-PR entre os anos de 2016 a 2019, tendo inclusive sido seu Presidente; coordenador da Biblioteca de Estudos de Direito Militar, da Editora Juruá; e administrador da página Jus Militaris (<http://jusmilitaris.com.br>). Em 16 de maio de 2016, prestou compromisso como advogado, no Plenário da Ordem dos Advogados do Brasil, iniciando uma nova fase profissional.

Memória MPM – Começando pelas origens. Onde nasceu? Como foi a infância? Onde estudou?

Jorge Cesar de Assis – Bom, eu nasci em Curitiba, no dia 3 de agosto de 1954. Meu Pai Celso de Assis era sargento da Polícia Militar na época, e minha Mãe Elita Gonçalves de Assis era funcionária da Universidade Federal, ela trabalhava na faculdade de Odontologia. Que eu me lembro bem, da minha infância, naquela época eu morava num bairro que hoje é superpopuloso, mas que não tinha nem asfalto nas ruas, eram poucas as ruas asfaltadas, só as principais. Eu estudei no Grupo Escolar Doutor Xavier da Silva, atual Colégio Estadual Doutor Xavier da Silva, que é um grupo tradicional daqui de Curitiba, que foi fundado em 1903¹, então ele já tem mais de 100 anos. Do lado do Grupo tinha um depósito da Antártica, e nós íamos lá ganhar pequenas réguas de madeira e guaraná, e tinha o Jardim de Infância Emília Eriksen². Naquela época chamavam de jardim de infância, hoje é escolinha, prézinho, essas coisas. Fiz o pré-primário no Jardim de Infância Emília

¹ Inaugurado em 10 de dezembro de 1903, é considerado o primeiro grupo escolar do Paraná. Fonte: Secretaria da Comunicação Social e da Cultura, disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=343>

² Também grafado como Erichsen, Ericksen ou Eriksen. Trata-se do segundo jardim de infância público do Estado do Paraná, inaugurado em 1911 com o nome de Jardim da Rua Silva Jardim, junto ao Grupo Escolar Xavier da Silva, em Curitiba, e renomeado como Jardim de Infância Emilia Ericksen, em homenagem à professora que fundou o primeiro jardim de infância privado, em Castro/PR, em 1862. Fontes: Publicação do Grupo de Estudos e Pesquisas “história, Sociedade e Educação no Brasil”. Faculdade de Educação – UNICAMP. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_emilia_ericksen.htm. Primeiras Iniciativas de Jardins-de-Infância Públicos no Paraná nos Anos 10 e 20 dos Novecentos. Gizele de Souza/UFPY. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo4/323.pdf>

Eriksen, e depois eu fiz o primário no Grupo Escolar Doutor Xavier da Silva, que era até a quarta série. Posteriormente, aumentaram mais uma série, quinta, mas eu ainda fiz as quatro. Naquela época era necessário fazer um exame de admissão para ir para o ginásio, daí eu fiz o exame de admissão e estudei no Colégio Estadual do Paraná, que é um colégio famoso aqui em Curitiba, foi fundado em 1853³. Então ele foi junto com a emancipação política do Paraná. E o Colégio Estadual é bem antigo, super tradicional, bem estruturado, pelo menos naquela época era. Fiz o ginásio e o científico. Fui atleta do colégio, fazia parte da equipe de atletismo, participei de vários campeonatos nacionais, cheguei mesmo a fazer uma seleção para o sul-americano. Não fui selecionado para a seleção brasileira, mas eu tinha uma vida esportiva bem intensa. E com dificuldade, porque eu era de família pobre, então não tinha recurso para comprar um tênis bom, sapatilha, mas isso a gente nem percebia na época. Eu não tinha dificuldade para estudar, mas eu era meio relaxado, então reprovei a quarta série por culpa minha, minha máxima culpa mesmo. E quando eu tinha 12 anos, eu estava no ginásio, eu ganhei uma bolsa de estudos para estudar francês na Aliança Francesa, que fazia no colégio mesmo, estudava do meio-dia à uma hora. Depois acabei desistindo. Bom, depois do científico eu me via numa, vamos dizer, encruzilhada: minha mãe faleceu, eu tinha 15 anos, meu pai já tinha saído da polícia, então a situação não era muito legal. Era difícil, a família era, como dizia aquele programa, pobre, mas limpinha.

Memória MPM – Precisou começar a ajudar em casa?

³ Segundo a Wikipédia, o Colégio Estadual do Paraná foi fundado em 1846, inicialmente tendo o nome de Liceu de Curitiba. Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Col%C3%A3igo_Estadual_do_Paran%C3%A1](https://pt.wikipedia.org/wiki/Col%C3%A3gio_Estadual_do_Paran%C3%A1).

Jorge Cesar de Assis - Minha mãe e meu pai tiveram 8 filhos, mas 2 faleceram pequenos, Marco Antonio e Sérgio Luiz. Então eu sou o mais velho. Tenho 5 irmãs: Eliene, Noely, Verginia, Célia e Marilis. Todo mundo estudou. Daí, o que aconteceu? A minha mãe trabalhava na faculdade de Odontologia, e eu queria ser dentista ou médico porque eu me lembro de que, quando as minhas irmãs se machucavam, eu que fazia curativo. Naquela época eu tirava espinho do pé. Eu ia lá tirar com agulha. Queimava a ponta da agulha, desinfetava e tal. Eu queria ser dentista ou médico. Naquela época, no científico havia uma divisão dos alunos por área de interesse: ciências sociais, ciências biológicas, ciências matemáticas. Eu estudava no CB (ciências biológicas), porque queria ir para a área de saúde. Mas percebi que eu não poderia, ia ser difícil, porque eu não tinha dinheiro. Se eu fosse estudar Medicina ou Odontologia, as aulas eram de manhã, tarde e noite, como ia ser aquilo? Mesmo que fosse na Universidade Federal já era difícil de passar, tinha que fazer um cursinho bem adequado, então eu mudei. Eu tinha mais identidade com Odontologia, mas, quando a minha mãe faleceu, a vida ficou bem difícil. Um dia eu estava em casa, e de repente bateram no portão lá de casa. Era um senhor bem-vestido, de terno. Eu tinha 15 anos. Ele me disse: "Olha, eu sou o doutor Glauco Silva, eu sou professor da universidade. Tua mãe trabalhava comigo, e eu tinha prometido para ela que eu ia arranjar um emprego pra você lá no Conselho Regional de Odontologia, e agora tem uma vaga de boy. Você pode ser *office boy*. Só um detalhe: de uma às seis. Se você quiser." E eu estudava de manhã.

Veja bem: muitas pessoas me ajudaram na vida, então eu comecei a trabalhar no Conselho. Trabalhei quase 4 anos. E tinha essa identidade com Odontologia, mas eu pensei: "Poxa vida, e agora?". Então, na primeira vez que eu fiz vestibular, eu escolhi Medicina com segunda opção Odontologia,

mas não passei. Em 1974 eu fiquei sem estudar, estive um pouco no interior com um primo, trabalhando. Já tinha saído do Conselho, e abriu vaga para a Polícia Militar, para a escola de oficiais. Esse meu primo, Lenine Toniolo [nossas mães eram irmãs], que me ajudou muito, era oficial da Polícia Militar, hoje é aposentado, da reserva remunerada, coronel. Também havia outros parentes que tinham passado pela Polícia Militar, então eu me inscrevi para a seleção da Polícia Militar, para o vestibular da Polícia Militar naquela época, na escola de oficiais. E passei. Passei em segundo lugar. Entrei em 1975 na Polícia Militar, terminei o curso em terceiro lugar. Saí oficial em dezembro de 1977 e já fui trabalhar, em 1978, quando me apresentei nas unidades, até 1990. Então foram 12 anos, trabalhei direto na rua, no serviço operacional de rua, direto.

Memória MPM – Sempre em Curitiba?

Jorge Cesar de Assis – Sim, mas também em Foz do Iguaçu, trabalhei lá um ano e pouco, entre 1980 e 1981, depois voltei para Curitiba, trabalhei na cavalaria etc. Acontece que naquela época a Polícia Militar ganhava muito mal. Hoje a Polícia Militar do Paraná tem um salário, vamos dizer assim, bom, mas naqueles 20 anos que eu fiquei ali, e 3 meses e cinco dias, infelizmente eu não posso dizer isso, era muito pouco mesmo. Eu sempre gostei da Polícia Militar, saí mais pelo meu temperamento, pois eu gostava de ter uma postura mais independente.

Eu ganhava muito pouco, mas me casei, em 1979. Conheci minha querida esposa Ariadne Fávero de Assis quando estava na academia, no segundo ano,

irmã de um companheiro de turma, que também era cadete, e que depois foi para o Ministério Público do Estado, hoje procurador de Justiça, doutor Ramatis Fávero. Casei com a Ariadne, nós a chamamos de Nina, e a vida ficou difícil porque logo tivemos uma filha, a Janaína (que tem formação em Publicidade e Propaganda e atualmente é Analista Previdenciária) nasceu em 1980. Depois, a Luana (que é Administradora no Hospital das Clínicas) em 1984. Para você ter uma ideia, em 1986 um primeiro-tenente da Polícia Militar ganhava menos que um cabo do Exército. Isso era motivo de revolta, não pelo que o cabo ganhava, o cabo estava certo, nós que estávamos errados. Então estava sempre um clima tenso, e um dia um comandante que eu tive me disse: "Olhe, aqui na Polícia Militar é um sacerdócio. Então quem quiser ganhar dinheiro, ficar rico, essas coisas, não é aqui. Aqui é sacerdócio". Aí fui para casa e fiquei pensando: puxa vida, o homem está com a razão, realmente é um sacerdócio. E eu adoro a Polícia Militar, gostava e continuo gostando do mesmo jeito, só que eu não sou padre. Eu não sou celibatário, tenho família, está complicado, então vou tentar outros rumos.

Fui para o interior e saí promovido a capitão em 1990, comandei uma companhia na fronteira com a Argentina e depois, em 1994, voltei para Curitiba. O comandante-geral me chamou para trabalhar no gabinete dele, só que aquele comandante-geral tinha entrado no último ano do governo, então eu sabia que, quando chegasse em janeiro, ia trocar de governador, ia trocar de comandante com certeza. Daí eu conversei com ele e disse que gostaria que me deixasse tirar licença especial. Eu tinha uma licença especial vencida e, naquela época, como eu estava com o comandante, eu dava aula na academia da Polícia Militar e, assim, conseguia dobrar o meu salário. Eu também respondia por uma função de major, então no final melhorava

bastante o meu salário. Então pensei: “É agora ou nunca.” O comandante concordou, e eu entrei em licença especial, de 6 meses. Eu fiquei em casa 6 meses estudando direto, desisti de lecionar [na academia da PM] e perdi a minha função. Então o meu salário se reduziu à metade, foi um horror. Mas eu fiquei confiante. Morava no centro da cidade, não tinha muita bibliografia naquela época, então o que eu fazia? Ia à biblioteca pública, ficava vendo as decisões do STM. Ia ter concurso para promotor do Estado, ia ter concurso para promotor do MPM. Ficava estudando para ambos os concursos. Só para ter uma ideia do esforço, eu deveria me reapresentar na PM no dia 6 de junho de 1995, mas eu tomei posse como promotor de justiça do Estado no dia 5 de junho, um dia antes.

Memória MPM – Como foram os concursos?

Jorge Cesar de Assis – Eu passei nos dois. Eu ia estudando Direito Penal Militar comparando com Direito Penal comum, que eu tinha que estudar. Processo Penal e as outras eram comuns, Direito Administrativo, Civil. Fiz a primeira prova objetiva aqui na PJM Curitiba e passei; também passei na prova do Ministério Público do Estado. Fui aprovado nas provas escritas para o MPM e para o MP do Estado. No MPM, eu lembro que tinha vinte e poucas vagas, vinte e duas, e eu era o terceiro classificado para a prova oral. Do sul do país só eu passei, era o terceiro, em 1995, mas antes eu fui fazer a prova oral do Ministério Público do Estado, que tinha menos vagas e mais matérias. Lembro que estava desesperado porque se eu não passasse eu ia ter que voltar para a PM. Era um frio miserável, e eu suava bastante, em maio de 1995. Na prova oral para o Ministério Público do Estado, era assim: uma sala

grande, cada professor estava num canto, você ia passando, e eu era o décimo classificado para a prova oral no Estado.

Memória MPM – Quantas vagas no concurso do Estado?

Jorge Cesar de Assis – Tinha 20 vagas. Eu era o décimo classificado para a prova oral. Era dividido em turmas, e eu estava na primeira turma para primeira prova oral, primeiro dia. Quando eu cheguei lá, tinha falecido um procurador de justiça, e eles pegaram aquela turma e passaram para o último dia. Aquilo me deu um desespero, não esperava aquilo. Quando chegou no nosso dia, da minha turma, nós ficamos sabendo que o examinador de Direito Penal, que inclusive era o Corregedor, tinha reprovado uma candidata com uma pergunta. Ele perguntou, ela não respondeu, e ele teria dito para ela: “Doutora, quantos concursos a senhora já fez?”, “Ah, já fiz dois”, “Então você vai fazer o terceiro, está dispensada.” E eu me achava bem em Direito Penal. Bom, fui passando por todos os examinadores, sendo aprovado em todas as matérias. Lembro que naquela época eu era capacitador do estatuto da Criança e do Adolescente, na Polícia Militar trabalhava muito com o Ministério Público, tinha estudado bastante também. Aí passei em tudo. Lembro que um dos examinadores tinha sido meu professor de Direito Civil, inclusive tinha ido ao lançamento de um livro que eu publiquei em 1991. Ele me perguntou: “Você quer falar sobre Direito Civil ou Direito Alimentar?” Respondi: “Direito Civil”. Aí começamos, ele perguntava e eu respondia, eu me saí bem. Ele disse: “Olha, estou satisfeito, você aproveita a tua experiência da Polícia Militar, você é uma pessoa madura (tinha 40 anos naquela época), e leve para o Ministério Público.” Aí eu me levantei ele me chamou de novo,

disse: “Nós não conversamos nada de direito falimentar.” Sentei. Daí ele perguntou para mim: “O que é crime falimentar?”, e eu fiquei olhando para ele com cara de paisagem. Ele disse: “Pare, não quero estragar a minha boa impressão. Já vi que você não sabe nada de direito falimentar, então pode ir.” Aí cheguei no último examinador, o temido. Ele me fez uma pergunta, nem me lembro mais, mas eu sei que era uma pergunta comum em concurso, que era bem fácil e ele tinha feito ao contrário. Não sabia. Daí eu lembrei que eu tinha feito um curso no Ministério Público, eram 360 horas, uma especialização na faculdade, o professor era o Félix Fischer, ministro do STJ, eu fui monitor dele. Daí o ministro Félix Fischer, na época professor, ele tinha me dito o seguinte: “Olha, se você não souber, na prova, não vai querer enganar o examinador, é melhor você dizer que não sabe. Não vai querer enrolar o examinador que ele vai saber.” Um dia nós conversamos porque eu tinha resolvido desistir daquela especialização. O Ministério Público era do lado do quartel, e eu não estava mais indo para as aulas, então ele mandou me chamar, ele e um outro professor. Disse que eu não ia desistir, argumentei que tinha faltas, mas ele me disse que iria abonar as faltas, que eu era um bom aluno e que não tinha cabimento eu, capitão da PM, desistir. Concordei e conclui o curso. Pois é, o professor Félix Fischer dizia uma coisa interessantíssima que eu digo hoje para as pessoas que vão fazer concurso, ele dizia, quando tinha concurso: “Você não vai se inscrever para o concurso?”, “Ah, não sei, são poucas vagas”, e ele: “Quantas vagas você precisa?”, “Eu só preciso de uma”. Ele dizia: “Olha, não interessa o número de vagas. Pode ter 10 mil candidatos. Desses 10 mil, 50% não sabem nem o que estão fazendo lá. Sobrou 5 mil. Desses outros 5 mil, metade é meia boca, então a briga mesmo vai ser sempre entre 20% e 30% dos candidatos, essa que é a briga.” E isso eu digo hoje para as pessoas. Mas voltando para o examinador do

concurso, daí eu não conseguia responder nada, comecei a suar frio, não respondia nada. “O que é isso?”, “Não sei, não sei.” Lembro que ele fez uma pergunta assim: “Se um comerciante trocar um rótulo de uma bebida, da garrafa. Que crime que é esse?”, daí eu, quietinho, “Crime contra a economia popular”, “Ah, é? Então pegue o código aí, pegue a lei e me mostre aonde”, falei: “Puxa vida.” Depois que eu fui descobrir o crime que era porque eu tive um caso concreto. Não respondi nada! Eu me ferrei. Daí ele falou assim para mim: “O que o senhor faz, doutor? O senhor faz o que na vida, doutor?” Tinha uma mística que polícia não passava no concurso. Respondi: “Eu sou capitão da Polícia Militar”, e ele: “Mas que beleza! O meu avô foi oficial da Polícia Militar, o meu irmão é capitão do Exército. Eu gosto muito da Polícia Militar. Você está nervoso, capitão?”, disse: “Eu estou”. Ele ficou conversando comigo uma meia hora, então parou e perguntou se eu estava mais calmo, eu disse que sim, e aí ele me fez uma pergunta. Ele queria saber se funcionário do Detran [Departamento de Trânsito] que exigisse dinheiro para carteira, que crime que era? Falei: “Concussão”, “Tem certeza?”, “Tenho, por causa do verbo exigir.” Ficou me olhando, então virou para o secretário do concurso, que também tinha sido oficial da Polícia Militar, ele disse: “A denúncia do capitão está meia boca, mas pensando bem, se for o caso depois ele pode aditar. Pode sair!” Eu pensei: “Agora me lasquei!” O resultado era no mesmo dia, à noite. Telefonaram para mim quase meia-noite: passei. Tinha passado, mas como ele me deu a nota mínima, de décimo, eu passei para o vigésimo segundo lugar na classificação, ou seja, não iria mais tomar posse, pois só tinha 20 vagas. Nesse ínterim abriu mais duas vagas, então tomei posse.

Memória MPM – Então desistiu do concurso do MPM?

Jorge Cesar de Assis – Eu já conhecia o doutor Péricles Aurélio Lima de Queiroz, que era procurador de Justiça Militar em Curitiba. Aliás, conheci o doutor Péricles de uma forma bem interessante, ele dava aula na Academia de Polícia Militar do Guatupê, e em 1992 ele já tinha me convidado a fazer o concurso para o MPM. Não fiz em 1992, mas em 1995. Eu vinha à Procuradoria, que era ali junto à Auditoria, e ele me explicava os processos. Então o doutor Péricles, para mim, foi muito importante, ele me incentivou bastante, e eu sempre gostei da postura dele. Eu, num primeiro momento, sou quieto, não falo nada, mas, depois que eu conheço as pessoas, eu me solto. Eu gostava do doutor Péricles, e também de um outro oficial que trabalhou comigo, que foi o meu comandante. Então eu procurava mesclar, pensava que tinha que ser mais ou menos que nem o doutor Péricles, ficar na linha.

Memória MPM – Mas como foi o encontro inusitado com o Doutor Péricles Aurélio Lima de Queiroz?

Jorge Cesar de Assis – Eu conheci o doutor Péricles, na realidade, em 1983. Tivemos um problema com um sargento da Aeronáutica, prendemos ele em flagrante, naquela época eu nem era formado em Direito, e a gente não tinha essas noções. Prendemos porque ele tinha invadido uma casa embriagado e estava só de calção. Estava louco. A PM o prendeu e me chamaram, levamos ele na Aeronáutica (ele estava algemado, era um sujeito forte), enquanto eu o estava apresentando para o oficial, ele cuspiu em mim. Ele veio assim, de repente, e cuspiu em mim enquanto eu falava com o sargento. E eu tive uma reação bem PM, revidei fisicamente, bati nele, e, como ele estava algemado, ele tinha uns 90 e poucos quilos, ele caiu de costas, em cima da algema, infelizmente. Bom,

daí a Polícia Militar fez um inquérito, e me indiciaram na Aeronáutica. O doutor Péricles era o promotor, e eu vim ser ouvido, mas não sabia que tinha sido indiciado. Eu fui ouvido, mas ninguém me disse que tinha sido indiciado. Eu fui chamado para ser testemunha no julgamento do sargento, e o doutor Péricles, que era bem novinho naquela época (ele é dois anos mais novo que eu), me chamou e disse: “Depois o senhor vá ali na secretaria e pegue uma certidão do meu parecer.” Só então eu fui saber que tinha sido indiciado; e no parecer, eu tenho até hoje, ele não me denunciou, pois dizia que a única reação que se podia esperar “de um oficial viril e operacionalmente preparado, seria aquela”. Na sentença o juiz-auditor descascou não só o representante do Ministério Público como eu, e absolveram o sargento. O doutor Péricles recorreu, e o tribunal condenou. Foi como conheci o doutor Péricles, então quando eu passei no MP [do Estado] eu vim aqui na Procuradoria dizer que não ia mais fazer a prova oral. Eu lembro que tinha uma menina loirinha, Ana, hoje ela é juíza federal, que era analista, e perguntou: “Doutor Assis, esse é o concurso que todo mundo quer, o senhor vai abrir mão assim?” Eu disse que já estava bem, que ia desistir. Mandei uma cartinha para o doutor Péricles pedindo desculpas, explicando para ele que eu estava bem e ia ficar no Ministério Público do Estado.

Memória MPM – Arrependeu-se depois?

Jorge Cesar de Assis – Não é bem arrependimento, só que era muito serviço no MP do Estado, não parava, era uma loucura, mas eu gostava. Eu ia à rádio, toda semana tinha um dia na rádio para esclarecer a população. Eu tinha um método diverso como promotor. Era um promotor mais Polícia

Militar, protegia bastante o Conselho Tutelar, as questões de família, levava tudo a sério ali, não tinha conversa. Mas procurava ser justo. As crianças me paravam na rua: “Olha, o promotor!”. Era uma coisa muito bacana. Só que em 1997 eu estou em Capanema, cidade do sudoeste do Paraná, e vejo no jornal: “Quarta-feira se encerra o último dia de inscrição para o Ministério Público Militar”, falei: “Vou me inscrever”. Peguei o carro e vim aqui, me inscrevi. Sem estudar, sem nada. Fiz a primeira prova, passei. Estudei mais um pouco, fiz as provas subjetivas. Achei que fui mal na prova de processo penal, cujo examinador era o doutor Péricles Aurélio Lima de Queiroz. Saiu o resultado, eu tinha reprovado. Eu não quis nem saber por quê. Fiquei com vergonha. Fiquei quieto. Não quis nem recorrer nem nada. Passou-se o tempo, em 1998 eu lancei a parte geral do livro Comentários ao Código Penal Militar, que hoje está na 10a edição, e o doutor Antonio Batista de Souza, pai da doutora Rejane Batista de Souza Barbosa, foi no lançamento, daí ele perguntou para mim: “Assis, me diz uma coisa, por que você não recorreu? Tinha um monte de vaga. Todo mundo que recorreu passou. Por que você não recorreu?” Falei: “Olha, Batista, eu não recorri pelo seguinte: eu sou meio esquisito assim, eu tenho umas ideias diferentes. Eu fiquei com vergonha porque eu reprovei em Processo Penal Militar, fiquei com vergonha do doutor Péricles, não recorri, o doutor Péricles sempre foi bacana comigo, eu fiquei envergonhado” “Você está louco? Você não reprovou em Processo Penal. Você reprovou em Direito Administrativo por três décimos. Todos que pediram passaram. Você teve a maior nota em Direito Penal Militar, e a tua nota em Processo Penal Militar também foi boa. De onde você tirou esse negócio?” Então eu disse para ele: “É o seguinte, Batista, a hora que pensarem em fazer um concurso, você me avisa, que daí eu vou me inscrever novamente.” Daí ele disse: “Eu vou fazer isso porque quando você desistiu, em 1995, eu passei, mas eu fui pra

Belém. Se você tivesse passado naquele ano, você estaria aqui em Curitiba, e eu não teria vindo para Curitiba. Então graças a você, eu vim para Curitiba, então pode deixar que eu te aviso.” No final de 1998, bem perto do Natal, o Batista me liga: “Assis, estou te ligando para te dar um aviso, te desejar bom Natal e dizer que o Conselho se reuniu, vai ter concurso ano que vem.” Aí eu comecei a estudar. Levantava às 6 horas da manhã, estudava até às 8 e ia para a promotoria. Aí fiz de novo e passei. Foi assim que eu entrei.

Memória MPM – Voltando um pouco, como superou a vontade de fazer medicina e optou pelo Direito?

Jorge Cesar de Assis – Ah, sim. Isso! Bem lembrado! Eu não falei isso. Bom, veja bem, quando eu estava na academia [de Polícia Militar], tinha um convênio entre a academia e a faculdade de Curitiba: de manhã nós só estudávamos Direito, e de tarde eram as matérias policiais militares. Só que o curso da academia ainda estava em processo de reconhecimento como nível superior. Foi reconhecido posteriormente, a partir de 1968, mas ainda não estava definido. Então, quando eu terminei a academia, que eu saí aspirante, não tinha, ainda, sido reconhecido. E eu logo em seguida casei, fiquei 10 anos sem poder estudar, não tinha dinheiro, inclusive, para estudar. E outra coisa: eu não gostava de advogado, nem de juiz e nem de promotor. Mas eu gostava de escrever, então eu estava sempre escrevendo, em questões de Direito, inclusive. Eu pensei: “ninguém vai dar bola para mim se eu não tiver o curso de Direito.” Não é que eu não gostava, é que a polícia é uma atividade que frequentemente é questionada, pela sua própria natureza. Não adianta dizer que não, mas de um modo geral, os militares, em relação ao MPM; e

os militares e os policiais civis, em relação ao MPF e MP do Estado, sempre têm uma certa reserva em relação ao Ministério Público, porque é quem os controla, quem pode denunciá-los. Quando eu trabalhava no Regimento de Polícia Montada Coronel Dulcídio, resolvi voltar a estudar. Isso foi em 1988, quando eu voltei para faculdade. Eu saí aspirante em 1977, em 1988 fiz vestibular. Eu tinha até lançado um livrinho, era “Noções em Direito para a Atividade Policial Militar”, mandei fazer em uma gráfica, fininho assim. Mas ele foi um sucesso, só na academia da Bahia, eu vendi 200 exemplares, e eu mesmo que fazia a propaganda. Mas era bem fininho, era o livro de alguém que não era formado em Direito. Eu era P2⁴ na época, tinha um pouco mais de folga. Comecei a fazer cursinho pré-vestibular, para fazer Medicina ou Odontologia. Mas, quando chegou perto de abrir as inscrições, eu falei: “Mas não vai dar certo isso aí, não vai dar certo, então eu vou aproveitar e vou fazer o curso de Direito lá na faculdade onde tinha o convênio.” Depois aquele convênio foi extinto porque, como estavam formando muitos oficiais em três anos de direito, a Polícia Militar ia ter problemas. A minha turma foi a última do convênio. A turma seguinte, 1978, já não teve mais, então só houve dois anos de direito, e assim por diante, 1979, só um ano, então a que fechou mesmo era a minha. Aí eu fiz vestibular naquela faculdade e passei. Eu peguei e abati aqueles três anos, então na realidade eu só fiz dois anos de faculdade. Só que tinha mudado a parte geral do Código Penal, parte comum. Então eu tive uma certa dificuldade, mas eu já tinha feito Direito Penal, mesmo assim, eu não tinha dinheiro para fazer faculdade, que era paga. Começou a apertar, comecei a atrasar um mês, dois... pensei em desistir, falei

⁴ Serviço de inteligência. No atual Regimento Interno e dos Serviços Gerais da PM/PR, aprovado pelo Decreto Estadual nº 7.339/2010, é designado pela sigla PM/2. In: <http://www.pmpm.pr.gov.br/Coger/Pagina/Legislacao>.

para minha irmã Virgínia que ia desistir, mas a minha irmã disse: “Não faça isso, vá e fale com o diretor.” Eu fui lá achando que ele ia dizer: “Não, meu querido, não precisa mais pagar.” “Não? Tá bom então.” “Você não paga agora, nós vamos te dar um prazo pra você pagar.” “Tá bom!” Eu vi que tinha um concurso para monitor com o professor Félix Fischer, Direito Penal 1; e o monitor, naquela época, não pagava faculdade, ele só pagava a matrícula. Eu passei, eram dez candidatos, eu passei. Lembro que, no dia em que eu fui fazer a prova, estava o professor Félix Fischer e outro professor, os dois eram procuradores da Justiça. Eu ali, num sábado à tarde, um calor miserável, e eles de óculos escuros, um brincando com o outro, mas depois que eu fui entender que aquilo fazia parte para ver o que o professor sentia. E eu tinha feito um monte de fichinha, umas fichinhas para seguir a aula. Eu comecei a seguir, aí o professor falou: “As fichinhas de sempre. Você não consegue dar aula sem essas fichas aí?” Eu consegui, tinha estudado bastante, era conflito de leis no espaço. Então eu passei. Fui aprovado e não paguei mais a faculdade, daí entre as 6 e 7 horas da noite eu ficava lá, atendendo os alunos. Então foi dessa forma que eu fiz a faculdade. Primeiro eu quis desistir da especialização lá no Ministério Público, o ministro Félix e outro professor não deixaram; depois eu quis desistir da faculdade, a minha irmã não deixou. E aí eu passei em 1995 (no MP do Paraná).

Memória MPM – E o MPM, como foi o concurso de 1999?

Jorge Cesar de Assis – Antes de passar em 1999, eu tinha desistido de fazer a prova oral. Avisei à minha irmã Verginia, mais nova que eu 10 anos, e que tem sido o meu anjo da guarda: “Você está louco? Mas como?” Daí, fui. Fui e

fiquei impressionado com o nível do concurso, a prova oral, a maneira como fui recebido pelo doutor Kleber [de Carvalho Coêlho], todos de uma forma geral; o hoje ministro Péricles [Aurélio Lima de Queiroz] também, que eu já conhecia; o doutor Nelson [Luiz Arruda] Senra, que também tinha sido daqui de Curitiba. O doutor Nelson [Luiz Arruda] Senra era muito ligado a questões sociais, pessoa muito bacana. E aí eu achei: “Nossa, mas isso nem parece um concurso, parece uma recepção.” Eu passei. Na época, o doutor [Nelson] Marabuto [Domingues] nos atendeu muito bem, uma pessoa muito bacana, tanto que a nossa turma depois até comprou um mimo para ele. Tinha uma senhorinha... já bem de idade, magrinha que trabalhava com o Marabuto, Dona Carminha! Dona Carminha, “está aqui o doutor Jorge Cesar de Assis. Diga para ele onde ele pode ficar.” Eu escolhi Bagé ou Santa Maria, eu era o terceiro colocado no concurso, tinha auxílio-moradia e naquela época ainda não tinha resolvido minha situação financeira, já estava bem melhor, mas eu poderia ganhar auxílio-moradia [em Bagé ou Santa Maria]. Não havia vaga em Curitiba. Tinha em São Paulo. A doutora Najla [Nassif Palma] foi para São Paulo, e eu fui para Santa Maria. “Você só vai pedir Santa Maria e Bagé? E se alguém pegar?”, “Não, só tem o Jaime [de Cássio Miranda] e a Najla [Nassif Palma], acho que não vai. Se não? Paciência!” Eu fui para Santa Maria, gostei, adoro Santa Maria e até pensei muito em ficar morando lá, acabei voltando por causa das filhas Janaína e Luana, da família, do neto que tem meu nome. Nós somos muito unidos. Então foi isso, dessa forma que cheguei.

Memória MPM – Da PJM Santa Maria foi para qual Procuradoria?

Jorge Cesar de Assis – Aliás, eu fui o primeiro, e acho que o único promotor de Justiça Militar, que pediu remoção a pedido para Belém do Pará. Naquela época não ganhava nada, então paguei do meu bolso tudo. Não deu certo, fiquei 5 meses e 15 dias, voltei e tive um prejuízo enorme, financeiro, mas valeu a pena. Fiz bons amigos, Anete [Vasconcelos de Borborema] e Clementino [Augusto Ruffeil Rodrigues]. Mas eu fui o primeiro promotor que pediu remoção a pedido, do Sul para Belém do Pará.

Memória MPM – Qual foi a motivação para isso?

Jorge Cesar de Assis - Calor. Mas eu não conhecia. No tempo da Polícia Militar, tinha um sargento que trabalhava comigo, a esposa dela era de Belém: “Ah, é ótimo, é rio, é fruta”, e eu fui, assim, às cegas. Aliás, mudança é o que mais fiz na minha vida, acho que fiz umas trinta mudanças, então não posso dizer que tenho uma casa mais preferida, se estou lá agora, não sei se daqui a pouco mudo de novo. E assim vai.

Memória MPM – E como chegou a Curitiba?

Jorge Cesar de Assis – Curitiba foi diferente. Meu sogro estava doente, então a gente vivia aqui. A cada 30, 40 dias nós estávamos em Curitiba, e daí o [Alexandre] Reis [de Carvalho] foi designado chefe de gabinete do procurador-geral [de Justiça Militar] Marcelo [Weitzel Rabello de Souza]. Eles sabiam desse meu problema, acho que o Soel [Arpini] tinha contado para eles, aí o Reis entrou em contato comigo: “Olha, você não quer ficar lá em Curitiba?”

Então eu pedi para ficar em Curitiba, sem nenhum custo para a instituição, vim para cá em 2012. Meu sogro faleceu já em fevereiro, mas eu fiquei até 2014. Eu fiquei aqui e, depois que o Reis voltou para Curitiba, eu retornoi para Santa Maria.

Memória MPM – E o senhor percebia diferença na atuação ou então no tipo de crime que havia em cada região? Santa Maria, Curitiba...

Jorge Cesar de Assis – Veja bem, a grande diferença de Santa Maria para Curitiba foi a atuação nas ações civis públicas, que aqui eu não tive. Não por nada, é porque aqui era um outro momento, eu estava mais preocupado com essas coisas de saúde, então eu aqui trabalhei normalmente, mas fora disso nenhuma outra diferença, a não ser que aqui tinha Marinha, e lá em Santa Maria só tinha Exército e Aeronáutica, mas o marcante mesmo é em Santa Maria, por conta dessas questões, que gerou embates com o MPF, com a PGR, e até mesmo com o MPM. A briga inicial foi com a resolução 30 (de 1999, do CSMPM). Eu acabei fazendo até um livro⁵ junto com o Soel [Arpini] e a Dalila [Maria Zanchet], que era uma estagiária nossa, que se formou defendendo a legitimidade do MPM. A resolução 30 dizia que, se o assunto fosse de âmbito nacional, o inquérito civil deveria correr em Brasília, mas o Soel e eu identificamos um equívoco nisso, pois os subprocuradores-gerais não entram na ação civil pública, eles só atuam no STM, como fiscal da lei, ou mesmo nas ações originárias, então isso jamais iria ocorrer. E nós

⁵ Legitimidade do Ministério Público Militar para a Interposição da Ação Civil Pública. Biblioteca de Estudos de Direito Militar. Jorge César de Assis, Soel Arpini e Dalila Maria Zanchet. Florianópolis: Juruá, 2011.

pedimos uma alteração para o Conselho Superior, que foi negado. Entramos contra a decisão do CSMPM no CNMP e percebemos que era como se nós estivéssemos indo contra o Ministério Público, embora não fosse isso, muito pelo contrário. Quando questionamos⁶ a resolução 30 no CNPM, a coisa foi se desenvolvendo e, no dia da votação, o conselheiro Nicolao Dino [voto divergente, conduziu a maioria no julgamento] apresentou um voto completamente fora do padrão, dizendo que não tinha que discutir se a resolução estava certa ou errada, porque o MPM não tem competência para fazer ação civil pública, então propôs transformar a reclamação num processo de controle administrativo para verificar a legalidade da resolução. Mas a competência está na Constituição Federal! Então foi um desastre. E na época o nosso representante no CNMP também não se ateve a essas questões. Uma vez eu fui num evento relativo à posse do procurador-geral do Ministério Público do Rio Grande do Sul, havia representantes de vários Estados, e lá, na solenidade, estava conversando com alguns colegas de outros Estados, que diziam: “Ah, vocês que são os loucos de Santa Maria?” Fiquei chateado, mas, enfim, entramos com embargos declaratórios dessa loucura que foi feita nessa decisão.

Memória MPM – O CNMP seguiu o voto do conselheiro Nicolao Dino?

Jorge Cesar de Assis - Aprovaram! Nós entramos com embargos declaratórios, dizendo que era contraditório, não tinha cabimento, estava julgando uma

⁶

Processo nº 0.00.000.000501/2008-51 – Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público.

coisa e mudou para outra. E aí fui pedir para a Procuradoria-Geral [de Justiça Militar] para emitir passagem e diária para que eu pudesse ir defender, mas foi negado. Foi negado porque o entendimento da Procuradoria-Geral naquela época era que, se algum membro do Ministério Público lá em Brasília tivesse o mesmo entendimento, poderia ir lá. É complicado. Mas daí fomos, a expensas nossas, perdemos, mas tudo bem. Mas no conjunto o MPM depois acabou sendo fortalecido. Hoje, por exemplo, o MPM, a Procuradoria-Geral de Justiça Militar sente essas questões. No pedido de ingresso do MPM como amicus curiae na ADPF [Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental] 289, por exemplo, o procurador-geral da República não queria aceitar, mas o ministro Gilmar Mendes [Relator] disse que podia. Agora mesmo nós temos um HC⁷ no STF em que o ministro Celso de Mello [Relator] arquivou a ação penal militar, dando competência para a Justiça Comum naquele caso do homicídio satânico em Santa Maria. E o então procurador-geral do MPM, o doutor Jaime [de Cassio Miranda], acertadamente, no meu entender, agravou. E o que se discute hoje é se esse agravo deve ser recebido ou não, porque na realidade é um HC e ele era da ação lá. E eu, mesmo fora do Ministério Público, 3 anos fora do Ministério Público, eu entrei com um pedido de ingresso como amicus curiae, como pessoa física, sem representar ninguém, com o único objetivo de contribuir. Até agora todo mundo foi contra o meu pedido, a Defensoria Pública e a Procuradora-Geral da República, mas o ministro não decidiu ainda⁸.

⁷ HC nº 155.245/RS – Segunda Turma

⁸ O agravo não seria conhecido e assim, a participação como amicus curiae não chegou a ser efetivada.

Memória MPM – Qual seu objetivo para o pedido de ingresso como amicus curiae nesse caso de Santa Maria?

Jorge Cesar de Assis – Nessa minha manifestação, que eu já apresentei como amicus curiae, por exemplo, eu defendo a legitimidade do MPM em ingressar com agravo, ainda que discorde do mérito. No mérito não, que o crime é da Justiça Comum mesmo. Na época eu estava em Santa Maria, o processo não era meu, era do Luiz Felipe [Carvalho Silva] e na época nós discutimos: “Isso aqui é da Comum. O cara matou o outro por causa de um ritual satânico. Eram dois militares, não tem nada a ver com quartel”. O Luiz Felipe pediu para ir para a Justiça Comum, mas o juiz-auditor não concordou, foi para Brasília e voltou, e o doutor Osmar [Machado Fernandes] ofereceu a denúncia e, agora por último, o [Cícero Robson] Coimbra [Neves] participou do julgamento, e ele foi condenado. Então existe esse HC, com decisão pendente ainda⁹. Então, mesmo fora do Ministério Público Militar, eu ainda fui defendê-lo nas questões de legitimidade, que eu acho importantíssimas. O MPM não é menos Ministério Público do que nenhum dos outros ramos, muito pelo contrário. Então essas foram dificuldades que nós sentimos.

Memória MPM – Outro caso em que atuou que marcou bastante foi o dos taifeiros. Como foi?

⁹ Agravo Regimental no Agravo Regimental no HC nº 155.245 RS – Segunda Turma. Decisão: recurso não conhecido, petição de ingresso como amicus curiae prejudicado, ilegitimidade recursal do MPM. Acórdão publicado no DJE 28/11/2019.

Jorge Cesar de Assis – O inquérito dos taifeiros¹⁰, veja bem, no começo eu não queria, o Soel [Arpini] demorou um pouco para me convencer. Uma vez que me convenceu, nós entramos, aí nós temos que destacar o doutor Rafael Brum [Miron], que é procurador da República, não sei se ele está em Santa Maria ainda, que era o nosso parceiro. Então passamos a fazer ações em litisconsórcio com o MPF. Fizemos algumas, como a ação civil pública referente à objeção de consciência¹¹. Queríamos que a possibilidade de dispensa do serviço militar obrigatório por objeção de consciência tivesse a devida divulgação, mas no final concluiu-se que não havia necessidade de haver propaganda daquilo, e que a Justiça não se envolveria nessas questões administrativas. Acho um erro. Se as questões administrativas estão prejudicando o direito das pessoas, a Justiça tem que se envolver. Bom, dos concursos públicos, processos seletivos para as Forças Armadas, questões objetivas, avaliação de currículo. Avaliação curricular tudo bem, mas vamos fazer critérios objetivos nessa avaliação: mestrado tantos pontos, doutorado tantos pontos, artigos publicados tantos pontos... porque não tinha. No Exército, nas Forças Armadas, dizem que querem o melhor homem; mas quem é melhor homem? É o filho ou filha de alguém que se formou? É complicado. Entramos com uma ação para que houvesse avaliação objetiva nas seleções de profissionais para o serviço militar voluntário, ação que ganhamos lá em Santa Maria¹². Todas as ações foram feitas para fortalecer o MPM. A ação dos taifeiros, bom, na realidade há vários processos, fazendo uma pesquisa vai achar na internet, refere-se aos

¹⁰ Ação Civil Pública nº 2008.71.02.004712-8 RS.

¹¹ Ação Civil Pública nº 2008.71.02.000356-3 RS.

¹² Ação Civil Pública nº 2009.71.02.003582-9 RS.

taifeiros sendo usados como empregados domésticos¹³. Hoje não sei como é que anda, mas, processualmente falando, foi muito combativo.

Memória MPM – De que forma essa questão dos taifeiros era combatida?

Jorge Cesar de Assis – Primeiro a juíza nem queria receber a ação, não recebeu alegando que nós não tínhamos legitimidade. Então nós brigamos, fomos até o TRF4. A presença do MPM na Justiça Federal passou a ser constante, e o desembargador: “Não. Tem legitimidade”, e nós começamos a fazer. Quando não era sozinho, eles intimavam o MPF, e o MPF passava a ingressar o polo ativo da ação. Então, em síntese, qual que era a nossa tese: existe uma diferença entre Ministério Público parte e capacidade postulatória, legitimidade de agir, então, quando a lei das ações civis públicas diz “O Ministério Público”, é qualquer um. Então, o Ministério Público do Estado, o Ministério Público Militar, o do Trabalho, qualquer um deles pode fazer ação civil pública. Todas essas ações foram para fortalecer, e o início delas é o

¹³ Ação Civil Pública nº 2008.71.02.004712-8 RS. Observação: Conforme sentença sem resolução do mérito, de 27/10/2011, foi cancelada a distribuição da ACP nº 2008.71.02.004712-8 (processo físico) e mantido o processo virtual nº 5007180-81.2011.404.7102, de idêntico teor. Sentença de 23/10/2013 julgou procedente o pedido e determinou que as Forças Armadas se abstêm de fazer uso de militares subalternos (especialmente taifeiros) em tarefas de caráter eminentemente doméstico nas residências de seus superiores, limitada a competência territorial ao juízo prolator. Após embargos, a sentença passou a ter alcance em todo o território nacional. Em sede de apelação, a 3ª Turma do TRF4, por maioria, reformou parcialmente a sentença de 1º grau, para obrigar que as Forças Armadas, em todo o território nacional, não empreguem o serviço militar de taifeiros e equivalentes na prestação de tarefas domésticas direcionadas à satisfação de necessidades ou comodidades privadas, em benefício do Oficial residente em próprio nacional e de seus familiares.

livro: “Direito Militar: História e Doutrina, Artigos Inéditos”¹⁴, de 2002, da AMAJME [Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais], organizado pelo doutor Getúlio Corrêa. O procedimento investigatório preliminar, considerado o primeiro, versava sobre as anuidades dos colégios militares, mensalidades, um tipo de cobrança, e eu cheguei à conclusão de que aquilo era inconstitucional. Naquela época eu mandei o procedimento para Brasília seguindo a resolução 30 (de 1999, do CSMPM). Tempos depois, o próprio procurador-geral da República acabou entrando com uma ação (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5082¹⁵) para questionar as cobranças. Os fundamentos eram os mesmos que nós tínhamos. Então eu não estava errado. Nesse artigo que eu publiquei em 2002, foi a primeira vez que eu disse que era função do MPM, também, “defender os direitos individuais nas áreas sob administração militar”. E ali eu falava, por exemplo, que poderia verificar se estava tudo correto nos hangares: se os militares estavam usando equipamento individual de segurança, coletivo [EPC - equipamento de proteção coletiva]; se nos centros de instrução estavam prejudicando o meio ambiente com os disparos; uma série de coisas. Isso foi em 2002. Lembro que eu fui, sozinho, nos hospitais militares de Santa Maria para saber se eles, que têm regras próprias, específicas de segurança, estavam seguindo as regras. Mas veja bem, a ideia de o MPM defender os direitos individuais nas áreas sob administração militar foi lançada em 2002, mas só em 2007, 5 anos depois, quando o Soel [Arpini] chegou em Santa Maria [ele chegou em 2006], é que nós começamos

¹⁴ A obra referenciada continha o artigo “Funções Institucionais do Ministério Público Militar na Defesa da Ordem Jurídica, do Regime Democrático e dos Interesses Sociais e Individuais Indisponíveis”, da lavra do Doutor Jorge Cesar de Assis.

¹⁵ Pedido julgado improcedente pelo STF em Sessão de 24/10/2018.

a pôr em prática. De 2007 a 2014, só em Santa Maria é que eu vi isso. A segunda ação civil pública em local diverso de Santa Maria ocorreu apenas em 2014, que era a questão acho que daqueles coletes balísticos¹⁶, coisas assim.

Memória MPM – E quais os ganhos com essas iniciativas?

Jorge Cesar de Assis – Veja bem. O processo é como um jogo de xadrez. Você tem de saber que peça você vai jogar. Teve uma decisão agora, não sei exatamente, acho que é sobre as contribuições compulsórias dos colégios militares. Apesar de que hoje eu mudei um pouco de ideia, eu acho que tem de haver essa contribuição, pois não é uma cobrança. O meu neto, por exemplo, estuda no colégio da Polícia Militar, e eles dependem de muitas coisas. O colégio da Polícia Militar do Paraná, que tem uma associação de pais e mestres fabulosa, eles mantêm a melhor equipe de triatlo que temos por aqui no Paraná, infanto-juvenil, é do colégio da Polícia Militar, tudo isso com patrocínio, uma coisa muito bem organizada. Mas, na ação dos taifeiros, houve uma reação das Forças Armadas. Nós entendemos que as deferências têm que ser para a autoridade em razão da sua função. Eu, nos 16 anos que estive no MPM, nunca fiz uso das coisas do MPM: pegar viatura, mandar buscar meus filhos para lá e para cá, essas coisas. Eu não fiz, então por que no Exército pode acontecer isso? Na função, sim. O taifeiro é importante? Sim. Então usar o serviço do taifeiro em uma solenidade, em uma missão institucional, pode, mas no quartel?! Eventualmente até na casa do general, se for para uma função [institucional]. Mas é muito difícil, me lembro que naquela oportunidade veio uma comissão de generais ao

¹⁶ Ação Civil Pública nº 0040734-85.2015.4.01.3400 DF.

TRF4 fazer suas alegações. A AGU [Advocacia-Geral da União] designou um advogado específico só para cuidar das coisas do MPM, já que nós estávamos constantemente lá. E num primeiro momento nós ganhamos, depois perdemos. Lembro que, no dia do julgamento, fomos lá o Soel [Arpini] e eu conversar com o relator, que era o desembargador Thompson Flores. Chegamos lá, e ele disse: “Não, isso aqui é uma questão de Direito e já está tudo certo, não precisa se preocupar, não precisa se preocupar com a questão de mérito, só de direito”, mas não dizia o que estava certo, daí nós falamos: “Não, desembargador, inclusive nós vamos vir fazer sustentação oral.” “Não, mas vocês não fazem sustentação oral.” “Não, fazemos, já fizemos outras vezes, vamos fazer sim.” “Não, não.” “Então o senhor vai colocar em votação no dia, porque nós vamos pedir.” “Que o procurador regional não vai...” “Bom, isso é problema do procurador regional, nós vamos decidir na hora.” Nos preparamos: o Soel fez a parte da legitimidade da nossa sustentação; e eu fiz a parte da sustentação propriamente dita. Naquele dia, a desembargadora Marga Tessler tinha votado a nosso favor; e tinha um juiz, que tinha sido convocado, que trouxe um, vamos dizer, ponto médio ali, que poderia usar os taifeiros, mas para solenidades, e aí o relator disse: “Não, o meu voto está pronto, tem 70 páginas. Inclusive já disponibilizei”, mandou entregar para todo mundo o voto, antes de falar. Meu Deus do céu! Daquelas 70 páginas umas 50 eram só de transcrição da inicial, da defesa, e no voto ele rebateu tudo. Ele não conhecia da nossa ação. E aí com o voto, depois daquele juiz que tinha vindo para compor e que depois votou, nós revertemos. Ganhamos a questão. Agora veja o seguinte: a AGU entrou com embargos declaratórios, era outra a composição, e nos embargos declaratórios deram efeitos infringentes, ressuscitaram o voto do relator e perdemos de novo. Foi para o STJ¹⁷. E no

¹⁷ Recurso Especial nº 1.571.788 RS. Resultado: “VI - Recurso especial do Ministério Público Militar conhecido e provido para reconhecer a apontada afronta ao art. 535, do Código

STF¹⁸ eu não sei o que houve, acabei não acompanhando mais, sei que não ficou como pretendíamos, mas houve um avanço. Mas é muito difícil. Inclusive no concurso da Associação Nacional do Ministério Público Militar [ANMPM], de 2018, eu fiz um artigo¹⁹, que ficou em segundo lugar, mostrando o caminho dessa atuação em Justiças diversas e em instâncias diversas, porque antes não se discutia isso, hoje sim, tudo com base em fatos concretos. Então, no geral, independentemente do mérito na ação dos taifeiros, da ação relativa à objeção de consciência, qualquer uma delas, o importante é que o MPM saia fortalecido. Só para você ter uma ideia da força das Forças Armadas, lembro que foi feita uma consulta para o CONTRAN [Conselho Nacional de Trânsito], pois o Soel tinha identificado que as viaturas militares, caminhões, não tinham cinto de segurança, mas andavam cheias de recrutas. Acidentavam-se, e os caras se arrebentavam todos. Não tinha cinto de segurança em várias viaturas militares. Então foi feita uma recomendação²⁰ [para cada comandante, diretor e chefe

de Processo Civil no acórdão (...), anulando-se, por conseguinte, o aludido acórdão (...). Retorno dos autos ao tribunal de origem para o julgamento dos embargos de declaração (...), consoante a fundamentação exposta. VII – Recurso especial do Ministério Público Federal prejudicado.” Publicado no DJE 23/8/2017.

18 Recurso Extraordinário nº 635092 DF. Resultado: Negado seguimento ao recurso. Decisão publicada no DJE 19/8/2016.

19 O artigo “A independência funcional e a postulação do Ministério Público diretamente nos Tribunais: Inevitáveis colisões de interesses ministeriais de instâncias e ramos diversos”, de Jorge Cesar de Assis, foi classificado em 2º lugar na I Seleção de Artigos Científicos promovida pela Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM, dentro do Programa de Valorização da Carreira – Prêmio Professor José Carlos Couto de Carvalho. Documento disponível em: http://www.anmpm.org.br/index2a.jsp?tipo_noticia=13044&cpk_assoc_informe_site=13055&pagina_=1

20 Recomendação nº 01/2008, de 3/4/2008, do Ministério Público Militar em Santa

das unidades do Exército sediadas na área de jurisdição da 3^a Auditoria da 3^a CJM], e uma consulta ao CONTRAN sobre a obrigatoriedade ou não do uso de cinto de segurança em viaturas de transporte de tropa, e este respondeu que “em que pese a especificidade dos veículos bélicos, era obrigatória para essas viaturas a utilização de cinto de segurança”²¹. Uma semana depois mudou a resolução novamente e revogou aquela, poderia ficar sem o cinto²². Um outro exemplo é a questão dos médicos dentistas, veterinários. Tinha uma lei específica [Lei nº 5.292/1967], que estabelecia que a residência médica não dava direito ao adiamento de incorporação ao serviço militar, somente cursos feitos no exterior. Além disso, o jovem que está no último ano do segundo grau, ou aquele que já passou no vestibular de medicina, pode pedir adiamento de incorporação, devendo servir no ano imediatamente subsequente ao de sua formatura. E houve ali, na área de Santa Maria, o caso de um médico, por exemplo, que foi conseguindo dispensa por 12 anos, sem amparo legal. Ele fez tudo quanto era especialização. Doze anos depois ele era um cara super conceituado, cirurgião, e o Exército queria que ele fosse servir, mas o médico não foi, e o acusaram de insubmissão. Inclusive entrei com Habeas Corpus no STM para cancelar a insubmissão e consegui êxito. Daí expedimos

Maria/RS. Disponível em <https://www.mpm.mp.br/portal/controle-externo/recomendacoes/sm-rec-uso-cinto.pdf>

21 NOTA TÉCNICA 117/2008/CGIJF/DENATRAN – Processo nº 80.001.004676/2008-67 – INTERESSADO: MPU/MPM/Procuradoria da Justiça Militar em Santa Maria. Assunto: obrigatoriedade do cinto de segurança em veículo de uso bélico, Brasília/DF, 25.03.2008.

22 Resolução nº 279, de 28 de maio de 2008. Altera o inciso IV, do art. 2º, da Resolução nº 14, de 6 de fevereiro de 1998-CONTRAN, que trata dos equipamentos obrigatórios, para dispensar de cinto de segurança os veículos de uso bélico.

recomendação²³ à 3a Região Militar nessa questão dos médicos. Entretanto, logo em seguida mudaram a lei²⁴. Antes eles convocavam as pessoas que já tinham servido, ou que tinham sido dispensadas por excesso de contingente, as quais não poderiam ser obrigadas a servir posteriormente; mas, depois que alteraram a lei, o médico, ainda que esteja quite com o serviço militar, se tiver sido dispensado por excesso de contingente, ele está sujeito. Eu acho inconstitucional. Estou esperando aparecer um cliente para eu poder defender essa tese. De modo geral, o importante é esse fortalecimento da instituição, que é o que eu e o Soel [Arpini], que estava comigo em Santa Maria e agora está em Bagé, quisemos. A ideia sempre foi essa, ainda que às vezes tenha sido mal interpretada. Quando fui ao Conselho Nacional pedir a palavra, estava lá o procurador-geral, doutor [Roberto Monteiro] Gurgel [Santos], e eu disse: “Olha, eu não vim aqui me defender de nada, não fiz nada de errado. Eu quero falar, eu quero fortalecer, isso é um processo diferente. Eu sei que em tese, nos

²³ A Recomendação nº 01/2009, de 6/5/2009, do Ministério Público Militar em Santa Maria/RS, endereçada ao Comandante da 3ª Região Militar, determinou a adoção de providências tendo em vista: 1) que os estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e os Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários (MFDV), possuidores de Certificado de Dispensa de Incorporação e Certificado de Reservista, estão quites com o serviço militar, não se lhes aplicando a Lei nº 5.292/1967; e 2) que a possibilidade de adiamento de incorporação dos MFDV contempla a hipótese de bolsa de estudo, de caráter técnico-científico, relacionada ao respectivo diploma, pelo prazo correspondente ao tempo de permanência no exterior, não tendo amparo legal o adiamento da incorporação ao serviço militar motivado pela realização de residência médica no Brasil. Disponível em: <http://www.mpm.mp.br/portal/controle-externo/recomendacoes/recomendacao-01-santa-maria.pdf>

²⁴ A Lei nº 12.336/2010, que alterou a Lei nº 5.292/1967, estabeleceu que os MFDV que não prestarem o serviço militar obrigatório por adiamento ou dispensa de incorporação deverão prestar o referido serviço no ano seguinte ao da conclusão do respectivo curso ou após a realização de programa de residência médica ou pós-graduação.

tribunais, não cabem embargos declaratórios, mas o regimento interno está dizendo isso." E eu acho que hoje ele está se fortalecendo mais, o nosso MPM.

Memória MPM – Como a experiência na Polícia Militar e no Ministério Público do Estado do Paraná influenciaram sua atuação no MPM?

Jorge Cesar de Assis – Quando entrei no Ministério Público Militar, eu era promotor no Ministério Público do Paraná, já fazia cinco anos. Então eu tinha tido uma atuação, naqueles cinco anos, relativamente suficiente nas questões de inquérito civil, coisas que não existiam no MPM. No MPM havia apenas uma resolução²⁵.

Fui pioneiro em algumas questões no MPM. Por exemplo, eu fui o primeiro membro do MPM a fazer um procedimento preliminar de inquérito civil público. Também fui o primeiro a fazer sustentação oral no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, fora da Justiça Militar. Na primeira vez fui eu, mas depois o Soel Arpini e eu fizemos umas cinco sustentações, naquelas ações civis públicas, mesmo contra a vontade do procurador regional da República, que não as admitia, nem o relator do processo, em alguns casos. Quando havia essa oposição nós recorríamos para a turma e saímos vencedores, pacificando a matéria. Assim, conseguimos que fosse feita a distinção entre o Ministério Público como parte da ação, que era de natureza cível; e o Ministério Público como fiscal, que seria de competência do Ministério Público Federal. Eles, os procuradores do MPF, atuavam em conjunto conosco em algumas ações, em outras, atuávamos sozinhos.

²⁵ Resolução nº 30/1999, do Conselho Superior do Ministério Público Militar.

Eu fui o primeiro que teve garantido o direito de sustentar oralmente no Superior Tribunal Militar. Tratava-se de uma Representação no Interesse da Justiça Militar²⁶, que infelizmente não deu certo. O ministro José Barroso Filho concedeu-me o direito de sustentar oralmente naquela Corte, apesar da oposição do procurador-geral de Justiça Militar, que pediu reconsideração da decisão do ministro. A decisão foi mantida, porém, infelizmente, o processo foi retirado da pauta.

Memória MPM – Então não ocorreu a sustentação?

Jorge Cesar de Assis – Não, mas o direito foi garantido. Não ocorreu a sustentação oral porque logo em seguida eu me aposentei. Depois, colocaram em pauta o processo e perguntaram se eu queria ir lá sustentar, mas daí eu não era mais membro do MPM, então não podia mais me manifestar nessa qualidade. Em resumo, fui o primeiro a provocar o STM no que tange à permissão para o promotor de Justiça Militar fazer sustentação oral no STM e, desse modo, acabei por criar um precedente que favorece os outros membros em atividade.

Também fui o primeiro que ingressou no Supremo Tribunal Federal com um processo considerado de interesse do Ministério Pùblico brasileiro, que é o Mandado de Segurança nº 27.779/DF. Impetrei esse mandado porque o procurador-geral da República tinha violado as minhas prerrogativas no inquérito civil, fato que denunciei no Conselho Nacional do Ministério

²⁶ Processo nº 130-12.2014.7.00.0000/RS.

Público²⁷, mas como o CNMP tem aquele Enunciado nº 6 [de 2009], que diz que, se for ato referente à atividade-fim, eles não se envolvem, fui ao STF. O procurador-geral da República também não aceitava meu questionamento no STF, dizia que lá somente ele tinha competência para demandar. Sim, mas como, se ele era a autoridade coatora? Se o ato violador era dele, eu teria que contratar um advogado? No fim, esse mandado de segurança foi conhecido; porém, no mérito, foi improvido. Mesmo não tendo sido provido, foi positivo, pois entenderam que eu não poderia impetrar o mandado como órgão do MPM, mas sim como promotor de justiça, na defesa das prerrogativas do cargo, ainda que a Lei Complementar nº 75/1993 informe que o promotor da Justiça Militar é um dos órgãos do MPM. O fato é que, a partir do julgamento do Mandado de Segurança nº 27.779/DF, restou claro que qualquer promotor da Justiça Militar que se sentir violado nas suas prerrogativas pode ir diretamente ao STF contra a PGR.

Esse mandado de segurança foi o primeiro processo considerado de interesse nacional pelo Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais, que tinha uma comissão de acompanhamento de processos de interesse, que era o doutor Giovanni Rattacaso na época. O CNPG reconheceu aquele mandado de segurança como sendo de interesse do Ministério Público, porque ele acabou ajudando para que os Estados pudessem ir direto ao STF. Então foi uma vitória muito boa essa aí, entende? E esse processo, por exemplo, estava parado. Depois que o Giovanni Rattacaso com outros membros entregaram em mãos para a ministra Rosa Weber, pois já tinha mudado o relator em decorrência da aposentadoria da ministra Ellen Gracie Northfleet, que era a relatora original,

²⁷ Processo CNMP nº 0.00.000.000612/2008-68.

eu interpus petição solicitando que o processo fosse pautado, em nome do princípio da celeridade processual, aí saiu o julgamento.

Então esses são fatos que eu considero importantíssimos, não para mim, mas para o MPM, porque foram pioneiros. Não só eu, mas também o Soel Arpini, nós representamos contra o procurador-geral da República no CNMP, representamos contra ministro do STM por demora em julgar HC [Habeas Corpus], em pedido de liminar. Mas tudo isso no intuito de fortalecer a instituição. Tivemos muita briga nas ações civis públicas. E, infelizmente, do MPM mesmo, entre 2007 e 2014, praticamente ninguém se somou a nós. Era como se a briga fosse nossa apenas. Eu cheguei a pagar a passagem, por minha conta, para ir ao CNMP sustentar embargos de declaração. Naquela época o regimento interno previa, mas eles não me deixaram falar, porque disseram que não tinha sustentação oral. Então eu pedi a palavra e falei 40 minutos dizendo que eu podia, e eles mais ou menos uns outros 40 minutos decidindo que eu não podia. Mas, no final, eu falei.

Memória MPM – Voltando às Procuradorias, como era o funcionamento da PJM Santa Maria?

Jorge Cesar de Assis – Em Santa Maria o estagiário era considerado como um profissional do direito em formação, então ele não podia ser subutilizado na procuradoria. Por isso a gente não aceitava que ninguém mandasse estagiário buscar lanche, coisas assim. Eles trabalhavam com as peças (judiciais), nós ensinávamos. Eu sempre procurei ensiná-los a escrever, produzimos textos interessantíssimos com os estagiários, inclusive com a Dalila [Maria

Zanchet]²⁸, que foi nossa estagiária. O TCC [Trabalho de Conclusão de Curso] dela se baseou na atuação do MPM em ação civil pública. Em Santa Maria era eu o responsável pelos estagiários e nunca deixei que eles fossem subutilizados, tinha até norma nesse sentido, em que eles eram considerados como profissionais do Direito, em formação. Só para você ter uma ideia, muitos textos foram produzidos pelos estagiários sob minha coordenação. Eu os auxiliava no TCC das graduações, de todos praticamente. Eles tinham o orientador na faculdade, e eu entrava como coorientador e ia nas bancas também, para ter certeza de que ninguém ia sabotar os estagiários. Por exemplo, o livro “Legitimidade do Ministério Público Militar para a interposição da ação civil pública” é o do TCC, nós complementamos o texto, o Soel e eu, e publicamos. Então ao estagiário, por sua importância, foi dada a atenção que ele merecia. Posso destacar duas coisas sobre os estagiários. Em 2004, quando começou o programa de estagiários aqui no MPM, não precisava de seleção, bastava se apresentar no CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola) e fazer o contrato. Lembro até que eu tinha uma estagiária, que era voluntária. Ela participava das ações, ia nas audiências, ajudava nas peças, eu ensinando-a. E, quando foi autorizado contratar estagiário, eu liguei para a diretoria-geral, falei com o diretor-geral, na época acho que era um coronel da Aeronáutica, não me lembro do nome dele agora, acho que era o Feitoza [o então diretor-geral era o coronel Alvarenga]. Eu liguei para ele dizendo o seguinte: “Olhe, nós queremos fazer uma seleção para estagiário. Como é que faz?”, daí ele me disse: “Você não precisa fazer seleção. Se o senhor tiver um que já conheça,

²⁸ O entrevistado participou da banca examinadora da Monografia intitulada “Da legitimidade do Ministério Público Militar da União para a propositura da ação civil pública nas áreas sob administração militar”, apresentada pela ex-estagiária Dalila Maria Zanchet em 10/11/2009.

que seja um bom aluno etc., é só mandar para o CIEE e fazer a inscrição, fazer o contrato”, daí eu disse: “Olha, na realidade eu sou contra isso. Eu sou contra porque eu acho que o estagiário tem que ser selecionado, não pode indicar assim que pega mal, eu até tenho, mas eu não posso fazer isso. A pessoa que já é estagiária aqui, voluntária, vai fazer os exames junto com todo mundo”, aí: “Tá bom.” Fizemos o primeiro exame, até veio o banco de provas de Brasília, e a menina ficou toda contente, tinha ido bem na prova, mas infelizmente ela não foi aprovada, ficou em terceiro lugar. Eu só estou dizendo isso para você ver que eu sempre procurei, vamos dizer, a maior transparência possível. Qual era o meu pensamento? Se o estagiário fizer uma seleção, ele não deve nada para nós, e ninguém deve nada para ninguém.

Dos estagiários eu tenho até capítulo de livro, de livros meus, que foi escrito pelos estagiários, eles estão todos referenciados, em questões interessantíssimas como, por exemplo, o princípio do juízo hierárquico na formação dos conselhos de justiça²⁹, como também a natureza da expressão “forças auxiliares e reserva do exército das polícias militares”³⁰. São capítulos de livros que foram escritos

²⁹ Considerações sobre o princípio do juízo hierárquico. Hipóteses de questionamento na formação do Conselho Especial de Justiça, quando o réu detiver o último posto na Corporação Militar. Capítulo XIX, do livro Direito Militar – aspectos penais, processuais penais e administrativos, 3^a edição, Curitiba: Juruá, 2012, que foi escrito por mim em conjunto com as estagiárias Nathalia Calil Gomes e Rosana Fortes de Lima.

³⁰ ASSIS, Jorge Cesar de; GENRO, Angela Saideles; RIBAS, Renata. Análise da significação dos termos "forças auxiliares" e "reserva", constantes no artigo 144, § 6º, da Constituição Federal de 1988. Revista Direito militar, v. 90, p. 05-09, 2011. Angela e Renata eram estagiárias da Procuradoria da Justiça Militar em Santa Maria-RS.

pelos estagiários. E este aqui, que virou livro, era o trabalho da estagiária e depois se somou ao nosso trabalho, meu e do Soel³¹.

Memória MPM – O senhor disse que, antes mesmo da formação em direito, já escrevia. Como surgiu o interesse pelas letras?

Jorge Cesar de Assis – Eu sempre gostei de escrever. Aliás, tenho muitas poesias [risos]. Muitas não, mas algumas.

Memória MPM – Publicadas?

Jorge Cesar de Assis – Publicadas não, acabei deixando-as lá no cantinho. Escrevia desde o tempo do colégio. Escrevia besteira também. Montei, uma vez, uma prova de vestibular de química, só com asneira, mas tudo dentro da química, não foi um trabalho fácil. Sempre gostei de escrever. Tenho esse lado, vamos dizer, um pouco poético, que acabou não evoluindo. Depois eu parti para as coisas sérias. A minha primeira necessidade, na realidade, o que me despertou foi o seguinte: eu estava na Polícia Militar, e isso foi em 1988, por aí, acredito que em 1987, e tinha um comandante na capital, que era o coronel Wilson Odirley Valla, que é uma das pessoas que me ajudou na vida, é uma das pessoas importantes para mim. Ele reuniu todos os oficiais no salão nobre do QG [Quartel General] e ele levantou um livro lá e disse:

³¹ Legitimidade do Ministério Público Militar para a Interposição da Ação Civil Pública. Autores: Jorge César de Assis, Soel Arpini e Dalila Maria Zanchet, editora Juruá, Florianópolis, 2011.

“O oficial da Polícia Militar que não tiver esse livro não está com nada”. O livro era: “Direito Administrativo da Ordem Pública”³², Lazzarini [Álvaro], Diógenes Gasparini, um monte de gente, Caio Tácito. Eu saí dali, fui à livraria e comprei o livro. Devorei. Gostei. E comecei a escrever. Então foi o coronel Valla que me impulsionou. Como comecei a escrever? Eu era P2, e havia um soldado que trabalhava comigo, cujo cunhado trabalhava no jornal Correio de Notícias. “Será que eu não consigo publicar alguma coisa?”, “Vou falar com meu cunhado”, foi como comecei a publicar no jornal. Em 1988 era tenente da Polícia Militar. Eu comecei a publicar no domingo, eram matérias de uma página. Comecei a publicar defendendo a Polícia Militar e a Justiça Militar Estadual. Ainda não estava formado em Direito. Comecei a defender a Polícia Militar. Ninguém reclamou. Naquela época você não via oficial nenhum escrever em jornal. O primeiro artigo era: “A autoridade policial militar”. Nesse primeiro artigo, eu trabalhava no Regimento Coronel Dulcídio [Regimento de Polícia Montada Coronel Dulcídio], o pessoal da P2 ia buscar os jornais para o comandante e traziam também o Correio de Notícias. Aí ele veio, estava na sala do subcomandante, pegou o jornal, abriu, quando ele viu aquela matéria gigantesca ele dobrou o jornal, quietinho, não falou nada, e guardou na gaveta dele. Acho que se assustou, acredito, mas ele era gente boa. Dali uns 10 minutos liga o coronel Valla. “Major, você leu o artigo do tenente Assis? Alguém leu? Então leia e mandem todo mundo ler”³³. O coronel gostou. Bom, aí eu fiquei de 1988 a 1990 publicando todo domingo uma...

³² Direito Administrativo da Ordem Pública. Álvaro Lazzarini...[et al.]; apresentação de Miguel Seabra Fagundes. Rio de Janeiro, Forense, 1986.

³³ A autoridade policial militar. Curitiba: Jornal Correio de Notícias, 28/29 de maio de 1.988, p. 22. Foi o primeiro artigo.

Memória MPM – Virou colunista.

Jorge Cesar de Assis – Virei colunista do jornal. Só sobre a Polícia Militar. A única contestação que tive, uma vez, foi de um delegado de polícia porque eu apontava algumas mazelas da Polícia Civil.

Memória MPM – Então esse período como colunista coincide com o período do senhor na faculdade? 1988 a 1990.

Jorge Cesar de Assis – Exatamente, coincide. Aí eu peguei todos aqueles artigos e fiz o livrinho amarelo, aquele fininho³⁴.

Memória MPM – Teve algum retorno financeiro?

Jorge Cesar de Assis – Nenhum. O retorno é que eu fiquei conhecido. Quando eu fui fazer concurso de promotor do Estado, na prova oral, um outro procurador falou comigo: “Eu já venho acompanhando você há tempos”. Dinheiro não é tudo, eu acho que o reconhecimento é melhor, não é? E, às vezes, naturalmente, vem alguma coisa, mas foi depois. Bom, naquele tempo ninguém publicava. Eu lancei meu primeiro livro em 1991, que era aquele, lancei pela Juruá. Eu peguei aquele livrinho amarelo e alguém me disse: “Vai lá na Juruá”. Cheguei lá, tenente da polícia, aí o professor [José] Ernani [de Carvalho Pacheco], que era o editor, ainda é, a Juruá hoje está até na Europa,

³⁴ Noções em Direito para a Atividade Policial Militar.

tem sucursal em Portugal, aí ele me olhou e disse: “Olha, gostei, só que ele está muito pequenininho. Tem que deixá-lo mais volumoso, e ‘noções’ é uma coisa assim, muito de quem não sabe, tem que mudar o nome para ‘lições’, porque quem dá lição...”, e aí ele me deu um livro “Lições de Processo Civil”, “Siga esse livro”. Então levei, ia digitando naquele modelo, naquele formato e aí publicamos em 1991 esse livro³⁵. Em 1992 eu publiquei um livro sobre a Justiça Militar Estadual³⁶, defendendo a Justiça Militar Estadual, fazendo críticas inclusive aos opositores. Enfim, todos aqueles, até os mais destacados, que eram grandes juristas como Hélio Bicudo, mas que no meu entender tinham uma visão talvez não adequada, um pouco equivocada por causa dos problemas da Polícia Militar de São Paulo, mas que não era a regra, critiquei inclusive, o Hélio Bicudo, Freire³⁷ [Roberto Freire, ex-deputado federal sem mandato desde 2019 e atual presidente do Cidadania, sucessor do PPS], que era deputado, então eu criticava mesmo. Ninguém nunca reclamou. E aí fui-me espichando. Publiquei em 1992 esse livro da Justiça Militar Estadual. Em 1994 o Romeiro [Jorge Alberto Romeiro] publicou a parte geral do Código Penal Militar³⁸. Então nós tínhamos de Direito Penal Militar: nós tínhamos o

³⁵ Lições de Direito para a Atividade Policial Militar. Curitiba: Juruá, 1991.

³⁶ Justiça Militar Estadual. Curitiba: Juruá, 1992.

³⁷ Extinção da Justiça Militar Estadual, de novo? Curitiba: Jornal O Estado do Paraná, 22.08.1993, p. 35. Nesse artigo, havia crítica ao então líder do Governo na Câmara, que havia enviado projeto ao Presidente da República sugerindo a extinção da Justiça Castrense dos Estados.

³⁸ Curso de Direito Penal Militar. Jorge Alberto Romeiro. São Paulo: Saraiva, 1994.

Ramagem Badaró³⁹, depois o Célio Lobão⁴⁰ em 1975, Ayrton Oliveira Pinto, 1975, 1976, por aí, que eu tenho em cópia xerox⁴¹, depois foi até o Romeiro. Em 1991 e 1992 o capitão Assis já tinha publicado esses dois livros, e depois ele foi publicar em 1998⁴². Então quem me motivou a escrever foi o coronel Valla, da Polícia Militar. A partir dali eu não parei mais.

Memória MPM – E a Biblioteca de Estudos de Direito Militar?

Jorge Cesar de Assis – Essa é uma ideia minha, porque num determinado tempo a Juruá começou a ter bibliotecas; ela tem várias bibliotecas, processo civil etc. Daí eu propus, e hoje a biblioteca é conhecida. Quem tem mais obras de Direito Militar no Brasil, hoje, é a Juruá. Em termos de volume de obras, nós temos o Alexandre [José de Barros Leal] Saraiva, o [Cícero Robson] Coimbra Neves, todos nossos autores, a doutora Mariana [Queiroz Aquino Campos], que é juíza [da Justiça Militar da União], tudo. Agora nós lançamos aí o Estatuto dos Militares, capitaneado pelo ministro Péricles [Aurélio Lima de Queiroz], então nós temos bons autores. Criamos a Biblioteca, e, de lá para cá, as coisas foram melhorando, vamos dizer assim, eu me tornei

³⁹ Comentários ao Código Penal Militar de 1969. Ramagem Badaró. São Paulo: Juriscred, 1972.

⁴⁰ Direito Penal Militar. Célio de Jesus Lobão Ferreira. Brasília: Senado, 1975.

⁴¹ PINTO, Ayrton Oliveira. Justiça Militar – Elementos de Direito Penal Militar, Rio de Janeiro: Editora APEX, 1975.

⁴² Comentários ao Código Penal Militar: parte geral: arts. 1 a 135. Curitiba: Juruá, 1998.

conhecido. Eu quero aproveitar para fazer um registro, que assim como você não esquece quem quer te passar a perna, você não pode esquecer aqueles que te ajudaram, não é? E uma pessoa e uma instituição muito importante para mim é a AMAJME [Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais]. A instituição, a AMAJME, e a pessoa, o doutor Getúlio Corrêa [presidente da AMAJME], meu particular amigo. Em 1997 eu era promotor de Estado e não conhecia nem a AMAJME, nem o Getúlio Corrêa, nem nada, e ele me telefonou para convidar a escrever para a revista. Ele tinha lido o meu livro, aquele da Justiça Militar Estadual, tinha lido o livro de Lições de Direito e me convidou. Daí eu comecei a escrever artigos, era promotor do Estado. Quando passei para o Ministério Público Militar, já em 2000 teve o congresso da AMAJME, e foi criada a associação internacional [Associação Internacional das Justiças Militares – AIJM], e eu comecei a ser palestrante dos eventos da AMAJME e hoje eu sou, inclusive, o secretário-geral da associação internacional [Associação Internacional das Justiças Militares – AIJM]. Então a AMAJME, para mim, teve uma importância muito grande na divulgação do meu trabalho. Sou muito grato a eles, e especialmente ao doutor Getúlio [Getúlio Corrêa], que me deu essa oportunidade. Ele sempre brinca, ele diz que eu sou mais juiz do que muitos dos sócios porque eu sou promotor. Ele brincava: “Vamos mudar o estatuto da AMAJME para você ser presidente.” Então é uma pessoa que eu prezo muito, que me ajudou bastante. Então esses escritos me possibilitaram muito, eu cresci mesmo na AMAJME, na Revista de Direito Militar e nos eventos.

Memória MPM – Outra coisa que vimos nos registros é que o senhor participou de um evento em Cabo Verde, fazia parte daquele projeto da ESMPU?

Jorge Cesar de Assis – Não. Foi coragem minha. Eu acredito que é mais um pioneirismo: o primeiro promotor da Justiça Militar que aceitou um convite para ir a Cabo Verde e pagou suas custas para receber lá o ressarcimento. E recebi, tudo certinho. O pessoal de Cabo Verde é muito legal, gostei de Cabo Verde. Mas como aconteceu isso? Naquela época, através da minha página na internet [jusmilitaris.com.br], que existe desde 2004, o promotor da Justiça Militar de Cabo Verde, que na época era o major Bettencourt, Pedro Bettencourt [José Pedro Bettencourt], ele entrou em contato comigo pela internet me convidando para ir a Cabo Verde fazer esse evento [Reflexão sobre a Justiça Militar]. Cabo Verde é um lugar muito agradável, muito querido. Mas é um povo muito sofrido, enfrentou uma guerra, país pobre, mas é um pessoal muito hospitaleiro. Lembro que o evento ia ser no final de 2007, não deu certo, passou para 2008, março de 2008. Depois, em maio de 2008, tinha, no Chile, encontro da Associação Internacional no Chile [III Encontro Internacional de Direito Humanitário e Direito Militar]. Aí eu falei para a minha esposa: “Vamos conhecer a África? Cabo Verde? Cidade pequena, a capital de Cabo Verde [Praia] tem 60 mil habitantes. Só que você chega a Praia e para voltar para o Brasil você sai de Sal, um outro local. E aí eu fui. Fiz uma comparação entre os dois sistemas jurídico-militares, fui bem recebido. Ficamos uma semana em Cabo Verde. Fui resarcido tudo certinho. Naquela época as Forças Armadas de Cabo Verde tinham cerca de 1.400 pessoas, pequena, não é? O comandante era o coronel Antero [Matos], era um coronel que era o comandante, hoje já tem general.

Memória MPM – E o trabalho no código penal de Angola?

Jorge Cesar de Assis – Bom, o trabalho no Código Penal Militar de Angola. Veja que interessante, eu comecei a ter mais relacionamento com Angola através do CBEPJUR [Centro Brasileiro de Ensino e Pesquisa Jurídicos], tanto o doutor Antônio Duarte [Antônio Pereira Duarte] quanto o Cláudio Amin [Cláudio Amim Miguel] eram coordenadores de uma pós-graduação em direito militar em Angola. O primeiro curso foi em 2013, o segundo em 2014; e eu participei dos dois lecionando direito administrativo disciplinar militar. Muito bem atendidos, ficamos a semana inteira dando aula lá. Angola é uma situação diferente porque é um país rico e pobre ao mesmo tempo, muita pobreza para população e rica de diamante, petróleo, etc. A capital, Luanda, tem 8 milhões de habitantes, e o país tem 18. Por conta da guerra, todo mundo veio para a capital, então é uma loucura. Mas também muito bem tratado. Fizemos boas amizades: general Patónio [António dos Santos Neto ‘Patónio’], [Gabriel] Soki. Depois eu fui convidado para participar da elaboração do Código Penal. Bom, houve uma primeira versão apresentada pelo doutor Cláudio Amin [Miguel], que basicamente era o nosso Código Penal Militar, partia do nosso CPM. Eu fiz várias anotações e apresentei um substitutivo, que poderia ser usado no Brasil também. O substitutivo seria o seguinte: a parte geral do Código Penal Militar seguia a parte geral do código penal comum, como na Espanha, como é em Portugal etc., acrescido daquelas questões específicas, noções de hierarquia, coisas assim, o resto era tudo a mesma coisa. Qual a vantagem? Não tem mais briga para aplicar dispositivo de um código em um processo: “Não, quero aplicar o código penal comum aqui”. Agora com essa Lei 13.491 [de 13/10/2017, que alterou o Código Penal Militar brasileiro], então, virou uma bagunça. Só que o meu projeto, meu substitutivo, não foi aprovado. Mas de qualquer forma, nas reuniões em que participei naquela época, foi levado aos membros de Angola que o Código

Penal Militar não poderia ser diferente do código penal comum ou, pelo menos, não tão diferente. Hoje, eles fizeram a versão final de acordo com o código penal comum deles, com aquelas adaptações. Seria mais ou menos o nosso modelo hoje, quando foi editado em 1944, tentar igualar os dois. Eu não sei como é que é lá a mudança, mas se for que nem aqui, que começa a mudar muito o código penal comum, começa a dar aquelas confusões que você evitaria simplesmente se tivesse uma parte geral só, que seria a primeira parte. E a segunda parte, eu entendia que era importante que os crimes militares fossem reduzidos, os próprios e alguns impróprios, quando fossem ofensas diretas aos quartéis etc., então teríamos menos artigos. Mas isso não foi seguido, assim como no nosso. Hoje, com a Lei 13.491 [de 2017], nós temos uma enormidade de crimes, que abriu demais a porteira, a possibilidade de recurso e uma série de coisas que acaba inviabilizando um processo célere. Do meu ponto de vista, a lei não é inconstitucional, mas eu não diria que é uma boa lei. Estamos ainda em fase de adaptação, mas temos que ver como é que vai ficar.

Memória MPM – Como está o andamento do Código de Angola?

Jorge Cesar de Assis – Ele está em vias [de ser implementado]. Esses dias eles nos mandaram a versão final, pediram uma sugestão de abrir uma consulta pública em Angola. Eu acredito que não demora, mas é bom porque o código deles era muito antigo, era cópia do código português de então, de 1925. Mas são países pelos quais eu tenho muito carinho, Angola e Cabo Verde, e com Cabo Verde eu ainda mantenho contato. Agora tem um oficial que é do serviço de disciplina, que estamos sempre em contato com ele, que é o Tenente Silvino Semedo, que inclusive já publicou alguma coisa na revista da associação

internacional [Associação Internacional das Justiças Militares – AIJM]. Então a gente procura acompanhar sempre. É gratificante você ver que esses países com mais dificuldade estão tentando melhorar o sistema deles, então Angola e Cabo Verde são dois países pelos quais eu tenho muita admiração. Angola, inclusive, numa das últimas vezes em que eu fui, vim recheado de livros, história do Agostinho Neto, primeiro presidente, enfim, tudo muito bonito.

Memória MPM – Depois veio a 13.774/2018.

Jorge Cesar de Assis – Teve a Lei 13.774 [de 19/12/2018], que mudou a organização judiciária [militar] da União, e eu tenho um livro com a doutora Maria Queiroz Aquino Campos⁴³ sobre essa alteração. A primeira edição do livro já trazia referência ao projeto, e que, quando foi publicado como lei, nós atualizamos a segunda edição.

Memória MPM – Como avalia o impacto da promulgação da Lei nº 13.491/2017?

Jorge Cesar de Assis – Veja bem. Logo que ela saiu, eu escrevi um livro: “Crime militar & Processo – Comentários à Lei 13.491/2017”⁴⁴, por enquanto é só o

⁴³ Comentários à Lei de Organização da Justiça Militar da União, 2^a edição. Jorge Cesar de Assis e Mariana Queiroz Aquino Campos. Biblioteca de Estudos de Direito Militar. Curitiba: Juruá, 2019.

⁴⁴ Crime Militar & Processo – Comentários à Lei 13.491/2017. Jorge Cesar de Assis. Curitiba: Juruá, 2018.

meu livro que existe, mas esse aqui já é segunda edição porque está se formando ainda uma jurisprudência em torno dele. Com a 13.491⁴⁵ o que mudou, basicamente? É uma expressão que seria a dos crimes militares impróprios, que eram aqueles que estavam previstos com igual definição, tanto no Código Penal Militar como na legislação penal comum. Então esse “igual definição” mudou para “e os da legislação penal”. Ou seja: qualquer crime pode vir a ser crime militar. Pode, não necessariamente. Às vezes as pessoas se confundem porque, primeiro, você vai ter que enquadrar o fato delituoso no tipo penal comum: isso aqui é tal crime, estupro de vulnerável, por exemplo. Depois você vai ter que ver se ele está dentro daquelas hipóteses do inciso segundo, porque se não estiver ali, não é crime militar. Por exemplo o art. 290 [do Código Penal Militar], no começo eu estava seguindo o professor Fernando [Antônio Nogueira] Galvão [da Rocha], que é juiz do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais e que entendeu que tinha sido revogado pela 11.343⁴⁶. Mas depois, numa revista do Ministério Público Militar, um aluno da Faculdade da Bahia escreveu um artigo sobre o 290. Veja só, ele tirou qualquer dúvida ali: o artigo 290 não foi revogado pelo seguinte motivo, você não pode enquadrar ele no inciso segundo porque todas as hipóteses ali são crimes cometidos contra alguém, contra uma pessoa, por militar contra militar, ou contra civil e os crimes da Lei 13.343 são crimes contra a incolumidade pública, contra a saúde pública, então não tem como enquadrar. Então o tipo do 290, na realidade,

45 A Lei nº 13.491/2017 alterou o art. 9º do Decreto-Lei nº 1.001/1969 – Código Penal Militar, que define os crimes militares em tempo de paz.

46 Lei nº 11.343, de 23/8/2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

nem tem referência ao inciso segundo, mas sim ao inciso primeiro, como bem lembrou o nosso querido amigo e professor [Cícero Robson] Coimbra Neves. É o Raphael Mello de Andrade, ele escreveu: “Lei 11.343/06 versus art. 290 do Código Penal Militar: uso e tráfico de drogas em lugar sujeito à Administração Militar à luz da Lei 13.491/17”, Revista do Ministério Público Militar, 29, edição especial sobre a lei. Brilhante, não é? Então veja bem, nós temos muitos crimes. Essa Lei 13.491, na realidade, já tinha tido um projeto anterior, que era o 2014 de 2003 [nº do Projeto na Câmara dos Deputados]. Naquela época eu falei: “Isso aí vai dar caca porque vai ampliar demais.” Mas eu nem me preocupei, o processo legislativo é tão moroso que não vale nem a pena ficar discutindo projeto de lei, tanto que até agora ele não foi votado. Esse aqui é um outro projeto, e esse era das paraolimpíadas. O que aconteceu? É muito crime. E nem todos vão-se enquadrar. Então o cuidado que tem que tomar: nem todos vão-se enquadrar. Ontem mesmo saiu uma notícia de um sargento, lá em Minas Gerais, que xingou o governador, daí eu mandei para uma menina que foi estagiária nossa aqui em Curitiba, mandei a notícia, pois ela vai fazer o concurso do MPM. “Enquadra e me diz se é crime militar ou transgressão disciplinar.” Ela disse: “Não vejo como enquadrar no inciso segundo, acho que não é crime, é transgressão.” Eu falei: “Ah é? Então vai ver lá no 166, vai ver que o conceito de crime militar não se resume só a esse inciso segundo, ele vai estar enquadrado também no inciso primeiro e no inciso terceiro.” O que eu quero dizer é o seguinte: como ficou todo mundo focado nesse inciso segundo, às vezes a pessoa acha que é só aquilo ali, mas é um número muito grande de crimes que necessariamente não precisariam estar ali, mas eles estão. É bom para o advogado, que possa atuar nessas questões pegando eventuais nulidades, que o processo é um jogo e vai continuar sendo assim.

Memória MPM – Gostaria que falasse um pouco sobre a página Jus Militaris.

Jorge Cesar de Assis – Sim, o nosso site é sempre atualizado, nós temos ali bibliografia atualizada, notícias, tudo o que diz respeito a Direito Militar nós publicamos. Também tem uma página no Facebook do Jus Militaris⁴⁷, então ele continua, ele é bem acessado, e as pessoas entram em contato comigo. Foi criado em 2004, estava em Santa Maria, foi um rapaz, o Christian [Christian Brackmann⁴⁸], filho de uma servidora da Justiça Militar, que hoje é mestre, professor, está fazendo doutorado acho que no Canadá, que criou o site. Criou o site para mim na época, bolou tudo, como aluno ainda, e ele está aí desde 2004, então 16 anos de idade tem o site.

Memória MPM – E agora na advocacia, como está?

Jorge Cesar de Assis – Olhe, na realidade eu não queria ficar: “O que o senhor é?”, “Sou aposentado.” Não, sou advogado. A gente não consegue ficar quieto, não é? Logo em seguida eu fui convidado para ir para a Comissão de Direito Militar [da Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná - OAB/PR], eu faço parte da Comissão de Direito Militar, atualmente sou seu presidente⁴⁹.

⁴⁷ Atualmente o site JUS MILITARIS também possui conta no Instagram e canal no Youtube,

⁴⁸ Professor Efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFAR) na área da Computação, onde ocupa atualmente a função de Diretor de Tecnologia da Informação da instituição. Além disso, é professor convidado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Avaliador do INEP. CV: <http://lattes.cnpq.br/3440794204799048>

⁴⁹ A partir de 2020, o Dr. Jorge de Assis deixou de fazer parte da Comissão de Direito Militar.

E a Comissão de Direito Militar aqui em Curitiba é altamente ativa e de qualidade. Há poucos dias nós tivemos um evento em que veio, inclusive, o presidente do STM. Veio a doutora Mariana [Queiroz de Aquino Campos], o doutor [Cícero Robson] Coimbra [Neves], veio o corregedor do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul, já veio o ministro [José] Barroso [Filho], já trouxemos vários presidentes e ministros do STM, o ministro Péricles [Aurélio Lima de Queiroz] já veio também. Nós temos três eventos que estão no calendário da comissão. Dois bate-papos jurídicos, que é uma coisa mais informal, é conversar, é isso mesmo. Alguém vai lá, provoca algum assunto e fica debatendo com a plateia. Nós temos um no primeiro semestre e um no segundo semestre. No primeiro semestre foi com a doutora Mariana [Queiroz Aquino] Campos, que veio falar sobre a lei da organização judiciária, essas mudanças da lei. Agora no segundo semestre, vai ser em novembro, e nós ainda não definimos o tema. E o simpósio foi agora, dia 10 e 11 de setembro, foram tratados vários temas, principalmente das implicações da própria mudança de lei do juízo monocrático, naquele incidente de resolução de demandas repetitivas⁵⁰, que o doutor Jaime [de Cassio Miranda] impetrou, e que o tribunal, por maioria, entendeu que o Ministério Público estava correto. E eu também penso dessa forma, porque a fixação da competência ocorre no momento do crime. Em algumas situações, ela se prorroga, como por exemplo: crime praticado por militar, se ele se transformar em civil, por algum motivo, posteriormente, não tem nada a ver com aquele momento, não pode passar a ser civil e deixar de ser julgado pelo conselho, e passar a ser julgado pelo juiz. Eu penso assim também. Então acho que foi oportuno o

⁵⁰ Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) nº 7000425-51.2019.7.00.0000, instaurado pelo Procurador-Geral de Justiça Militar perante o STM.

incidente provocado pelo doutor Jaime, vencedor. Também nessas questões, envolvendo os crimes de Guadalupe, no Rio de Janeiro, relativos ao músico, à família do músico, houve aí uma reclamação⁵¹, o doutor Jaime está de parabéns novamente por esta atitude firme, em defesa da instituição. Então nós já temos aí o incidente de Guadalupe e o agravo regimental do Habeas Corpus referente ao homicídio satânico [de Santa Maria], são atitudes que eu repto muito importantes, enquanto chefia da instituição, e fico muito satisfeito porque pude entrar junto com o doutor Jaime nesse IPM. O MPF também abriu uma investigação relacionada aos crimes de Guadalupe. O procurador-geral de Justiça Militar reclamou no CNMP, e a Associação [do Ministério Público Militar], inclusive, me contratou, nós tivemos uma participação elaborando memoriais. Não cheguei a ir lá defender, a defesa foi feita pelo doutor Edmar Jorge [de Almeida, subprocurador-geral de Justiça Militar], mas nós preparamos memoriais no sentido de defender a competência do MPM em detrimento do MPF. Unicamente, exclusiva, que é uma matéria de absoluta competência, competência absoluta, na Constituição, não há o que discutir. Acho que não podemos abrir mão nesse sentido.

Memória MPM – O CPM [Código Penal Militar] e o CPPM [Código de Processo Penal Militar] já completaram 50 anos de edição Qual é a avaliação que o senhor faz desses dois códigos? Há a necessidade de revisão?

⁵¹ Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00348/2019-79, apresentada pelo MPM perante o CNMP para o fim de obstar o MPF de realizar qualquer trabalho investigativo criminal relativo aos mesmos fatos objeto de investigação por parte do Parquet Militar.

Jorge Cesar de Assis – Faço uma avaliação crítica, não quanto aos diplomas, mas quanto ao sistema legislativo brasileiro como um todo: muito demorado, muito suscetível a interesses. Nós temos vários projetos em andamento, de reforma dos códigos. Eu acho que eles precisam ser revisados, porque a legislação penal comum, o Código de Processo Penal comum e o Código Penal comum, foi-se modernizando de acordo com o momento em que a sociedade vive. Por exemplo, os crimes sexuais hoje são crimes contra a dignidade sexual, dá-se mais ênfase aos direitos da vítima. No Código Penal Militar o tratamento é diferente, embora possa ser aplicado, sempre por analogia, o entendimento da legislação comum. Isso gera uma série de transtornos processuais e às vezes não se consegue chegar a um resultado porque existem os recursos que qualquer uma das partes pode impetrar e aí a justiça, que deveria ser mais célere, acaba não sendo. Então acho que eles [CPM e CPPM] devem ser reajustados sim. Continuo acreditando que o ideal seria uma parte geral única para os dois códigos, a do militar com apenas algumas adaptações. Mas agora eu fico só olhando, só observando, que, com certeza está em boas mãos. Nós temos gente muito boa tanto na Justiça Militar da União como no MPM e na Defensoria Pública, o que, com certeza, deve levar a projetos que sejam viáveis, mas teria que ter um esforço, uma vontade política, como ocorreu em relação à lei da organização da Justiça Militar. Em pouco tempo saiu, demorou quase 4 anos, mas pode-se considerar rápido. A Lei 13.491 também foi rápida, demorou um pouco, mas acabou sendo, no final. Então teria de haver um esforço concentrado e envolver todos os atores do processo, senão [a revisão dos códigos] não sai, não anda e fica essa coisa feia aí, toda remendada.

Memória MPM – Em meados de década de 90 o senhor participou das primeiras ações de preservação da memória institucional. Como foi participar desse processo?

Jorge Cesar de Assis – Ah, sim! Na realidade, quem deu a ideia fui eu. Quem apresentou o projeto foi o Ricardo⁵² [de Britto Albuquerque Pontes Freitas], mas quem deu a ideia do projeto memória fui eu, inspirado no Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul. Sempre tive muita afinidade com os tribunais de Justiça Militar, e como estava em Santa Maria sempre ia a Porto Alegre, onde visualizei essa coisa bonita que foi ali, no Rio Grande do Sul. Levei, acho que na época era a doutora Adriana [Lorandi, então procuradora-geral de Justiça Militar], guardo muitas boas lembranças da Adriana, levei a ela. Só que teve alguns percalços. Primeiro ele começou acho que lá pela Bahia, me parece, eu sei que houve uma demora, gastos, e depois, com a doutora Cláudia Márcia [Ramalho Moreira Luz, então procuradora-geral de Justiça Militar], ela quis impor um ritmo mais célere, e eu fui convidado para fazer parte. Fiz algumas considerações, que eu poderia ajudar, mas não era historiador. Aliás, uma das coisas que eu sempre quis fazer, não fiz porque não tive coragem de pedir para o MPM, por causa daquelas minhas restrições pessoais, é História. Queria fazer mestrado em História. Descobri que tinha um mestrado em História em Marechal Cândido Rondon, aqui no Paraná, na Universidade Estadual. Pensei em pedir afastamento por dois anos, estudar história, fazer meu trabalho em História do Ministério Público. Pensei, comprei os livros, estudei, me preparei, mas não pedi, achei que ia dar

⁵² O membro citado fez a apresentação da obra Memória Histórica do Ministério Público Militar, publicada em 2012 pelo MPM. Disponível em: http://www.mpm.mp.br/portal/wp-content/uploads/2016/03/memoria-historica-do-mpm_2012.pdf

margem a críticas. Porque às vezes a pessoa pede afastamento só para zanzar, não é? Não era meu caso, mas eu ia me colocar na mesma situação, daí não fiz o pedido. Mas ainda penso em fazer. Não a graduação, ia fazer direto o mestrado, pois tem essa possibilidade.

Quando eu aceitei o convite, recebi um CD que tinha uns 700 artigos, tudo aquilo para em dois meses apresentar um trabalho. Eu ponderei, através de ofício, que acho que não é assim, que quem faz a história são os historiadores, que deveria ter um coordenador, subprocurador, pode até ser um promotor, mas só se for de Brasília, porque senão vai ficar complicado o cara ter que estar indo lá toda hora. Que os membros do Ministério Público devem ajudar o historiador esclarecendo questões jurídicas que existiram no decorrer do tempo, e que eu não poderia fazer isso. Oficiei para a procuradora, está em ofício. Mas ela respondeu que tinha que ser feito, tudo bem. Também, se ela não tivesse feito aquilo, não saía. Então eu preparei um texto, que era sobre a República Velha⁵³, me parece, no qual eu sou bem crítico em relação ao início do MPM. Tenho esse texto publicado na Jus Militares⁵⁴. Esse texto, que eu produzi, não é o que está no livro [Memória Histórica do Ministério Público Militar], este foi adaptado pelo doutor Ricardo [de Britto Albuquerque Pontes Freitas], que, com certeza, deve ter tido um trabalhão, excelente pessoa, muito qualificada. Mas eu não achei que foi a melhor forma. Se eu vou publicar um

⁵³ O Ministério Público Militar e a Primeira República. De Jorge Cesar de Assis e Ricardo Freitas. Constitui o Capítulo I da obra Memória Histórica do Ministério Público Militar, já mencionada.

⁵⁴ Uma visão crítica sobre o Ministério Público Militar durante o período da República Velha. Jorge Cesar de Assis. Disponível em: https://jusmilitaris.com.br/sistema/arquivos/doutrinas/mpm_rep_velha.pdf

texto, é a minha opinião, é a minha pesquisa, aquelas críticas não podem ser excluídas, acho que elas fazem parte, não é? O MPM nasceu subordinado ao STM. Não adianta dizer que não, nasceu subordinado. O procurador-geral era um auditor de segunda categoria. E subordinado também, de certa forma, às Forças Armadas, porque, quando criaram o cargo de subprocurador-geral da Justiça Militar, em 1926⁵⁵, tem lá nesse texto, o subprocurador, além de substituir o procurador-geral da Justiça Militar, ele também assessorava o Ministro da Guerra. Isso sem contar que o comandante da região, se não tivesse promotor, poderia designar um oficial. Ou a Justiça Militar, o presidente do Supremo Tribunal Militar podia designar um oficial como promotor. E esse vínculo veio até agora. Não adianta, ele veio.

Por isso a briga quando começaram as ações civis públicas. Porque no processo penal você está processando o criminoso, que as Forças Armadas querem que processe, e que no nosso universo geralmente são uns crimes menores, de soldado, de oficiais também, mas, quando você entra com uma ação civil pública, você não está processando um militar, você está processando a instituição, você está dizendo: “Vocês estão errados”. Para uma instituição que cresceu grudada, subordinada à Justiça Militar e às Forças Armadas, é difícil de ceder. Tanto que, acho que até primeira lei complementar, acho que 1940, eu não me lembro bem da data, mas, quando criou o cargo, o procurador-geral da Justiça Militar tomava posse perante o ministro da Guerra⁵⁶. O procurador-

⁵⁵ Decreto nº 17.231 A, de 26/2/1926. Código da Justiça Militar. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/432662/publicacao/15721457>.

⁵⁶ Conforme o art. 10 da Lei nº 1.341, de 30/1/1951 – Lei Orgânica do Ministério Público da União.

geral do Trabalho tomava posse perante o ministro do Trabalho. Então havia influência do Executivo. Apenas com a Constituição de 1988 e a edição da Lei Complementar 75 [de 1993] é que, efetivamente, nós crescemos em força, mas ainda existe aquela preocupação.

Memória MPM – Chegou a sentir essa subordinação em algum momento?

Jorge Cesar de Assis – Quando entrei no MPM disseram: “Olha, se tiver que requisitar alguma coisa do general, não usa o termo requisitar porque pega mal...”. Eu nunca solicitei nada. Quem pede não ganha, minha avó dizia. Se eu estou solicitando, a pessoa pode dizer sim ou não. Se eu requisito com base na lei, não tem conversa. Lembro que, em uma ação dos taifeiros, nós solicitamos informações do comandante, acho que era da AD3 [Comando da Artilharia Divisionária da 3ª Divisão de Exército – AD3], de Cruz Alta [cidade gaúcha], e ele devolveu para nós, para que seguisse o caminho da bendita resolução 30 [de 1999, do CSMPM], que dizia que as solicitações e requisições tinham que vir do procurador-geral da Justiça Militar quando fossem dirigidas aos generais. Mas isso não está na lei complementar, aí nós devolvemos para ele, dizendo para ele que não estava na lei, que ele estava equivocado e que ele tinha mais cinco dias improrrogáveis, sob pena de ser processado na Justiça Federal, não na Justiça Militar. Mostramos os dispositivos que a lei da ação civil pública prevê. Que é crime desobedecer a requisição do Ministério Público. Aí veio. Chegamos ao descalabro de pedir uma requisição ao Diretor-Geral do Pessoal [DGP] do Exército, sobre os taifeiros. Ele mandou. Depois faltou algumas coisas. Pedimos que complementasse. De repente vem um ofício do chefe do gabinete do comandante do Exército, dizendo que nós tínhamos

requisitado, ele tinha analisado a resposta do general e achava que estava bom, que não precisava complementar e que esperava continuar com as boas relações que tinha com o Ministério Público Militar. Esse ofício veio para nós. Nós devolvemos para ele dizendo que: primeiro, estávamos surpresos porque nós não perguntamos nada para ele; segundo, o DGP era um general de quatro estrelas, o chefe de gabinete é de 3; e, até onde nós sabíamos, o Exército não estava subordinado ao chefe de gabinete, então, que ele respondesse e que também esperávamos manter os bons laços dentro da legalidade. Só que nesse ofício ele citou o procurador-geral da República, pois quando nós fizemos uma requisição ao ministro da Defesa, o procurador-geral da República na época mandou o ofício para o ministro da Defesa dizendo o seguinte: “Por imperativo legal, estou encaminhando a requisição vinda de Santa Maria do procurador da República”, referente aos taifeiros; e, no segundo item do ofício, ele disse assim: “Esclareço que deve ser levado em consideração apenas a ordem do procurador da República porque o promotor da Justiça Militar não tem competência para instaurar inquérito civil.” Por isso nós fomos reclamar no Conselho Nacional e depois no STF contra isso que fez o procurador-geral da República. Como eu escrevia bastante na revista Consulex, tinha acesso, nós conseguimos uma matéria de capa, e eu escrevi um artigo: “Acesso ao STF nos casos de mandado de segurança contra ato do procurador-geral da República”⁵⁷. Nós vamos aceitar isso numa boa? Não. E descobrimos por acaso esse ofício, não sabíamos, porque a ordem, pelo que eu entendi, era para não deixar que nós tomássemos conhecimento dele. Mas o chefe do gabinete nos tinha dito, e então nós pedimos para nos enviar por fax, “para a gente

⁵⁷ Publicado na Revista Jurídica Consulex nº 313, de 31/1/2009. Disponível também no site jusmilitaris.com.br: <http://jusmilitaris.com.br/sistema/arquivos/doutrinas/stfemscontrapgr.pdf>.

poder saber e evitar novos problemas”; e “aí a gente vai aprendendo e não vai fazer mais nada de errado”. Quando chegou aqui o ofício, nós entramos no Conselho Nacional e no STF, porque, enquanto membro do Ministério Público, se não existe hierarquia, deve existir respeito e consideração, e, se o PGR diminui um membro do Ministério Público, ele não está diminuindo a pessoa, ele está diminuindo a instituição, e nós não podíamos aceitar. Mas hoje, graças a Deus, me parece que as coisas estão mais equilibradas, acho que não tem mais esse tipo de discussão, não tenho acompanhado, mas acho que não tem mais esse tipo de discussão. Eu vi até esses dias que o doutor, acho que foi o doutor Soel [Arpini] com o doutor [Cícero Robson] Coimbra [Neves], ou o doutor Soel sozinho, entraram com uma representação no interesse da Justiça Militar por um problema qualquer lá no STM, não me lembro mais o assunto. Mas o que eu quero dizer é que já houve aquela primeira inicial, que foi contestada, hoje já não foi mais porque efetivamente a lei permite, e isso só fortalece os membros, fortalece a instituição.

Memória MPM – Considerando esse passado, o momento atual do País, qual a projeção faz para a Justiça Militar?

Jorge Cesar de Assis – Para a Justiça Militar? Eu acredito que talvez ela esteja no momento em que ela pode se fortalecer mais, o País eu não sei. Porque foi, vamos dizer assim, uma transição por conta das eleições, que deixou estanque duas formas de governo bem diferentes. Parece que, em um primeiro momento, a preocupação maior era afastar qualquer ligação com o governo anterior por conta de denúncias de corrupção etc., mas agora eu vejo algumas coisas que também me deixam preocupado, em termos de governo. Acho

que as funções, as grandes funções, ministros, principalmente o presidente da república, elas são funções muito importantes em que se exige algum recato nas manifestações. E hoje você vê umas coisas que não estão batendo, não é? Então me gera preocupação, principalmente as ofensas, contra tudo e contra todos, afinal de contas nós estamos em uma democracia, nós temos que saber como neutralizar o inimigo, mas com educação. Da forma como está acontecendo, eu realmente fico preocupado. Mas, para a Justiça Militar, eu acho que talvez seja um momento positivo, de ela se fortalecer por conta desse “militarismo”, vamos dizer assim. Antes das eleições falavam em intervenção constitucional. Isso não existe! Intervenção militar? Isso é um absurdo. Não existe intervenção militar constitucional. Existe golpe de estado, porque as Forças Armadas são subordinadas ao presidente da República. A mesma Força Armada que mantém a democracia mantém a ditadura, é a mesma coisa, só depende de quem está lá. Parece-me que as Forças Armadas, em si, têm-se mantido dentro do padrão ético e de suas funções constitucionais adequadas, bem ponderadas, não tem nenhum doido comandando alguma unidade das Forças Armadas. Os destemperos vêm via Twitter, pessoas que nem integram o governo, mas que representam, de certa forma, o governo e influenciam, sei lá. Mas eu acredito na Justiça, como eu sempre defendi a Justiça Militar, eu sempre defendi, e eu provo isso porque tudo foi por escrito, publicado em livros, artigos, desde 1988, está tudo escrito lá. Assim como eu sempre defendi a Polícia Militar, que é a minha instituição primeira, como sempre defendi a Justiça Militar e a Justiça Militar Estadual. Eu acredito que esse é um momento de você avançar em algumas coisas e espero que dê certo, espero que o Brasil todo dê certo. Então nós não jogamos contra ninguém. Só que às vezes têm que tomar certa cautela educacional.

Memória MPM – Alguma coisa mais que o senhor gostaria de pontuar?

Jorge Cesar de Assis – Olha, eu gostaria de dizer que o MPM é uma parte importante da minha vida, e eu fui lá porque quis, eu fiz por três vezes [o concurso] e efetivamente eu queria ir [para o MPM], eu gostava da matéria e achei que poderia contribuir. É minha instituição, eu estou inativo, mas é a minha instituição, e eu desejo que ela progrida e se fortaleça cada vez mais. Essa alteração na Justiça, de juiz-auditor para juiz federal, eu já considero importantíssima, porque antes quando a pessoa falava auditor, pensava que ninguém era juiz, os leigos, não é? A nossa Justiça Militar e o nosso Ministério Público Militar são constitucionais, estão previstos na constituição, esse é o modelo brasileiro inclusive, na maioria dos países não é desta forma, e eu acho que nós temos tudo para sair bem. Eu fico satisfeito, foi uma experiência muito boa para eu entrar no MPM. Não pensei que chegaria a tanto, a gente veio de um berço bem humilde então quando estava na Polícia Militar já achava “Puxa vida!”. Pessoalmente foi uma grande vitória, que eu reputo principalmente ao sacrifício da minha família, que sempre esteve comigo. E é uma satisfação, estou sempre aberto, no que eu puder ajudar eu ajudo. E hoje, mesmo advogando de forma seletiva, como já tinha dito, mas estou só na área militar, fortalecendo a OAB [Ordem dos Advogados do Brasil], fortalecendo o direito militar, então eu me sinto bem nessa forma e acho que estou satisfeito. Espero que, se eu puder ainda contribuir mais um pouco, será uma honra, uma satisfação.

Memória MPM – Muito obrigado, doutor Jorge.

